

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História



Tese

O cancelamento da Queermuseu:
Porto Alegre/RS, 10 de setembro de 2017

Daniel Barbier Leal

Pelotas/RS, 2023

Daniel Barbier Leal

O cancelamento da Queermuseu:

Porto Alegre/RS, 10 de setembro de 2017

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História - PPGH, do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de doutor em História.

Orientador Prof. Dr. Fábio Vergara Cerqueira

Pelotas/RS, 2023

Ubirajara Buddin Cruz – CRB 10/901
Biblioteca Campus Capão do Leão - UFPel

B236c Barbier Leal, Daniel
 O cancelamento do Queermuseu [recurso eletrônico] : Porto Alegre/RS, 10 de setembro de 2017 / Daniel Barbier Leal ; Fábio Vergara Cerqueira, orientador. — Pelotas, 2024.
 263 f. : il.

 Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2024.

 1. Queermuseu. 2. Gênero. 3. Conservadorismo. 4. Brasil. 5. História do tempo presente. I. Cerqueira Fábio Vergara, orient.
 II. Título.

CDD 306.76

Daniel Barbier Leal

O cancelamento da Queermuseu: Porto Alegre/RS, 10 de setembro de 2017

Tese aprovada, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em História, Programa de Pós-graduação em História (PPGH), do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 10 de novembro de 2023.

Banca examinadora:

.....
Prof. Dr. Fábio Vergara Cerqueira (orientador) – UFPel

Doutor em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo

.....
Prof. Dr. Edgar Gandra – UFPel

Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

.....
Prof. Dr. Roberto Heiden – UFPel

Doutor em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas

.....
Prof. Dr. Fernando Seffner - UFRGS

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

.....
Prof. Dr. Renato Pinto - UFPE

Doutor em História Cultural pela Universidade Estadual de Campinas

Aos meus pais.

Agradecimentos

Deixei para escrever os agradecimentos quando pude contemplar, com calma, a jornada que ora se encerrava. Antes do último ponto final, fui atravessado por uma série de sentimentos prazerosos, pois percebi que ao meu lado estiveram presentes diversas pessoas que me deram seu apoio e incentivo. Paulo Freire uma vez disse que “ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar”. Longe de ser um caminho solitário, percebi nesse processo que junto a mim estiveram muitos caminhantes refazendo e retocando meus sonhos. Meu caminho com eles não se tornou só. Assim, meu singelo agradecimento a todos que estiveram comigo nesse caminhar.

Resumo

BARBIER LEAL, Daniel. **O cancelamento da Queermuseu**: Porto Alegre/RS, 10 de setembro de 2017. Orientador: Fábio Vergara Cerqueira. 2023. 263 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2023.

A presente pesquisa consiste na análise do cancelamento da mostra “Queermuseu: cartografias da diferença na arte brasileira”, ocorrido em 10 de setembro de 2017, na cidade de Porto Alegre/RS, com objetivo de identificar os aspectos que caracterizam esse fenômeno particular da história recente brasileira. Inaugurada em agosto daquele ano, algumas de suas obras foram utilizadas como motivação para dar início a um novo repertório de confrontos de escala nacional ao antagonizar a pauta sobre a livre expressão sexual e de gênero e a pauta de costumes. Na ocasião, após uma massiva campanha de difamação, envolvendo novas estratégias digitais de mobilização popular, especialmente através das redes sociais, o Santander Cultural, instituição que havia acolhido e patrocinado a exposição, resolveu cancelá-la. O episódio ficou marcado pelos aspectos de censura envolvendo a Queermuseu, a ausência de medidas protetivas oferecidas pelo Estado, o despreparo em torno da arte, os usos políticos do passado, o recrudescimento do preconceito envolvendo sexualidade, gênero e corpos desviantes, bem como a congregação de forças conservadoras e reacionárias que agiram em conjunto, mais tarde, na eleição de Bolsonaro, em 2018. Há inclusas quatro definições necessárias para a sua compreensão, bem como o contexto no qual surgiu a problematização abordada: a inserção e familiaridade do pesquisador com o tema proposto, as fontes disponíveis, o objeto de análise qualificado metodologicamente e o impacto da pesquisa. Está situado no campo da História que se convencionou chamar História do Tempo Presente, mas abrange também dimensões de estudo dos campos das ciências humanas e sociais, como marco teórico. Toma como técnica metodológica a investigação de publicações sobre o assunto disponíveis nas redes sociais, especificamente no Facebook, e em jornais digitais. A pesquisa estabelece como hipótese que os fenômenos decorrentes do cancelamento da Queermuseu até a realização da 21ª Parada Livre de Porto Alegre são transversais à história dos direitos da cidadania LGBT no Brasil, sendo eles resultados dos processos históricos envolvendo os agentes ativos e conflitantes da sociedade brasileira ao mesmo tempo em que nela se inserem promovendo novas perspectivas para a história dessa população.

Palavras-chave: Queermuseu. Gênero. Conservadorismo. Brasil. História do Tempo Presente.

Abstract

BARBIER LEAL, Daniel. **The cancellation of Queermuseu:** Porto Alegre/RS, September 10, 2017. 2023. 263 f. Thesis (Doctorate in History) - Postgraduate Program in History, Institute of Human Sciences, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2023.

The present research consists of the analysis of the cancellation of the exhibition "Queermuseu: mappings of difference in Brazilian art," which occurred on September 10, 2017, in the city of Porto Alegre, Brazil, with the aim of identifying the aspects that characterize this particular phenomenon in recent Brazilian history. Inaugurated in August of that year, some of its works were used as motivation to initiate a new repertoire of nationwide confrontations by antagonizing the agenda on free sexual and gender expression and customs. At the time, following a massive defamation campaign involving new digital strategies for popular mobilization, especially through social media, the Santander Cultural, the institution that had hosted and sponsored the exhibition, decided to cancel it. The episode was marked by aspects of censorship surrounding Queermuseu, the absence of protective measures offered by the state, the unpreparedness regarding art, the political uses of the past, the resurgence of prejudice involving sexuality, gender, and deviant bodies, as well as the congregation of conservative and reactionary forces that later acted together in the election of Bolsonaro in 2018. Four necessary definitions for its understanding are included, as well as the context in which the addressed problem emerged: the researcher's involvement and familiarity with the proposed topic, the available sources, the methodologically qualified object of analysis, and the impact of the research. It is situated in the field of History known as Contemporary History, but it also encompasses dimensions of study in the fields of the humanities and social sciences as a theoretical framework. The research employs the methodological technique of investigating publications on the subject available on social media, specifically on Facebook, and in digital newspapers. The research hypothesizes that the phenomena resulting from the cancellation of Queermuseu up to the 21st Porto Alegre Free Parade are intertwined with the history of LGBT citizenship rights in Brazil, as they are the outcomes of historical processes involving the active and conflicting agents of Brazilian society while simultaneously promoting new perspectives for the history of this population.

Keywords: Queermuseu. Gender. Conservatism. Brazil. History of the Present Time.

Lista de Figuras

Figura 1 - Nota sobre a exposição Queermuseu	40
Figura 2 - Ataque automático, Milton Kurtz, acrílica e grafite sobre lona de algodão cru sem chassi.	55
Figura 3 - Obra Travesti da Lambada e Deusa das Águas e Adriano Bafônica e Luiz França de She-há, de Bia Leite, de 2013.	57
Figura 4 - Cruzando Jesus Cristo com a Deusa Shiva, de Fernando Baril, de 1996; e Obras Cenas do Interior II, de Adriana Varejão, de 1994.	57
Figura 5 – Gráfico que identifica visualmente os dois grupos em oposição no debate: em azul, aqueles que são contrários à exposição; em vermelho, aqueles que defenderam a continuidade da mostra.	67
Figura 6 - Avaliações fanpage Santander Cultural	69
Figura 7 - Imagens dos atos pró e contra o cancelamento da Queermuseu	72
Figura 8 - Cartazes da 21ª Parada Livre de Porto Alegre/RS em um muro da cidade.	80
Figura 9 - Et verbum, Antonio Obá, 2011.	103
Figura 10 - Projeto MailArt - Gay-I-Vota, de Rogério Nazári (1981)	114

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Seleção de trechos.....	58
Tabela 2 - Pesquisa "Queermuseu" no Google entre os dias 06 e 09 de setembro de 2017	60
Tabela 3 - Pesquisa "Santander Cultural" no Google entre os dias 06 e 09 de setembro de 2017	60
Tabela 4 - Relação dos comentários com mais de mil reações à postagem da "Nota sobre a exposição Queermuseu", do Santander Brasil.....	63
Tabela 5 - Pesquisa "Queermuseu" no Google referente ao dia 10 de setembro de 2017	64
Tabela 6 - Manchetes de blogs e pequena imprensa progressista repercutindo o fechamento da Queermuseu, em 10 dezembro	65
Tabela 7 - Pesquisa "Queermuseu" no Youtube: os 10 vídeos com as maiores visualizações	68
Tabela 8 - Pesquisa "Santander Cultural" no Youtube: os 10 vídeos com as maiores visualizações	69
Tabela 9 - Comentários mais repercutidos na primeira postagem da GaúchaZH	70
Tabela 10 - Comentários mais repercutidos na segunda postagem da GaúchaZH ..	71
Tabela 11 - Eventos sucedidos entre o cancelamento da Queermuseu e a realização da 21ª Parada Livre de Porto Alegre	79

Sumário

Apresentação.....	12
I. Prelúdio: reflexões sobre a História do Tempo Presente e a ética do historiador ...	17
II. O ofício do historiador e a História do Tempo Presente	26
III. Possíveis contribuições da pesquisa sobre o cancelamento da Queermuseu à práxis historiográfica.....	31
Introdução: o cancelamento da Queermuseu, uma pesquisa necessária sobre nossa história recente	37
Capítulo 1. Criança Viada: a Queermuseu e a sua cronologia	50
1.1. O Cancelamento da Queermuseu e o Ativismo LGBT no Brasil: perspectiva metodológica	79
Capítulo 2: Cena de interior II: a devassa	84
2.1. O enfretamento às políticas culturais no Brasil	86
2.2. A Queermuseu como espelho das tensões na sociedade brasileira: gênero, sexualidade e interseccionalidade na arte.....	102
2.3. Arte e ativismo: desafios diante da guinada conservadora	114
2.4. Faltou <i>queer</i> na Queermuseu?.....	129
Capítulo 3. Cruzando Jesus Cristo com a deusa Shiva: a profanação.....	150
3.1. Reação conservadora: a idealização sobre o passado	153
3.2. Sombras do passado presente: ressonâncias do Fascismo na contemporaneidade.....	175
3.3. Cristofascismo: a interseção entre Religião e Política.....	196
3.4. Guinada à direita e o backlash cultural: desafios aos direitos de gênero e diversidade no Brasil e no Mundo	206
3.5. Ondas de desinformação: os desafios à Democracia	217
Conclusão	231
Referências	238

A maioria dos textos utilizados nesta tese estão disponíveis no repositório bibliográfico, que pode ser acessado pelo link: <https://1drv.ms/f/s!AleNK-8P-xdNhqcGnznmbLSZ5T3YLw?e=Ull7BO>.

Apresentação

Em outubro de 2015, defendi minha dissertação no Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas, após ter investigado os motivos implícitos na fundação do Museu Histórico da Bibliotheca Pública Pelotense¹, em 1904. Na época, me chamava a atenção uma parcela da população de uma cidade no interior do Estado do Rio Grande do Sul conjugar esforços para a implementação de um museu, considerando que naquele momento o Brasil contava com apenas cerca de 20 instituições desse tipo, de acordo com o Sistema Nacional de Museus². Partindo de uma pequena coleção, investigamos as trajetórias dos doadores, suas relações sociais, políticas e culturais, especialmente os vínculos que mantinham com outras instituições. Assim, aos poucos, fomos percebendo uma sociedade complexa e em decadência que, no ocaso de sua geração, resolveu implementar medidas que mantivessem vivas “memórias fabricadas”, isto é, conforme apontam os historiadores Pascal Blanchard e Isabelle Veyrat-Masson, em seu livro “As guerras de memórias: a França e sua história. Questões políticas, controvérsias históricas, estratégias de mídia”, de 2008:

Pode-se aceitar a ideia de que não há memória espontânea (Pierre Nora), mas sim memórias “fabricadas” no sentido comunicativo da palavra. A memória certamente responde a uma necessidade, mas também se insere em um processo de produção que opera de acordo com uma relação de força evidente (BLANCHARD; VEYRAT-MASSON, 2008, p.45)³.

A criação de “um pequeno museu anexo” (BARBIER, 2015) à imponente Bibliotheca Pública Pelotense, instituição fundada em 1875, na cidade de Pelotas, interior do Estado do Rio Grande do Sul, era um elemento que se somava a iniciativas como os Anais, cuja primeira edição, de 1904, apresentava a primeira tentativa, elaborada pelo escritor pelotense João Simões Lopes Neto⁴, de registrar “a” história da fundação da cidade. Inclusive, é a partir dessa edição que se estabeleceu a data

¹ Disponível em <<https://wp.ufpel.edu.br/ppgmp/files/2016/11/Daniel-Barbier-Leal.pdf>>. Acessado em 08/07/2023.

² IBRAM. Museus em números - vol.1. 2022. Disponível em <<https://www.gov.br/museus/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/relatorios-e-documentos/museus-em-numeros-volume-1.pdf/@download/file>>, acessado em 08/07/2023.

³ Do original: “On peut accepter l'idée qu'il n'y a pas de mémoire spontanée (Pierre Nora) mais bien des mémoires «fabriquées» au sens communiquant du mot. La mémoire répond certes à un besoin, mais elle s'inscrit aussi dans un processus de production qui fonctionne selon un rapport de force évident (BLANCHARD; VEYRAT-MASSON, 2008, p.45)”.

⁴ IJSLN. O escritor. Disponível em: < <https://joaosimoeslopesneto.com.br/joao-simoes-lopes-neto/o-escritor>>, acessado em 27/10/2023.

de 07 de julho de 1812 como marco de fundação, evento celebrado até os dias atuais. Se por um lado, o estudo sobre a fundação de um museu apresentou uma possibilidade de investigação sobre uma pequena sociedade no sudeste gaúcho na virada do século passado, o que contribuiu para reflexões no campo de estudos da história de Pelotas e Antiga Pelotas (que engloba as cidades de Arroio do Padre, Capão do Leão, Morro Redondo e Turuçu), o que os estudos sobre o cancelamento de um museu provisional⁵, como a Queermuseu, nos acelerados anos da década de 2010 poderiam nos dizer? Essa pergunta me perseguiu desde o dia 10 de setembro de 2017, quando, navegando pelas redes sociais, fui surpreendido pela notícia do cancelamento da exposição. Em pouco tempo, o assunto “viralizou”⁶ na Internet, causando uma forte onda de comoção em torno do episódio, além de ter intensificado uma polarização cada vez mais crescente desde as Jornadas de Junho de 2013⁷.

As Jornadas de Junho de 2013 se configuram num interessante marco para analisarmos algumas questões da história recente do Brasil. A partir desse evento, grupos com diferentes matizes ideológicos, principalmente de centro e de direita, passaram a ser cooptados pela extrema-direita (COELHO; MENDES, 2020). Segundo o cientista político André Singer (2013), essa organização progressiva envolveu a formação de coalizões e movimentos impulsionados por ideias e valores morais, estabelecendo uma conexão entre corrupção e carências sociais. Essa influência

⁵ Em sua justificativa, o projeto de exposição Queermuseu: cartografias da diferença na arte brasileira, de 2017, estabelece que a “Queermuseu é um museu provisional, um “museu sem paredes” para citar André Malraux, onde a inclusão é exercida para além dos parâmetros restritivos do cânone artístico, geralmente excludente e discricionário. Para esta plataforma curatorial a escolha das obras será realizada levando-se em conta os aspectos artísticos, culturais e históricos do objeto, buscando assinalar sua contribuição para o espectador contemporâneo”. VERSALIC. Queermuseu: cartografias da diferença na arte brasileira – justificativa. 2016. Disponível em <<http://versalic.cultura.gov.br/#/projetos/164274>>. Acessado em 08/07/2023.

⁶ “Viralizou”, ou tornou-se viral, é um termo usado nas redes sociais quando um conteúdo se espalha rapidamente pela Internet, atingindo muitas pessoas em pouco tempo. É um fenômeno em que algo se torna popular e é amplamente compartilhado e discutido nas redes sociais de forma exponencial.

⁷ Os sociólogos Jorge Machado e Richard Miskolci (2019), ao analisarem o papel das redes sociais na polarização política brasileira após as Jornadas de Junho de 2013, argumentam que o surgimento das mídias sociais e o uso das tecnologias da informação e comunicação (TICs) proporcionaram a popularização do acesso à Internet, mas também criaram um ambiente controlado e vigiado por corporações, no qual algoritmos e plataformas de redes sociais influenciam as interações dos usuários. Esse contexto favoreceu o surgimento de bolhas de opinião e a modulação das relações sociais, incentivando a polarização e o fortalecimento de grupos conservadores. As redes sociais têm sido usadas como ferramentas de mobilização e disseminação de discursos moralistas, promovendo pânico morais, disseminação de *fake news* e perseguição a adversários políticos. Essa privatização da política tem enfraquecido as instituições democráticas, ampliando a desinformação e a polarização política.

alcançou todas as camadas da sociedade e mobilizou a esfera política brasileira⁸. Nesse sentido, a exposição Queermuseu desempenhou um papel central nas estratégias adotadas pela extrema-direita em sua busca pelo poder político, ao intensificar as disputas em torno de questões morais e instigar o pânico na sociedade brasileira. Por isso, ela se configura em um objeto interessante do ponto de vista acadêmico para analisar as reações sociais diante de diferentes concepções de mundo, especialmente relacionadas às liberdades sexuais e de gênero, ao controle político do corpo humano e aos limites éticos da ação religiosa.

Esse fenômeno revela aspectos sociais e políticos curiosos nesse contexto⁹. Além disso, o tensionamento em torno da Queermuseu e seu cancelamento sugere o aperfeiçoamento estratégico do uso das redes sociais para fomentar conflitos sociais, uma prática que vem sendo testada desde a eleição do presidente estadunidense Barack Obama, em 2008 (GOMES, 2009). É interessante observar também o deslocamento das disputas para o campo da cultura, que historicamente teve pouco destaque nesse contexto em nosso país. Isso inclui questões relacionadas ao desenvolvimento de políticas culturais no Brasil, os instrumentos públicos de fomento e o controle sobre a produção cultural (CALABRE, 2020).

Começando como uma aparente reação espontânea à livre expressão artística, a campanha de difamação à exposição serviu de referência para as campanhas de

⁸ De acordo com o cientista político André Singer (2013), as manifestações de junho de 2013 no Brasil revelaram a interação dinâmica entre a classe média e o precariado, ou seja, trabalhadores que são inseridos e descartados do mercado de trabalho de forma rotativa. Esse fenômeno possibilitou a convergência do descontentamento da classe média tradicional com a insatisfação do novo proletariado, caracterizado por jovens que possuíam empregos formais, salários baixos e condições de trabalho precárias. Essa combinação de insatisfações de diferentes classes alimentou uma diversidade de ideologias nos protestos, que, embora tenham sido iniciados por movimentos de esquerda, como o Movimento Passe Livre (MPL), abriram espaço para visões políticas de centro e direita. Dessa forma, a insatisfação crescente agravada por críticas ao governo foi atraindo a classe média para o movimento, transformando-o em uma poderosa plataforma de oposição multi-ideológica ao governo de Dilma Rousseff (2011-2014). Aproveitando a insatisfação popular, a nova direita passou a capitalizar os protestos para vencer as eleições de 2014, utilizando a bandeira anticorrupção como seu principal símbolo. Mesmo saindo derrotada nas urnas, aproveitaram as críticas aos gastos com a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016 para sustentar as reivindicações da classe média e ampliar a indignação para as classes mais baixas, que começava a sentir os efeitos da crise econômica. Isso deu às novas manifestações de massa, em 2016, um caráter popular. Portanto, considerando o contexto desses movimentos, é possível perceber o crescimento da nova direita após 2013, culminando em sua influência no impeachment de 2016.

⁹ Frisa-se que a análise desses eventos pode proporcionar uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas políticas, sociais e culturais que tem moldado a trajetória recente do Brasil. Além disso, permite explorar as implicações desses debates para a sociedade brasileira, em termos de pluralismo, tolerância e garantia dos direitos individuais.

difamação contra a performance “La Bête”¹⁰, de Wagner Schwartz, no Museu de Arte Moderna de São Paulo, também em 2017, e a peça teatral “O evangelho segundo Jesus, rainha do céu”, monólogo interpretado pela atriz transexual Renata Carvalho, em 2018 (DALMONTE; SOUZA, 2019). Essas mobilizações populares contra as artes foram usadas para justificar ações políticas que posteriormente atacaram duramente as políticas públicas culturais consolidadas no Brasil. Isso culminou na extinção do Ministério da Cultura (2016 e 2019)¹¹ e, em consequência, a descontinuidade da gestão pública de cultura¹², intervenção nas políticas de Patrimônio Cultural através da interferência política na gestão do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)¹³, interferência nas políticas raciais pela Fundação Cultural Palmares¹⁴, restrições à Lei Rouanet¹⁵, censura aos editais da Agência Nacional do

¹⁰ CULT. 2019. La Bête: a quem interessava transformar a performance em escândalo?. 30/10/2019. <https://revistacult.uol.com.br/home/la-bete-dois-anos-depois-wagner-schwartz/>, acessado em 27/10/2023.

¹¹ O Ministério da Cultura (MinC) foi extinto no Brasil em 2016, durante o governo interino de Michel Temer, sendo incorporado ao Ministério da Educação. No entanto, devido à intensa mobilização e pressão do setor cultural, o MinC foi recriado em 2017. Posteriormente, em 2019, o presidente Jair Bolsonaro decidiu mais uma vez extinguir o Ministério da Cultura. Através da Medida Provisória nº 870, convertida posteriormente na Lei nº 13.844/19, O MinC foi transformado em Secretaria Especial da Cultura, órgão inicialmente vinculado ao Ministério da Cidadania e, em seguida, transferido para o recém-criado Ministério do Turismo. Essa medida gerou debates sobre o enfraquecimento das políticas culturais e a redução da importância da cultura no cenário político do país.

¹² Durante os 04 anos de existência da Secretaria Especial de Cultura, houve 08 gestões no órgão, a saber: Henrique Pires (01/01/2019 a 21/08/2019); José Paulo Martins (21/08/2019 a 09/09/2019); Ricardo Braga (09/09/2019 a 06/11/2019); Roberto Alvim (07/11/2019 a 17/01/2020); José Paulo Martins (17/01/2020 a 04/03/2020); Regina Duarte (04/03/2020 a 10/06/2020); Mario Frias (23/06/2020 a 30/03/2022); e Hélio Ferraz (30/03/2022 a 31/12/2022).

¹³ Em 07 de dezembro de 2022, o Professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (UnB) e ex-diretor do IPHAN, Andrey Rosenthal Schlee, apresentou um balanço sobre as políticas públicas de proteção ao Patrimônio Cultural brasileiro durante a Audiência Pública “o Legislativo e as políticas de preservação do patrimônio histórico”, promovida pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) da Câmara dos Deputados, do Congresso Nacional, em conjunto com as comissões de Cultura (CCULT) e de Turismo (CTUR). Na oportunidade, Schlee ressaltou que, entre os anos de 2019 e 2022, evidenciou-se, entre outros: o abandono de narrativas patrimoniais: o patrimônio como simples “produto” para o turismo de massa; a desorganização institucional e enfraquecimento da presença do Iphan em todos os Estados e DF; a falta de articulação do IPHAN com outros ministérios e instituições; a desconstrução do PAC Cidades Históricas; a não apresentação de candidaturas à lista do Patrimônio Mundial; o isolamento, com perda do papel simbólico. A íntegra da Audiência Pública pode ser conferida em CÂMARA DOS DEPUTADOS. Audiência conjunta - Legislativo e as políticas de preservação do patrimônio histórico - 07/12/22. Youtube, 07 de dezembro de 2022. Disponível em

<<https://www.youtube.com/live/zuWcsb4XM4E?si=_jLkH1ihMjh5HdmG>>, acessado em 03/09/2023.

¹⁴ Conferir em: Situação da Fundação Palmares escancara racismo institucional na gestão Bolsonaro. Gabinete da Transição, 2023. Disponível em: << <https://gabinetedatransicao.com.br/noticias/situacao-da-fundacao-palmares-escancara-racismo-institucional-na-gestao-bolsonaro/>>>, acessado em 03/09/2023.

¹⁵ Conferir em: Relembre a polêmica criada pelo governo e por bolsonaristas sobre a Lei Rouanet. G1, 2022. Disponível em: << <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/07/03/relembre-a-polemica-criada-pelo-governo-e-por-bolsonaristas-sobre-a-lei-rouanet.ghtml>>>, acessado em 03/09/2023.

Cinema (Ancine)¹⁶, entre outras medidas. Além disso, houve impacto nas questões educacionais, incluindo espaços não-formais de ensino, como museus e memoriais, através da criação da retórica da "ideologia de gênero"¹⁷.

Embora outros elementos possam ser explorados no episódio da Queermuseu, esses exemplos demonstram o impacto significativo desse fenômeno da história recente brasileira. Portanto, ao propor uma análise mais aprofundada sobre esse fenômeno, torna-se possível analisar conflitos presentes na sociedade brasileira, constituídos historicamente por meio da luta de classes e das questões identitárias. Essa perspectiva pode servir para compreendermos melhor a contribuição da História nos difíceis tempos modernos e, quem sabe, nos leve a refletir sobre a importância de uma disciplina engajada politicamente nas questões sociais atuais.

¹⁶ Conferir em: Justiça determina que Ancine retome edital censurado por conter conteúdo LGBTs. Folha de São Paulo, 2019. Disponível em << <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/10/justica-determina-que-ancine-retome-edital-censurado-por-conter-conteudo-lgbts.shtml>>>, acessado em 03/09/2023.

¹⁷ O conceito sobre "ideologia de gênero" será tratado adequadamente ao longo do trabalho, mas, em resumo, o sociólogo Richard Miskolci (2017) argumenta que a retórica sobre "o termo 'ideologia de gênero' é uma construção política, utilizada principalmente por grupos conservadores e religiosos, para deslegitimar as lutas por igualdade de gênero e diversidade sexual.

I. Prelúdio: reflexões sobre a História do Tempo Presente e a ética do historiador¹⁸

Diante do cancelamento da Queermuseu, resultado da forte campanha que a condenou por blasfêmia, pedofilia e zoofilia, uma discussão emergiu na sociedade brasileira envolvendo instituições de pesquisa, órgãos públicos e a opinião pública. Neste trabalho, analisaremos como as circunstâncias e uma série de desinformações geradas por fontes desconhecidas construíram ao longo do processo uma poderosa campanha de desinformação e censura. Essa campanha encontrou respaldo no setor conservador da sociedade, consolidando, na história brasileira atual, um fenômeno cultural com centralidade no debate político sobre orientação sexual, identidade de gênero e suas interseccionalidades. Essa incidência também impactou o fazer acadêmico, inclusive o campo historiográfico, uma vez que as reações sobre a crise gerada pelo cancelamento da Queermuseu provocaram novas reflexões para a produção científica nas Ciências Humanas e Sociais. No que diz respeito ao campo da História, por exemplo, têm contribuído para o avanço do debate epistemológico da História do Tempo Presente (HTP).

A HTP ganhou ímpeto entre os historiadores brasileiros tanto pela representação dos traumas não resolvidos do período da ditadura militar, quanto pela reivindicação de reparação às comunidades historicamente oprimidas pelo *establishment* nacional. Uma orientação fortemente vinculada a um “dever de História”¹⁹, que buscava curar feridas abertas de uma sociedade que não havia se reconciliado com seu passado conturbado, ainda presente. Uma sociedade que não conseguiu alcançar justiça após a redemocratização (FICO, 2012, p.53). Para uma melhor abordagem sobre esse contexto, devemos explorar a HTP como campo de reflexão.

Geralmente, o historiador trabalha com múltiplas perspectivas em termos de duração do tempo histórico e se posiciona em relação de distância com o objeto de

¹⁸O propósito deste prelúdio não é abordar de forma detalhada o tema da HTP, nem gerar novas reflexões na área. A tese não se dedica especificamente a esse assunto, mas o tangencia. A relevância dessa abordagem reside em situar o leitor nas discussões em curso nesse campo da historiografia e nos desafios metodológicos associados à pesquisa. Para tanto, foram utilizadas como referências obras de autores como François Bédarida (1926-2001), Pierre Nora (1931-presente), François Hartog (1946-presente), François Dosse (1950-presente), Christian Delacroix (1947-presente), Henry Rousso (1968-presente), entre outros.

¹⁹ Em entrevista à revista *Escritas do Tempo*, mediada pelo historiador ao historiador Erinaldo Vicenti Cavalcanti, em 2020, a historiadora Marieta de Moraes Ferreira descreve que o dever de história “significa o uso do método de investigação histórico de maneira a demonstrar como é produzido o conhecimento histórico” (CAVALCANTI, 2020, p.285).

pesquisa, que pode estar mais próximo ou distante temporalmente do observador. No entanto, invariavelmente, o presente é o lugar a partir do qual o passado é interrogado. Na perspectiva historicista, o historiador deveria se libertar, por meio do estabelecimento de fundamentos teórico-metodológicos rigorosos, da influência de seu *locus* para não criar anacronismos, preservando o passado do julgamento de seu futuro, o presente. Já para a HTP, o presente - o *locus* do historiador - não é um problema que precisa ser resolvido pelo método, mas é o local de questionamento das condições de permanências, o lugar do qual observa a presença do passado (DOSSE, 2012). Em relação às fontes, essa perspectiva delimita diferenças, considerando, por exemplo, a emergência da oralidade e da memória como possibilidades. Desse modo, a HTP se configura em um diálogo com o colapso da cronotopia da modernidade historicista²⁰.

Nas últimas décadas, particularmente nos últimos 30 a 40 anos, o conceito de “Tempo Presente” (TP) tem sido amplamente adotado na historiografia. Sua origem remonta às discussões na França no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, centrando-se na história francesa durante e após a Segunda Guerra Mundial. Questões fundamentais surgiram em torno do Regime de Vichy²¹, da ocupação alemã e, posteriormente, da colaboração do governo francês na deportação de judeus para campos de extermínio (DOSSE, 2012, p.47). Tais eventos e debates precipitaram a formação de um campo de estudo conhecido como “TP” (DELACROIX, 2018, p.48). No entanto, a ideia de “TP” não se alinha necessariamente com a HTP. O historiador François Rousso (2016, p.45), exemplifica essa possível contradição ao revisitar a antiguidade clássica e analisar como Tucídides escreveu a história da Guerra do Peloponeso como uma testemunha ocular, mas sem fazer um exercício da HTP conforme entendemos hoje.

A compreensão da HTP e suas nuances pode ser aprofundada ao recorrer aos fundadores do Instituto de História do Tempo Presente (IHTP), em particular o historiador François Bédarida (2006, p.220), que argumentou que a HTP é marcada

²⁰ A HTP tem gerado debates em torno da análise da cronotopia emergente, marcada pela ruptura entre a concepção historicista-moderna, do século XIX, e um novo “cronótopo” ou “regime de historicidade”, também conhecido como “presentismo”, segundo Hartog (2003). Dentre os historiadores brasileiros que se destacam nessa discussão estão Marieta de Moraes Ferreira, Carlos Fico e Enrique Serra Padrós, junto a outros pesquisadores dedicados a esse tema.

²¹ O Regime de Vichy foi o governo colaboracionista estabelecido na França durante a ocupação nazista na Segunda Guerra Mundial, liderado por Philippe Pétain. Vigente entre 1940 e 1944, foi responsável por políticas de colaboração com a Alemanha e perseguição de judeus, entre outras ações controversas (ROUSSO, 2002).

por limites móveis e provisórios, determinados pela existência de testemunhos oculares e sua interação com o trabalho do historiador. Segundo Bédarida (2006, p.227), a HTP é moldada pelas demandas sociais do presente, tanto em intensidade quanto em natureza, e pela interação contínua entre passado e presente. Em outras palavras, como o passado influencia o presente e vice-versa. Dentro desse contexto, conforme o historiador Christian Delacroix (2018, p.48), a memória passa a ser uma importante ferramenta no campo da História, como tem se configurado desde a segunda metade do século XX, refletindo uma evolução em relação à historiografia tradicional estabelecida no século XIX. Isso tem gerado novas demandas para o campo da História e, conseqüentemente, atraído um número crescente de historiadores para estudos sobre a HTP.

A historiador Marieta de Moraes Ferreira (2018, p.84), em sua análise sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil, destaca que essa mudança de paradigmas favorece uma abordagem retrospectiva da História, permitindo ao historiador uma maior proximidade com o seu objeto de estudo. Além disso, há uma clara tendência à interdisciplinaridade, com colaborações bem-sucedidas entre historiadores e cientistas políticos, jornalistas, sociólogos, geógrafos, antropólogos, críticos literários, entre outros, proporcionando novas perspectivas e contribuições para o campo.

Contudo, os historiadores da HTP enfrentam diversos desafios no seu fazer historiográfico. Entre eles, o da desfactualização²², o qual encontra a indeterminação do presente e confronta a abordagem do passado. Eles também precisam lidar com a contínua contestação de suas análises por parte de testemunhas oculares que podem não se reconhecer em suas interpretações, ressaltando a necessidade de uma articulação cuidadosa entre história e memória. Nesse sentido, a HTP tem ajudado a superar a dicotomia estabelecida pelo sociólogo Maurice Halbwachs (1990) entre história crítica e memória vivida, a qual influenciou o debate sobre a produção historiográfica no último quarto do século passado²³. Outra preocupação central dos

²² O cientista social José Luís Câmara Leme (2008, p.123), em sua análise sobre a obra de Hannah Arendt, percebe que *“En las sociedades contemporáneas hay cuatro formas principales de desfactualizar el mundo: la primera resulta del empleo generalizado de la mentira en las democracias de masas; la segunda, de un relativismo nihilista que transforma los hechos en opiniones; la tercera, de sujetar los hechos a procesos de formalización; y la cuarta en minar la libertad académica sujetándola a una lógica mercantil”*.

²³ Nesse cenário de profícuos debates entre História e memória, especialmente entre os fins da década de 70 e início dos 90, destaca-se a reedição de *“A Memória Coletiva”*, do sociólogo francês Maurice Halbwachs, no qual se explora a relação entre memória e História. O livro estabelece uma demarcação

historiadores que trabalham com a HTP é a reflexão sobre seu papel em uma história que ainda está atuante na sociedade, que é uma memória viva, uma memória em disputa. Primeiro, por causa da relação entre história e memória, a qual é constantemente tensionada ao se fazer uma HTP. Segundo, pois o lugar do historiador em relação a outros produtores de conhecimento, seja testemunhas oculares dos eventos ou aqueles que continuam a sofrer os efeitos dos eventos em seu corpo e mente, ainda é um assunto em debate.

Esses debates vêm sendo promovidos desde o surgimento do IHTP em 1978, órgão que promoveu a ideia do presente como uma dimensão de simultaneidades em expansão. Este "amplo presente"²⁴ impulsiona uma quebra de paradigmas da relação entre passado, presente e futuro, uma "quebra de continuidades" (HARTOG, 2013) movida pela diferente percepção do tempo pelas gerações diante da aceleração desse próprio tempo, como afirma escritora argentina Beatriz Sarlo:

[...] destruição da continuidade entre gerações não vem da "natureza" da experiência, mas da aceleração do tempo; não vem do choque que deixou emudecidos os soldados da Primeira Guerra Mundial, mas de experiências que já não se entendem e são mutuamente incomensuráveis: os jovens pertencem a uma dimensão do presente em que os conhecimentos e as crenças dos pais se revelam inúteis. (SARLO, 2007, p.29)

Em meio ao contexto contemporâneo, a sociedade tem experimentado uma intensa "luta de narrativas" acerca do passado, onde diversos discursos sobre a história se cruzam e muitas vezes entram em conflito. Tais narrativas incluem a propagação de narrativas e informações sem fundamentação em pesquisas confiáveis e fontes verificáveis, os negacionismos (PINSKY; PINSKY, 2023, p.10). Esse cenário pode ser caracterizado como uma "guerra de memórias", conforme conceito proposto pelo sociólogo Pierre Ansart (2022, p.228), na qual diferentes versões do passado são

entre memória e história, diferenciando "história crítica" de "história vivida". Halbwachs afirma que a História crítica surge quando a memória vivida se desvanece por completo, o que reforça, nesse sentindo, o ideal de distanciamento. Ao contrastar história crítica e memória vivida, ele considera a memória inadequada como objeto histórico, sugerindo aguardar o declínio das memórias conflitantes para permitir ao historiador resumir a história, enquadrando-a em causas e efeitos com início, desenvolvimento e conclusão (LEITE e LEÃO, 2020, p. 60).

²⁴ O "amplo presente", termo cunhado por Hans Ulrich Gumbrecht (2015), reflete a condição em que múltiplas temporalidades coexistem, rompendo com a linearidade tradicional. Esse conceito dialoga com outros termos que abordam o foco no presente e a diluição das fronteiras temporais, como espaço de experiência e horizonte de expectativa de Reinhart Koselleck e os regimes de historicidade de François Hartog. Gumbrecht destaca como o "amplo presente" reconfigura nossa experiência temporal, desafiando abordagens tradicionais da historiografia e contribuindo para a crítica do tempo histórico dentro da disciplina histórica. Essa perspectiva contribui para compreendermos a complexidade das temporalidades contemporâneas e sua influência na forma como percebemos o tempo.

apresentadas, especialmente em questões delicadas como ditadura militar, políticas identitárias, gênero e reparação histórica. Diante dessa realidade, o papel do historiador vai além, exigindo o exercício do "dever de História" (FERREIRA, 2018, p.96).

Se, durante muito tempo, a HTP se concentrou em memórias e em eventos traumáticos, como regimes ditatoriais e suas vítimas, essa ênfase nos testemunhos, que instigava um "dever de memória"²⁵, legitimou, por um lado, os estudos sobre esses períodos recentes, mas, por outro, confinou a HTP ao campo da memória (DELACROIX, 2018, p.42). A presença de tais memórias no discurso histórico gerou um duplo impacto na produção historiográfica. Primeiro, o ceticismo em relação à possibilidade de referencialidade direta, comum em discussões rotuladas de pós-modernas. Segundo, fomentou uma crença quase religiosa na verdade absoluta dos testemunhos das vítimas. Sarlo (2007) critica essa "crença religiosa" na verdade inerente à narrativa pessoal, ou seja, a narrativa validada pelo corpo do autor/sujeito e não pelo rigor metodológico típico da ciência, uma vez que a valorização excessiva das narrativas em primeira pessoa pode levar a uma moral acrítica e até a tentativa de censura à crítica em si. Portanto, é fundamental que a HTP continue a se desdobrar entre memória e história, considerando tanto a importância das experiências individuais quanto a necessidade de análise crítica e metodológica²⁶.

Ao longo da década de 2010, especialmente no Brasil, a HTP tem se confrontado com novos desafios devido ao surgimento de um novo contexto político. Nesse cenário, grupos políticos de variadas orientações defendem narrativas

²⁵ A noção de "dever de memória" surgiu na França no início da década de 1950, relacionada às associações de deportados franceses da Segunda Guerra, que buscavam honrar a memória dos assassinados. Inicialmente, prevalecia no espaço público francês a imagem da resistência e o heroísmo durante a ocupação alemã. Contudo, a partir dos anos 1970, a memória do resistente cedeu lugar à memória da vítima, especialmente dos judeus, em um processo de ressignificação do discurso memorial ligado ao holocausto. Assim, a memória assumiu um novo significado, voltado para a busca por justiça, onde os sobreviventes testemunhavam em tribunais casos relacionados ao estado nazista, desempenhando um papel fundamental no exercício do dever de memória. Esse novo conceito de memória está associado à busca por verdade e justiça, influenciando outros grupos que também buscam afirmar suas memórias no espaço público, evocando processos de violência ou discriminação. Paralelamente, na América Latina, o tema da memória pública emerge com as discussões sobre as Ditaduras Militares, como no Brasil, Uruguai, Argentina e Chile. Aqui, a lembrança se torna uma atividade de restauração dos laços sociais e comunitários perdidos no exílio ou destruídos pela violência de Estado. As memórias desses períodos sensíveis ganham relevância em meio a uma demanda por direitos e reparação, contribuindo para a transição para a democracia e dando impulso às lutas por ações afirmativas. (HEYMANN, 2007; RICOEUR, 2007; SARLO, 2007)

²⁶ A HTP brasileira, assim como a internacional, precisa enfrentar o desafio de equilibrar o rigor metodológico e o valor do testemunho individual, na busca por uma compreensão mais completa do presente e do passado.

diferentes sobre o passado e o presente. Se antes predominava a discussão sobre a memória das vítimas dos eventos traumáticos, atualmente observamos narrativas que legitimam esse mesmo regime, transfigurando opressores em heróis, em personagens positivamente representados (FICO, 2021). Essa tendência configura outro sentido inerente da HTP, a qual, conforme o historiador Christian Delacroix (2019, p.43), busca compreender como "passados que não passam" são representados e influenciam os comportamentos atuais, uma vez que o interesse da sociedade civil na política formal tende a aumentar em tempos de crises institucionais e instabilidade política. Fenômeno especialmente verdadeiro no século XXI devido à ampla disseminação das novas mídias e tecnologias de comunicação e informação, como temos assistido.

Em um mundo marcado pelas mídias digitais, cada indivíduo com acesso à Internet se torna um participante do debate político público, processo que simultaneamente democratiza o discurso e potencializa a disseminação de desinformação²⁷. Diante dessa ampliação do debate político potencializado pelas mídias sociais, torna-se imperativo o papel do historiador de contribuir de maneira qualificada nesse debate, enfatizando que o comportamento político precisa ser analisado não apenas em relação à conjuntura política imediata, mas também à luz de linguagens políticas construídas, apropriadas e ressignificadas historicamente. Nesse sentido, surge uma dupla questão teórica crucial: como as linguagens políticas historicamente constituídas inspiram e direcionam comportamentos, e como os historiadores profissionais podem colaborar para o debate público, esclarecendo a nossa atuação nos debates políticos contemporâneos?

²⁷ O historiador Jason Steinhauer (2017) argumenta que a desinformação não é um fenômeno recente, mas sim uma tendência histórica na comunicação, que se intensificou devido ao avanço das tecnologias de informação e comunicação. O atual regime de informação, caracterizado por uma proliferação de meios de comunicação e canais de informação, tornou-se um terreno fértil para a disseminação de desinformação. O autor também destaca a importância da competência em História, que é a capacidade de avaliar a verossimilhança de informações históricas e compreender os contextos em que são apresentadas. Além disso, a desinformação não se limita a distorções da realidade atual, mas também inclui a manipulação do passado para atender a agendas políticas e ideológicas. A disseminação de narrativas anticientíficas e revisionismo histórico representa uma ameaça à compreensão precisa da história e à formação de identidades culturais. Assim, ele defende a necessidade de comunicadores históricos, profissionais que são responsáveis por disseminar conhecimento histórico de forma acessível ao público em geral, a fim de combater a desinformação histórica, conhecida como "fake History.". O conceito de Fake History, cunhado por Jason Steinhauer, refere-se à distorção e manipulação deliberada da narrativa histórica com o objetivo de atender a interesses específicos. É uma manifestação do fenômeno mais amplo de desinformação que afeta a compreensão pública do passado. Steinhauer argumenta que, assim como as fake news distorcem os eventos contemporâneos, as fake histories distorcem a interpretação do passado, muitas vezes para promover agendas políticas ou ideológicas.

Considerando a categoria "História Imediata"²⁸, desenvolvida pelo historiador Jean-François Soulet (1999) no cenário dos debates acadêmicos na França que delinearam os contornos da HTP, tem-se a ideia de uma reconstrução da historicidade das linguagens que modulam o comportamento político. Dessa forma, o historiador passa a atuar não apenas como especialista em eventos passados, mas como profissional capacitado para produzir interpretações orientadoras em conjunturas de crises institucionais. Em face dessa "guerra de memórias"²⁹, cabe questionar qual é o papel do historiador e como podemos passar do "dever de memória" para um "dever de História"? A resposta a essas perguntas recai sobre a necessidade de dar importância rigorosa e crítica às fontes históricas, sejam elas orais, digitais ou outras (DELACROIX, 2018, p.51), especialmente em relação à verificação dessas fontes. Assim, a HTP pode ser uma ferramenta crucial para combater o negacionismo, a desinformação e colaborar com uma agenda de pesquisas, especialmente no que diz respeito à discussão do confronto das fontes, configuração ética do fazer historiográfico (STEINHAUER, 2017).

Nesse contexto, considerando a importância crítica das fontes históricas para combater o negacionismo e desinformação, é fundamental destacar a relação da HTP com a ampliação da noção de "presente". Assim, no que tange às temporalidades e ao "TP", o historiador François Hartog (2013) argumenta que o século XX, em particular a sua primeira metade, desafiou a crença iluminista no progresso constante da humanidade, nacional e científico. A confiança na ideia de um futuro melhor foi abalada por experiências de violência global e destruição em massa, substituída por

²⁸ De acordo com a historiadora Eugenia Allier Montaño (2018, p.108-109), a História Imediata é uma abordagem historiográfica vinculada à contemporaneidade dos eventos e à vivência das gerações presentes (coetaneidade). Proposta por Jean-François Soulet, especialista em história comparada do mundo comunista, a História Imediata enfatiza a importância dos testemunhos dos acontecimentos descritos e das condições de acesso a fontes específicas.

²⁹ Conforme o historiador Pierre Ansart (2002, p.228), a "guerra de memórias" é um conflito complexo que emerge a partir da afirmação e revisão de memórias e ressentimentos relacionados a eventos históricos. Exemplificado na França após a Segunda Guerra Mundial, essa guerra envolveu duas forças políticas rivais: o governo de Gaulle e o Partido Comunista, que divergiam na interpretação das memórias nacionais. Enquanto o governo exaltava a continuidade da nação, o Partido Comunista enfatizava a resistência comunista e o papel da U.R.S.S. Essa disputa gerou novos ressentimentos entre os gaullistas e comunistas. Além disso, houve conflitos entre as vítimas da guerra, resistência e famílias das vítimas de deportações. As narrativas históricas e memórias pessoais se chocavam, tornando o cenário desafiador e confuso. No caso brasileiro, o historiador Mateus Henrique de Faria Pereira (2015, p.864) analisa esse fenômeno no ensaio "Nova Direita: Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014)", no qual busca "compreender melhor alguns aspectos específicos da presença do discurso negacionista, da negação e do revisionismo, bem como as estratégias de combate a eles no espaço público brasileiro contemporâneo, levando-se em consideração alguns textos e imagens específicos que circularam e estiveram disponíveis na internet ao longo dos dois anos [de atuação da Comissão Nacional da Verdade]".

uma sensação de melancolia e ceticismo. Nesse novo "regime de historicidade", o presente é visto como um amplo espaço onde diversos passados são constantemente reinterpretados. Dessa forma, a HTP não se interessa apenas pelo presente como objeto de investigação historiográfica, mas também por entender como o presente é permeado por experiências passadas. Esta perspectiva alarga as fronteiras do que entendemos por "presente", tornando-o um espaço para a constante representificação dos passados que insistem em não passar (DELACROIX, 2018, p.71). O entendimento do tempo como uma sequência linear e progressiva em direção ao futuro é uma construção cultural, uma representação emergente das experiências históricas concretas que marcaram a Europa durante os séculos XVIII e XIX, conhecida como a era das revoluções. Uma das marcas deste período é a consolidação de um regime de historicidade, baseado na ideia de processo e progresso (KOSELLECK, 2006).

A primeira metade do século XX, a partir de experiências históricas que contradisseram os ideais iluministas, desafiam essa noção de tempo linear, tornando mais permeáveis as fronteiras entre o passado e o presente. Nesse sentido, é relevante considerar o surgimento da História como uma disciplina acadêmica no século XIX sob o paradigma do historicismo alemão. O presente é definido como o ponto de enunciação da historiografia científica, o lugar a partir do qual o historiador examina o passado. O método de pesquisa empregado nesse modelo de historiografia, caracterizado por um rigor cientificista, busca minimizar o impacto do presente na interpretação do passado. Assim, o anacronismo é considerado um pecado capital nesse contexto, uma vez que representa a projeção de valores contemporâneos sobre o passado. Contudo, no decorrer do século XX, essas concepções começam a ser revisadas e flexibilizadas.

A HTP, portanto, não se resume a recortar o presente em um fluxo cronológico contínuo que vai do passado ao futuro, como proposto pela cronotopia historicista (ROUSSO, 2002). Na verdade, essa perspectiva evidencia uma reconfiguração do regime de historicidade ao longo do século XX, onde as fronteiras entre passado e presente tornam-se mais porosas e o futuro não é mais encarado como um horizonte utópico. Neste contexto, o passado invade o presente sob a forma de identidades e testemunhos resultantes de experiências traumáticas que demandam reparação. Como referenciado por Delacroix (2018, p.71), Walter Benjamin, ao propor a ideia de "co-presença", sintetiza essa visão na qual o presente é experimentado como um

espaço onde passado e futuro coexistem. No contexto brasileiro e internacional contemporâneo, essa noção de co-presença é central para entender o ambiente histórico e impulsionar disputas políticas. A busca pela identidade, o trauma europeu e a colonialidade³⁰ americana são elementos chave desse movimento. O século XX, ao quebrar a associação entre futuro e progresso e ao trazer à tona os horrores de conflitos globais, gerou uma nova perspectiva histórica. O passado já não é visto apenas como uma etapa a ser superada, e o presente está saturado de um passado que se recusa a passar.

As condições que permitiram a ascensão da HTP relacionam-se com o encolhimento de uma temporalidade modernista e seus desdobramentos historicistas ao longo da primeira metade do século XX. Tais condições surgem de experiências históricas concretas e dão origem a uma nova temporalidade, a qual não vê mais o futuro como progresso ou utopia, mas trata o presente como um amplo espectro no qual diversos passados representificados coexistem e modulam constantemente os comportamentos presentes (HARTOG, 2013). A HTP passou a se ocupar especificamente da modulação dos comportamentos pelo recurso a passados intencionalmente representificados. Embora repertórios passados sempre modulem comportamentos, a característica distintiva da contemporaneidade parece ser a ativação deliberada desses passados representificados, que resistem ao esquecimento, como moduladores de comportamento e legitimadores de demandas, representando assim um uso político do passado³¹ (FERREIRA, 2018, p.81).

A partir da década de 1970, a mudança na compreensão do tempo - frequentemente caracterizada como presentismo - passou a refletir uma nova relação das comunidades com o futuro, o surgimento de novos regimes de historicidade e a

³⁰ Em seu trabalho sobre colonialidade e democracia, a cientista política Luciana Ballestrin (2014) abordará a colonialidade como um conceito fundamental na análise crítica das relações globais e da história política moderna. Originada a partir do contexto das lutas de descolonização do século XX, a colonialidade se refere ao conjunto de estruturas, práticas e lógicas que perduraram além do período colonial, perpetuando desigualdades e injustiças em sociedades pós-coloniais. Assim, no contexto das teorias do Sul (Conell, 2007), a colonialidade oferece uma lente através da qual se pode compreender as interações entre modernidade, democracia e colonialismo, questionando como as democracias pós-coloniais enfrentam os desafios impostos pela persistência da colonialidade e destacando a necessidade de uma teoria democrática que leve em consideração as heranças coloniais.

³¹ Em seu sítio institucional, o IHTP apresenta a seguinte reflexão: "A implicação sobre a dimensão trágica do século XX tem desenvolvido entre os pesquisadores do IHTP (Instituto de HTP) e seu em torno próximo uma sensibilidade particular ao peso do acontecimento traumático, à confrontação com o testemunho, à análise da memória coletiva e dos usos políticos do passado, à importância da imagem como fonte principal de representação do tempo contemporâneo e às relações com a demanda social e o espaço público. Essas questões estão no cerne da prática dos historiadores de hoje (IHTP, 2019, tradução livre do autor).

introdução de tecnologias emergentes que transformaram a experiência do tempo. Nesse cenário, a concepção atualista do tempo, pautada na constante atualização, distingue-se da noção clássica de progresso e pode ser delegada a sistemas automatizados. Essa nova configuração, em teoria, quebra a antiga ideia de progresso versus obsolescência. A abordagem historiográfica em relação a essa alteração na percepção e construção cultural do tempo conta com significativas contribuições do historiador Michel de Certeau (1982), do sociólogo Paul Ricouer (2007), do historiador Reinhart Koselleck (2006), entre muitos outros³².

Portanto, é crucial estar atento aos perigos da instrumentalização do passado, conforme alertado pela historiadora Mariana Penna (2021, p.135). A atribuição de excessiva importância a eventos específicos, baseada unicamente em suas ressonâncias no presente, pode resultar em uma compreensão distorcida do passado. Do mesmo modo, há riscos em transformar a memória em uma prática punitivista, provocando o que Ricouer (*apud* DELACROIX, 2018, p.60) chama de "desrazão identitária". Nesse sentido, a HTP desempenha uma função crítica mais ampla, contribuindo para a formação da cidadania a partir da orientação histórica.

II. O ofício do historiador e a História do Tempo Presente

O campo historiográfico tem cada vez mais se concentrado na análise da relação entre a produção de narrativas históricas e o ativismo, inclusive, mesmo que incipiente, no que se destina ao âmbito LGBT³³ (SCHMIDT, 2021). Esta relação tem

³² Certeau (1982, p.93) argumenta que a escrita da história é a presença de uma ausência, indicando uma abordagem que valoriza as marcas e os traços que o passado deixa no presente. Ricouer (2007, p.116) enfatiza que a escrita da história funciona como um mediador entre vivos e mortos, pautado na interpretação e problematização dos vestígios encontrados. A partir desse prisma, a história é vista como uma construção narrativa, ao invés de uma descrição literal dos fatos. Por sua vez, Koselleck (2006) argumenta que o tempo histórico perde sua continuidade regular e uniforme, assumindo uma configuração experiencial única para cada comunidade. Este pensamento corrobora a ideia de que a compreensão do tempo se desnaturaliza e torna-se uma questão de interpretação. Braudel (1965), em contraponto, propõe a noção de longa duração. Em sua análise, é fundamental considerar a permanência e a simultaneidade no conceito de tempo histórico. Ele destaca a importância de observar tanto as mudanças rápidas e evidentes quanto os aspectos estruturais mais profundos e lentos da sociedade. Hartog (2013) se destaca com uma crítica ao eurocentrismo e ao presentismo, propondo a ideia de regimes de historicidade, isto é, a forma como cada sociedade lida com o tempo histórico. Em sua concepção do regime presentista atual, o passado é idealizado, mitificado e serve como base de legitimação para o presente, enquanto o futuro traz consigo a promessa de desastre, pressionando o presente para evitar tal realização. O filósofo francês Paul Ricouer (2007, p.337) oferece uma importante contribuição ao lembrar que essas narrativas não devem ser vistas como uma busca por uma "verdade positivista", mas como uma forma de lidar com memórias e ressignificações. Em geral, se destaca a ideia do exercício de memória, percebendo a memória como um processo ativo, o qual deve ser conscientemente perseguido para ajudar a "curar" as sociedades de seus traumas.

³³ Em entrevista concedida à revista Tempo e Argumento, da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), em setembro de 2020, o historiador e ex-presidente da ANPUH Benito Schmidt reflete sobre

gerado discussões dentro do panorama historiográfico contemporâneo e o engajamento de historiadores com as questões intrínsecas à população LGBT³⁴ tem tido a capacidade de proporcionar perspectivas inovadoras, influenciando significativamente novas produções historiográficas.

A subjetividade dos historiadores, concebida como uma combinação de suas perspectivas práticas e as experiências individuais que moldam sua abordagem e interpretação dos acontecimentos históricos, a *práxis*, possui um papel de destaque

os desafios políticos e metodológicos postos aos profissionais de História para com as questões de gênero e homossexualidades no período presente. De acordo com o pesquisador (2021, p.04 e 05), “o grande desafio de nós historiadoras e historiadores é nos colocarmos com os equipamentos que a nossa disciplina nos dá para pensar o tempo, para pensar a política, para pensar a relação entre a ação dos sujeitos e das sujeitas e os constrangimentos estruturais, usando essas reflexões que são tão caras a nossa disciplina. Que nos coloquemos à frente na luta pela democracia, pelos direitos humanos no sentido mais profundo, não só no formalismo. No campo específico da história LGBT, é interessante que, nesse contexto tão adverso em termos políticos, as discussões sobre gênero e sexualidade estejam se fortalecendo, o que me parece um alento a nossa capacidade de resiliência e resistência. Os historiadores e historiadoras de história LGBT têm o desafio das fontes, não que elas não existam, mas quem estuda os subalternos e as subalternas vai ter problemas com as fontes; não é uma questão peculiar da história LGBT, mas temos que nos empenhar na produção de fontes, por exemplo, de fontes orais, na preservação de acervos privados. Sabemos que, muitas vezes, as famílias têm vergonha das pessoas LGBT e quando do falecimento de algumas dessas pessoas, as famílias não têm a compreensão da importância de materiais escritos guardados, fotografias, flyers de boates. Esse é um desafio das fontes que merece um investimento de nós que nos interessamos, não apenas em produzir, mas também de disponibilizar ao público. Basta vermos que quando o jornal *Lampião da Esquina* foi digitalizado e disponibilizado, as pesquisas sobre o ele se multiplicaram. Do ponto de vista acadêmico, há o desafio da legitimação historiográfica, ou seja, a história LGBT não deve se voltar apenas para esse campo específico como uma coisa meio do gueto, mas temos que mostrar como as pesquisas sobre experiências, processos e discursos, que têm a ver com a história LGBT, podem dialogar com a História em termos amplos. É possível pensar questões básicas do conhecimento histórico como narrativa, prova, tempo, sujeito, estrutura a partir dos nossos ensaios desse campo específico para consolidar uma historiografia LGBT, fazendo nossas pesquisas interpelarem a História como um todo e isso tem sido feito”.

³⁴ Sigla originalmente utilizada para identificar a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis e Transgêneros, aprovada pela 1^o Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Travestis e Transexuais, ocorrida em Brasília entre os dias 06 e 08 de junho de 2008. O termo se origina das reflexões provocadas ao longo das últimas décadas na tentativa exaustiva de representar a diversidade de expressões de sexualidade e gênero existentes na comunidade humana. Originalmente chamado de Movimento Gay, ao longo do tempo outros termos foram sendo propostos para identificar essa população, tais como GLS, no qual o S dizia respeito a “simpatizantes”, e, mais tarde, GLBT. Ao decidir inverter a ordem das letras G e L, padronizando a nomenclatura usada pela sociedade civil, gestão pública e seguimentos organizados para LGBT, a 1^a Conferência Nacional buscou dar visibilidade as demandas das Lésbicas, isto é, conforme a professora Silvana Conti (2008, p.29), “*Eu acho que um grande avanço também que eu observo aqui na Conferência e também na Comissão Organizadora Nacional, é que estamos, neste momento, que eu considero histórico também, não brigando para ter o L na frente; eu, pelo menos das coisas que foram ditas aqui, né? E por que é que nós compreendemos que não basta estar na frente ou atrás nas letras, não é isso, não é uma questão de lugar, ali, naquele lugar, é uma questão de lugar na sociedade mesmo, porque, enquanto mulheres, nós sofremos dupla opressão: sofremos opressão por sermos mulheres e por orientarmos o nosso desejo por mulheres*”. Nesse sentido, o termo LGBT utilizado nessa tese vai ao encontro das deliberações da 1^a Conferência Nacional, a primeira conferência desse porte no mundo, e deve ser entendida em conjunto com suas variantes, como LGBTI+, LGBTIA+, LGBTQIA+, LGBTQIAP+, LGBTQIAPN+, LGBTTT, LBT, entre outras, uma vez que “tal sigla vem oscilando desde a década de oitenta, quando outras siglas foram utilizadas, bem como atualmente novas terminologias são discutidas” (BOITA, 2014, p.8).

na produção historiográfica. Este entendimento é crucial, uma vez que o posicionamento de cada historiador é determinado por suas vivências pessoais, identidades e compromissos políticos (MALERBA, 2011)³⁵. A busca pela objetividade no trabalho de pesquisa histórica encara as influências subjetivas e políticas que permeiam o processo historiográfico, isto é, conforme o historiador Michel de Certeau (1982, p. 66), “toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural”; logo, é imprescindível manter um constante questionamento acerca destas influências no trabalho de cada pesquisador. Vale lembrar a máxima do historiador Marc Block (2001, p.79) que, ao afirmar que “[...] os textos ou os documentos arqueológicos, mesmo os aparentemente mais claros e mais complacentes, não falam senão quando sabemos interrogá-los”, expõe o caráter subjetivo da construção do conhecimento histórico que se constitui já no processo de seleção das fontes.

Assim, a atuação dos historiadores no campo dos estudos sobre gênero, sexualidade e suas interseccionalidades, por exemplo, pode ser interpretada como um compromisso com a transformação social e com a luta pela garantia dos direitos e do reconhecimento da população LGBT. Neste contexto, o fazer historiográfico tem um papel crucial na visibilidade desses grupos que historicamente têm sido negligenciados ou até mesmo suprimidos ao produzir material que expande a compreensão do passado LGBT. O historiador não apenas aumenta a visibilidade dessa população, mas também contribui para a compreensão de suas experiências, fornecendo instrumentos para a reflexão crítica e para a promoção da justiça social (SCHMIDT, 2021, p.4).

Todavia, o ativismo político não deve comprometer a rigidez metodológica e a busca pela objetividade dentro dos limites possíveis. A busca deve ser por um equilíbrio entre o compromisso político e a responsabilidade de produzir um

³⁵ Em sua obra “Ensaio: teoria, história e ciência sociais”, o historiador Jurandir Malerba (2011) destaca que a relação entre conhecimento, vida e realidade é fundamental para a função da história nas sociedades, enfatizando o papel da historiografia como prática cultural e orientadora na sociedade. Ele busca superar a separação entre discurso e realidade, enfatizando a importância do contexto social na construção das representações. Ao recorrer às teorias de *habitus* de Bourdieu e na teoria simbólica de Elias, reafirma a validade epistemológica da história e do fazer historiográfico ao conectar a representação ao mundo real, superando as separações entre conhecimento, discurso e realidade. Seu posicionamento defende a responsabilidade social do historiador em contribuir para a compreensão do passado e a orientação no presente. Nesse sentido, o posicionamento de cada historiador é intrinsecamente parcial, determinado por suas vivências pessoais, identidades e compromissos políticos, mas a busca pela objetividade e pelo rigor metodológico permanece como um ideal a ser perseguido no fazer historiográfico.

conhecimento historiográfico válido e confiável. Portanto, a pesquisa histórica relacionada às questões LGBT no presente trabalho tem seus desafios específicos. Se por um lado, a proximidade temporal pode limitar a análise dos eventos mais recentes, requerendo uma abordagem cuidadosa que considere as dinâmicas em evolução e as controvérsias contemporâneas; por outro, o estudo desses eventos recentes é válido e relevante, desde que seja realizado de maneira séria e honesta, com uma clara compreensão das limitações e desafios envolvidos (DELACROIX, 2018; FERREIRA, 2018; FICO, 2013). Em resumo, a conexão entre a produção historiográfica e o ativismo no âmbito LGBT constitui uma relação complexa e desafiadora. Abordamos essa conexão com seriedade, compreendendo que a subjetividade do historiador e seu envolvimento político podem enriquecer a pesquisa historiográfica e contribuir para a transformação social, sem precisar renunciar à integridade acadêmica e a responsabilidade ética na abordagem das fontes e na elaboração do conhecimento histórico. Ao contemplar essas questões, os historiadores podem contribuir para uma historiografia mais inclusiva, crítica e engajada com a justiça social. Essa é uma das dimensões intrínsecas e norteadoras dessa tese.

Em meio ao cenário atual³⁶, os profissionais da História têm se deparado com variados desafios que demandam uma reflexão ampla e profunda, como os apontados pelo historiador José D'Assunção de Barros (2020, p.248) em conferência proferida na Universidade Pontifícia Católica de Minas Gerais, em 2019, na qual discute aqueles que podem ser considerados os seis principais desafios da historiografia para as próximas décadas: “a responsabilidade social, a criatividade na escrita, as novas interdisciplinaridades, a variedade de suportes, a abrangência de públicos e a transferência crítica”. Dentre estes desafios, encontramos questões como o ensino da História, o envolvimento dos historiadores com as comissões da verdade, a preservação, organização e disponibilização do Patrimônio Cultural para o público, bem como os desafios políticos e metodológicos encontrados em questões de gênero, sexualidade e suas interseccionalidades. Nesse panorama, torna-se crucial compreender a amplitude do debate conceitual, histórico e teórico que permeia essas questões, com o objetivo de prover subsídios para uma atuação profissional cada vez mais eficaz e consciente.

³⁶ Escrevemos essa Tese entre 2019 e 2023, num contexto vivido entre o governo Bolsonaro e início do Governo Lula III (assim chamado o terceiro governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva).

A construção da História na contemporaneidade requer um olhar metódico, de modo a evitar anacronismos e garantir uma compreensão profunda do contexto no qual o historiador se encontra inserido (TURIN, 2022, p.159). A História é agora amplamente reconhecida como uma construção que se faz através de mediações e interpretações, afastando-se de um mero relato factual do passado (FICO, 2013). A subjetividade do historiador, suas escolhas narrativas e as restrições temporais, tudo isso são fatores que influenciam decisivamente na edificação do conhecimento histórico. Dessa forma, a busca pela verdade na escrita da História é vista como um processo complexo e mediado, no qual o historiador reconhece a impossibilidade de uma ressurreição completa do passado, enquanto procura estabelecer um 'contrato de verdade' fundamentado em critérios de verificabilidade e refutabilidade. Assim, a escrita histórica torna-se um exercício de equilíbrio entre a busca pela verdade e o reconhecimento das limitações e mediações inerentes a esse processo.

Os historiadores são incentivados a assumir uma postura crítica em relação ao conhecimento histórico, desafiando explicações simplistas e reconhecendo que a história é construída a partir de lacunas, o que implica uma constante reavaliação das respostas anteriormente formuladas (FERREIRA, 2018, p. 101). A história, portanto, é percebida não como uma mera repetição do passado, mas como um diálogo constante entre o presente e as respostas proporcionadas pelo passado (CERTEAU, 1982; LUKACS, 2007; RÜSEN, 2007)³⁷. Nesse panorama, os historiadores enfrentam o desafio de formular questões que permitam uma compreensão mais profunda e crítica do passado. Em meio à crise da noção de futuro e à hipervalorização do presente, que têm levado os historiadores a repensarem sua prática e a refletir sobre sua subjetividade como produtores de conhecimento histórico, a humildade e o reconhecimento das limitações do conhecimento histórico passam a ser elementos-chave de seu *ethos*³⁸. Isso mantém a disciplina histórica em constante evolução,

³⁷ O filósofo György Lukács (2003, p.436) aborda a subjetividade como um processo ativo de consciência que se desenvolve na relação do sujeito com a sociedade e a história, "na medida em que o passado é explicitado durante a autocrítica do presente". O historiador Jörn Rüsen (2007, p.102-109) compartilha da mesma preocupação sobre a formação da consciência histórica enfatizando a mediação como um processo pelo qual os sujeitos se relacionam com a história e o passado e pelo qual compreendem a particularidade de sua própria identidade histórica.

³⁸ O *ethos* historiográfico refere-se à ética e aos valores que orientam a prática e a produção dos historiadores ao longo da história. Em trabalhos recentes, como os dos historiadores Rodrigo Turin (2009) e Maria da Glória Oliveira (2010), o conceito de ética historiográfica é explorado como uma ferramenta analítica para compreender as formações historiográficas do passado. A natureza política da escrita histórica é enfatizada como justificativa para o caráter ético da profissão de historiador, uma vez que escrever história implica estabelecer uma relação entre o historiador, o contexto em que

sempre aberta a novas perspectivas por meio do diálogo constante com o presente, provocando transformações significativas no campo da historiografia contemporânea.

III. Possíveis contribuições da pesquisa sobre o cancelamento da Queermuseu à práxis historiográfica.

No atual contexto da historiografia, como visto até aqui, a HTP oferece desafios específicos que exigem uma reflexão aprofundada por parte dos historiadores. Entre eles, o conceito de “TP”, o qual não se limita a um período temporal imediatamente recente, mas abarca uma compreensão mais ampla do passado que ainda ressoa e possui relevância no presente. Assim, ao lidar com eventos recentes, como a Queermuseu, os historiadores correm o risco de serem influenciados por suas próprias experiências e visões contemporâneas, podendo comprometer a objetividade e a imparcialidade da análise histórica, levando a interpretações parciais ou simplistas. Assim, ao refletir sobre a prática historiográfica, na qual esta tese se insere e com a qual busca contribuir, é crucial que os historiadores estejam conscientes das armadilhas envolvidas e adotem uma abordagem crítica e reflexiva, reconhecendo as influências subjetivas e contextuais que podem impactar sua análise.

Contudo, outros desafios relacionados à HTP merecem nossa atenção, entre eles a multiplicidade de fontes e as narrativas disponíveis (BAUER; NICOLAZZI, 2016; MELO, 2013; MISKOLCI, 2011; LIMA; MENESES, 2023). Com a disseminação da *Internet* e das mídias sociais, temos acesso a uma quantidade exorbitante de informações em tempo real. Entretanto, nem todas essas fontes são confiáveis ou imparciais³⁹, e cabe ao historiador avaliar criticamente e selecionar as fontes mais relevantes e confiáveis para sua pesquisa. Além disso, as narrativas sobre eventos recentes podem ser diversas e contraditórias, exigindo um cuidado extra na análise e interpretação dos eventos⁴⁰, como em relação ao nosso objeto, no caso a

escreve e o projeto que defende. Esse princípio também é aplicado para descrever a preocupação com características como rigor e diligência na prática historiográfica. Assim, o *ethos* historiográfico engloba os valores e princípios éticos que norteiam a prática e a produção histórica, influenciando a maneira como os historiadores se apresentam a si mesmos, aos seus pares e às instituições que legitimam seu trabalho, desempenhando um papel fundamental na legitimação da atividade historiográfica.

³⁹ Observamos essa dinâmica no caso da Queermuseu, que também gerou uma considerável produção de conteúdo revisionista histórico. Um exemplo é o artigo de opinião escrito em 2018 por Norma Venâncio, doutora em literatura, disponível no link <https://teologiabrasileira.com.br/apenas-arte-sobre-a-exposicao-queermuseu-no-santander-cultural/>, acessado em 06/10/2023. Nesse artigo, são abordadas questões relacionadas à interpretação da História em meio ao revisionismo e negacionismo na era da Pós-Verdade.

⁴⁰ A historiadora Caroline Bauer e o historiador Fernando Nicolazzi (2016), ambos da UFRGS, ao analisarem as apropriações e usos do passado em relação à ditadura civil-militar brasileira, percebem

Queermuseu. Isto é, a HTP enfrenta o desafio de lidar com temas sensíveis e controversos que ainda estão em processo de desenvolvimento, como conflitos étnicos, movimentos sociais, mudanças políticas e avanços tecnológicos que estão em constante evolução e demandam uma análise sensível e atualizada⁴¹. Os historiadores devem estar atentos aos debates e discussões em curso e adaptar suas abordagens à medida que novas informações e perspectivas surgem.

Além disso, a HTP exige uma reflexão crítica sobre o papel do historiador como intérprete e mediador dos eventos contemporâneos (LIMA; MENESES, 2023). Os historiadores devem estar cientes de sua posição de poder e privilégio na construção da narrativa histórica e buscar incluir vozes e perspectivas marginalizadas ou silenciadas. Isso implica uma abordagem mais inclusiva e colaborativa, envolvendo diferentes atores sociais e dando voz às comunidades envolvidas nos eventos estudados. Além disso, a HTP enfrenta o desafio de contribuir para a compreensão do presente e para a construção de um futuro mais justo e igualitário. Os historiadores têm a responsabilidade de utilizar seu conhecimento e análise histórica para promover a conscientização social, desafiar narrativas dominantes e contribuir para mudanças positivas na sociedade. Isso exige um compromisso com a relevância social e política da História, buscando conectar o passado ao presente de maneira significativa e inspiradora. Portanto, a HTP apresenta desafios significativos para os historiadores, que vão desde a falta de distanciamento temporal até a complexidade das fontes e narrativas contemporâneas. No entanto, esses desafios também oferecem oportunidades para uma abordagem historiográfica mais crítica, reflexiva e engajada. Ao enfrentar esses desafios, os historiadores podem contribuir para uma compreensão mais profunda do presente e para a construção de um futuro mais consciente de sua própria história.

que as narrativas e interpretações sobre esse período se encontram em uma zona de fronteira, cujos limites nem sempre são perceptíveis, entre o trabalho do falsário e o ofício do historiador. Eles destacam como questões como testemunho, verdade e veracidade dos relatos históricos são centrais nesse debate, levando os historiadores a refletirem sobre sua prática em termos de função social e consequências políticas.

⁴¹ O historiador Richard Miskolci (2011), já no início da década de 2010, percebia os desafios éticos e metodológicos enfrentados pelos pesquisadores ao lidarem com as transformações sociais, tecnológicas e de comunicação gerados, por exemplo, pelo avanço das redes sociais, as quais têm impactado diretamente nas abordagens e práticas das pesquisas historiográficas. Em seu texto “Novas conexões: notas teórico-metodológicas para pesquisas sobre o uso de mídias digitais”, o autor destaca como essas mídias estão dissolvendo as antigas fronteiras entre público e privado, gerando dilemas éticos nas pesquisas. Miskolci destaca como as mídias digitais passaram a reformular a compreensão da subjetividade e da sociedade, desafiando as teorias tradicionais das ciências humanas e sociais.

Ao confrontar esses desafios, a abordagem historiográfica tem sido continuamente reelaborada e ajustada, num esforço para navegar pela complexidade da HTP. Uma das maneiras pelas quais os historiadores têm procurado superar essas dificuldades é por meio da interdisciplinaridade, utilizando métodos e teorias de outras disciplinas para enriquecer sua análise e compreensão dos eventos contemporâneos (FERREIRA, 2018). Por exemplo, a utilização de métodos da Sociologia, Ciência Política, Psicologia e Antropologia pode fornecer aos historiadores ferramentas valiosas para examinar o passado recente de uma perspectiva mais ampla e profunda. Isso pode envolver a aplicação de teorias sociológicas para entender as dinâmicas sociais e estruturais que moldam os eventos contemporâneos, ou o uso de métodos antropológicos para investigar as experiências e percepções individuais e comunitárias desses eventos.

Da mesma forma, os avanços tecnológicos, especialmente na área da ciência da informação e tecnologia digital, proporcionaram novas maneiras de coletar, analisar e interpretar fontes históricas. Por exemplo, a análise de dados em grande escala e a análise de redes sociais tornaram-se métodos valiosos para lidar com a grande quantidade de informações disponíveis na era digital. Nesse sentido, o uso de tecnologias digitais tem se mostrado uma maneira eficaz de superar desafios na disseminação de novas abordagens historiográficas (SILVA DE OLIVEIRA, 2014; LUCCHESI, 2014). A digitalização de documentos, fotografias e outros materiais relacionados à história LGBT, por sua vez, não só preserva esses itens da deterioração física, mas também os torna acessíveis a uma audiência global. Isso significa que pesquisadores, estudantes e o público em geral podem acessar esses materiais independentemente de sua localização geográfica. A digitalização de publicações históricas, como o caso do jornal *Lampião da Esquina*, tem sido essencial para a democratização do conhecimento histórico e o combate à invisibilidade da história LGBT⁴².

Essas novas técnicas permitem que os historiadores identifiquem padrões, tendências e conexões que podem não ser facilmente perceptíveis através de métodos tradicionais de pesquisa histórica. Ao mesmo tempo, os historiadores

⁴² Utilizando como referência o buscador Google Acadêmico e utilizando a chave “*Lampião da esquina*” (entre aspas), iremos encontrar os seguintes resultados [aproximados] para o período entre: 2000 e 2005: 37 resultados; 2006 e 2010: 143 resultados; 2011 e 2015: 308 resultados; 2016 e 2020: 910 resultados; 2021 e 2023 (hoje): 663 resultados.

também têm procurado desenvolver uma abordagem mais inclusiva e pluralista da História, buscando incorporar vozes e perspectivas marginalizadas. Isto tem envolvido um foco crescente em histórias orais, memórias pessoais e narrativas comunitárias como fontes valiosas de informação histórica. Essas fontes permitem que os historiadores capturem a diversidade de experiências e perspectivas relacionadas a eventos contemporâneos, fornecendo uma visão mais complexa e nuançada do passado (LOHN, 2019, p.17).

A História Pública⁴³, uma área de estudo que procura tornar a História relevante e acessível ao público geral, também tem desempenhado um papel importante na abordagem da HTP. Através de museus, exposições, documentários, mídias sociais e outras formas de engajamento público, os historiadores têm buscado comunicar suas pesquisas de uma maneira que seja significativa e relevante para o público contemporâneo. Isso não só aumenta a consciência pública e o entendimento do passado, mas também permite um diálogo mais rico e inclusivo sobre a História (MALERBA, 2017). Em geral, os historiadores têm absorvido a importância de uma abordagem ética e responsável à HTP. Isso envolve o reconhecimento da influência e impacto que a História pode ter na sociedade e no mundo, e a necessidade de usar esse poder de forma consciente e responsável, acarretando uma reflexão cuidadosa sobre as implicações éticas de suas pesquisas, a inclusão de múltiplas perspectivas e vozes, e um compromisso com a transparência e a integridade acadêmica⁴⁴.

⁴³ Não adentraremos às discussões sobre História Pública, mas para o público que tiver interesse em conhecer esse campo de estudos vale a leitura, entre outros, do livro “História Pública no Brasil: sentidos e itinerários”, publicado em 2016, lançado pela editora Letra e Voz e organizado pelos historiadores Ana Maria Mauad, Juniele Rabêlo de Almeida e Ricardo Santhiago. Na obra em questão, no capítulo “Práticas de História Pública: o movimento social e o trabalho de história oral”, de autoria da historiadora Juniele Rabêlo de Almeida (2016, p.47), podemos perceber que a história pública é uma abordagem que busca ampliar o acesso ao conhecimento histórico, envolvendo diversos públicos e promovendo debates sobre o passado no contexto atual. Ela considera a diversidade de perspectivas, o impacto social da pesquisa acadêmica, a comunicação acessível, a influência nos debates sobre patrimônio, a utilização de novas mídias, a participação em celebrações, a interdisciplinaridade e a relação entre história e literatura. Essa abordagem desafia a ideia de que a história é exclusivamente acadêmica e busca torná-la relevante para um público mais amplo.

⁴⁴ O historiador Jurandir Malerba (2017, p.146), ao refletir sobre os aspectos relacionados aos desafios contemporâneos do fazer historiográfico na era digital, tendo em vista a profusão de sites, blogs, páginas, contas em redes sociais, podcasts, entre outros meios, de divulgação de informação de cunho histórico, mesmo que não produzido ou revisados por historiadores, entende que, nos tempos atuais, a história enfrenta desafios significativos relacionados à sua divulgação e ao papel dos historiadores. Se por um lado, há a necessidade de conciliar a especialização acadêmica com o desejo de alcançar um público mais amplo, por outro isso tem levado os historiadores a competirem com amadores na produção de conhecimento histórico acessível a todos. Essa democratização da história é positiva, permitindo que diferentes grupos se identifiquem nas narrativas históricas. No entanto, também levanta preocupações sobre a autoridade e a qualidade do conhecimento histórico, que agora é frequentemente medida pelo sucesso comercial em vez de critérios acadêmicos tradicionais. Isso desafia os

Assim, apesar dos desafios apresentados pela HTP, os historiadores têm se esforçado para desenvolver abordagens inovadoras e reflexivas para entender e interpretar o passado recente. Essas abordagens não só melhoram a nossa compreensão do presente, mas também fornecem *insights* valiosos para o futuro, ajudando-nos a navegar pelos desafios e oportunidades que enfrentamos como sociedade. Além disso, a participação de historiadores em debates públicos e políticos tem se mostrado crucial, como é o caso, por exemplo, da participação da historiadora Lilia Moritz Schwarcz em diversos conteúdos produzidos para o ambiente *online*. Isso pode envolver a promoção de uma consciência histórica no público em geral, desafiando narrativas históricas problemáticas ou falsas, e defendendo o valor da História, e das demais áreas das Ciências Humanas e Sociais, para a sociedade.

A história LGBT é um campo onde esses esforços são particularmente necessários, dada a sua invisibilidade e marginalização persistentes. No campo acadêmico, a inclusão da história LGBT no currículo do ensino de História é de suma importância. Isso não só promoverá uma compreensão mais rica e inclusiva da História, mas também ajudará a combater o estigma e a discriminação que muitas vezes acompanham as identidades LGBT. Isso requer o desenvolvimento de materiais de ensino inclusivos, a capacitação de professores e a criação de um ambiente escolar acolhedor e inclusivo.

Em relação à Teoria *Queer* no contexto brasileiro, é necessário reconhecer e resistir aos ataques e repressões atuais contra a pesquisa e o ensino dessa área. Isso pode envolver o desenvolvimento de redes de apoio entre acadêmicos, estudantes e ativistas, bem como a defesa ativa da liberdade acadêmica e dos direitos humanos. A persistência na produção de conhecimento sobre sexualidades dissidentes, mesmo diante de obstáculos e hostilidades, é crucial para a resistência e a transformação social. No campo da arte e da cultura, é essencial que os historiadores se envolvam em análises críticas das representações de gênero e sexualidade. Isso pode envolver a investigação da censura e da controvérsia, como no caso da Queermuseu, bem como a celebração e a promoção de expressões artísticas que desafiam as normas dominantes e visibilizam as experiências LGBT.

Em resumo, os desafios que os profissionais da História enfrentam hoje exigem reflexão teórica, comprometimento ético e inovação metodológica. Ao enfrentar esses

historiadores a repensar seu papel e suas responsabilidades diante de uma audiência cada vez mais diversificada e exigente.

desafios de frente, os historiadores têm a oportunidade de enriquecer a compreensão do passado, iluminar o presente e contribuir para um futuro mais inclusivo e justo.

Introdução: o cancelamento da Queermuseu, uma pesquisa necessária sobre nossa história recente

Para o historiador, é interessante notar como algumas datas acabam sendo carregadas de sentido ao longo do tempo (CERTEAU, 1982; HOBBSAWN, 1984; WHITE, 1992)⁴⁵. Ou porque a própria humanidade as enche de tamanha importância simbólica que acaba por destacá-las no calendário geral e no imaginário popular, como acontece com os valores simbólicos atribuídos ao dia 25 de dezembro, por exemplo; ou porque elas encerram em si fenômenos únicos que marcam singularmente a humanidade, friccionando as fronteiras do território ao qual ela está originalmente circunscrita. Para este caso, algumas datas podem ter apenas uma significância delimitada ao círculo doméstico ou comunitário, já outras podem representar marcos sociais mais amplos, como aconteceu com a extraordinária mobilização de grupos LGBT por ocasião do episódio conhecido como Revolta de *Stonewall*⁴⁶, ocorrida na noite do dia 28 de junho de 1969, nos Estados Unidos. Naquela ocasião, uma batida policial realizada com bastante truculência no bar *Stonewall Inn*, no *Greenwich Village*, região suburbana de Nova York, acabou gerando uma revolta que mobilizou uma significativa parcela da sociedade estadunidense e mundial para as questões que envolviam direitos civis de cidadãos LGBT. Um evento singular, circunscrito a um determinado território, que se transformou num evento de

⁴⁵ O historiador Eric Hobsbawn (1984, p.12), ao refletir sobre a “invenção” das tradições, propõem que o estabelecimento de marcos temporais visa inculcar certos valores e normas de comportamento através da comemoração e da repetição, imbuindo as tradições de justificativas ideológicas, não meramente técnicas, como no caso das redes de convenções, uma vez que, em termos marxistas, dizem respeito à superestrutura, não à infraestrutura. Já o historiador Miguel de Certeau (1982, p.09), em sua análise sobre a escrita da História, lembra que mais do que proceder a reconstituição cronológica, “*por demais dócil à ficção de uma linearidade do tempo*”, “*A historiografia (quer dizer “história” e “escrita”) traz inscrito no próprio nome o paradoxo – e quase o oximoron – do relacionamento de dois termos antinômicos: o real e o discurso. Ela tem a tarefa de articulá-los e, onde este laço não é pensável, fazer como se os articulasse*”. Por fim, o historiador Hayden White (1992, p.19), ao pensar a História como um elemento ficcional, oferece como premissa à sua tese de que os acontecimentos que se registram cronologicamente à medida que aparecem no horizonte do relato não são capazes de falar por si mesmos. Ao contrário, “*La tardía invención del discurso histórico en la historia de la humanidad y la dificultad de mantenerlo en épocas de crisis cultural (como en la alta Edad Media) sugiere la artificialidad de la idea de que los acontecimientos reales podrían «hablar por sí mismos» o representarse como acontecimientos que «cuentan su propia historia»*. Esta ficción no habría planteado problemas antes de imponerse al historiador la distinción entre acontecimientos reales e imaginarios; la narración de historia sólo se problematiza después de que dos órdenes de acontecimientos se disponen ante el narrador como componentes posibles de los relatos y se fuerza así a la narración a descargarse ante el imperativo de mantener separados ambos órdenes en el discurso”.

⁴⁶ Não há convenção na historiografia sobre a denominação para os episódios ocorridos no *Village*, Nova York, Estados Unidos, em 28 de junho de 1969, podendo aparecer, dependendo da obra e do autor, como “revolta”, “rebelião” ou “revolução” de *Stonewall*. Nessa tese, não entraremos no mérito de qual a denominação mais assertiva para esse fato histórico, aparecendo como “revolta” por mero estilismo textual.

escala global que permanece latente até os dias atuais, como aponta o historiador James Green, ao refletir o impacto dos eventos de *Stonewall* sobre a produção acadêmica:

A rebelião de Stonewall, ocorrida em 1969, na cidade de Nova Iorque, iniciou um amplo movimento político nos Estados Unidos que, eventualmente, fortaleceu e positivou os estudos sobre gays e lésbicas. Nas faculdades e universidades americanas, professores passaram a oferecer cursos com temática gay e, no final dos anos de 1980, estudantes e acadêmicos iniciaram um processo de organização de programas ou centros, em instituições espalhadas pelo país. Nos anos de 1990, estudos queer emergiram nos departamentos de literatura e se ampliaram para outras disciplinas. Hoje, ao vasculhar as prateleiras de uma livraria nos Estados Unidos, vão-se encontrar centenas de livros que tratam de diversas questões relativas ao erotismo entre pessoas do mesmo sexo, nas mais variadas temáticas (GREEN, 2003, p.19).

Embora o objeto de análise desta tese não tenha o mesmo impacto cultural que *Stonewall* teve no panorama ocidental contemporâneo, ele representa um marco político surpreendente para a historiografia brasileira e é interessante do ponto de vista acadêmico. O fato que passaremos a analisar diz respeito ao fenômeno relacionado ao cancelamento intempestivo da mostra “Queermuseu: cartografias da diferença na arte brasileira”⁴⁷, uma exposição de arte, com curadoria de Gaudêncio Fidelis⁴⁸, que esteve em exibição no Santander Cultural⁴⁹, na região central de Porto Alegre (RS)⁵⁰, em 2017. Sua inauguração ocorreu no dia 15 de agosto e o seu

⁴⁷ A partir daqui, chamada simplesmente de Queermuseu.

⁴⁸ Nascido em 02 de fevereiro de 1965, na cidade de Gravataí/RS, Gaudêncio Fidelis é curador e historiador de arte, tendo realizado ao menos 32 exposições entre os anos de 1985 e 2022, entre elas a 10ª Bienal do Mercosul e as duas exposições Queermuseu. É Mestre em Arte pela New York University (NYU) e Doutor em História da Arte pela Universidade do Estado de Nova York (SUNY) (GAUDÊNCIO, 2022).

⁴⁹ Em 26 de março de 2019, o Santander Cultural passou a ser chamado de Farol Santander. O espaço, localizado na rua Sete de Setembro, 1028, Centro Histórico de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, constitui-se num centro de cultura, lazer e empreendedorismo que articula, integra, documenta e difunde a arte contemporânea produzida dentro e fora do Rio Grande do Sul, além de propor extensões temáticas para outras áreas de atuação. Ao longo de sua história, o espaço foi palco de memoráveis exposições de arte contemporânea, inclusive associando-se a Bienal do MERCOSUL. Mais informações no sítio << <https://www.farolsantander.com.br/#/poa>>>. Acessado em 22/11/2021.

⁵⁰ Porto Alegre destaca-se na história política brasileira do “TP” por ter sido governada de 1989 a 2004 por uma coalisão de partidos progressistas liderada pelo Partido dos Trabalhadores. Entre os prefeitos desse período, dois tornaram-se governadores do Estado do Rio Grande do Sul: Olívio Dutra, entre os anos de 1999 e 2003, e Tarso Genro, de 2011 a 2015. No início dos anos 2000, a cidade recebeu as três primeiras edições do Fórum Social Mundial (2001, 2002 e 2003), o qual se constituía, de acordo com o sociólogo Boaventura de Souza Santos (2004, p.09), no “conjunto das iniciativas de intercâmbio transnacional entre movimentos sociais, organizações não-governamentais (ONGS) e os conhecimentos e práticas das lutas sociais locais, nacionais e globais, levadas a cabo em conformidade com a Carta de Princípios de Porto Alegre contra as formas de exclusão e de inclusão, de discriminação e igualdade, de universalismo e particularismo, de imposição cultural e relativismo, produzidas ou

encerramento estava previsto para acontecer no dia 08 de outubro. Contudo, no domingo, 10 de setembro, o Brasil e parte da comunidade internacional foram surpreendidos pela “Nota sobre a exposição Queermuseu” (FIGURA 01) publicada pela direção do Grupo Santander Brasil⁵¹ em sua página na rede social Facebook⁵². De forma bastante sucinta, os patrocinadores anunciaram o cancelamento da mostra, que estava em exibição há apenas 24 dias, alegando que algumas de suas obras “desrespeitavam símbolos, crenças e pessoas, o que não está em linha com a nossa visão de mundo”⁵³ (SANTANDER, 2017). O fenômeno decorrido desse episódio gerou uma repercussão em diversos campos da sociedade brasileira, inclusive fomentando, na arena política, uma virada nas mobilizações em torno de assuntos envolvendo livre expressão sexual, diversidade de gênero e suas interseccionalidades, conforme abordaremos a seguir.

permitidas pela fase actual do capitalismo conhecida como globalização neoliberal”. Dessa forma, em contraste com o “consenso de Washington”, passou a ser conhecido como o “consenso de Porto Alegre”, baseado na convicção de um outro mundo possível, mais justo e mais solidário. Depois da eclosão das Jornadas de Junho de 2013, da operação lava-jato e do impeachment da presidenta Dilma Rousseff, a cidade de Porto Alegre e o Estado do Rio Grande do Sul não voltaram a ter mais governos progressistas.

⁵¹ O Grupo Santander foi o patrocinador exclusivo da Queermuseu, tendo aportado o valor de R\$ 591.000,00 por meio do Banco Santander Meridional, R\$ 200.000,00 através da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. e R\$ 9.000,00 pelo Santander Microcrédito Assessoria Financeira S.A., conforme consta na prestação de contas do projeto, aprovado pela Lei Rouanet, com número PRONAC 164274, disponível no Versalic, endereço: <http://versalic.cultura.gov.br/#/projetos/164274%20>, acessado em 15/01/2022.

⁵² FACEBOOK. Santander Brasil. Disponível em <<https://www.facebook.com/santanderbrasil>>, acessado em 20/11/2021.

⁵³ Em consonância com os estudos do pesquisador Roberto Heiden (2010), o Santander ao afirmar que o propósito da arte é “elevar a condição humana”, parece ignorar que intermináveis obras colocam em discussão símbolos de toda ordem, e sobretudo na arte contemporânea.



NOTA SOBRE A EXPOSIÇÃO QUEERMUSEU

Nos últimos dias, recebemos diversas manifestações críticas sobre a exposição Queermuseu - Cartografias da diferença na Arte Brasileira, inaugurada em agosto no Santander Cultural. Pedimos sinceras desculpas a todos os que se sentiram ofendidos por alguma obra que fazia parte da mostra.

O objetivo do Santander Cultural é incentivar as artes e promover o debate sobre as grandes questões do mundo contemporâneo, e não gerar qualquer tipo de desrespeito e discórdia. Nosso papel, como um espaço cultural, é dar luz ao trabalho de curadores e artistas brasileiros para gerar reflexão. Sempre fazemos isso sem interferir no conteúdo para preservar a independência dos autores, e essa tem sido a maneira mais eficaz de levar ao público um trabalho inovador e de qualidade.

Desta vez, no entanto, ouvimos as manifestações e entendemos que algumas das obras da exposição Queermuseu desrespeitavam símbolos, crenças e pessoas, o que não está em linha com a nossa visão de mundo. Quando a arte não é capaz de gerar inclusão e reflexão positiva, perde seu propósito maior, que é elevar a condição humana.

O Santander Cultural não chancela um tipo de arte, mas sim a arte na sua pluralidade, alicerçada no profundo respeito que temos por cada indivíduo. Por essa razão, decidimos encerrar a mostra neste domingo, 10/09. Garantimos, no entanto, que seguimos comprometidos com a promoção do debate sobre diversidade e outros grandes temas contemporâneos.



28 mil comentários 3,5 mil compartilhamentos

Figura 1 - Nota sobre a exposição Queermuseu

Fonte: <https://pt-br.facebook.com/santanderbrasil/posts/10154720373470588/>

A decisão do Santander, bastante repercutida na imprensa, foi endossada por diversas organizações da sociedade civil, especialmente instituições religiosas. Entre elas, a Arquidiocese de Porto Alegre, que, no dia 11 de setembro, lançou sua “Nota sobre a exposição no Santander Cultural”. Nela, a circunscrição eclesiástica da Igreja Católica frisava que “em tempos de terrorismo e intolerância, não se constroem pontes com agressão e desrespeito pelo que é mais íntimo e sagrado no outro: sua fé e seu corpo” (ARQUIDIOCESE, 2017).

A comunidade de fé na Arquidiocese de Porto Alegre manifesta sua estranheza diante da promoção da exposição realizada junto ao Santander Cultural, na capital gaúcha, que utiliza de forma desrespeitosa símbolos, elementos e imagens, caricaturando a fé católica e a concepção de moral que enleva o corpo humano e a

sexualidade como dom de Deus. É urgente combater o preconceito e a discriminação em todas as suas manifestações. Nesse sentido, em nome da pluralidade e do respeito às minorias, temos assistido ataques discriminatórios à cultura judaico-cristã que contribuiu na formação cultural do ocidente. Eliminar as dificuldades jamais pode significar desrespeitar o outro e suas crenças, especialmente porque, ao se tratar do imaginário simbólico da fé, entra-se num campo delicado de significados e sentidos que a ninguém é dado o direito de desprezar. Em tempos de terrorismo e intolerância, não se constroem pontes com agressão e desrespeito pelo o que é mais íntimo e sagrado no outro: sua fé e seu corpo. Continuemos trabalhando por um humanismo solidário com uma atitude de paz que não precisa agredir e ofender quem tem pensamento diferente. São Francisco de Assis, medieval e cristão que continua a iluminar a contemporaneidade, ensina-nos a ver o outro como irmão e nos faça a todos instrumentos de paz! Porto Alegre, 11 de setembro de 2017. Nota da Arquidiocese de Porto Alegre sobre exposição no Santander Cultural (11.09.2017), Assessoria de Comunicação da Arquidiocese de Porto Alegre⁵⁴.

Tanto na nota pública do Santander Brasil, como na da Arquidiocese de Porto Alegre, a título de exemplo, está presente o resultado material gerado pelo conjunto de desinformação produzida por grupos conservadores da sociedade brasileira, uma vez que negligenciaram em seu conteúdo o propósito geral da arte, e específico da Queermuseu, que era a livre e autônoma expressão, a reflexão única entre o indivíduo e os elementos expográficos em sua abordagem aberta sobre direito ao corpo e sobre estruturas e sistemas que promovem o controle sobre ele (QUEERMUSEU, 2016), elementos então presentes na apresentação escrita por Sérgio Rial, presidente do Santander Cultural, na abertura do 1º Catálogo da Queermuseu⁵⁵. Ao mesmo tempo, pode ser notada, em ambas, a qualificação de uma *fake news*⁵⁶, a qual engendrou a sociedade num discurso antagônico ao proposto pela Queermuseu e que levou ao

⁵⁴ Disponível em <<<https://www.arquidiocesepoa.org.br/single-post/2017/09/11/Nota-da-Arquidiocese-de-Porto-Alegre-sobre-exposi%C3%A7%C3%A3o-no-Santander-Cultural>>>. Acessado em 31/08/2019.

⁵⁵ Rial (2017, p.4) afirma que “A exposição Queermuseu – cartografias da diferença na arte brasileira, apresentada no Santander Cultural, está ancorada em um conceito no qual realmente acreditamos: a diversidade observada sob aspectos da variedade, da pluralidade e da diferença. O que é diverso e tem multiplicidade, seja na área cultural ou ética, na crença ou na linguística, ganha cada vez mais atenção da nossa organização”.

⁵⁶ A pesquisadora de redes sociais Raquel Recuero (2019, p.33), ao analisar as cascatas de “fake news” que circularam nas redes sociais durante o julgamento e prisão do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 2018, aponta três elementos essenciais para a definição de “fake news” e desinformação: “(1) o componente de uso da narrativa jornalística e dos componentes noticiosos; (2) o componente da falsidade total ou parcial da narrativa e; (3) a intencionalidade de enganar ou criar falsas percepções através da propagação dessas informações na mídia social. A circulação de notícias falsas, deste modo, atua diretamente na produção de desinformação, de modo particular, na Internet, embora não seja o único ambiente usado para isso (SHAO et al., 2018)”. Seguimos a compreensão da autora, especialmente no que diz respeito ao caráter de intencionalidade e engajamento político na sua produção com perspectiva de, com a falta de autenticidade e propósito de enganar, criar as condições para implantar uma guerra informativa que beneficie interesses de determinados indivíduos ou grupos.

desfecho que conhecemos. Sobre esse aspecto, os pesquisadores de arte Jacks Selistre e Mariana Duarte observam que, em relação à pluralidade de discursos envolvendo a Queermuseu,

[...] podem haver os que geram opinião e discussão sobre a questão artística, formando um debate aberto e o câmbio de ideias, assim como também existem os discursos moralistas, que não geram alteração, mas simplesmente questionam de modo irredutível a produção e o comportamento artístico e midiático. Um discurso moralista quando reiterado e difundido, pode, muitas vezes, distorcer a produção artística em questão, de modo a construir e impor uma verdade absoluta e inquestionável às sociedades manipuláveis devido à reprodução acrítica construída por grupos políticos/sociais. A distorção e o exagero relacionado a temáticas polêmicas possibilitam uma espécie de pânico social e moral, que através das falas autoritárias tem a tendência a desencadear mecanismos sociais de censura (SELISTRE E DUARTE, 2018, p.02).

Neste momento, e esse é nosso entendimento, o cancelamento da Queermuseu se configurou num evento singular da história recente brasileira – sobre o qual buscaremos compreender o porquê ao longo deste trabalho –, com poder de gerar, a partir de uma produção cultural, um fenômeno político com várias camadas⁵⁷. A Queermuseu não apenas se transformou numa plataforma de disputas no interior da sociedade brasileira, como também, e por que não, numa imagem bastante ilustrativa do nosso presente, um retrato da conjuntura histórica atual. Uma performance (e o conceito de performance é interessante para apresentação dessa tese⁵⁸) que concatena em si os elementos que, em outras datas e em outros episódios,

⁵⁷ É importante frisar que história da arte no Brasil é pontilhada por exposições que provocaram uma variedade de polêmicas públicas, muitas vezes não diretamente relacionadas ao movimento LGBT. Em seu trabalho sobre os contextos de censura às artes visuais no Brasil, a historiadora Juliana Proença de Oliveira (2020), dirá que história da censura nas artes no Brasil abrange diferentes períodos e contextos, sendo notável a atuação da Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP) durante a ditadura militar. Este órgão estatal, criado em 1945 e extinto em 1988, teve um papel significativo na censura às manifestações culturais, com foco na preservação da imagem do país e na repressão ao comunismo. No entanto, as artes visuais muitas vezes escaparam ao controle sistemático da DCDP, sujeitas a um controle mais errático. Alguns casos notáveis de censura durante a ditadura incluem a censura da segunda Bienal Nacional de Artes Plásticas (Bienal da Bahia) em dezembro de 1968, a exposição da representação brasileira para a 6ª Bienal de Jovens de Paris no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAM-RJ) em maio de 1969 e a 10ª Bienal de São Paulo em setembro de 1969. Além disso, durante a 9ª Bienal de São Paulo em 1967, obras de Quissak Jr. e Cybèle Varela foram retiradas antes da abertura do evento por ordem da Polícia Federal.

⁵⁸ Analisando os trabalhos de Butler, Derrida e Rajagopalan, que se referem aos trabalhos de J.L. Austin, a linguista Joana Plaza Pinto (2002, p.102) expõe que alguns enunciados performáticos “jamais poderiam ser nem verdadeiros, nem falsos”, criando, assim, um problema epistêmico sobre a verdade, uma vez que “existiriam determinadas realizações linguísticas que não permitiriam qualquer afirmação sobre seu valor veritativo. Ainda que pudesse implicar a verdade ou falsidade dos outros, o enunciado performativo não existe senão para fazer”. Dessa forma, a performatividade integraria noções de sujeito, identidade, convenções e rituais com a enunciação operada no contexto social. Pinto (2002, p.104) lembra os estudos de Judith Butler ao se expor “a impossibilidade de lidar com as condições do

se mostrariam dispersos e pouco imbricáveis. O cancelamento da Queermuseu é o fenômeno que reúne num único momento elementos-chave do fluxo temporal passado e presente para a compreensão mais profunda da sociedade brasileira, uma vez que, de acordo com a antropóloga Gayle Rubin (2018, p.63), polêmicas que envolvem sexualidade costumam aparecer em contextos de crise política e tempos de estresse social. Nesse sentido, é pertinente a reflexão do sociólogo Fernando Balieiro quando afirma que:

A sexualidade não é apenas um campo de expressão afetiva das relações humanas, mas também um campo de significação no qual indivíduos, grupos e instituições são classificados. Não são poucos os exemplos em que a sexualidade “perversa” serviu como metáfora para designar períodos de crise social e política. De outro lado, trazer a sexualidade ao discurso pode aludir a uma promessa de liberação. Isso desde ao menos os anos 1960, quando a sexualidade adentrou a “esfera pública” com intensidade, a partir das pautas de movimentos feministas, da contracultura e dos que hoje chamamos de LGBTI+ (BALIEIRO, 2022, p.557).

Para além desse aspecto, a escolha desse objeto de análise é justificada por sua capacidade de permitir uma análise metodologicamente qualificada das questões levantadas até o momento. Ele se destaca especialmente por estar inserido em um contexto histórico mais abrangente, o dos direitos de cidadania das populações LGBT, abrangendo a análise dos eventos que ocorreram desde o cancelamento da Queermuseu até a realização da 21ª Parada Livre de Porto Alegre, em 26 de novembro de 2017. Seria a Queermuseu um evento que condensa a tensão histórica existente na sociedade brasileira em relação à diversidade sexual e de gênero? Seria possível analisar a Queermuseu sob uma perspectiva histórica, considerando seu potencial artístico e a experiência museal temporária, metafórica e circunstancial (FIDELIS, 2018)⁵⁹? Essas perguntas se somam a outras que exploram o problema

ato de fala como uma espécie simples de contexto, que pode ser facilmente definidos seus limites de tempo e espaço. Butler explora essa impossibilidade nos termos da constituição do sujeito: podemos pensar que o sujeito age através da linguagem, e que agir tem sua origem no sujeito – neste caso um sujeito intencional -, e não na linguagem; mas devemos perguntar se o agir da linguagem é o mesmo agir do sujeito, ou é possível distinguir entre os dois. De fato, podemos dizer que conseguimos fazer coisas com a linguagem (to do things with words), produzimos efeitos com a linguagem e também fazemos coisas para a linguagem, mas, seguindo a argumentação de Butler, linguagem é também coisa que nós fazemos”. O sujeito integrado à linguagem produz um ato corporal, pois toda linguagem precisa de um corpo, mesmo que este corpo seja o corpo social.

⁵⁹ Fidelis (2018, p.11) descreve a Queermuseu como “um museu desviante, um empreendimento curatorial realizado com o objetivo de produzir conhecimento avançado sobre a produção artística a partir do desvio da norma canônica. Concebido como um museu provisório, metafórico e circunstancial, a Queermuseu busca instituir a possibilidade da inclusão propositiva de um conjunto de obras capazes de sugerir que a possibilidade de transgredir determinadas prerrogativas canônicas é possível e igualmente necessária (e evidentemente desejável), possibilitando, assim, que a transgressão da norma canônica (e não das normas canônicas), mas da norma como uma regra singular e indissolúvel,

central da análise proposta, que visa a contribuir para os estudos históricos no presente, utilizando as redes sociais como fonte de análise, identificando novas formas de pensar a perspectiva *queer* vivenciada brevemente na Queermuseu como dimensão da relação entre cultura, política e identidade, desdobradas entre tantas outras categorias, além de identificar se foram constituídas, ou não, a partir do fenômeno em questão, vias de comunicação que compartilharam, mesmo que subjetivamente, as tradições e relações de poder em ação na história recente do Brasil, como demonstradas pelo filósofo Michel Foucault (2012).

Para tanto, buscou-se alinhar a pesquisa à perspectiva de uma história da cidadania LGBT, utilizando, como procedimentos primários, jornais digitais e publicações feitas na rede social *Facebook* dentro do recorte temporal abarcado pelas datas de 10 de setembro a 29 de novembro de 2017. O recorte e direcionamento propostos para a pesquisa baseiam-se na abundância de fontes disponíveis e de fácil acesso, incluindo nessa variedade os jornais digitais de grande circulação, blogs, redes sociais, entre outros, além dos personagens envolvidos nos eventos citados, como Célio Golin⁶⁰ e Gaudêncio Fidelis.

Tendo em mente os desafios apontados pelos historiadores Marieta de Moraes Ferreira (2000) e Enrique Serra Padrós (2004), optou-se por direcionar a abordagem às informações publicadas no intervalo proposto. Além disso, considerou-se a abrangência do tema e o prazo estimado de quatro anos para a conclusão da tese. Com isso em mente, foi necessário delimitar a investigação e selecionar fontes relevantes para o presente estudo. Para essa seleção, foram aplicadas as metodologias propostas por Henrique Esper e Cristóvão Domingos de Almeida (2018) no ensaio "Comunicação, arte e cultura: estratégias de visibilidade na Queermuseu", bem como a abordagem da historiadora Maria Helena Capelato (2014) em seu trabalho "HTP: a grande imprensa como fonte e objeto de estudo". Essas referências

é absolutamente necessária para a construção de exposições de relevância na atualidade, viabilizando que estas se inscrevam em uma história de exposições no contexto mundial".

⁶⁰ Célio Golin, junto a Glademir Antonio Lorensi, fundaram, em 1991, na Casa do Estudante Universitário da UFRGS, em Porto Alegre, o Grupo Nuances, organização pioneira na defesa da livre expressão sexual e nos direitos da cidadania LGBT no Rio Grande do Sul. O Grupo ganhou visibilidade em 1997 com a organização da primeira edição da Parada Livre de Porto Alegre, evento que reuniu, na época, 150 participantes. Em 1998, na segunda edição, já contava com mais de 2 mil pessoas. Conferir: Grupo Nuances: 30 anos em defesa da livre expressão sexual. GauchaZH. 31 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/almanaque/noticia/2021/01/grupo-nuances-30-anos-em-defesa-da-livre-expressao-sexual-ckkixd7rz006p019wi01p8a4n.html>. Acessado em: 15/01/2022.

metodológicas forneceram diretrizes para a identificação das fontes com maior interação e relevância para a tese.

Essas considerações metodológicas foram fundamentais para orientar a pesquisa. No entanto, é importante ressaltar a carência de estudos históricos relacionados à organização das lutas pelos direitos da cidadania LGBT e aos movimentos sociais dessa população. Essa lacuna requereu reflexão e até mesmo adaptação metodológica. No caso das pesquisas sobre homossexualidades, por exemplo, optou-se por se privilegiar aos estudos produzidos no campo da História, Sociologia e Antropologia. Também não se pretendeu ampliar o leque da pesquisa a outras fontes, bem como buscar por referências a eventos ocorridos em outras localidades fora da delimitação geográfica proposta, tal como incluir, para efeito de observação, eventos ocorridos nas cidades de São Paulo/SP e Rio de Janeiro/RJ, bem como a segunda montagem da Queermuseu, transcorrida no Parque Laje, no Rio de Janeiro, em 2018. Isso implica a consideração de novas fontes de pesquisa, expandindo assim a amplitude da nossa compreensão sobre o tema em discussão.

Para tanto, como etapa preliminar, reunimos uma bibliografia que pudesse oferecer informações para o fazer historiográfico. Organizamos um banco de referenciais bibliográficos, com atualização até 2022, para estudos sobre o tema⁶¹. Acompanhando o trabalho dos historiadores Elias Veras e Joana Pedro (2014), encontramos na produção do historiador brasileiro James Green (2000, 2006) dois instrumentos de pesquisa que têm sido referência para os estudos focalizados na história da homossexualidade no Brasil:

O primeiro deles, “Homossexualidade no Brasil: uma bibliografia anotada” (2003), escrito em parceria com as pesquisadoras Lance Arney e Marisa Fernandes, corresponde a uma bibliografia acerca das homossexualidades produzidas nas áreas de história e de ciências sociais nas décadas de 1980 e 1990. O segundo, “Frescos Trópicos: fontes sobre a homossexualidade masculina no Brasil (1870-1980)” (2006), organizado por Ronald Polito, constitui uma compilação de trechos de fontes históricas (registros policiais, tratados médicos, revistas e jornais) sobre a homossexualidade masculina no Brasil de 1870 a 1980 (VERAS e PEDRO, 2014, p.93).

Contudo, apesar da bibliografia levantada por Green e nos recortes delimitados nessa pesquisa, deparamo-nos com uma série de desafios devido ao

⁶¹ Disponível ao público em geral para download através do link << [<< https://1drv.ms/u/s!AleNK-8P-xdNhcpMLpfEjflBZe2yDw?e=jDNU3M>>](https://1drv.ms/u/s!AleNK-8P-xdNhcpMLpfEjflBZe2yDw?e=jDNU3M).

enorme volume e à diversidade tipológica de fontes disponíveis: desde os diversos jornais impressos de grande circulação, locais e regionais, a periódicos marginais, entre eles o jornal da ONG Nuances (BARROSO, 2009), grupo responsável pelas primeiras paradas de Porto Alegre, revistas científicas, como o periódico eletrônico “Bagoas – estudos gays, gênero e sexualidades”⁶², blogs e sítios na rede mundial de computadores, documentos produzidos pelas diversas entidades envolvidas, além da possibilidade de contato com diversos agentes ainda vivos, entre outros.

Esses desafios também refletem o quanto os estudos sobre as sexualidades desviantes do padrão heteronormativo são relativamente recentes na História (GREEN, 2012; VERAS e PEDRO, 2014). Com ênfase nos campos da Antropologia, as reflexões acadêmicas sobre as homossexualidades vão rompendo a tradição de pesquisas nos campos da medicina e do direito, predominantes até a década de 70. O surgimento das obras “História da sexualidade”, de Michel Foucault, em 1976, e “Problemas de Gênero”, da filósofa Judith Butler, em 1990, configuraram novas perspectivas de estudos sobre gênero e sexualidade (VERGARA CERQUEIRA; PINTO, 2011, p.8). A partir dos estudos de Green (2003, 2006), verifica-se uma expansão, com novos trabalhos nas décadas posteriores aos acontecimentos de *Stonewall*, uma vez que, motivados pelo surgimento de movimentos sociais LGBT, especialmente na Europa e nas Américas, os próprios agentes passaram a ser protagonistas das reflexões tanto no campo político e social, assim como no meio acadêmico, de uma nova perspectiva sobre liberdade sexual e direito ao corpo, muitas vezes invisibilizadas pela associação à patologia e aos estigmas sócio-históricos (TREVISAN, 2011).

A questão homossexual, mesmo que lentamente, alterou o foco das pesquisas da busca pela origem e pela causa da homossexualidade para sua construção social e seu impacto na sociedade brasileira. As fontes médicas e policiais foram dando lugar às fontes jornalísticas (GREEN, 2006. p. 19). A teoria *queer*⁶³ apareceu como fio

⁶² Criada em 2007, a revista Bagoas é uma publicação semestral do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Publica artigos resultantes de estudos teóricos e pesquisas empíricas sobre gênero, sexualidade, homossexualidade, destacando espaço para os estudos gays, nomeadamente as reflexões sobre o homoerotismo, lesbianidade, transexualidade, conjugalidades e parentalidades homossexuais, identidades LGBTI. Publica igualmente trabalhos de teoria social, análises da política e reflexões sobre lutas por reconhecimento e direitos humanos que constituam contribuições ao pensamento crítico sobre as temáticas centrais da proposta editorial. Disponível em <<<https://periodicos.ufrn.br/bagoas/index>>>, acessado em 15/01/2022.

⁶³ De acordo com Cerqueira e Pinto (2011, p.12), “O conceito de *queer* é algo que advém dos últimos dez anos apenas, e deve sua origem ao momento em que a sexualidade foi percebida como tão

condutor de uma nova lógica de análise para os estudos de sexualidade e gênero ao transpor o essencialismo binário (BUTLER, 2018; LOURO, 2001). Dentro desse panorama, obras de autores como Luiz Mott, James Green, Edward McRae, João Silvério Trevisan e Peter Fry serviram como referência para uma série de pesquisas que foram sendo realizadas, especialmente após a década de 2010, numa tentativa de recompor uma história do movimento LGBT no Brasil⁶⁴.

Através do contexto cultural e político que se cria a exposição Queermuseu, percebemos, por meio dos estudos focalizados na HTP, a articulação da história com os dispositivos próprios da memória (e por que não do esquecimento?), ou, em outras palavras, a memória e seus dispositivos como objetos da História (DOSSE, 2011, P.16). Essa tese é observada pelo museólogo Mario de Souza Chagas em uma de suas análises sobre as exposições. O autor lembra que "interessa compreender que a exposição do acervo se vincula a um determinado discurso, a um determinado saber fazer. Assim, ao dar maior visibilidade ao acervo o que se faz é afirmar ou confirmar um discurso" (CHAGAS, 2002, p.56). Por isso, não obstante, podemos dizer que compreender a Queermuseu em sua integralidade é compreender os conflitos sociais e políticos historicamente impetrados pela sociedade na qual ela se inseriu, pois, de acordo com Navarro e Torres (2002, p.295), "los museos son el producto de su contexto social". Ou, conforme o arqueólogo Pedro Paulo Funari (2007, p.97), "os museus representam o mundo como parte da ordem social, sua taxonomia refletindo, de forma mediada, a *táxis* da própria sociedade". "Esta concepção", continua o autor (Ibid., p.98), "acompanha os museus *ab origine*, desde sua própria fundação, refletindo a própria hierarquia social na qual surgiu".

importante quanto o gênero pelo movimento feminista e homossexual dos anos 1980, como vimos acima. (VOSS, 2000, p. 184). No meio acadêmico norte-americano, queer ganhou o status de campo de estudo da diversidade sexual humana. Essa abordagem, que procura oferecer caminhos à reflexão sobre as sexualidades marginalizadas, por alguns chamada de teórica, está fundamentada na validade da diversidade e na fluidez das identidades sexuais, intelectuais e sociais. A teoria queer não almeja ser somente mais uma forma de estudo de lésbicas e gays tout court, antes, quer ser mais abrangente e abarcar outras entidades marginalizadas da sociologia e da teoria cultural pós-modernista. A palavra queer, nesse contexto, quer representar tudo aquilo que escapa da homogeneização, da normalização de nossos conceitos modernos do que são as práticas sociais dos gêneros e das sexualidades".

⁶⁴ É interessante notar no campo acadêmico, ao longo dos anos 2000, especialmente após a década de 2010 – um tanto impulsionado pelo *cyberativismo* e um ambiente social menos hostil à livre expressão sexual e de gênero -, o crescimento de trabalhos que buscaram alcançar uma história do movimento LGBT no Brasil. Contudo, diante das dificuldades metodológicas e acesso às fontes, diversos desses trabalhos acabaram partindo de obras "consagradas" na literatura nacional, porém, muitas vezes, sem a revisão crítica necessária. Por isso, não é muito difícil encontrar obras que "quase" produzem uma história do ativismo gay no Brasil, invisibilizando por diversas vezes, e de modo distinto, a contribuição dos movimentos lésbicos e trans, por exemplo.

Deste modo, surge na atualidade, na complexidade do mundo moderno, na emergência de novos saberes acadêmicos, possibilidades menos ortodoxas do fazer historiográfico. Assim, a existência da Queermuseu conjuga em si evidências sobre a criação de representações e narrativas sobre o passado e a memória, tocando em problemáticas caras à História. Desse modo, torna-se objeto propício para problematizar não apenas os usos e apropriações do passado, mas, fundamentalmente, os modos de elaboração visual e espacial do conhecimento histórico que atingem larga repercussão social (JULIÃO, 2015).

Para além dessas questões, tendo em vista o debate gerado em torno de algumas obras de arte da Queermuseu, fez-se necessário também incluir uma perspectiva de análise sobre o papel político da arte. Isso, porque, conforme Selistre e Duarte (2018, p.02), “nota-se [na Queermuseu] a existência de dispositivos de poder que operam de diferentes formas através do sistema artístico, fundamentado pelas instituições que o compõem, como o museu, a crítica e a história da arte, ou bem, através de discursos”. Essa perspectiva é acompanhada por Fidelis (2018, p.422), o qual percebe que “a disputa instalada no centro nervoso da exposição Queermuseu é aquela determinada pela mudança operada na compreensão do conhecimento através das imagens e como elas atuam através da relação que estabelecemos com objetos e eventos”.

Assim, após estabelecermos preliminarmente a hipótese, o objetivo e o objeto de estudo, bem como as delimitações do tema e a identificação das fontes disponíveis, buscamos estabelecer pressupostos teóricos para a análise da história da cidadania LGBT no Brasil e de seus atores, examinar o contexto histórico brasileiro em que o fenômeno se insere, analisar os discursos construídos e estabelecer relações entre os dados levantados, identificando os processos históricos envolvidos nesse fenômeno. Dessa forma, essa tese ficou organizada em três capítulos inter-relacionados, buscando uma narrativa coesa e analítica.

O primeiro capítulo foca na exposição Queermuseu, explorando as ramificações e potenciais investigações históricas que surgem a partir dela. De modo específico, este capítulo discute os diferentes aspectos e dimensões da Queermuseu, tanto em termos de possibilidades de investigação metodológica quanto de contexto histórico.

O segundo capítulo se concentra em uma análise da representação visual. Procura-se entender o despreparo social com relação à arte e examinar a interação

entre ativismo e arte *queer* na contemporaneidade. Tais explorações conduziram a uma elaboração sobre o contexto histórico do Brasil pós-1964, especialmente os eventos entre 2013 e 2018, sob a ótica dos indicadores culturais e diversidade, as políticas culturais e as políticas para a diversidade no Brasil. O estudo do conceito de *queer* na Queermuseu proporcionou oportunidades para discutir questões de gênero, sexualidade, direitos e institucionalidade no contexto brasileiro atual. Este capítulo também procura entender a contribuição da Queermuseu para o debate em torno da arte e da censura.

O terceiro e último capítulo direciona sua análise para a guerra cultural travada por movimentos conservadores brasileiros, que ganharam impulso após as manifestações de 2013. A tese examina suas estratégias, particularmente o uso de redes sociais e a disseminação de desinformação, muitas das quais se centraram através da criação da retórica da "ideologia de gênero".

Capítulo 1. Criança Viada: a Queermuseu e a sua cronologia

Não é exagero afirmar que o dia 10 de setembro de 2017 se transformou num marco histórico ao menos das grandes exposições da arte brasileira. Contando com apenas 26 dias de sua inauguração, a Queermuseu foi cancelada em virtude de uma forte campanha de difamação orquestrada por movimentos conservadores ativos na sociedade brasileira. A campanha, iniciada nas redes sociais, ganhou espaço na opinião pública e colocou em xeque o Grupo Santander Brasil, instituição gestora do centro cultural no qual a mostra estava sendo realizada e que havia patrocinado, com aporte de R\$ 800 mil, via Lei Rouanet, o projeto cultural⁶⁵. No centro da decisão, estava o conflito social gerado pela forte repercussão do ativismo digital que acusava a Queermuseu de promover uma devassa nos valores da família (ESPER; ALMEIDA, 2018). Com foco na defesa de um modelo familiar específico, os detratores da Queermuseu utilizaram estrategicamente as questões de gênero, que vinham ganhando relevância acadêmica e social no Brasil desde a última década, para promover uma onda de ódio e ressentimento ao mexer com tabus ainda muito enraizados na mentalidade de boa parte do povo brasileiro.

A ideia encontrou eco dentro de uma parcela da sociedade que vinha ganhando corpo organizacional desde as Jornadas de Junho de 2013⁶⁶. Essa perspectiva está presente na obra “Historiadores pela democracia”, organizada pelas historiadoras Hebe Mattos, Tânia Bessone e Beatriz Mamigonian, em 2016. Nele, a historiadora Kátia Baggio (2016, p.203) aponta que “ações extremistas que ocorreram em 2013 e nos movimentos contra a Copa, em 2014, abriram uma espécie de panela de pressão em que todos os extremismos e revoltas vieram à tona. A sensação era a de que, finalmente, poderiam ter lugar e espaço. Sem limites. Ou quase sem limites”. Assim, durante o episódio da Queermuseu, as questões de gênero, sexualidade e suas

⁶⁵ Lei Rouanet, ou Lei Federal de Incentivo à Cultura, é a denominação atribuída à Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC e dá outras Providências. Conferir em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1991/lei-8313-23-dezembro-1991-363660-norma-pl.html>. Acessado em 22/11/2021.

⁶⁶ As Jornadas de Junho no Brasil se constituíram num ciclo de manifestações de massa que alcançou um pico de 3 milhões de manifestantes nas ruas de 140 cidades entre os dias 19 e 21 de junho de 2013. Constituindo-se numa das mais imponentes ondas de mobilização da história brasileira, teve como estopim a marcha de 2 mil pessoas contra o aumento em R\$ 0,20 da passagem de ônibus na cidade de São Paulo. Em pouco tempo, sem uma organização centralizada ou hierarquia clara de comando, as manifestações se alastraram pelo país ganhando ares de revolta nacional e dando início ao estado de inquietação social, até então inédito durante os anos dos governos Lula e Dilma, ambos do Partido dos Trabalhadores (BRAGA, 2013). Abordaremos melhor esse fenômeno mais adiante.

interseccionalidades se tornaram pivô de uma grave crise social. Essas questões serviram como catalisadoras para a mobilização de grupos conservadores, que vinham buscando ampliar sua influência no campo social, cultural e política brasileiro, refletindo a tendência latino-americana e global de guinada à direita através da articulação do neoliberalismo com a repolitização do campo religioso (CORRÊA; PARKER, 2021, p.06) É interessante notar que alguns desses grupos já haviam obtido uma vitória significativa ao influenciar o processo de impeachment e afastar a então presidenta Dilma Rousseff do cargo em 2016⁶⁷. A filósofa Dória Jaremtchuk escreve que:

A campanha contra a Queermuseu e seus desdobramentos são mais bem compreendidos quando se observa o surgimento e a organização de grupos conservadores no Brasil, fenômeno que se acentuou após o golpe contra a presidente Dilma Rousseff, em 2016. Em determinado momento, setores críticos aos governos do Partido dos Trabalhadores, como os organizados sob o Movimento Brasil Livre, viram-se sem pauta para mobilizar a indignação de seus seguidores e transformaram as artes em alvo de seus ataques. Este processo tem ligação com ofensivas conservadoras no campo da educação, como as capitaneadas pelo movimento Escola Sem Partido (ao qual o MBL se associou no período), além do combate à “ideologia de gênero” feito por setores católicos e evangélicos (Miguel, 2016)⁶⁸. Nesse processo, é importante lembrar que o conservadorismo se tornou um fenômeno global, que se espalha em diversos movimentos contrários à igualdade de gênero e outras pautas consideradas de esquerda (JAREMTCHUCK e MIGUEL, 2020, p.59).

Tal fato representou o avanço incontestado de grupos conservadores sobre o terreno da política, mesmo que ainda não significasse naquele momento (2016) terem alcançado a hegemonia nesse campo⁶⁹. Para alcançarem esse estágio, era

⁶⁷ É preciso ter uma certa atenção ao se propor uma relação direta entre as Jornadas de Junho de 2013, as revoltas contra a Copa do Mundo de 2014, o Golpe de 2016, o cancelamento da Queermuseu, a prisão do ex-presidente Lula e a eleição de 2018. Sem dúvida, há correlação entre esses eventos. Contudo, uma correlação complexa (apesar da Operação Lava-Jato, em curso entre os anos de 2014 e 2021, ser uma interessante possibilidade de análise), o que nos levará a nos debruçarmos sobre o assunto mais adiante. Por agora, é importante frisar que o movimento conservador que promoveu a campanha que culminou no cancelamento da Queermuseu estava dentro do movimento que derrubou a presidenta Dilma Rousseff, porém as forças políticas que derrubaram Dilma eram bem mais amplas que as que alcançaram o cancelamento da Queermuseu.

⁶⁸ Ver: MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” – Escola Sem Partido e as leis da mordaça no parlamento brasileiro. *Revista Direito e Práxis*. Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p.509-621, 2016.

⁶⁹ O historiador James Green (2016, p.123), ao analisar o golpe de 2016, lembra que, em decorrência da operação Lava-Jato e da crise econômica, “a sociedade brasileira clama por um fim à corrupção e por uma correção dos rumos da economia. A proposta inicial do vice-presidente Michel Temer tem sido fazer cortes no orçamento, reduzir programas sociais, eliminar proteções trabalhistas e privatizar mais empresas estatais. Além disso, ele não podia encontrar uma única mulher para assumir uma posição em seu gabinete ministerial. Seu novo governo dependerá fortemente da bancada religiosa fundamentalista no Congresso para reverter vitórias dos movimentos feministas e LGBT. O programa

necessário que esses grupos ampliassem suas frentes de atuação, e o episódio do cancelamento da Queermuseu marcou sua entrada definitiva no campo das artes e das políticas culturais, se tornaram alvo de uma perspectiva política que se coloca como moralizada e moralizante (NORONHA; VIVIANI, 2023, p.02). A partir desse momento, esse campo passou a ser afetado pelos efeitos de uma série de ações coordenadas de guerra cultural⁷⁰, promovidas por esses grupos. Essa estratégia visava a influenciar e moldar a produção cultural de acordo com suas ideologias e valores⁷¹, intensificando o embate ideológico e cultural na sociedade brasileira em curso até o momento. A síntese apresentada pela teóloga Maria Rodica Tutas (2016, p.176), de que o “contexto atual no Brasil apresenta uma perda de valores humanos e espirituais, o que leva a desvios que atingem o patrimônio de fé da nação. A voz que ainda pode oferecer uma luz e apontar o rumo para a humanidade é a da Igreja que se coloca ao lado da verdade”, somada a nota de repúdio dos bispos do Regional CNBB NE1-Ceará, nas quais denunciam “ataque explícito aos valores humanos”, “incentivo, patrocínio, promoção e doutrinação” e “colonização ideológica” diante da Queermuseu, são bastante representativos desse fenômeno:

do vice-presidente Temer é o mesmo daqueles que perderam a eleição menos de dois anos atrás”. Assim, o segundo governo Dilma, enfraquecido pelas denúncias de corrupção e por uma economia em naufrágio, foi interrompido e, no seu lugar, tomou posse um governo de centro-direita, o mesmo que havia sido derrotado nas eleições de 2014, o qual prometia austeridade fiscal e cortes nos programas sociais. O que de fato aconteceu. Contudo, mesmo contando com apoio na base parlamentar de políticos ligados ao fundamentalismo religioso e à pauta conservadora, o governo Temer-PSDB manteve certa distância da pauta dos costumes, a qual só veio a tornar-se linha ideológica de um governo federal na história brasileira com a eleição de Bolsonaro, em 2018.

⁷⁰ O linguista Frederico Rios dos Santos (2021, p.01) aponta que “a origem do termo ‘guerra cultural’ é controversa. Foi nos Estados Unidos, no entanto, que a expressão se tornou popularizada, através da publicação de *Culture Wars*, de James Davison Hunter, em 1991. Trata-se da descrição do embate entre duas visões de mundo antagônicas, uma conservadora (também chamada de ortodoxa ou tradicionalista), associada à direita política, e outra progressista, relacionada, predominantemente, às esquerdas, mas não só. A guerra cultural traz em seu bojo problemas de ordem social e moral que dizem respeito, por exemplo, à sexualidade, ao comportamento, à raça, à religiosidade etc., implicando ainda questões políticas e econômicas”. Esses elementos, de acordo com a historiadora Kátia Baggio (2016, p.203) são “algo que sempre existiu na sociedade brasileira, mas que se mantinha, nas últimas décadas, pós-ditadura, de uma maneira mais ou menos subterrânea. Contudo, tudo isso emergiu de uma forma avassaladora e brutal: racismo, machismo, homofobia, intolerância religiosa, extremismos políticos (de direita e de esquerda), agressões e violências verbais (virtuais e presenciais)”.

⁷¹ Para Karl Marx, conforme analisa a filósofa Marilena Chauí (1989), as ideias estão intrinsecamente ligadas ao contexto material em que surgem. Contudo, essa compreensão, que desafia a hierarquia que separa teoria e prática, foi substituída pela visão contemporânea que identifica a ideologia como um sistema independente de ideias e normas, dissociado das condições materiais. Nesse contexto, a propagação das ideologias ocorre no discurso cotidiano, onde as palavras mutáveis acumulam sentidos e influenciam a mente dos indivíduos, moldando suas concepções e perspectivas. Portanto, as ideologias emergem nas conversas informais, nos ambientes comuns, e se estabilizam ao ponto de serem percebidas como universais e vinculantes.

Seríamos ingênuos ao pensar que esses últimos episódios (Exposição Queermuseu no Santander Cultural em Porto Alegre – RS, o artista nu que rala a imagem de Nossa Senhora Aparecida durante ‘performance’, em Brasília), dada à sua natureza e à evidência dos seus objetivos, não são apenas verdadeiros crimes de vilipêndio, o que já seria muito grave, pois o próprio Código penal os tipifica assim (Artigo 208). Trata-se de um verdadeiro projeto estrutural, profundo e nefasto, de desmonte dos nossos mais preciosos valores humanos e cristãos, através da banalização do matrimônio, da ideologia de gênero, da legalização do aborto, da liberação das drogas, da relativização dos valores morais nascidos do Evangelho e ensinados pelo Magistério da Igreja (CNBB NE1-CEARÁ, 2017).

Os juristas Suéllen Keller e Rene José Keller, ao analisarem o arranjo sincrético na política brasileira após o golpe de 2016, através da revisão bibliográfica com aporte no método materialista dialético, percebem que “a política brasileira contemporânea tem se avocado de uma singular articulação entre liberalismo e conservadorismo com vistas à preservação da manutenção do poder do capital” (KELLER; KELLER, 2019, p.44). Essa articulação, amplamente difundida nos meios de comunicação e pela opinião pública, foi expressa pela máxima “liberal na economia e conservador nos costumes”. Conforme os autores, distante da ortodoxia que caracteriza esses dois conceitos distintos, o conservadorismo liberal característico do contexto nacional possui origem no sistema escravocrata, patriarcal e colonizador que fundaram o Estado e a sociedade brasileira, tornada a distinção entre liberais e conservadores menos rígida.

Por isso, podemos falar em um conservador na misancene liberal, ou pura e simplesmente um liberalismo conservador, representativo do sincretismo político brasileiro, o qual pode ser facilmente observado em um dos movimentos que ganhou evidência na articulação das manifestações entre 2013-2016 no Brasil: o Movimento Brasil Livre (MBL). O MBL, fundamentado em preceitos liberais, passou a se apropriar de pautas conservadoras, como a criminalização do aborto, contra as cotas raciais, apoio a projetos de censura como o “Escola sem Partido”, e colaboração no encerramento precoce da exposição *Queermuseu* (KELLER; KELLER, 2019, p.50).

A partir dessa perspectiva, evidencia-se a intersecção entre a estratégia de guerra cultural de grupos conservadores e a dinâmica política brasileira pós-golpe. Assim, talvez possamos dizer que a *Queermuseu* serviu como porta de entrada para a retomada de ideias de controle, perseguição e censura no campo da cultura brasileira, que estavam em desuso desde o fim da ditadura civil-militar⁷². Senão isso,

⁷² Entre 2019 e 2021, o país registrou aproximadamente 211 casos de censura artística e ataques à cultura. Conferir: UOL. 2022. País teve 211 casos de censura e ataques à cultura em 3 anos, diz relatório. 17/03/2022. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/rubens-valente/2022/03/17/cultura-censura-ataques--governo-bolsonaro.htm>>, acessado em 12/10/2023.

ao menos de tentativa de teste para medir a recepção dessas ideias entre a população, questão que buscaremos refletir ao longo deste trabalho.

Viabilizada pela Lei Rouanet⁷³, a Exposição reunia obras de 85 artistas, as quais ajudaram a construir uma mostra de arte com 270 trabalhos nos mais diferentes suportes, como pintura, fotografia, escultura, serigrafia etc., datados de meados do séc. 20 até a atualidade⁷⁴. Entre os artistas, Adriana Varejão, Ana Norogrande, Angelina Agostini, Antonio Caringi, Cândido Portinari, Fernando Baril, Hudinilson Jr., Lygia Clark, Leonilson, Nino Cais, Sandro Ka, entre outros.

Decorrendo em boa parte do certo ineditismo no trato com a temática *queer* no campo das exposições de arte no Brasil, a imprensa e a crítica especializada, à época da abertura da exposição, celebraram de forma positiva a iniciativa. Nas diversas matérias divulgadas, algumas manchetes que selecionamos demonstram a expectativa criada em torno da exposição. Vejamos alguns exemplos: o *Jornal do Comércio*, em 15 de agosto, publicou a seguinte matéria: “Santander Cultural realiza primeira exposição *queer* do Brasil”; o *Sul21*, em mesma data, seguiu a mesma linha, “Santander Cultural inaugura a exposição inédita Queermuseu – Cartografias da Diferença na Arte Brasileira”; já portal *G1*, em 16 de agosto, publicou a matéria “Santander Cultural apresenta o ‘Queermuseu’: Exposição em Porto Alegre faz um panorama sobre a cartografia da diferença na arte brasileira”. No dia da estreia, em 14 de agosto, o banco Santander seguiu o mesmo caminho e, através de sua assessoria de comunicação, divulgou a matéria intitulada “Santander Cultural inaugura a exposição inédita Queermuseu – Cartografias da Diferença na Arte

⁷³ Em 2013, a Associação dos Amigos do Museu de Arte do Rio Grande do Sul Ado Malagoli inscreveu a primeira tentativa de realização da Queermuseu via Lei Rouanet. O projeto aprovado acabou sendo arquivado por não ter conseguido captar o valor de R\$ 539.043,60 aprovado na proposta. Em resumo, o projeto se propunha “Realizar uma exposição com a temática queer, com cerca de 250 obras produzidas entre meados do século 19 e a contemporaneidade, com obras do acervo do MARGS, outros acervos e coleções particulares”, apresentando a seguinte justificativa: “Em um contexto de emergência das lutas pelos direitos humanos no Brasil e no mundo e as lutas pelo reconhecimento das diferenças e da diversidade, uma exposição como esta, com seu caráter inclusivo, se mostra fundamental para que seja realizada por museus como o MARGS, Memorial do Rio Grande do Sul, Museu Direitos Humanos do Mercosul e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Enquanto em outros países estas questões já foram tratadas por exposições museológicas, no Brasil, nenhuma instituição ainda abordou o assunto através de uma mostra. Assim o MARGS, Memorial do RSI, Museu Direitos Humanos do Mercosul e Arquivo Histórico do RS se colocarão em uma posição de ponta ao realizar tal evento, propiciando a seus diversos públicos uma oportunidade única de conviver diretamente com esta produção através de um projeto de exposição qualificado e de excelência artística e teórica” (QUEERMUSEU, 2013).

⁷⁴ Entenda a polêmica da Queermuseu, mostra cancelada após críticas em redes sociais. ClicRBS. Disponível em: <<<https://goo.gl/GAuAuw>>>, acesso em 21/01/2019.

Brasileira”. Há menos de um mês de encerrar suas portas, o banco Santander se manifestava afirmando que:

O Santander Cultural apresenta a mostra Queermuseu – Cartografias da Diferença na Arte Brasileira com mais de 270 obras – oriundas de coleções públicas e privadas – que percorrem o período histórico de meados do século 20 até os dias de hoje. Aberta ao público a partir de 15 de agosto, trata-se de uma iniciativa inédita que explora a diversidade de expressão de gênero e a diferença na arte e na cultura em períodos diversos. O Santander valoriza a diversidade e investe em sua unidade de cultura no Sul do País para que ela seja contemporânea, plural e criativa (SANTANDER, 2017).

Entre as imagens de divulgação, o destaque foi dado para a obra Ataque Automático (1985), de Milton Kurtz (FIGURA 02). A obra, até o cancelamento da exposição, foi um dos rostos da Queermuseu ao lado de obras como Dentro Fora, de Rogério Nazari; e O Eu e o Tu – Série Roupa-Corpo-Roupa, de Lygia Clark. Talvez uma boa escolha, tendo em visto que, conforme Fidelis:

Dos 'buracos negros', dos 'pontos cegos' ao universo transgênero, o protesto como modo de transgressão assinala a importância e o adiantado dessa obra no meio local, em meados da década de 1980, quando o contexto era ainda mais conservador, embora estejamos vivendo um tipo de conservadorismo programático. Se, na época, parte dele se devia justamente à ignorância, hoje esse conservadorismo opera a partir do conhecimento e de sua própria instrumentalização (FIDELIS, 2017, p.59).



Figura 2 - Ataque automático, Milton Kurtz, acrílica e grafite sobre lona de algodão cru sem chassi.
Fonte: Santander Cultural/Divulgação

Contudo, dentre todos os trabalhos expostos, três obras foram selecionadas para gerar controvérsias e provocar o fenômeno que levou à primeira censura às artes desde a redemocratização brasileira. Sob acusações de pornografia, de desrespeito

a crenças religiosas vinculadas ao cristianismo, de apologia à pedofilia e à zoofilia, as obras de Bia Leite, com título de “Travesti da Lambada e Deusa das Águas e Adriano Bafônica e Luiz França de She-há”, de 2013; de Adriana Varejão, “Cenas do Interior II”, de 1994; e de Fernando Baril, “Cruzando Jesus Cristo com a Deusa Shiva”, de 1996, estiveram no centro da polêmica⁷⁵ (Figuras 03 e 04).

Esse fenômeno reflete a imposição de interpretações restritas, as quais foram exacerbadas pelo cancelamento da exposição, limitando a discussão aos meios de comunicação tradicionais e redes sociais. Isso impediu que o público formulasse interpretações alternativas e privou a exposição de seu contexto relacional, onde as obras poderiam ter gerado novas discussões e percepções. No caso da obra de Bia Leite, por exemplo, inspirada no projeto “Criança Viada”⁷⁶, de Iran Giusti, a artista se utilizou da ironia para abordar o *bullying* contra crianças com perfomalidades não normativa a partir de expressões do universo LGBT. As posições entre a artista, como a de Adriana Varejão, e os grupos reacionários se mostraram extremamente antagônicas. Enquanto Varejão buscava iluminar aspectos muitas vezes ocultos na sociedade, os reacionários buscavam negar a existência de práticas divergentes e silenciar debates públicos sobre o tema. Como observou o curador de Queermuseu, o fechamento da exposição privou as obras da oportunidade de se defenderem, minando a essência da arte (FIDELIS, 2018, p.21). Portanto, muitas das interpretações atribuídas às obras de Queermuseu foram infundadas, incluindo acusações de incitação à blasfêmia, à pedofilia e à zoofilia. Esses significados distorcidos foram amplamente aceitos por pessoas que viram as imagens *online*, revelando a disseminação sistemática de notícias falsas com motivações políticas, uma tendência que transcende o domínio artístico.

⁷⁵ Queermuseu: quais são e o que representam as obras que causaram o fechamento da exposição. GaúchaZH. Disponível em <<<https://goo.gl/d2Q5Wr>>>, acesso em 21/01/2019.

⁷⁶ O “Tumblr Criança Viada” (<https://criancaviada.tumblr.com>) surgiu em outubro de 2012 como um projeto que celebrava a liberdade das crianças ao quebrarem os padrões de gênero, através de fotos de infância enviadas pelos colaboradores do perfil. O objetivo era destacar traços e trejeitos não normativos. No entanto, devido à exploração inadequada das imagens por terceiros, o fundador, Iran Giusti, suspendeu o projeto em maio de 2014. A iniciativa foi retomada, em 2017, em resposta aos ataques às obras de Bia Leite durante a Queermuseu. GZH. 2017. Página “Criança Viada” é reativada no Tumblr. 15/09/2023. Disponível em: < <https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/artes/noticia/2017/09/pagina-crianca-viada-e-reativada-no-tumblr-9900761.html>>, acessada em 19/11/2023.



Figura 3 - Obra Travesti da Lambada e Deusa das Águas e Adriano Bafônica e Luiz França de She-há, de Bia Leite, de 2013.
Fonte: acervo do autor



Figura 4 - Cruzando Jesus Cristo com a Deusa Shiva, de Fernando Baril, de 1996; e Obras Cenas do Interior II, de Adriana Varejão, de 1994.
Fonte: Acervo do autor

No dia 06 de setembro, uma publicação divulgada no sítio “Locus Online”, às 08 horas e 21 minutos, assinada por César Augusto Cavazzola Júnior⁷⁷, com o título “Santander Cultural promove pedofilia, pornografia e arte profana em Porto Alegre”, provocou uma virada na história da Queermuseu. A reportagem-denúncia, que trazia na capa pela primeira vez a obra “Travesti da Lambada e Deusa das Águas e Adriano Bafônica e Luiz França de She-há”, de Bia Leite, trouxe também os elementos que pouco mais tarde se disseminariam com muita rapidez na *Internet*, quais sejam: a associação da Mostra com incentivo a práticas de pedofilia e de zoofilia, desrespeito

⁷⁷ Advogado (OABRS 83.859). MBA em Business Law (FGV) e Pós-MBA em Negociação (FGV). Mestre em Direito (Unisinos). Autor dos livros “Manual de Direito Desportivo” (EDIPRO) e “Bacamarte” (GIOSTRI). Coautor de outras obras jurídicas. Conferir em: Cesar Augusto Cavazzola Junior. Locus Online. Disponível em: <<<https://www.locusonline.com.br/author/cesar/>>>, acessado em 15/01/2022.

e ofensa à fé cristã, mau uso das leis de incentivo à cultura, especialmente à Lei Rouanet, degeneração da arte e da cultura nacional, acusação de prática de crime contra o Estatuto da Criança e do Adolescente, e, o principal, acusação de prática de “ideologia de gênero” como meio de disseminação da teoria marxista, de fortalecimento de movimentos sociais de Direitos Humanos e LGBT e de atuação do campo de entidades do campo da esquerda no espectro político nacional e internacional. Vejamos alguns trechos da reportagem na tabela 01:

Parágrafo	Trecho
01º	São cerca de 270 obras que promovem a pedofilia, a pornografia e os mais variados ataques à moral e aos bons costumes que se possa imaginar.
02º	No mínimo se trata de um sujeito [Sérgio Rial, presidente do Santander Cultural] para o qual não há diferença nenhuma entre uma laranja e uma mexerica.
03º	Há, é claro, no mínimo uma confusão entre processo criativo e necessidade de expor intimidades.
04º	E por falar em LGBTQ, daqui a pouco vai faltar alfabeto para atender às demandas da sigla.
05º	Gaudêncio Fidelis, o curador da exposição, pode até ter doutorado em história da arte, mas certamente arte não é a sua especialidade, apenas confusão. Isso será explicado a seguir com base no que ele escreveu para o encarte de apresentação dos trabalhos.
06º	Primeiramente, ele fala na <i>diferença como alteridade</i> . Isso não passa de um curto-circuito cerebral dos ditos especialistas em arte contemporânea que já há tempos se distanciaram do verdadeiro objetivo da arte: a consagração do belo. Hoje o artista precisa causar impacto, e só.
07º	Para sujeitos assim, a tradição não tem qualquer papel numa sociedade a não ser oprimir desejos insaciáveis e estabelecer parâmetros normativos para enquadrar as pessoas em determinadas categorias.
08º	Observe como um depravado começa a perverter o vocabulário da língua portuguesa. Ele diz que o termo <i>queer</i> , que dá nome à exposição, apresenta um “ <i>significante não normativo</i> ”. [...] Percebe-se que, ao expressar alguma coisa como “não normativa”, não o distancia da “norma”, apenas quer dar um caráter de oposição para justamente enquadrá-lo como uma “espécie de norma”.
09º	(...) ele quer perverter a arte dizendo apenas da boca para fora que essa não é a sua intenção.
10º	Para Fidelis, a criação de barreiras normativas criou uma barreira conservadora e uma política de diferenças. Os únicos movimentos que impõem tais diferenças são os movimentos das minorias. Eles não querem igualdade coisíssima nenhuma, mas a criação de amplos poderes para formação de classes de intocáveis.
12	Até mesmo o conceito de democracia não é perdoado, pois qualquer ato de rebeldia está sendo enquadrado como “liberdade de expressão”.
13	Trata-se de um projeto desenvolvido pela Lei de Incentivo à Cultura, com apoio do Ministério da Cultura e Governo Federal, ou seja, “arte” patrocinada com o dinheiro de quem trabalha.
14 e último	Para os novos parâmetros da arte, a beleza pouco importa se o artista for capaz de causar espanto, de transgredir normas e inserir os seus trabalhos numa proposta de gênero. Poucos sabem que a arte é uma forma de transcender o barbarismo e as limitações do imaginário humano, na busca incansável pelos altos picos de realização do homem: é um ato de defesa da civilização.

Tabela 1 - Seleção de trechos

No mesmo dia em que o texto de Cavazzola Junior foi publicado, o ativista de direita Felipe Diehl gravou um vídeo intitulado "Pedofilia, zoofilia e hóstia de vagina", o qual foi posteriormente compartilhado nas plataformas *Facebook* e *Youtube*, em 8 de setembro. No vídeo, produzido no interior do Santander Cultural, Diehl adotou a abordagem de uma visita guiada à exposição Queermuseu, assumindo o papel de mediador que apresenta as obras ao público. Os pesquisadores Dária Jaremtchuk e Jorge Luiz Miguel (2020, p.46), transcrevem um trecho da gravação, na qual o ativista faz menção às almofadas de tecido da obra "FUCK", de Danilo Villa:

[FUCK]

Esse é o recado que o Santander Cultural, esse é o recado que o Gaudêncio Fidelis tem pro povo gaúcho. Presta atenção: isso aqui eles chamam de arte. Eu vou mostrar agora, só putaria, só sacanagem, mas que aqui em Porto Alegre, no Santander Cultural, é reconhecido como arte. Preste atenção: há pouco, tinha crianças olhando essas artes aqui, pra começar: [mostra a pintura "Cruzando Jesus Cristo com Deusa Schiva", de Fernando Baril] escarnecendo a Cristo... presta atenção nas obras: é uma soma de putaria, sacanagem, perversão, tudo incitando a pornografia, a pedofilia, e a putaria [se volta para as duas fotos "Sem Título" (2009), de Nino Cais]. Nesse vídeo vocês vão me ouvir falar várias vezes putaria, porque isso aqui é uma putaria, vejam só se isso aqui é arte [mostra a fotografia Fim de Jogo (série Camisa Brasileira) de Gilberto Perin, 2010]. Pegam fotos de homens nus... Vejam só se isso aqui é arte pessoal [Aponta para a fotografia "From Opus Three", de Alair Gomes]. Isso aqui é uma putaria. O curador dessa obra é o Gaudêncio Fidelis, esse cara devia tar preso. Isso aqui é uma perversão. Bom, é uma chinelagem. Eu vou tentar mostrar, a obra é imensa, vou tentar mostrar, dar um pause aqui nesse [volta para a pintura de Fernando Baril] Na verdade não é uma obra, na verdade é uma... não tem nem nome, tchê. [para diante de Exu (Elegbará) (1980), de Nelson Faedrich] Ó o Satanás no meio hein. Desconstrução da sociedade e da civilização judaico-cristã. [close em duas colagens Sem título de Nino Cais (2016)] Quem pagou essa obra? [se aproxima das pinturas de Bia Leite] Vejam só: pura incitação à pedofilia, pura putaria, deixando os moleques virarem viado desde cedo (Diehl, 2017).

Se até o dia 05 de setembro a Queermuseu aparecia com certo entusiasmo nos meios de comunicação de massa e era celebrada pela crítica como um dos pontos altos em termos de exposição artística para o ano de 2017, o fenômeno que se seguiu entre os dias 06 e 09 de setembro foi o oposto. Numa rápida pesquisa no buscador *Google* utilizando as palavras-chave "Queermuseu" e "Santander Cultural" e limitando a pesquisa para os dias 06 e 09 de setembro o que vemos é o surgimento de outros atores midiáticos em torno da mostra. Entre as principais referências, por ordem de relevância conforme organizada pela ferramenta de busca, aparecem os seguintes sítios (Tabela 02 e 03):

Sítio	Data	Manchete
Locus Online	06/set	Santander Cultural promove pedofilia, pornografia e arte profana em Porto Alegre
Gospel Geral	09/set	Governo investiu quase R\$ 1 milhão através da Lei Rouanet em exposição que Santander faz apologia à pedofilia
CitizenGo	09/set	Petição dirigida ao Santander Cultural: repúdio à exposição blasfema do Santander Cultural
Portal Olhe	09/set	Santander perde 20 mil clientes em dois dias, após exposição polêmica
JornaLivre	09/set	Santander Cultural promove pornografia e até pedofilia com base na lei de incentivo à cultura

Tabela 2 - Pesquisa "Queermuseu" no Google entre os dias 06 e 09 de setembro de 2017

Sítio	Data	Manchete
Locus Online	06/set	Santander Cultural promove pedofilia, pornografia e arte profana em Porto Alegre
CitizenGo	09/set	Petição dirigida ao Santander Cultural: repúdio à exposição blasfema do Santander Cultural
Gospel Geral	09/set	Governo investiu quase R\$ 1 milhão através da Lei Rouanet em exposição que Santander faz apologia à pedofilia
Blog do Vladimir Chaves	09/set	Santander investe quase R\$ 1 milhão em exposição bizarra que faz apologia à pedofilia, zoofilia e ultraje a fé cristã.
Portal Olhe	09/set	Santander perde 20 mil clientes em dois dias, após exposição polêmica

Tabela 3 - Pesquisa "Santander Cultural" no Google entre os dias 06 e 09 de setembro de 2017

Num primeiro momento, nota-se a disseminação dos elementos trazidos na reportagem da “Locus Online” nas demais fontes. Noutro sentido, frisamos que mesmo que o levantamento aqui realizado seja meramente representativo, afinal o surgimento desses outros veículos de comunicação não dá conta do todo de mídias que se envolveram na ação de denúncia da Queermuseu, ele demonstra certa unidade discursiva e narrativa que embasou a criação de conteúdo utilizados com muito mais impacto nas redes sociais. Assim, podemos sugerir que a produção de matérias em blogs e pequena imprensa, especialmente entre os dias 06 e 09, foi o subsídio necessário para dar certo tom de oficialidade e institucionalidade⁷⁸ ao que os indivíduos afinados com o discurso dos grupos a favor do cancelamento da Queermuseu estavam argumentando nos espaços de interação nas redes sociais. Foi a mobilização criada nas redes sociais o fator decisivo para que o Santander Cultural cancelasse a exposição na manhã do dia 10 de setembro, um domingo.

⁷⁸ Para Recuero (2019, p.33), o componente noticioso “é chave, pois traria para a informação falsa o caráter de credibilidade do jornalismo tradicional, além da aparência de relato de eventos, elemento da notícia jornalística (KOVACH e ROSENTIEL, 2007). As fakes news, assim, tomariam emprestado do jornalismo, pela emulação de seus padrões de linguagem, a credibilidade e a legitimidade para a narrativa falsa que propagam, apoiando-se em sua função social (SHUDSON, 2003; BERTOLINI, 2016)”.

A instituição oficializou o ato em uma nota lançada em sua página “Santander Brasil” na rede social Facebook. Nela, justificava a ação devido ao recebimento de “diversas manifestações críticas sobre a exposição” e pedia “sinceras desculpas a todos os que se sentiram ofendidos por alguma obra que fazia parte da mostra”. A publicação recebeu um número bastante alto de interações, o que denota a forte disputa e os usos do meio virtual. Foram 29 mil reações à publicação, das quais 21 mil foram de “Grr”, expressão que simboliza raiva ou desaprovação, o mais próximo à ideia antagônica do “curti” ou “amei” (Gráfico 01). Além disso, foram mais de 3,8 mil compartilhamentos e 30 mil comentários.

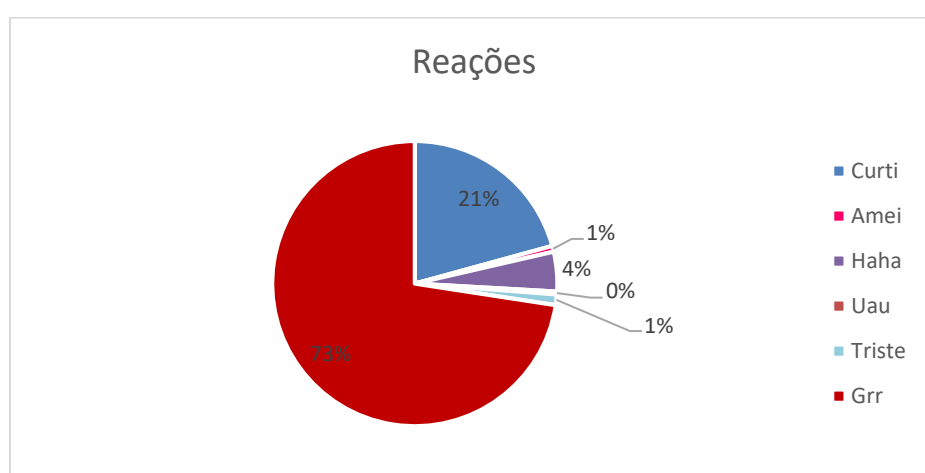


Gráfico 1 - Reações à nota oficial do Santander Brasil

Dentre eles, diversos relatos que corroboravam a reportagem-denúncia feita pelo *Locus Online*. Seleccionamos, a fim de montar um quadro representativo, ao menos 20 comentários à postagem que receberam mais de mil reações (Tabela 04).

Nome	Comentário <i>ipsis litteris</i>	Reações e respostas
Conta 01 ⁷⁹	Não precisam interferir nas artes, mas o mínimo que deveriam fazer é olhar o conteúdo ANTES de liberar o espaço, justamente para ver se não vai contra a "visão de de mundo de vocês" e se não incentivam práticas criminosas!	14 mil reações (13 mil curti, 505 amei, 63 triste, 44 grr, 14 uau e 09 haha) e 244 respostas
Conta 02	Isso não é pedido de desculpas. É apenas um "foi mal, dessa vez nos desmascararam. Tentaremos melhor da próxima vez". Sob a defesa de uma suposta "diversidade" ao final da nota, o Santander mostra seguir a serviço da agenda da esquerda totalitária, que com sua novilíngua quer o exato oposto da diversidade: quer a ditadura do pensamento único e a destruição dos princípios e valores positivos que construíram nossas sociedades. Tudo isso com dinheiro dos NOSSOS impostos! Quarta-feira, na	7,9 mil reações (7,4 mil curti, 448 amei, 49 triste, 42 grr, 13 uau e 02 haha) e 239 respostas

⁷⁹ Preferimos usar o codinome “Conta” para evitar o uso do nome de usuário dos indivíduos.

	Comissão de Direitos Humanos, estarei aguardando um representante do banco para responder pessoalmente na Assembleia Legislativa por mais essa barbaridade chancelada com o dinheiro público. Inadmissível!	
Conta 03	Vergonha! A exposição Queermuseu viola os princípios constitucionais! Apologia a zoofilia, pedofilia e ultrage ao culto religioso! Zombam da fé sob a capa de "conteúdo artístico".	7,8 reações (7,4 curti, 235 amei, 77 grr, 45 triste, 07 haha e 01 uau) e 69 respostas
Conta 04	E é respeitando a pluralidade de bancos, que é com prazer que fecharei minha conta e abrirei no concorrente. Vão aprender na marra a respeitar os credos, a inocência infantil e a largar o politicamente correto. Parabéns aos envolvidos.	7,6 mil reações (6,9 mil curti, 517 amei, 109 haha, 09 triste, 09 grr e 03 uau) e 180 respostas
Conta 05	Sou cliente Santander, já tive minha conta hackeada, já fui mal atendido em todos os canais, minha gerente de conta é uma inepta, mas nada me deixou mais incomodado do que essa exposição bizarra que mistura zoofilia, pedofilia, escarnece de Jesus e o escambau... Que banco lixo!!!	6,2 mil reações (5,7 mil curti, 374 amei, 133 grr, 33 triste, 29 haha, 21 uau) e 595 respostas
Conta 06	Cartão de crédito já está quebrado, agora é fechar a conta!!	4,8 mil reações (4,2 mil reações, 486 amei, 135 haha, 19 uau, 02 triste e 02 grr) e 188 respostas
Conta 07	E eu pensei que fosse sensacionalismo de religiões!!! Mas foi uma baita falta de respeito com quem é católico escrever palavrões nas hóstias né. Que feio.	4,2 mil reações (1 mil curti, 130 amei, 32 grr, 14 triste, 06 uau e 04 haha) e 103 respostas
Conta 08	Parabéns banco Santander pornográfico, além de propaganda enganosa como do seguro residencial Santander, também patrocínio de pornografia, isto que é Banco estrangeiros que temos aqui no Brasil, vou fechar minha conta nesta instituição.	4,1 mil reações (3,7 mil curti, 293 amei, 99 haha, 15 grr, 05 triste, 04 haha) e 546 respostas
Conta 09	Código Penal Art. 208 - Escarnecer de alguém publicamente, por motivo de crença ou função religiosa; impedir ou perturbar cerimônia ou prática de culto religioso; vilipendiar publicamente ato ou objeto de culto religioso: Pena - detenção, de um mês a um ano, ou multa.	4 mil reações (3,8 mil curti, 174 amei, 12 grr, 08 triste, 04 haha e 01 uau) e 77 respostas
Conta 10	Provocar cristão é fácil, ainda tem o costume de baixar a cabeça e orar. Agora aproveita que vcs são um banco espanhol, faz um parecido contra Maomé na Espanha!	3,2 mil reações (2,9 mil curti, 196 haha, 166 amei, 04 uau, 03 grr e 01 triste) e 64 respostas
Conta 11	Não tenho palavras para descrever tamanha baixeza da parte de vcs e dos artistas. Isso é crime em todos os sentidos. Devem ser responsabilizados.	3 mil reações (2,9 mil curti, 82 amei, 14 triste, 10 grr, 02 uau) e 22 respostas
Conta 12	Foram na onda da esquerda progressista desconstrutora e se fuderam!!!! Agora, respirem fundo e sintam a brisa do prejuízo que a instituição sofrerá!!! Vou até pegar minha pipoca 😊👉	2,7 mil reações (2,4 mil curti, 145 haha, 111 amei, 14 triste, 12 grr e 08 uau) e 53 respostas
Conta 13	Vcs geraram reflexão sim. Todo mundo refletiu e concluiu que vocês estão alinhados ao que há de mais podre no mundo moderno. Já encerrei minha conta com vcs há	2,6 mil reações (2,4 mil curti, 134 amei, 12 haha, 08 uau, 03 grr,

	tempos por outra que vcs já aprontaram. Se não, encerraria agora.	01 triste) e 47 respostas
Conta 14	Foi o Santander que demitiu a analista Sinara Polycarpo Figueiredo, por ter informado aos clientes que a economia iria piorar com a reeleição de Dilma Rousseff (PT). Este "banco" está seguindo à risca a cartilha do "politicamente correto" imposta pela PTzada!	2 mil reações (1,9 mil curti, 62 amei, 25 grr, 12 triste, 07 haha e 01 uau) e 42 respostas
Conta 15	Traduzindo a nota desses bostas covardes: "O povo ainda não está pronto para aceitar todo tipo de perversidade maluca que nós fomentamos, mas, para evitar prejuízos, vamos fazer de conta que nos sensibilizamos."	1,8 mil reações (1,7 mil reações, 68 amei, 52 haha, 04 grr e 01 triste) e 36 respostas
Conta 16	Os responsáveis devem responder criminalmente por apologia à pedofilia e escárnio da fé alheia.	1,8 mil reações (1,7 mil curti, 72 amei, 05 haha, 03 grr, 02 uau e 01 triste) e 31 respostas
Conta 17	Desculpa, Santander, as obras que foram mostradas não propagam diversidade, não promovem arte de forma alguma. Cartazes com desenhos que claramente representam crianças com escritos de "criança viada rainha da lambada" e coisas do tipo, cartazes que mostram homens e mulheres tendo relações com animais, não tem nada de diversificado e artístico. Cadê a curadoria? Vocês não viram nada disso? Há formas e formas de tratar o grotesco e natureza humana na arte sem ser vulgar, apelativo e desrespeitoso como fizeram.	1,5 mil reações (1,4 mil curti, 44 amei, 21 grr, 12 triste, 05 uau, 01 haha) e 28 respostas
Conta 18	Já não tenho conta neste lixo. Nessa semana pessoas da minha família tomarão o mesmo rumo e vão cancelar este LIXO. A partir de agora vocês tem um inimigo para a vida toda. Aguardem as consequências, pois ofenderam pelo menos 64% da População Cristã do país, que direta ou indiretamente é quem permite a permanência desta instituição infame em solo Brasileiro. Malditos sejam por toda a eternidade.	1,3 mil reações (1,2 mil curti, 64 amei, 10 haha e 01 uau) e 36 respostas
Conta 19	"Garantimos, no entanto, que seguimos comprometidos com a promoção do debate sobre a diversidade e outros temas contemporâneos" - e desde quando pedofilia e zoofilia se enquadram nestes debates quando a eles se faz apologia? O que isto tem a ver com diversidade??? Nossa sociedade não irá chegar ao cúmulo de adoecer a ponto de acreditar que isto é inclusão, que isto é diversidade. Não é! É querer enfiar goela abaixo "ideologias" doentias. Nossas crianças precisam de proteção e não vamos apoiar a nada que tente minimizar ou "naturalizar" a pedofilia. Não é normal e nunca, JAMAIS será!	1,3 mil reações (1,2 curti, 71 amei, 03 haha, 02 grr, 01 uau e 01 triste) e 29 respostas
Conta 20	Assumam a culpa de uma vez por todas e DEVOLVAM os 850.000 reais que tomaram do POVO para fazer escárnio da fé cristã e promover bizarrices SEXUAIS.	1,2 mil reações (1,1 mil curti, 95 amei, 04 grr, 02 triste) e 20 respostas

Tabela 4 - Relação dos comentários com mais de mil reações à postagem da "Nota sobre a exposição Queermuseu", do Santander Brasil

No mesmo dia, a nota foi amplamente repercutida na imprensa regional e nacional. Outra busca feita no *Google*, em 2019, delimitando como intervalo personalizado a data de 10 de setembro, exclusivamente, a ordem de relevância organizada pela ferramenta é a seguinte:

Sítio	Manchete: título/lide
Foha de São Paulo	Após protesto, mostra com temática LGBT em Porto Alegre é cancelada
	A exposição “Queermuseu – cartografias da diferença na arte brasileira”, realizada desde 15 de agosto no Santander Cultural, em Porto Alegre, foi cancelada após protestos em redes sociais.
O Globo	Curador de mostra cancelada no RS diz que decisão foi unilateral
	Santander Cultural fechou exposição com temática LGBT após receber críticas
G1 RS	Museu de Porto Alegre encerra exposição sobre diversidade sexual após ataques em redes sociais
	A exposição iria até o dia 8 de outubro. Página do Santander Cultural registra críticas de pessoas insatisfeitas com o conteúdo da exposição. ONG questiona decisão.
O Sul	Santander cancela “Queermuseu – Cartografias da Diferença na Arte Brasileira” após protestos
	A exposição “Queermuseu – Cartografias da Diferença na Arte Brasileira”, com curadoria Gaudêncio Fidelis, que entrou em cartaz no dia 15 de agosto, no Santander Cultural, no Centro de Porto Alegre, foi cancelada neste domingo (10). As obras, que abordam questões de gênero e diferença, ficariam no espaço até 8 de outubro, mas após críticas de internautas, a instituição decidiu pelo término.
GauchaZH	“Queermuseu”: mostra é cancelada após ataques em redes sociais
	Exposição estava em cartaz desde 14 de agosto no Santander Cultural
Correio do Povo	Santander Cultural encerra mostra “Queermuseu”
	Exposição tinha previsão de ocorrer até 8 de outubro
Jornal do Comércio	Após protestos, Santander Cultural encerra exposição queermuseu um mês antes
	Exposição estava em cartaz desde a metade de agosto no Santander Cultural
Veja	Após protestos, Santander fecha exposição sobre diversidade
	Com obras de Volpi e Portinari, ‘Queermuseu’ foi encerrada um mês antes do previsto em Porto Alegre; mostra foi alvo de críticas de grupos como o MBL
Estadão	Exposição sobre diversidade sexual é cancelada após repercussão negativa
	A mostra “Queermuseu” estava em cartaz no Santander Cultural e tinha obras de artistas como Volpi, Portinari e Ligia Clark

Tabela 5 - Pesquisa “Queermuseu” no Google referente ao dia 10 de setembro de 2017

Através desses veículos de grande circulação ou de comunicação de massa, o fato do cancelamento da Queermuseu ganhou grande repercussão nacional e até mesmo internacional⁸⁰. A Queermuseu deixava de ser um fenômeno regional, geolocalizado no estado do Rio Grande do Sul, e passava a mobilizar grupos por todo Brasil, entre os que eram a favor e os que eram contra seu fechamento. Nesse sentido,

⁸⁰ Cancelamento de exposição LGBT repercute na imprensa internacional. Bol Uol. Disponível em << <https://goo.gl/4k7Tv1>>>, acesso em 08/08/2019.

reagindo ao fechamento da exposição, blogs e a pequena imprensa ligada ao campo progressista começaram a produzir material com a finalidade de subsidiar as pessoas que se posicionavam contra o fechamento da Queermuseu (Tabela 06). No conteúdo, as palavras “censura”, “fascismo” e suas variações, “obscurantismo”, “fundamentalismo”, “moralismo” e tradicionalismo” são reincidentes.

Sítio	Data	Manchete
Catraca Livre	10/set	MBL e Santander são acusados de censurar exposição cultural: O MBL atuou contra a exposição e o Santander Cultural, de Porto Alegre, encerrou a mostra
Mídia Ninja	10/set	Portinari, Volpi, Lygia Clark viraram pornografia para MBL: O Santander Cultural de Porto Alegre cedeu ao obscurantismo e acaba de fechar, neste domingo, 10/09, uma exposição com cerca de 270 obras de arte em que as questões de gênero, diversidade, queer, temáticas LGBT são tratadas.
Diário do Centro do Mundo	10/set	80 anos depois dos nazistas, o MBL consegue cancelar mostra de “arte degenerada”
Extra Classe	10/set	Ataques do MBL provocam encerramento de exposição de arte em Porto Alegre: Banco se rende às agressões e antecipa em um mês o fechamento, provocando críticas de artistas. Dentre os líderes do ataque o deputado Van Hatten
Jornalistas Livres	10/set	Fascistas forçam encerramento de exposição de arte em Porto Alegre: Mostra histórica de temática LGBT com 264 obras de artistas consagrados é acusada por grupos de extrema direita de ser apenas apologia à pedofilia, zoofilia e anticristã. Banco patrocinador aceita a censura com medo de boicote e conflitos

Tabela 6 - Manchetes de blogs e pequena imprensa progressista repercutindo o fechamento da Queermuseu, em 10 dezembro

O que se seguiu a partir do dia 10 de setembro foi uma verdadeira guerra no campo virtual. Milícias digitais⁸¹ foram mobilizadas em torno das pautas família,

⁸¹ O pesquisador de tecnologias da inteligência Alberto de Freitas Filho (2019, p.13), ao analisar a batalha político-midiática do Movimento Brasil Livre (MBL) em torno da desinformação nas redes sociais nas questões de gênero e sexualidade, ressalta que “como em todas as situações de guerra, reais ou metafóricas, os mais vulneráveis são aqueles que estão sujeitos aos mecanismos de dominação e que, muitas vezes, são recrutados para combater em favor de um dos lados dessas disputas. Nesse campo de batalha metafórico, as armas utilizadas são os computadores, smartphones, tablets e outras TIC; as massas se dividem e guerreiam entre si, somando-se a exércitos ou milícias digitais que bombardeiam as redes sociais com informações manipuladas, imprecisas ou falsas. Enquanto sites de redes sociais são utilizadas como armas de destruição em massa, a desinformação é usada como munição com um alcance praticamente incalculável, assim como são incalculáveis e imprevisíveis os seus danos”. Essas milícias, de acordo com a Diretoria de Análise de Polícias Públicas da Fundação Getúlio Vargas (2017), no trabalho intitulado “Robôs, redes sociais e políticas no Brasil: estudo sobre interferências ilegítimas no debate público na web, riscos à democracia e processo eleitoral de 2018”, mostra que essas milíciais digitais operam através de contas automatizadas, os robôs sociais (social bots). “Os robôs sociais (social bots) são contas controladas por software que geram artificialmente conteúdo e estabelecem interações com não robôs. Eles buscam imitar o comportamento humano e se passar como tal de maneira a interferir em debates espontâneos e criar discussões forjadas. Com este tipo de manipulação, os robôs criam a falsa sensação de amplo apoio político a certa proposta, ideia ou figura

infância, crença religiosa, diversidade sexual, identidade de gênero, direito ao corpo, produção e acesso à cultura. Uma pesquisa realizada pela Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas sobre o cancelamento da Queermuseu identificou o uso de robôs em 13% do debate nas redes por boicote à exposição. O levantamento coletou 778 mil postagens, no *Twitter*, entre às 00h de 08 de setembro e às 12h de 15 de setembro de 2017. Para a análise dos dados, foi criado um gráfico para organizar visualmente os indicadores, no qual a cor azul identificava aqueles que no debate eram contrários à Queermuseu e a cor vermelha a favor (FIGURA 06). A pesquisa revelou “o grupo vermelho mais difuso, o que revela maior espectro de discussão e diversidade de argumentos. O grupo azul, bem concentrado, revela maior unidade na argumentação. Quantitativamente, são praticamente equivalentes em número de contas e interações” (FGV, 2017). A Diretoria de Análise de Políticas Públicas ressalva:

que o processo de identificação e checagem de indícios de atividade robotizada não deve obedecer unicamente, por razões de precisão metodológica, a parâmetros volumétricos. Ou seja, a simples identificação de um notável aumento de referências a um determinado termo, palavra-chave ou expressão não obrigatoriamente indica engajamento de perfis-robôs. E raramente é a métrica mais pertinente para que se faça a investigação de postagens automatizadas sobre qualquer assunto, em qualquer período de análise (FGV, 2017).

pública, modificam o rumo de políticas públicas, interferem no mercado de ações, disseminam rumores, notícias falsas e teorias conspiratórias, geram desinformação e poluição de conteúdo, além de atrair usuários para links maliciosos que roubam dados pessoais, entre outros riscos (DAPP/FGV, 2017, p.9)”.

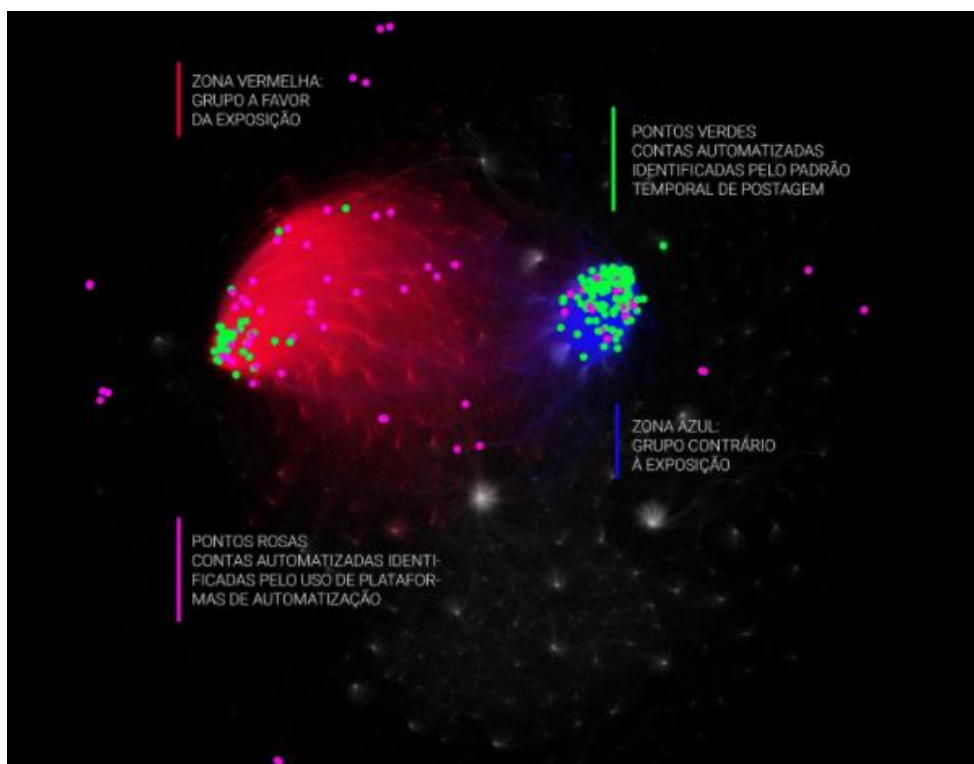


Figura 5 – Gráfico que identifica visualmente os dois grupos em oposição no debate: em azul, aqueles que são contrários à exposição; em vermelho, aqueles que defenderam a continuidade da mostra.

Fonte: FGV DAPP

Para além das ferramentas escritas, a produção de vídeos foi outra ferramenta de comunicação amplamente utilizada para motivar e agitar o público em torno das pautas levantadas. Se caracterizavam tanto por serem vídeos amadores – aqueles feitos a partir de equipamentos domésticos –, como profissionais – produzidos por veículos comerciais de comunicação. Uma pesquisa realizada na página *Youtube.com*, a maior plataforma de compartilhamentos de vídeos na *Internet*, utilizando a palavra-chave “Queermuseu” e o filtro “contagem de visualizações”, chegamos ao seguinte resultado:

Canal	Visualizações	Data de envio	Título
Mamãe Falei ⁸²	435.129	11/09/2017	MBL censura Exposição Queermuseu do Santander

⁸² “Um dos expoentes mais relevantes foi Arthur do Val, do canal de YouTube ‘Mamãe Falei’. Nascido em 1986, deputado estadual de São Paulo – hoje cassado –, Arthur do Val é uma das lideranças atuais do MBL, mas à diferença dos outros membros, entrou apenas em 2016. Seu canal no YouTube, desde que se notabilizou, sempre teve mais inscritos do que o do próprio MBL, cuja atuação se dava prioritariamente pelo Facebook. Ele é por volta de dez anos mais velho do que os dois jovens líderes que despontaram, inicialmente, como a jovem face pública do MBL, Kim Kataguirí e Fernando Holiday.

Café com jornal	307.815	18/09/2017	Curador e youtuber debatem sobre exposição Queermuseu
Felipe Vieira	194.602	12/09/2017	Rádio Guaíba: Curador da Queermuseu e MBL discutem exposição no Esfera Pública
Lucas Mourão	99.839	12/09/2017	Cancelamento cartão Santander por causa da Exposição Queermuseu
Jornal do Comércio	90.574	16/08/2017	Queermuseu: arte de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros
Morcego Project	60.774	12/09/2017	Banco Santander pede desculpas por exposição Queermuseu
Atos Henrique	52.125	10/09/2017	A exposição do Santander : Queermuseu
Leandro Ruschel	45.191	15/09/2017	O caso do Queermuseu é muito mais sério do que se pensava
TV Verdade	42.212	15/09/2017	Bolsonaro diz que "tem que fuzilar" quem fez a exposição Queermuseu
Bernardo Küster	30.984	18/09/2017	PEDOFILIA NÃO – Descubra quem está por trás do QueerMuseu do Satãder

Tabela 7 - Pesquisa "Queermuseu" no Youtube: os 10 vídeos com as maiores visualizações

Se utilizarmos o mesmo método, mas trocando a palavra-chave para “Santander Cultural”, com aspas, chegamos aos seguintes resultados:

Canal	Visualizações	Data de envio	Título
BK Tuber	308.151	08/09/2017	DENÚNCIA: SANTANDER INCENTIVA A PEDOFILIA!
Universo	154.515	09/09/2017	URGENTE : " SANTANDER CULTURAL " " EXÉRCITO BRASILEIRO "
MBL	141.462	11/09/2017	Kim Kataguirí manda a real sobre o boicote ao Santander Cultural
Informa Brasil TV	130.845	10/09/2017	Rafinha Bk Também Denuncia a Exposição do Santander Cultural Mas é Retirado à Força Por Seguranças!
Informa Brasil TV	124.649	10/09/2017	Santander Cultural Promove Pedofilia, Pornografia e arte Profana em Porto Alegre
Fogo Vivo	117.332	12/09/2017	Esse CARA DERRUBOU o SANTANDER! Veja o Que Ele FEZ!!
Terça Livre TV	80.142	“02 anos atrás”	O que ninguém te contou sobre o Santander Cultural
Jorge Moraes	59.494	10/09/2017	Exposição sacrílega do Santander Cultural em Porto Alegre
Magno Malta	57.201	11/09/2017	Exposição criminosa do Santander
Informa Brasil TV	39.521	10/09/2017	Veja a Exposição do Santander Cultural em Porto Alegre na Visão Transgênera e Marxista!

Incorporado ao grupo, Arthur do Val se destaca na comunicação pelo YouTube, marcada por um estilo provocativo, tendo a esquerda como seu alvo preferencial” (BALIEIRO, 2022, p.566).

Tabela 8 - Pesquisa "Santander Cultural" no Youtube: os 10 vídeos com as maiores visualizações

As tabelas 04, 07 e 08 evidenciam de alguma forma a forte capacidade de mobilização em redes sociais dos grupos a favor do cancelamento da Queermuseu e o uso estratégico dessas ferramentas para criar pressão social para fazer suas pautas avançarem no campo político. Na guerra de informações virtuais, o Santander Cultural foi alvo de ambos os lados: os conservadores, podemos assim definir o movimento que exigia o cancelamento da Exposição, atacaram a instituição por ter financiado e recebido a Queermuseu; os progressistas, denominação usual para o movimento que exigia a manutenção da mostra, a atacaram por ela ter sido cancelada antes do prazo final. Esse duplo ataque justifica o grande número de reações de desaprovação à postagem do Santander Brasil (73% do total) e o grande número de avaliação de 01 estrela, a mais baixa possível no *Facebook*, dada em sua página oficial na rede social (FIGURA 7).



Figura 6 - Avaliações fanpage Santander Cultural
Fonte: Rede mundial de computadores

Outro campo virtual que experienciou forte conflito entre ambos os grupos foi o das *fanpages* da grande imprensa ou imprensa tradicional. A primeira postagem realizada pela GaúchaZH⁸³, um dos veículos de comunicação impressa e digital mais acessados no Rio Grande do Sul, teve a seguinte manchete: “‘Queermuseu’: mostra é cancelada após ataques em redes sociais”; e como legenda: “A Queermuseu teve

⁸³ “Queermuseu”: mostra é cancelada após ataques em redes sociais, GaúchaZH, 10/09/2017, Disponível em: <https://www.facebook.com/gauchazh/posts/10151023146214956>.

como proposta dar visibilidade a questões do universo LGBT presentes na sociedade e na cultura, assim como promover uma revisão de obras e artistas marginalizados”. A repercussão foi grande. Ao todo, a postagem teve 2,4 mil reações (1,3 mil curti, 459 grr, 352 haha, 276 triste, 63 amei e 34 uau), 1,5 mil comentários e 337 compartilhamentos. Dentre os comentários, espaço de interação livre entre os indivíduos, selecionamos os cinco que obtiveram mais repercussão:

Nome	Comentário	Reações e respostas
Conta 01 ⁸⁴	Depois de apologia à pedofilia e zoofilia o mínimo que se esperava era o cancelamento, melhor ainda era existir punição aos envolvidos, mas sabemos que não vai.	1,1 mil reações (1079 curti, 48 amei, 06 haha e 04 grr) e 75 respostas
Conta 02	"Questões do universo LGBT" A exposição retrata inclusive zoofilia. Mídia imunda	890 reações (858 curti, 26 amei, 04 grr e 02 haha) e 13 respostas
Conta 03	Se Zoofilia são questões do universo LGBT então seria melhor que o furacão Irma passasse por aqui, (a mostra está cheia de pinturas de zoofilia, acho que isso não tem conexão com LGBT), mas que bom que foi cancelada, as figuras era horrendas! Não posso entender como alguém em sã consciência autorizou aquela barbárie	494 reações (473 curti, 16 amei, 04 haha e 01 triste) e 05 respostas
Conta 04	Não há necessidade em abordar os temas de diversidade desrespeitando a religião de ninguém! Como podem vilipendiar um símbolo da igreja católica? Isso não traz conscientização alguma sobre a diversidade... isso só causa um ambiente de ódio e discriminação!!	321 reações (306 curti, 12 amei, 03 triste) e 15 respostas
Conta 05	A "arte" homossexual é cheia de ódio e violência, blasfêmias e insultos, mas a redação lgbt da ZH aponta ataques no outro lado...	318 reações (298 curti, 11 amei, 08 grr, 01 haha) e 36 respostas

Tabela 9 - Comentários mais repercutidos na primeira postagem da GaúchaZH

No mesmo dia, às 16h, a GaúchaZH⁸⁵ lançou outra postagem sobre o mesmo fato, mas agora com a seguinte manchete: “Entidades de promoção dos direitos LGBT anunciam ato em repúdio ao fechamento da mostra ‘Queermuseu’”; e seguinte legenda: “Em cartaz desde 14 de agosto no Santander Cultural, a mostra foi cancelada após ataques nas redes sociais”. A postagem teve igualmente grande repercussão. Foram 1,3 mil reações (674 curti, 328 haha, 240 grr, 45 triste, 41 amei e 15 uau), 989

⁸⁴ Preferimos usar o codinome “Conta” para evitar o uso do nome de usuário dos indivíduos.

⁸⁵ Entidades de promoção dos direitos LGBT anunciam ato em repúdio ao fechamento da mostra “Queermuseu”, GaúchaZH, 29/11/2019. Disponível em <https://www.facebook.com/gauchazh/posts/10151023174919956>.

comentários e 138 compartilhamentos. Dentre os comentários com maior interação estão:

Nome	Comentário	Reações e respostas
Conta 01	Uma mostra com pedofilia e zoofilia não pode ser considerada mostra de arte, isso é um crime.	948 reações (908 curti, 36 amei, 03 haha, 01 grr) e 74 respostas
Conta 02	Sou gay e não pratico zoofilia e pedofilia. Mas pelo jeito os gays da redação da Zero Hora pensam diferente...	873 reações (801 curti, 43 amei, 26 haha, 02 grr e 01 uau) e 50 respostas
Conta 03	Fechamento é pouco. Os responsáveis devem responder criminalmente por isso.	487 reações (463 curti e 24 amei) e 08 respostas
Conta 04	A quem interessa associar a sigla LGBT a Pedofilia e Zoofilia? essas "entidades" estão fazendo é um desserviço a quem dizem representar.	344 reações (335 curti, 06 amei, 02 uau e 01 haha) e 11 respostas
Conta 05	A maioria esmagadora dos homossexuais devem estar envergonhados com estes ativistas gays!!! Duvido que o povo homossexual, em sua maioria, concorde com desrespeito religioso, zoofilia e pedofilia!!!	315 reações (302 curti, 10 amei, 02 grr e 01 haha) e 11 respostas

Tabela 10 - Comentários mais repercutidos na segunda postagem da GaúchaZH

As reações, comentários, compartilhamentos e interações aqui apresentadas expressam o sentimento majoritário, ao menos nas redes sociais, da parcela da população que tem acesso à *Internet* em relação ao fenômeno que veio se transformar o cancelamento da Queermuseu. Como resposta, os movimentos sociais de Direitos Humanos e LGBT organizaram um abaixo assinado *online*⁸⁶, lançado pela plataforma *Charge.org*, no dia 11 de setembro, o qual conseguiu coletar 72.212 assinaturas digitais⁸⁷, e convocaram a população para uma manifestação de rua com a seguinte chamada “HOJE: Ato pela liberdade de expressão artística/contra LGBTTFobia”⁸⁸. Como estratégia de comunicação, as dezessete organizações envolvidas, entre elas a ONG Nuances, criaram um evento *online* no *Facebook*. Como resultado, 5,4 mil pessoas responderam “comparecerei” e 8,3 mil responderam que estavam interessadas no evento.

⁸⁶ Os grupos contrários à Queermuseu também lançaram um abaixo assinado online pela mesma plataforma. O resultado foi a coleta de apenas 228 assinaturas. Conferir em: <https://www.change.org/p/voc%C3%AA-que-quer-um-caminho-bom-para-nossas-crian%C3%A7as-pela-n%C3%A3o-reabertura-da-exposi%C3%A7%C3%A3o-queermuseu-em-porto-alegre>.

⁸⁷ Pela reabertura da exposição Queermuseu – Cartografias da diferença da arte brasileira, Charge.org,

⁸⁸ HOJE: Ato pela liberdade de expressão artística/contra a LGBTTFobia, Facebook, 12/09/2017. Disponível em: <https://www.facebook.com/events/905454412938548/>

Agendado para acontecer no centro de Porto Alegre, em frente às portas do Santander Cultural, os interessados pelo cancelamento da exposição acabaram convocando um outro ato para o mesmo local. Os dois atos simultâneos colocaram frente a frente os grupos a favor e contra o cancelamento da Queermuseu (FIGURA 08). Ambas as manifestações começaram tranquilas, contudo, no decorrer da atividade o grupo menor, identificado pelo uso de camisetas nas cores verde e amarelo, a favor do cancelamento da exposição, acabou se retirando do local com proteção das forças de segurança do Estado do Rio Grande do Sul. O outro ato, que conseguiu reunir centenas de pessoas, continuou suas atividades com falas de artistas, ativistas e produtores culturais, além de falas de lideranças políticas e sociais, como Célio Golin, fundador do Nuances, as quais foram intermediadas por intervenções artísticas, entre elas do grupo de teatro Ói Nós Aqui Traveis e das artistas Dri Kas e Ligia Maia. O ato ainda contou com a participação do curador da Queermuseu, Gaudêncio Fidelis, e de Álvaro Clark, presidente da associação cultural O Mundo de Lygia Clark e filho da artista⁸⁹.

Próximo do encerramento do ato, o grupo que havia se retirado do local acabou retornando com palavras de ordem e cartazes escritos com frases como “Pedofilia não é arte, é crime” e “Zoofilia não é arte, é crime”, o que gerou reações. A polícia militar foi acionada e destacou a tropa de choque para conter os ânimos. Houve uso de *spray* de pimenta e bombas de efeito moral contra os manifestantes a favor da reabertura da Queermuseu. No final, duas pessoas foram presas.



Figura 7 - Imagens dos atos pró e contra o cancelamento da Queermuseu
Fontes: Agência Estado/RBSTV

⁸⁹ “Queermuseu”: protesto contra o fechamento da mostra tem dois detidos e conflito entre manifestantes, GaúchaZH, 12/09/2017. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/artes/noticia/2017/09/queermuseu-protesto-contr-o-fechamento-da-mostra-tem-dois-detidos-e-conflito-entre-manifestantes-9896763.html>.

O fenômeno de cancelamento da Queermuseu também teve repercussão jurídica. Ao menos duas ações judiciais foram movidas. A primeira, uma ação popular ajuizada pelo advogado Gustavo Gazalle que objetivava a reabertura da exposição alegando prejuízo público e cultural. A Justiça Federal, em despacho assinado pela juíza Thaís Helena Della Giustina, da 8ª Vara Federal de Porto Alegre, indeferiu a ação, no dia 13 de setembro, em caráter liminar⁹⁰. Mais tarde, no dia 19 de setembro, foi a vez do Tribunal Regional Federal da 4ª Região negar um pedido feito pelo mesmo autor da primeira ação de tutela antecipada para a reabertura da exposição⁹¹. No dia 15 de setembro, os advogados Juliana Campos, Marcelo Gazen e Maurício Gazen entraram com outra ação popular requerendo a reabertura da Queermuseu. Igualmente, não lograram êxito. Por fim, a Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão, do Ministério Público Federal no Rio Grande do Sul, recomendou, em 28 de setembro, a imediata reabertura da exposição. Por meio da recomendação PRDC/RS nº 21/2017, o procurador da República Fabiano de Moraes resolveu, com fulcro no art. 6º, XX, da Lei Complementar nº 75/93, recomendar ao Santander Cultural, sob pena de ensejar a adoção das medidas judiciais cabíveis diante do não acatamento infundado ou insuficiências dos fundamentos apresentados para não os acatar total ou parcialmente, que:

- a) providencie a imediata reabertura da exposição “Queermuseu – Cartografias da diferença da arte brasileira” minimamente pelo período em que estava previsto originalmente seu encerramento, sem prejuízo de adotar: (i) medidas informativas ou de proteção à infância e à adolescência no que diz respeito a eventuais representações de nudez, violência ou sexo nas obras expostas e (ii) medidas visando à garantia da segurança das obras e dos visitantes;
- b) a título de compensação pelo período em que a exposição permaneceu sem acesso ao público em geral, realize, a suas expensas, nova exposição em proporções e objetivos similares a que foi interrompida, preferencialmente com temática relacionada à diferença e à diversidade, e que esteja aberta aos visitantes em período não inferior a três vezes o tempo em que a “Queermuseu” permaneceu sem visitação (MPF, 2017, p.05).

⁹⁰ Indeferida liminar para reabrir mostra Queermuseu. Jusbrasil. 13/09/2017. Disponível em: <https://espaco-vital.jusbrasil.com.br/noticias/499156529/indeferida-liminar-para-reabrir-mostra-queermuseu>

⁹¹ Justiça nega pedido para reabertura de exposição “Queermuseu”. O Globo. 19/09/2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/justica-nega-pedido-para-reabertura-de-exposicao-queermuseu-21844251>

A recomendação não foi acatada pelo Santander Cultural sob o argumento que a mostra era de cunho privado⁹². A Queermuseu não voltaria a abrir suas portas em Porto Alegre.

Se a matéria da *Locus Online* foi o estopim para o fenômeno surpreendente que seguiu a partir do dia 06 de setembro, ela ganhou o impacto social que teve com o impulsionamento através de grupos religiosos e, especialmente, do Movimento Brasil Livre⁹³, que em sua página no *Facebook* comemorou o fechamento da exposição afirmando que “o sucesso do processo deixou a esquerda brasileira indignada”. A Queermuseu, que se constituiu num museu⁹⁴ metafórico e provisional, se transformou no pivô de uma disputa política e judicial sobre sexualidade e identidade de gênero (FIDELIS. 2018). Um episódio que levou para a arena do debate público discussões muitas vezes restritas ao ambiente domiciliar, as quais antagonizavam tradições conservadoras geralmente com algum cunho religioso e a livre expressão sexual, de gênero e artística. O acirramento desse debate público

⁹² MPF recomenda “imediate reabertura” da Exposição Queermuseu ao Santander Cultural. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/mpf-recomenda-imediata-reabertura-da-exposicao-queermuseu-ao-santander-cultural.ghtml>.

⁹³ Baggio (2016, p.208) destaca que “o Movimento Brasil Livre (MBL) – que, como se sabe, teve destacada atuação na organização dos atos a favor do impeachment da presidenta Dilma – tem origem no Students for Liberty, fundado em 2008 na Columbia University, que tem, como “missão”, “empoderar jovens estudantes liberais” ou líderes estudantis “libertários”. Vale registrar que Kim Katagiri, o mais conhecido nome do MBL, é membro e foi treinado pela Students for Liberty. Obviamente, o sentido da palavra “libertário” não se vincula ao que lhe foi dado, historicamente, pelo movimento anarquista, mas ao sentido que lhe dá os movimentos ultraliberais, a partir das concepções econômicas de Milton Friedman e da Escola Econômica de Chicago, ou de Ludwig von Mises, Friedrich Hayek e a chamada “Escola Austríaca”. A Atlas Network promove programas de treinamento, cursos e apoio financeiro para formar jovens lideranças do “movimento pela liberdade” em todos os continentes. Entre seus financiadores e apoiadores estão fundações e grandes corporações, como o Google. Seu presidente desde 1991, conhecido como Alex Chafuen, é Alejandro A. Chafuen, argentino radicado nos Estados Unidos – ligado à Opus Dei e simpatizante do Tea Party, tendência ultraliberal dentro do Partido Republicano –, que também é o presidente e fundador do Hispanic American Center of Economic Research”.

⁹⁴ Conforme o museólogo Bruno Brulon (2020), museus surgiram no século XIX com o propósito de representar identidades politicamente demarcadas, mas muitas vezes negligenciaram a diversidade de experiências e identidades. Hoje, os museus enfrentam o desafio de repensar suas abordagens em relação à sexualidade e ao queer. A teoria queer, que se originou nas últimas décadas do século XX, oferece uma perspectiva crítica sobre as identidades de gênero e orientação sexual. Ela desafia as noções tradicionais de sujeito, identidade e normalidade. Museus que aplicam a teoria queer buscam desconstruir as normas sociais, as hierarquias de poder e os binarismos de gênero que historicamente moldaram as representações culturais. Em um museu queer, o foco não está apenas na visibilidade LGBT, mas também na exploração das complexidades da sexualidade e do gênero como construções sociais. Isso envolve questionar as estruturas tradicionais de significado e representação, bem como abrir espaço para identidades e experiências que não se encaixam nas categorias convencionais. Museus queer desafiam a “folclorização” das minorias e procuram criar espaços inclusivos que reconheçam a diversidade de experiências humanas. Eles não se limitam a lembrar o passado, mas também a esquecer aquilo que não mais serve ao presente. Através da desconstrução e reconstrução de narrativas, esses museus buscam transformar a sociedade, questionando as normas e as estruturas que moldam as identidades e as representações culturais.

evidenciou o embate histórico entre setores progressistas e conservadores em torno das questões que envolvem direito ao corpo, identidade de gênero e orientação sexual, diferença e diversidade no campo da sexualidade no Brasil (FIDELIS, 2018). Um contínuo debate que não cessa.

A repercussão instaurou um debate que, conforme o curador da Exposição, Gaudêncio Fidelis (2018), fez com que, em algum momento, até as pessoas nos lugares mais remotos do Brasil estivessem discutindo a Exposição. Isto nos leva a crer que, no momento do encerramento da Queermuseu, a exposição passou a ganhar ares de forte disputa política sobre o simbólico (FIDELIS, 2018), levando milhares de pessoas ao engajamento político de ambos os lados⁹⁵ e ampliando o terreno de embate até a zona sul do Rio de Janeiro/RJ, onde a Exposição foi reaberta no dia 18 de agosto de 2018, na Escola de Artes Visuais do Parque Lage⁹⁶. Se pela primeira vez na história recente do Brasil, pós regime da ditadura civil-militar, uma exposição havia sido cancelada intempestivamente - soma-se, a essa questão, ela ter sido uma das primeiras grandes exposições de arte sobre a temática *queer*⁹⁷ no Brasil -, foi também a primeira vez que, com sua segunda edição no Rio de Janeiro, uma exposição de arte conseguiu ser viabilizada através de um financiamento coletivo *online*, popularmente denominado *crowdfunding*, que contou com a colaboração de mais de 1.600 pessoas, arrecadando o montante de R\$ 1.081.176,00⁹⁸.

O episódio da Queermuseu evidenciou, de alguma forma, o acirramento do embate entre setores progressistas e conservadores em torno das questões que envolvem identidade de gênero, orientação sexual e suas interseccionalidades no Brasil (FIDELIS, 2018). Esse episódio também protagonizou o uso de novas estratégias de mobilização através do uso das redes sociais. Esper e Almeida (2018), a partir de conceitos de redes sociais digitais como estratégias de comunicação e espaço de organização social, analisam esse dado com vistas a compreender a repercussão da Exposição e os métodos de visibilidade e resistência utilizados por grupos pró e contra seu encerramento. Os autores perceberam que “as estratégias

⁹⁵ "Queermuseu": saiba como foi o protesto contra o fechamento da mostra em Porto Alegre. GauchaZH.

Disponível em << <https://goo.gl/1BWd9b> >>, acesso em 21/01/2018.

⁹⁶ Exposição Queermuseu ganha data de reabertura no Rio. G1. Disponível em << <https://goo.gl/7maZgs> >>, acesso em 21/01/2019.

⁹⁷ Ver BUTLER, 2018 e LOURO, 2001.

⁹⁸ Queermuseu no Parque Lage. Benfeitoria. Disponível em <<<https://goo.gl/ULLcKk>>>, acesso em 21/01/2019.

tiveram como base gerar visibilidade para este momento de censura da arte”, ao mesmo tempo em que “informaram, criaram redes de resistência e buscaram legalizar os protestos dos indivíduos que estiveram em contato com elas” (ESPER e ALMEIDA, 2018, p.155). Exemplo disso foi a promoção de um abaixo assinado *online* pela reabertura da Exposição, o qual coletou 72.348 assinaturas⁹⁹. Nesse sentido, a ação decorrida da ampliação ao acesso à *Internet*, do desenvolvimento da inteligência artificial e do advento das redes sociais digitais, os quais possibilitaram que as manifestações contrárias à Exposição fossem vistas 17 vezes mais nas redes sociais¹⁰⁰, mesmo que insufladas por robôs¹⁰¹, se configuraram como elementos adicionais aos históricos conflitos envolvendo os direitos da população LGBT no Brasil.

O debate criado em torno da Queermuseu é mais um capítulo vivenciado pelos movimentos LGBT ao largo da história e não pode ser descolado dela. Logo após o cancelamento da Exposição, por exemplo, no dia 12 de setembro, um ato político foi convocado pela mais antiga organização LGBT do Estado do Rio Grande do Sul, o Nuances - Grupo Pela Livre Expressão Sexual, o qual foi acompanhado por um expressivo conjunto de organizações LGBT, feministas, de artistas, entre outros¹⁰². O “Ato pela liberdade de expressão e contra a LGBTTFobia”, como foi chamado, aconteceu diante das portas fechadas do Santander Cultural e contou a com participação de artistas e do próprio curador da Exposição, além de Célio Golin, fundador e coordenador do Nuances. Golin descreveu com essas palavras o propósito da manifestação: “nós queremos e vamos reabrir a exposição. É um protesto para o Santander entender que errou e que precisa admitir isso publicamente. Não pode simplesmente censurar uma exposição porque conservadores extremados pediram”¹⁰³. Na ocasião, o evento foi interrompido pela Brigada Militar devido a confrontos entre manifestantes pró e contra a Queermuseu.

⁹⁹ Pela reabertura da Exposição Queermuseu - cartografias da diferença na arte brasileira. Change. Disponível em << <https://goo.gl/ogwnES>>>, acesso em 21/01/2019.

¹⁰⁰ Manifestações contrárias à exposição Queermuseu foram 17 vezes mais vistas nas redes. O Globo. Disponível em << <https://goo.gl/UShqyx>>>, acesso em 21/01/2019.

¹⁰¹ Pesquisa demonstra que repercussão do cancelamento do Queermuseu foi insuflada por robôs na Internet. G1. Disponível em << <https://goo.gl/2KDHoc>>>, acesso em 21/01/2019.

¹⁰² Hoje: ato pela liberdade de expressão artística/Contra a LGBTTFobia. Facebook. Disponível em << <https://goo.gl/K55H5d>>>, acesso em 21/01/2019.

¹⁰³ Quando a estupidez silencia a arte. O Beltrano. Disponível em << <https://goo.gl/Txh53p>>>, acesso em 21/01/2019.

No dia 20 de outubro, a Queermuseu e a Parada Livre se encontraram pela primeira vez. Nesse dia, a organização da Parada Livre de Porto Alegre promoveu um debate com o título de “Queermuseu: A LGBTTfobia fechou portas”¹⁰⁴. O evento ocorreu no Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e trouxe à mesa Gaudêncio Fidélis, Roger Raupp Rios, desembargador Federal da TRF4, Paulo Cogo Leivas, procurador do Ministério Público Federal, e Kátia Suman, radialista e mediadora do encontro. Mais tarde, no dia 26 de novembro, Fidelis e a Queermuseu estiveram presentes oficialmente na 21ª Edição da Parada Livre de Porto Alegre. Naquela oportunidade, Fidelis, que havia sido alvo de condução coercitiva a pedido do Senador Magno Malta, do Espírito Santo, para depor na CPI dos Maus-tratos, falou em “onda de obscurantismo” e disse considerar “muito importante que a exposição do Queermuseu tenha sido essa plataforma tão excepcional de debates, de diálogos, para a gente discutir todas essas questões em meio a esta zona de extrema turbulência, retrocesso e conservadorismo que está atravessando a sociedade brasileira”¹⁰⁵. A própria realização da 21ª Parada Livre de Porto Alegre sofreu revezes por parte do poder público da capital gaúcha, que pela primeira vez havia cortado o orçamento destinado à realização do evento¹⁰⁶.

Com o título de “Berro contra o Retrocesso”, a Parada Livre denunciou o crescimento da violência contra populações vulneráveis e a expansão de pautas conservadoras, as quais passaram a se utilizar da retórica de “ideologia de gênero”¹⁰⁷ para atacar direitos conquistados e políticas públicas voltadas a essa população¹⁰⁸. São exemplos dessa situação o advento do projeto Escola Sem Partido, em trâmite

¹⁰⁴ Queermuseu: A LGBTTfobia fechou as portas. Facebook. Disponível em << <https://goo.gl/rTpGYZ>>>, acesso em 21/01/2019.

¹⁰⁵ Vai ter brilho, purpurina e direitos: Parada Livre de Porto Alegre dá berro contra retrocessos. Sul21. Disponível em << <https://goo.gl/9j2KVY>>>, acesso em 21/09/2019.

¹⁰⁶ Sem apoio da Prefeitura, Parada Livre de Porto Alegre fará “Berro contra retrocessos”. Sul21. Disponível em << <https://goo.gl/i7ytqg>>>, acesso em 21/09/2019.

¹⁰⁷ Utilizada em debates e discursos conservadores, a retórica em torno da expressão “ideologia de gênero” tem sido frequentemente empregada como um rótulo pejorativo para desacreditar os esforços voltados à promoção da diversidade das identidades de gênero não conformes e criar uma narrativa que sugere uma suposta agenda de oposição à família e aos valores conservadores. Essa agenda estaria promovendo, no contexto das questões de gênero e sexualidade, a desconstrução das identidades e dos valores morais tradicionais, especialmente àqueles vinculados ao ideário cristão. Assim, por se tratar de uma expressão controversa que reflete a polarização de opiniões em relação às questões de gênero e sexualidade, deve-se observar que não há uma definição precisa no campo acadêmico sobre o conceito de “ideologia de gênero”. Portanto, ao abordar esse termo, deve-se considerar o contexto em que ele é produzido, uma vez que sua definição e aplicação podem variar amplamente de acordo com as perspectivas dos indivíduos e grupos que o empregam.

¹⁰⁸ Sem apoio da Prefeitura, Parada Livre de Porto Alegre fará “Berro contra retrocessos”. Sul21. Disponível em << <https://goo.gl/i7ytqg>>>, acesso em 21/09/2019.

no Congresso Nacional¹⁰⁹, que propõe limitar a atuação do sistema escolar no ensino sobre diversidade, sexualidade e gênero, e a liminar restritiva concedida, em 15 de setembro de 2017, pelo juiz federal Waldemar Cláudio de Carvalho, da 14ª Vara do Distrito Federal, que modificou a Resolução 01/99 do Conselho Federal de Psicologia (CFP), abrindo a possibilidade de tratamento psicológico para pessoas LGBT¹¹⁰. Conhecida como “Cura Gay”, a liminar foi alvo de protestos em todo país, inclusive em Porto Alegre/RS, onde manifestantes se reuniram no Parque da Redenção no dia 24 de setembro¹¹¹, e foi pauta da Parada Livre de 2017, que promoveu uma aula aberta com o título “Aula Aberta Sobre a Decisão da ‘Cura Gay’”¹¹².

10/09/2017	Cancelamento da Queermuseu
12/09/2017	Ato pela liberdade de expressão e contra a LGBTTFobia
15/09/2017	Liminar restritiva à resolução 01/99 da CFP
24/09/2017	Ato popular contra a “Cura gay”
27/09/2017	Convocação para oitiva à Gaudêncio Fidelis na CPI dos Maus-tratos, no Senado Federal
28/09/2017	MPF/RS recomenda a imediata reabertura da Queermuseu
06/10/2017	Retirada do Catálogo da Queermuseu da Biblioteca Municipal de Uruguaiana com nota de repúdio assinada pelos vereadores da Câmara Municipal
06/10/2017	Nota da Associação Rio-grandense de Bibliotecários contrária à retirada do catálogo da Queermuseu das bibliotecas do Estado do RS por ingerência do poder legislativo
08/11/2017	Aprovada a condução coercitiva do curador da Queermuseu para depoimento na CPI dos Maus-tratos no Senado Federal
17/11/2017	Aula aberta sobre a decisão da “Cura gay”
23/11/2017	Depoimento de Gaudêncio Fidelis na CPI dos Maus-tratos, no Senado Federal

¹⁰⁹ PL 7180/14. Câmara. Disponível em <<<https://goo.gl/ntVae4>>>, acesso em 21/01/2019.

¹¹⁰ Ata de audiência. CFP. Disponível em <<<https://goo.gl/zZjBKV>>>, acesso em 21/01/2019.

¹¹¹ Protesto contra “Cura Gay” reúne manifestantes na Redenção. Correio do Povo. Disponível em <<<https://goo.gl/3WS9Ac>>>, acesso em 21/09/2018.

¹¹² Aula aberta sobre a decisão da “Cura Gay”. Facebook. Disponível em <<<https://goo.gl/moNHae>>>, acesso em 21/01/2019.

26/11/2017	21ª Parada Livre de Porto Alegre
------------	----------------------------------

Tabela 11 - Eventos sucedidos entre o cancelamento da Queermuseu e a realização da 21ª Parada Livre de Porto Alegre

O curto intervalo de tempo entre o cancelamento da Queermuseu e a realização da 21ª Parada Livre de Porto Alegre (77 dias, de 10 de setembro a 26 de novembro de 2017) preenche de forma extraordinária, com uma quantidade significativa de eventos, o contexto histórico vivenciado pelos movimentos LGBT no Brasil. Isso possibilita, dentro do escopo proposto, a investigação das lutas pela garantia do direito à diferença e à diversidade, da livre expressão sexual e da identidade de gênero em uma perspectiva histórica.

1.1. O Cancelamento da Queermuseu e o Ativismo LGBT no Brasil: perspectiva metodológica

No dia 28 de junho de 1969, o bar *Stonewall Inn*, localizado em Nova York (EUA), popular entre a população LGBT, foi alvo de uma batida policial. Na ocasião, Marsha P. Johnson e Sylvia Rivera¹¹³ teriam iniciado um protesto, que mais tarde ficaria conhecido como Revolta de *Stonewall*. Esse evento marcou o início da organização dos movimentos LGBT, iniciando nos Estados Unidos e, subsequentemente, se espalhando pelo mundo (D'EMILIO, 1983, p.472). Como expressão pública, as Paradas do Orgulho LGBT foram criadas, celebrando os eventos de junho de 69. As primeiras edições foram realizadas em 1970 nas cidades americanas de Nova York, Chicago, Los Angeles e São Francisco (FRY; MACRAE, 1985).

No Brasil, a primeira Parada do Orgulho LGBT teria ocorrido em São Paulo, em 1996, seguida por Porto Alegre, no ano seguinte, marcando as primeiras manifestações desse tipo em território brasileiro. A Parada Livre de Porto Alegre,

¹¹³ Não há consenso na historiografia sobre se de fato Marsha P. Johnson e Sylvia Rivera teriam sido as primeiras a revidar a violência policial daquela noite, começando a revolta. Alguns pesquisadores chegam a sugerir que Johnson e Rivera nem estariam naquela noite no *Stonewall Inn*. Para tanto, justificam a assertiva fundamentando a falta de referências delas em fotos e ocorrências policiais. Para outros pesquisadores, a abundância de relatos sobre o episódio corrige a controvérsia e indicam que o apagamento de Marsha P. Johnson e Sylvia Rivera dos eventos de *Stonewall* está bastante ligado às tentativas de invisibilidade que elas e a comunidade trans sofrem até os dias de hoje. Em uma de suas últimas palestras, proferida antes de sua morte precoce em 2002, Rivera relembra com detalhes impressionantes a noite de 28 de junho de 1969. Sobre o caso de ter sido ou não a primeira pessoa a contra-atacar a polícia, ela menciona: "I have been given the credit for throwing the first Molotov cocktail by many historians, but I always like to correct it: I threw the second one, I did not throw the first one!" (RIVERA, 2007, p.119).

como ficou conhecida, organizada pelo grupo “Nuances – Grupo pela livre expressão sexual”, fundado por Célio Golin e Glademir Lorensi em 1991, começou com aproximadamente 150 participantes em 29 de junho. A intenção era tornar públicas as demandas dos movimentos LGBT, incluindo a visibilidade social e a igualdade de direitos (NEIS; VERGARA CERQUEIRA, 2015). Desde então, várias questões, como o casamento civil, adoção e retificação de nome e gênero para pessoas Trans foram abordadas durante o período das paradas (SANTOS, 2016; SILVA, 2011).

No entanto, a violência e a discriminação, cujos registros têm aumentado a cada ano¹¹⁴, continuam sendo reivindicações por políticas públicas para essa população. Durante a 21ª Parada Livre de Porto Alegre, em 2017, foram denunciados vários retrocessos, que segundo os organizadores, estariam ocorrendo após o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff¹¹⁵. Nessa ocasião, a 21ª Parada Livre criticou o aumento da violência contra as minorias sexuais e a ascensão do conservadorismo reacionário na população brasileira, o que levou ao cancelamento da exposição "Queermuseu: cartografias da diferença na arte brasileira".



Figura 8 - Cartazes da 21ª Parada Livre de Porto Alegre/RS em um muro da cidade.

¹¹⁴ Em seu site na Internet, o www.grupogaydabahia.com.br, o Grupo Gay da Bahia tem divulgado a cada ano os índices de violência contra a população LGBT no Brasil. O ano de 2018 registrou o maior índice, um assassinato a cada 19 horas.

¹¹⁵ A cientista política Flávia Biroli (2018), no seu trabalho “Reação conservadora, democracia e conhecimento”, reflete o impacto do *impeachment* no avanço das políticas públicas ligadas às questões de gêneros no Brasil. Reflexão que vai ao encontro do tema abordado na XXI Parada Livre de Porto Alegre, em 2017.

Fonte: www.alguemavisa.com.br¹¹⁶

Portanto, essa conjuntura estabelece o contexto que direcionou a pesquisa que deu origem a esta tese, a qual se concentra na análise de acontecimentos que influenciaram o cenário político e social do Brasil contemporâneo. Assim, investigaremos um período que, embora restrito de setembro a novembro de 2017, se situa dentro de um contexto temporal mais amplo e significativo. Primeiramente, remontamos ao final da década de 1990, no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, marcado por características neoliberais, em um cenário global em vésperas da crise econômica de 1998 (REIS, 2014). Nesse período, passamos pela falência do modelo neoliberal, pelo nascimento do Fórum Social Mundial em Porto Alegre em 2001 e pela "onda rosa" na América Latina, que catapultou ao poder governos de esquerda e centro-esquerda¹¹⁷ (SILVA, 2015). É importante destacar que a primeira década dos anos 2000, marcada pelo fortalecimento das políticas social-democratas e pelo avanço das pesquisas acadêmicas nas ciências humanas e sociais, viu uma maior visibilidade das políticas relacionadas às minorias sociais e seus direitos. Discussões sobre políticas públicas para mulheres, negros, indígenas, LGBT e outros, foram impulsionadas por seminários, congressos, dossiês de revistas científicas, pesquisas e projetos de extensão (VERGARA CERQUEIRA; PINTO, 2011). Esse contexto foi propício para que na década de 2010 pudéssemos observar avanços significativos para a população LGBT, como o direito ao casamento (2013), adoção (2015) e retificação de nome de acordo com a identidade de gênero (2016) (SILVA, 2011).

¹¹⁶ Disponível em <<<http://www.alguemavisa.com.br/2017/10/16/cartazes-da-parada-livre-de-porto-alegre-estao-disponiveis-para-download/>>>, acessado em 21/06/2022.

¹¹⁷ A partir de 2010, deu-se início à guinada à direita na América Latina. Esse movimento se configurou numa onda conservadora, representada com a derrota de governos progressistas em eleições no Chile (2010), Argentina (2014), Brasil (2018), Uruguai (2019) e Equador (2021), além da derrubada de governos em Honduras (2009) e Paraguai (2012) e das tentativas de golpes na Venezuela (2019) e Bolívia (2019). Nesse contexto, a política externa adotada pelo Brasil afastou-se, a partir do governo Temer, da ideologia de integração regional, resultando na suspensão da participação na UNASUL em 2018. O conservadorismo, influenciado por discursos religiosos neopentecostais, se disseminou por diversos países latino-americanos, como Colômbia, México, Peru e República Dominicana. Na Venezuela, houve a autoproclamação presidencial de Juan Guaidó, em 2019. O crescimento da desigualdade, aliado a políticas neoliberais adotadas por governos de esquerda, contribuiu para a ascensão da direita radical e a disseminação de narrativas conspiratórias na internet. A batalha pela comunicação revelou a polarização política na região, com a extrema-direita se apresentando como antissistema, enquanto a esquerda enfrenta desafios na defesa do bem-estar social em um cenário de acumulação flexível.

O Movimento LGBT, inicialmente conhecido como movimento homossexual brasileiro (GREEN, 2000, p.274), atingiu sua quarta década de existência em 2018. Seu marco inicial está associado à criação do “Somos – Grupo de Afirmação Homossexual”, em 1978, em plena ditadura civil-militar brasileira, sustentada fortemente pela defesa de costumes judaico-cristãos, sobretudo a ideia do núcleo familiar heterossexual indissolúvel (PARKER, 1992; MACRAE, 1990). Por sua vez, a Parada Livre de Porto Alegre completou recentemente três décadas, em um período ainda marcado pelo estigma relacionado à associação entre o vírus HIV e a AIDS e a população homossexual masculina (POLLAK, 1992; SEFFNER, 2023).

Esse contexto em particular demonstra a relevância do cancelamento da Queermuseu e a organização das Paradas do Orgulho LGBT, especialmente a 21ª edição em Porto Alegre, como manifestações públicas que reivindicam direitos da população LGBT no cenário político e social (TRINDADE, 2011). Assim, ao formular a hipótese de que esses eventos se constituem como fenômenos históricos passíveis de análise metodológica, inseridos no campo da HTP, propomos um ponto de partida para novos debates e aprofundamento das reflexões na área. Das primeiras manifestações públicas às novas formas do ativismo da atualidade, como o *cyberativismo*, muitas transformações culturais e sociais foram acompanhadas, inclusive protagonizadas, pelos movimentos LGBT. O estudo em termos históricos assim proposto nessa tese não tem a pretensão de dar respostas prontas e definitivas para a problemática levantada, mas possibilita suscitar novas reflexões e incitar a outros pesquisadores a se debruçarem sobre o tema¹¹⁸. Compreendendo que “a historização dos discursos pode assumir o papel de instrumento político que promove a pluralidade” (VERGARA CERQUEIRA; PINTO, 2011, p.09), a análise dos fenômenos propostos pode servir de apoio para outras pesquisas que envolvem o tema, aprofundar o debate acadêmico sobre as possibilidades de uso da HTP, colaborar no desenvolvimento de estudos sobre identidade de gênero, orientação sexual e suas interseccionalidades, ampliar os estudos históricos sobre as

¹¹⁸ Padrós ao refletir sobre a pesquisa histórica delimitada no “TP” sugere que a análise tem como pressuposto “a necessidade de uma abordagem teórica que seja macroexplicativa (abrangendo e inter-relacionando as variadas esferas), processual (fundamentada no passado histórico), estrutural (construindo explicações mais consistentes assentadas nas regularidades para, assim, identificar rupturas), global (dimensão essencial do “TP” em função da intrínseca associação entre as diferentes realidades) e dialética. Se os trabalhos sobre o “TP” não tiverem esse cuidado teórico-metodológico, os resultados obtidos dificilmente deixarão de ser meramente descritivos, fragmentados e fechados numa lógica interna que pode vir a ser perigosa. Se assim for, melhor deixar esse trabalho para os jornalistas” (PADRÓS, 2004, p.205).

homossexualidades no Brasil, servir de apoio para discussões no campo social para criação de políticas públicas.

Capítulo 2: Cena de interior II: a devassa

Este capítulo concentra-se na complexa interação entre arte, política cultural e recepção do *queer* no Brasil, evidenciada na Queermuseu. Esta discussão destaca a necessidade de uma análise do papel político da arte, à luz da controvérsia em torno de algumas obras de arte apresentadas na exposição. Assim, chegamos à noção de "arte engajada", conceito que situa a arte em seu contexto social e político mais amplo (NAPOLITANO, 2001). Nesta visão, uma obra de arte transcende sua função de objeto de contemplação e se torna um veículo poderoso para questionar, criticar e potencialmente transformar a sociedade (COUTO, 2012, p.74), uma vez que, como explica o pesquisador Roberto Heiden (2010, p. 91), uma obra de arte possui uma dupla dimensão: uma dimensão estética que está ativa no presente e uma dimensão histórica, frequentemente com caráter documental. A maneira relativamente livre com que a curadoria se apropriou de algumas obras e desenvolveu a narrativa curatorial criou oportunidades para o movimento reacionário, que, em muitos casos, não compartilha dos códigos e métodos de trabalho típicos do mundo da arte. Essa tensão entre a arte como expressão cultural e documento histórico e sua interpretação contemporânea ressalta a complexidade da relação entre arte, política e sociedade, um tema central na compreensão da controvérsia em torno da Queermuseu.

Nesse sentido, a exposição Queermuseu é particularmente reveladora deste ponto de vista, pois lança luz sobre as contínuas negociações e reconfigurações de poder no campo artístico e cultural. Em outras palavras, a exposição não somente discute o "*queer*", mas também reflete a dinâmica do poder dentro do próprio domínio da arte (SANTOS, 2021).

Ao adotar esta perspectiva, esta pesquisa também reconhece a arte como um instrumento essencial na construção da memória social, particularmente daquelas memórias frequentemente silenciadas ou marginalizadas. Este entendimento é coerente com as reflexões de Halbwachs (1990) sobre a natureza social da memória, onde se argumenta que a memória é perpetuamente construída e reconstruída no contexto das relações sociais. Dentro desta estrutura, a arte pode ser entendida como um meio pelo qual o passado é reconfigurado e novas narrativas são construídas, enriquecendo nossa compreensão das identidades de gênero, orientação sexual e suas interseccionalidades.

Assim, o objetivo deste capítulo é explorar a interseção entre história, arte e política cultural. Através da Queermuseu, buscamos compreender como a arte pode servir como palco para disputas políticas e sociais, desafiando narrativas pré-estabelecidas e normas sociais convencionais. Neste processo, a arte contribui para a construção de novas formas de entender e experimentar a sexualidade. Esta análise tem o potencial de aprofundar nosso entendimento do papel multifacetado da arte na sociedade contemporânea.

2.1. O enfrentamento às políticas culturais no Brasil

O Brasil é um país cuja formação social e histórica é marcada pela diversidade e pela confluência de culturas. No entanto, o processo de formação nacional tem sido pautado por estruturas de poder que restringem e direcionam a expressão e o reconhecimento dessa pluralidade cultural¹¹⁹ (CALABRE, 2019; RUBIM, 2007). A discussão em torno das políticas culturais no Brasil, portanto, se insere nessa dinâmica e implica, necessariamente, um entendimento mais aprofundado das políticas públicas do país, nas quais a Queermuseu está inserida. Para compreender essa trajetória e as imbricações do presente, é fundamental considerar a análise, mesmo que breve, da trajetória das políticas culturais, o que requer uma abordagem multidimensional que leve em conta a diversidade cultural e as estruturas de poder que a moldam, bem como a necessidade de dados e informações confiáveis para sua gestão eficiente. Além disso, reconhecer a contribuição e a resistência dos diferentes povos que compõem a nação brasileira é essencial para uma compreensão mais ampla e inclusiva do campo cultural (BARBALHO, 2007, p.40).

Abordar a evolução das políticas culturais brasileiras requer compreender as nuances do planejamento público e das ações governamentais. Este cenário intrincado, solicita uma infinidade de dados, diagnósticos, informações e indicadores transversais a múltiplas áreas para que suas políticas sejam efetivamente elaboradas e implementadas. A intermitência desses elementos durante certos períodos históricos resultou em obstáculos consideráveis à gestão pública cultural. A carência de dados detalhados acerca do setor cultural - desde informações sobre produtores e agentes culturais, passando pelo mapeamento de equipamentos e espaços culturais, até o registro das ações empreendidas em periferias e distritos municipais - impõe um desafio expressivo aos gestores e formuladores de políticas públicas (CALABRE, 2007, p.100). A elaboração de análises e a construção de indicadores revestem-se de uma importância para a gestão eficaz em qualquer área e, obviamente, a cultura não é exceção. Nesse cenário, a academia surge como um parceiro estratégico fundamental, fornecendo estudos e pesquisas que ajudam a orientar a elaboração de políticas (BOTELHO, 2011, p.102). É importante ressaltar, nesse contexto, que a expansão das pós-graduações na área das humanidades no Brasil ganhou impulso

¹¹⁹ O pesquisador de Políticas Culturais e sociólogo Albino Rubim (2007, p.111) compreende que a trajetória das políticas culturais brasileira é forjada por três tristes tradições: “ausência, autoritarismo e instabilidade”.

apenas nos anos 90. Isso gerou uma lacuna na literatura acadêmica, com um número relativamente baixo de trabalhos dedicados à relação entre política cultural, cultura e Estado até então. A maioria dos estudos neste campo começou a surgir a partir dos anos 2000. Programas de pós-graduação, como os da Universidade Federal de Pelotas, tem desempenhado um papel crucial nessa mudança de paradigma, dando origem a um conjunto de estudos sobre a temática.

Quando consideramos a história das políticas culturais no país, é importante destacar os trabalhos da historiadora Lia Calabre (2007, 2014 e 2019), que identifica o início sistemático e efetivo das políticas culturais no Brasil a partir dos anos 1930. A partir desse período, é possível trabalhar com duas perspectivas, como sugere Calabre, uma que segue uma linha do tempo, analisando as temáticas emergentes e como elas são capturadas pelos estudos, e outra que considera como essas experiências permitem a construção e o aperfeiçoamento de conceitos e premissas fundamentais na operação das políticas culturais contemporâneas. Porém, a história das políticas culturais no Brasil é também marcada por ausências, autoritarismos e instabilidades, como mostra o estudo do sociólogo Albino Canelas Rubim (2007, p.111). Durante o período colonial e imperial, a ausência de políticas de cultura foi evidente, assim como a falta de reconhecimento e valorização da diversidade cultural brasileira. Além disso, esse período foi marcado por políticas que reprimiam determinadas culturas, levando inclusive ao genocídio cultural de povos indígenas e africanos. É com base nos trabalhos desses dois pesquisadores que subsidiaremos nossas reflexões.

A trajetória histórica das políticas culturais no Brasil apresenta uma série de ausências, autoritarismos e instabilidades (RUBIM, 2007). O percurso é pontuado por um período colonial marcado pela falta de políticas culturais e pela falta de diversidade. A perseguição sistemática e o desrespeito às heranças culturais dos povos indígenas e dos povos negros africanos deixaram cicatrizes que ainda podem ser vistas na sociedade brasileira atual. Da escravidão ao genocídio cultural, os legados dessas políticas continuam a se manifestar na forma de racismo, desigualdades e discriminações. O processo de colonização resultou na aniquilação em massa das culturas indígenas, exemplificada na perda de inúmeras línguas e tradições culturais originárias. Da mesma forma, a escravidão impôs uma violenta repressão cultural aos povos negros, que trouxeram consigo uma diversidade cultural imensa para o Brasil, mas que foram sistematicamente perseguidos e reprimidos.

Durante o período colonial, a repressão também se estendeu a algumas culturas ocidentais progressistas. Exemplos disso são movimentos como a Revolução dos Búzios (também conhecida como Revolta dos Alfaiates ou Confederação Baiana), que buscavam a independência e o fim da escravidão, mas foram fortemente reprimidos. Estas considerações demonstram que a história das políticas culturais no Brasil é complexa e multifacetada, abrangendo questões de identidade, poder, resistência e legado.

A cultura brasileira, com sua expressão artística e histórica rica e diversificada, é permeada por um notável paradoxo. Conforme Calabre,

A história das políticas culturais no Brasil, até a chegada do século XXI, teve seus pontos altos, contraditoriamente, nos períodos de governos autoritários. Tal conjuntura não atende aos preceitos do conceito de políticas culturais, que foi construído, internacionalmente, a partir da década de 1970, tendo por base ações conjuntas e partilha de poder decisório entre Estado e sociedade civil. Esses parâmetros contemporâneos de uma política cultural democrática e participativa começam a ser colocados em prática, no Brasil, no início do governo do presidente Lula, em 2003. Foram oito anos de gestão, com muitos acertos e, também, muitos problemas, mas que, sem dúvida, marcaram positivamente a história das políticas culturais no Brasil. (CALABRE, 2019, p.59).

Este panorama multifacetado desafia nosso entendimento atual sobre o desenvolvimento e implementação de políticas culturais, colocando o Brasil do século XXI diante de dilemas contemporâneos. Do período colonial até a década de 1930, a construção de políticas culturais estratégicas e sistemáticas foi modesta. Porém, durante a década de 1930, ocorre uma virada na história das políticas culturais do Brasil, impulsionada por duas figuras marcantes: Mário de Andrade e Gustavo Capanema.

Mário de Andrade, um proeminente modernista, estabeleceu o Departamento de Cultura da cidade de São Paulo em 1935, iniciando uma experiência valiosa que foi fundamental para a formação das políticas culturais brasileiras. Este esforço notável foi interrompido pela ditadura do Estado Novo em 1938, mas as sementes já haviam sido plantadas. A ação de Andrade no Departamento de Cultura de São Paulo, ainda sob o governo provisório de Getúlio Vargas após a Revolução de 1930, inaugurou um novo marco na compreensão histórica da cultura brasileira. Em meio à reestruturação das instâncias municipais, Andrade, influenciado pelas ideias modernistas dos anos 1920, deu vida a conceitos que foram fundamentais para a construção das políticas culturais no país. Por outro lado, Gustavo Capanema,

Ministro da Educação e Saúde a partir de 1934, também desempenhou um papel significativo no campo da cultura, apesar do foco primário de seu ministério estar na educação e na saúde. Sua contribuição para as políticas culturais, com a assessoria do renomado poeta Carlos Drummond de Andrade, adicionou outra camada de profundidade à paisagem cultural emergente do Brasil.

A visão progressista de Mário de Andrade, apesar de não estar totalmente alinhada com os conceitos contemporâneos de cultura, tinha um peso notável naquela época. A democratização da cultura foi uma das principais áreas de interesse de Andrade. Ele buscou promover essa ideia proporcionando acesso à classe trabalhadora às sessões no Teatro Municipal de São Paulo, numa tentativa de garantir que pudessem se apropriar dos espaços culturais urbanos. Andrade foi além da mera disseminação da cultura, ele buscou valorizar e documentar as práticas culturais dos trabalhadores de origens diversas. Esses trabalhadores imigrantes, vindos de várias regiões do Brasil e do exterior, eram a força motriz por trás do rápido crescimento de São Paulo como um centro industrial. Este esforço pioneiro em reconhecer a diversidade cultural da cidade se reflete na política contemporânea de inclusão e valorização das práticas culturais dos trabalhadores. A iniciativa das bibliotecas itinerantes exemplifica o foco de Andrade em tornar a cultura acessível. Além disso, a implementação de concursos literários e serviços de radiodifusão educativos evidencia seu esforço em promover a literacia e a escrita. As contribuições de Andrade à cultura brasileira foram reconhecidas em nível internacional, evidenciado pelos convites para apresentar sua experiência em conferências na França. Sua abordagem no campo cultural continua a influenciar o debate sobre políticas culturais contemporâneas.

As interseções entre cultura, política e autoritarismo no Brasil demonstram as complexidades que circundam a história das políticas culturais no país. As análises presentes no livro *Políticas Culturais no Brasil*, organizado por Alexandre Barbalho e Albino Rubim, em 2007, e o livro *Escritos sobre políticas culturais*, de Lia Calabre (2019), nos permitem refletir sobre esses paradoxos que estruturam a experiência cultural brasileira, e como este debate se tornou um campo rico e desafiador para a compreensão da sociedade brasileira. A partir da década de 1950, o advento da indústria cultural brasileira sugere uma nova etapa no desenvolvimento cultural do país, na qual a cultura passa a ser vista como uma esfera autônoma e como um

potencial eixo econômico. Essa transição foi marcada por avanços significativos, mas também por incoerências e contradições.

O Estado Novo de Getúlio Vargas, apesar de um regime autoritário, promoveu intervenções sistemáticas na área da cultura, estabelecendo uma série de instituições que até hoje influenciam o cenário cultural do país. Dentre elas, o IPHAN desempenhou um papel crucial na salvaguarda do patrimônio histórico e artístico brasileiro. No entanto, estas ações foram contrabalançadas por medidas repressivas, subjugando a expressão cultural e o pensamento livre. Na análise da ditadura militar (1964-1985), é importante reconhecer que, apesar da repressão e limitação da liberdade de expressão, o período foi também marcado por uma vibrante efervescência cultural. Os movimentos como o Cinema Novo, a música de protesto e o Tropicalismo emergiram como formas de resistência e crítica ao status quo. A criação de sistemas setoriais para bibliotecas, arquivos e museus durante este período, embora controversa, trouxe uma nova organização para a gestão destes campos. Além disso, nesse período, há um início de discussões sobre a ampliação do conceito de cultura e de patrimônio imaterial, com a Fundação Nacional de Arte (Funarte) assumindo um papel fundamental¹²⁰. A Funarte não apenas promoveu a profissionalização do campo da cultura, mas também iniciou discussões importantes sobre planejamento e financiamento, além de ampliar o conceito de patrimônio com a introdução da política de patrimônio imaterial (BOTELHO, 2000, p.61).

Apesar da complexidade do período da ditadura e dos anos subsequentes, é crucial observar como a cultura brasileira e a autoridade estatal moldaram e foram moldadas por esses tempos tumultuados. O desenvolvimento da cultura midiática

¹²⁰ A Fundação Nacional de Artes (Funarte) teve sua origem em um contexto de transformação no Ministério da Educação e Cultura, que culminou com sua criação em dezembro de 1975, através da lei nº 6.312. De acordo com a pesquisadora Isaura Botelho (2000, p.61), a Funarte foi o resultado desse processo evolutivo no quadro institucional da época, sendo diretamente influenciada pelo Programa de Ação Cultura (PAC). A principal finalidade da Funarte, conforme estabelecido no artigo 1º da lei de sua criação, era a promoção, o incentivo e o amparo às atividades artísticas em todo o território nacional. A Fundação buscava o desenvolvimento e a difusão das manifestações artísticas no Brasil. Além disso, a Funarte possuía autonomia administrativa, patrimonial e financeira, o que lhe conferia independência na gestão de suas atividades. Em março de 1976, por meio do decreto nº 77.300, foram aprovados os estatutos da Funarte, que delinearam suas atribuições específicas: I) Formular, coordenar e executar programas de incentivo às manifestações artísticas, visando ao seu fortalecimento e disseminação. II) Apoiar a preservação dos valores culturais presentes nas manifestações artísticas e tradicionais que representassem a identidade e a cultura do povo brasileiro. III) Apoiar instituições culturais, sejam elas oficiais ou privadas, que tivessem como objetivo o desenvolvimento artístico nacional, sempre seguindo as diretrizes, objetivos e planos estabelecidos pelo Ministério da Educação e Cultura. A estrutura básica da Funarte previa a existência de quatro institutos nacionais, cada um focado em uma área artística específica: 1. Instituto Nacional de Artes Plásticas. 2. Instituto Nacional do Folclore. 3. Instituto Nacional de Música. 4. Instituto Nacional do Teatro.

durante a ditadura, como exemplificado pela ascensão da televisão, teve implicações de longo alcance na sociedade brasileira. Além disso, o período evidenciou o autoritarismo estrutural que permeia a sociedade brasileira, com perseguições históricas a culturas indígenas, negras e outras expressões culturais não hegemônicas. Embora a cultura brasileira seja notoriamente rica e diversa, é importante reconhecer que as políticas culturais muitas vezes favoreceram expressões culturais ocidentais e de elite. Um exemplo emblemático é a relação com a capoeira¹²¹, que enfrentou perseguições até os anos 1930 e hoje é reconhecida como um elemento vital da cultura brasileira e patrimônio imaterial da humanidade (ALBUQUERQUE JR., 2007, p.66). Assim, a dualidade entre autoritarismo e política cultural tem marcado a história da cultura brasileira.

Na busca pela compreensão da história cultural brasileira, podemos identificar uma tensão constante entre o autoritarismo e a resiliência da expressão cultural. A natureza dicotômica desse relacionamento é enraizada tanto no autoritarismo estrutural quanto no estatal, entrelaçando-se ao longo do tempo e moldando a identidade cultural do Brasil. O autoritarismo estatal, particularmente evidente durante a ditadura militar, era caracterizado por medidas repressivas que visavam limitar a liberdade de expressão e controlar a direção da cultura brasileira. Paralelamente, o autoritarismo estrutural, que é uma característica mais duradoura da sociedade brasileira, é demonstrado pela marginalização contínua de culturas indígenas, negras e populares, em favor de uma narrativa cultural dominante eurocêntrica. Este último aspecto reflete um problema mais amplo na América Latina - uma dependência cultural das tradições e normas europeias, apesar da independência política. Este conceito, que se tornou conhecido como "política cultural" de Néstor García Canclini (2005, p.65)¹²², expõe a marginalização contínua de tradições e saberes culturais locais em favor de um modelo de educação baseado em saberes europeus.

¹²¹ Entre os documentos oficiais que tratam sobre a relação da capoeira com a cultura brasileira temos o "Inventário para Registro e Salvaguarda da Capoeira como Patrimônio Cultural do Brasil" (BRASIL, 2007), o "Parecer n. 031/2008", de 7 de fevereiro de 2008, que oficializou a Capoeira como Patrimônio Cultural do Brasil e a "Certidão" que reconheceu a Roda de Capoeira como Bem Cultural, de 2008. Esse corpus documental revela uma mudança na abordagem do governo brasileiro em relação às expressões culturais de origem africana a partir do governo Lula. Ver mais em: BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Inventário para Registro e Salvaguarda da Capoeira como Patrimônio Cultural do Brasil. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossi%C3%AA_capoeira.pdf>. Acessado em 12/10/2023.

¹²² Conforme Nestor García Canclini (2005, p.65): "Estudos recentes tendem a incluir sob este conceito [de políticas públicas] o conjunto de intervenções realizadas pelo estado, instituições civis e grupos

A década de 1980 marcou um período crucial no desenvolvimento da cultura brasileira, em meio à onda de neoliberalismo que se espalhava globalmente. As discussões sobre políticas culturais intensificaram-se, culminando no primeiro Encontro Mundial de Políticas Culturais em 1982¹²³. Notáveis acadêmicos e formuladores de políticas, como Nestor Garcia-Canclini (1987), Sergio Miceli (1984, 1985), Renato Ortiz (1985) e Teixeira Coelho (1997), contribuíram para essas discussões, deixando uma marca indelével na direção futura das políticas culturais na região¹²⁴.

Durante este período, a redemocratização do Brasil levou à criação do Ministério da Cultura¹²⁵, o qual, apesar dos desafios iniciais - falta de infraestrutura e recursos - desempenhou um papel crucial na formulação das políticas culturais. Paralelamente, Celso Furtado liderou discussões sobre a economia da cultura¹²⁶, enfatizando a necessidade de financiamento adequado. A Constituição de 1988,

comunitários organizados para direcionar o desenvolvimento simbólico, atender às necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou transformação social. No entanto, essa maneira de caracterizar o domínio das políticas culturais precisa ser ampliada, levando em consideração a natureza transnacional dos processos simbólicos e materiais na atualidade" (tradução livre do original).

¹²³ UNESCO (1982). Declaración de México sobre las políticas culturales. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000052505>. Acesso em 08/10/2023.

¹²⁴ Tendo em vista os 40 anos da realização da Conferência Mundial sobre Políticas Culturais, na Cidade do México, em 1982, os pesquisadores Lia Calabre, Renata Rocha e Albino Rubim organizaram, em 2022, a obra "Mondiacult 40 anos depois: impactos e desdobramentos nas políticas culturais", lançado pela UFBA, o qual contou com participação de diversos autores do campo das políticas culturais, entre eles, além dos organizadores, Eduardo Nivón Bolán, Hugo Achugar, Mariella Pitombo, Monica Guariglio e Daniele Canedo.

¹²⁵ Lia Calabre (2019, p.49) ressalta em sua análise que o Ministério da Cultura (MinC) foi criado no Brasil em 1985 durante o governo do presidente José Sarney. Esse marco histórico na cultura brasileira coincide com o período em que o economista Celso Furtado ocupou a posição de ministro da Cultura. Em 1986, a lei nº 7.505, também conhecida como Lei Sarney, foi promulgada, concedendo benefícios fiscais na área do imposto de renda a operações culturais ou artísticas. Contudo, "Ficou previsto na Constituição de 1988 que o Estado deveria garantir a todos os brasileiros o direito à cultura. Algumas das considerações tecidas por Furtado, nos anos 1980, dialogam com questões que somente mais contemporaneamente, na gestão do ministro Gilberto Gil, vieram efetivamente fazer parte do modus operandi do Ministério da Cultura".

¹²⁶ Sobre a influência de Celso Furtado na concepção de economia da cultura, ver Calabre, 2019, p.45-58. Em termos gerais, Calabre (2019, p.50) dirá que "Celso Furtado incita, claramente, a sociedade a assumir o papel de protagonista na vida cultural do país, de maneira a conduzir as mudanças que deveriam se processar nos campos do financiamento à cultura, da construção de políticas culturais, ou melhor, das políticas públicas de cultura. A ideia e o desenho de política pública propostos por Furtado eram novos, ainda mais no campo da cultura. Ainda que seja possível encontrar discussões sobre políticas culturais nas décadas de 1960 e 1970, a visão presente no discurso do ministro era inovadora, previa a autonomia da sociedade e empurrava a ação do Estado em novas direções". Logo depois (2019, p. 52), dirá que "Celso Furtado faz parte do grupo de economistas que concebe o desenvolvimento como algo ligado também a mudanças qualitativas tanto no modo de vida das pessoas, quanto nas instituições, assim como nas estruturas produtivas. Ainda no comando do Ministério de Cultura, Furtado encomenda à Fundação João Pinheiro os primeiros estudos que possuímos sobre economia da cultura, tema que naquela época era desconsiderado pela grande maioria dos economistas".

conhecida como a "Constituição Cidadã", institucionalizou o direito à cultura, reconhecendo a diversidade cultural e os direitos ancestrais (MACHADO, 2011, p.112). Isso marcou o início do reconhecimento formal da existência de povos originários e comunidades quilombolas, com a criação da Fundação Palmares¹²⁷ exemplificando esse passo (RUBIM, 2015, p.13).

No entanto, a década de 1990 trouxe novos desafios na forma de políticas neoliberais que resultaram na redução do financiamento para a cultura. Apesar disso, a década foi marcada por esforços em direção à descentralização e participação social, como evidenciado pela implementação de orçamentos participativos¹²⁸ na cidade de Porto Alegre. Essas situações demonstram que a história da cultura brasileira, particularmente nas décadas de 1980 e 1990, é um mosaico de conquistas e obstáculos. É uma narrativa de resistência e adaptabilidade perante o autoritarismo, uma testemunha da persistência da diversidade cultural e um espelho dos desafios contínuos que a cultura brasileira enfrenta em sua jornada para alcançar inclusão e representatividade (CALABRE, 2019, p.17).¹²⁹

¹²⁷ Criada em 1988, a Fundação Cultural Palmares foi “resultado das pressões do movimento negro organizado e do clima criado pela redemocratização do país” (RUBIM, 2015, p.13).

¹²⁸ O Orçamento Participativo (OP) é um mecanismo de participação popular que foi implementado em 1989 durante o primeiro governo do Partido dos Trabalhadores na cidade de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, e se tornou uma referência global, tendo sido reconhecido pela ONU como uma das 40 melhores práticas de gestão pública urbana em todo o mundo, e elogiado pelo Banco Mundial como um exemplo bem-sucedido de colaboração entre o governo e a sociedade civil. O OP permite que a população tome decisões diretas sobre o orçamento público. De acordo com o ex-governador Olívio Dutra (2001, p.08) e criador do OP: “Não reinventamos a roda. Nosso projeto é fruto das lutas históricas da classe trabalhadora, da resistência democrática e de experiências governamentais desenvolvidas pelo campo popular em várias partes do planeta em diferentes situações e circunstâncias históricas, especialmente na nossa América Latina. Por meio do orçamento participativo, a população protagoniza a construção da proposta orçamentária. Nesse processo, invertem-se as prioridades, o que provoca mudanças importantes na concepção estrutural da proposta. Com a implantação do orçamento participativo, revigoram-se outras vias de participação popular nas áreas de saúde, assistência social, habitação, ensino, interpondo barreiras às práticas tradicionais das elites dominantes em nosso país, como o clientelismo e a corrupção. Floresce com ele uma nova cultura, na qual o cidadão passa a ser sujeito, e não mais objeto da política. O orçamento participativo possibilita uma modificação substancial nas relações das pessoas com o Estado e o poder público. A proposta orçamentária deixa de ser um arranjo de interesses entre governo, grupos empresariais, especialistas e técnicos para se tornar uma decisão assumida pelo povo na sua dimensão verdadeiramente política e cultural. Começa a se democratizar radicalmente a relação do Estado com a sociedade civil; as pessoas não mais limitam sua participação política ao ato de votar em dia de eleição”.

¹²⁹ Em sua pesquisa sobre a trajetória das políticas públicas, Lia Calabre (2019) aborda a evolução das políticas culturais no Brasil, destacando períodos de construção e desmonte. Ele enfatiza a importância de transformar o direito à cultura em realidade, considerando a diversidade cultural e promovendo a formação de gestores culturais. A participação democrática e a gestão da informação são cruciais para o sucesso das políticas culturais. O texto também ressalta a necessidade de enfrentar desafios para garantir a existência e preservação da diversidade cultural brasileira, mesmo em cenários desfavoráveis.

À medida que o século XXI tem se desdobrado, os debates sobre a política e a economia da cultura no Brasil vem ganhando novos contornos e dimensões. Impulsionado pelas ideias de Celso Furtado sobre a economia da cultura (CALABRE, 2019, p.45), o conceito de economia criativa e economia solidária¹³⁰ emergiu como uma estratégia para o desenvolvimento, não apenas reforçando a cultura como um componente vital da identidade brasileira, mas também destacando seu potencial como uma força econômica. A implementação dessa abordagem foi particularmente notável durante o mandato de Gilberto Gil como Ministro da Cultura, marcando uma fase crucial na evolução das políticas culturais brasileiras (RUBIM, 2008). No entanto, para entender totalmente essa evolução, é preciso revisitar a primeira metade do século XX.

Até a década de 1930, a miscigenação era frequentemente vista como uma barreira ao progresso nacional, inspirando políticas que buscavam "embranquecer" a população brasileira. Porém, houve uma mudança de paradigma a partir dos anos 30, onde o Brasil começou a ser retratado e compreendido como uma nação miscigenada (CHAUÍ, 2001, p.04). Surgiu uma nova visão da cultura brasileira como um mosaico de três raízes principais: a do norte global (branca), a negra e a indígena (CALABRE, 2019).

No entanto, as políticas culturais estatais após essa mudança de discurso não foram igualmente favoráveis a todas essas raízes. Enquanto a cultura branca teve seu desenvolvimento amplamente apoiado pelo estado, as culturas indígenas e negras foram muitas vezes negligenciadas. Embora com o advento da Fundação Nacional do Índio (Funai), em 1967, suas funções primárias se concentram em questões territoriais e jurídicas, e não especificamente no fomento cultural. O apoio à cultura negra

¹³⁰ A economia solidária é uma estratégia que visa conectar empreendimentos solidários de produção, comercialização, financiamento e consumo em um movimento de crescimento conjunto, autossustentável e antagônico ao capitalismo. Ela se destaca por promover a participação coletiva, a democracia e a autonomia nas decisões, independentemente de gênero ou classe. Os empreendimentos de economia solidária funcionam como "comunidades de trabalho", unindo trabalhadores com laços sociais que transcendem o âmbito material, alimentando aspirações e horizontes comuns. Nesse sentido, em termos gerais, a economia solidária busca reorganizar a produção, o consumo, o comércio e as finanças para garantir condições dignas de sobrevivência aos indivíduos. Por sua vez, a economia criativa é um conceito mais recente e aberto à controvérsia. Ela lida com produtos e serviços culturais que não apenas geram fluxo financeiro, mas também valores sociais e culturais, abrangendo uma ampla gama de atividades, desde artesanato até desenvolvimento tecnológico, e está intrinsecamente ligada à economia da cultura. Embora compartilhem semelhanças, como a busca por alternativas ao modelo de mercado capitalista, esses dois conceitos têm suas nuances e desafios, de forma que ambas merecem uma análise mais aprofundada e uma compreensão clara de seus objetivos e impactos (BRASILIA. 2012; CATTANI, 2004).

também foi relativamente escasso até a criação da Fundação Cultural Palmares, em 1988, uma instituição que surgiu em resposta à pressão do movimento negro e às celebrações do centenário da abolição da escravidão. Essa desigualdade no apoio às diferentes culturas é uma clara manifestação do autoritarismo estrutural no Brasil. Este fenômeno reflete a marginalização contínua das culturas minoritárias e a supremacia da cultura dominante (RUBIM, 2008, p.189).¹³¹ Nesse sentido, pode-se entender a cultura no Brasil como um campo de lutas simbólicas e materiais, onde diferentes grupos sociais disputam o reconhecimento, a representação e o apoio estatal.

Essa luta foi trazida para o primeiro plano durante a gestão de Gilberto Gil como Ministro da Cultura (GIL; FERREIRA, 2016). Em seus discursos iniciais, Gil criticou o predomínio das leis de incentivo e pediu um papel mais ativo do Estado na formulação e implementação de políticas culturais, afirmando que, por exemplo, “formular políticas culturais é fazer cultura” (GIL, 2003, p.11). Durante seu mandato, ele buscou desafiar a tradição autoritária e elitista que muitas vezes dominava a política cultural brasileira, propondo uma concepção mais ampla e inclusiva de cultura. Esta nova abordagem abrangeu uma gama maior de expressões culturais, dando mais visibilidade às culturas afro-brasileiras, indígenas, de gênero, de orientação sexual, de periferias, ribeirinhos, digitais e audiovisuais, entre outras (RUBIM, 2008, p.195)¹³².

A gestão de Gil também marcou uma mudança para uma concepção mais democrática e participativa da política cultural, por meio da qual a comunidade cultural poderia ter um papel ativo na formulação das políticas do estado. Este período testemunhou o desenvolvimento de políticas públicas de cultura, e mecanismos como

¹³¹ Rubim (2008, p.189) dirá que “As culturas populares, indígena, afro-brasileira e mesmo midiática foram muito pouco contempladas pelas políticas culturais nacionais, quando elas existiam. Por certo, eram consideradas manifestações não dignas de serem chamadas e tratadas como cultura, quando não eram pura e simplesmente reprimidas e silenciadas. Nenhuma política e instituição mais permanente foram implantadas para as culturas populares, apesar de algumas mobilizações, acontecidas no período democrático de 1945 a 1964, a exemplo da Campanha Nacional do Folclore e do Movimento de Cultura Popular, conformado pelos governos de Arraes, em Recife e Pernambuco. Pelo contrário, tais manifestações foram antes reprimidas. A cultura indígena foi completamente desconsiderada, quando não sistematicamente aniquilada. A cultura afro-brasileira, durante anos perseguida, só começou a merecer algum respeito do estado nacional, pós ditadura militar, com a criação da Fundação Palmares em 1988, resultado das pressões do movimento negro organizado e do clima criada pela redemocratização do país”.

¹³² Rubim (2008, p.195) destaca que a gestão Gil foi marcada “pelo papel ativo do Estado em conexão com a sociedade” e pela ampliação do conceito de cultura”.

o Plano Nacional de Cultura¹³³ e o Sistema Nacional de Cultura¹³⁴ foram criados para fornecer um marco estratégico e estruturado para o desenvolvimento cultural. Assim, o início do século XXI no Brasil foi marcado por um período de avanços consideráveis nas políticas e direitos culturais. Diretrizes e leis que antes existiam somente na teoria, começaram a ser implementadas na prática. Paralelamente, o campo acadêmico voltou seus olhos para a política cultural brasileira de maneira mais sistemática. O resultado foi uma proliferação de estudos acadêmicos aprofundados sobre a cultura e as políticas culturais do Brasil, trabalhos estes que contribuíram de maneira essencial para o aprimoramento dessas políticas. Em uma análise retrospectiva, é possível identificar novos temas emergindo no debate sobre a política cultural durante o período de 2003 a 2016. O conceito de territorialidades ganhou relevância, com o aumento do interesse na gestão local e nos territórios de identidade. Simultaneamente, a questão da democracia participativa, que havia sido impulsionada nos anos 80, reemergiu com vigor. As conferências nacionais setoriais desempenharam um papel significativo na revitalização deste debate. Mesmo com algumas áreas de políticas públicas já tendo realizado conferências nacionais antes do governo Lula, foi durante seu mandato que estas conferências ganharam novo fôlego, incorporando novas formas de organização e participação social (CALABRE, 2014, p.154)¹³⁵.

No entanto, a jornada dessas políticas culturais tem enfrentado na última década períodos de retração e resistência. A instabilidade política pós-2013 e os cortes orçamentários prejudicaram a continuidade das políticas culturais que vinham sendo implementadas nos anos anteriores, culminando na ameaça de extinção do Ministério da Cultura, em 2016, no início do governo de Michel Temer, e

¹³³ O Plano Nacional de Cultura (PNC) é um conjunto de princípios, objetivos, diretrizes, estratégias e metas que devem orientar o poder público na formulação de políticas culturais. Conferir em: <http://pnc.cultura.gov.br/entenda-o-plano/>; acessado em 12/10/2023.

¹³⁴ Segundo o art. 216-A da Constituição Federal, o Sistema Nacional de Cultura é um processo de gestão e promoção das políticas públicas de cultura democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação (União, Estados, DF e Municípios) e a sociedade. Conferir em: <http://portalsnc.cultura.gov.br/sobre/o-que-e-o-snc/>; acessado em 12/10/2023.

¹³⁵ Lia Calabre (2014, p.153) ressalta que durante os mandatos do presidente Lula, as políticas culturais destacaram a criação de instrumentos para proteger e promover a diversidade cultural, conforme estabelecido na Convenção da Diversidade Cultural, da qual o Brasil é signatário. A questão central foi o conhecimento das práticas culturais do país pelos gestores públicos. Além disso, a territorialização das políticas culturais foi enfatizada, reconhecendo a necessidade de adaptações regionais e considerando a distribuição desigual de recursos financeiros e humanos. Nesse sentido, as conferências nacionais de cultura destacaram a importância de abordar as desigualdades regionais e promover políticas culturais mais equitativas em todo o país. Dirá a autora que “nas conferências nacionais de cultura, as questões regionais ficaram mais evidentes” (CALABRE, 2014, p.154).

posteriormente na sua transformação em Secretaria Especial, entre os anos de 2019 e 2022, durante o governo de Jair Bolsonaro, bem como na paralisação de instrumentos importantes como o Plano Nacional de Cultura e o Sistema Nacional de Cultura. Lia Calabre lembra que:

O ano de 2020 tem início com o setor cultural lutando tanto contra a diminuição drástica de investimentos federais de aplicação direta pela agora Secretaria Especial da Cultura quanto contra a tentativa de esvaziamento dos recursos que circulavam por meio das leis federais de incentivo – um mecanismo de mercado que foi duramente atacado por muitos dos seguidores do atual governo a partir de um discurso criminalizador do fazer cultural (CALABRE, 2020, p.09).

Este período de retração foi também marcado por ataques à liberdade de criação e expressão artística, à autonomia universitária e por uma série de perseguições e violências tanto simbólicas quanto físicas. Nesse sentido, Albino Rubim aponta que

o campo cultural tem sido agente ativo do processo de luta democrática no país desde 2016, atuando contra o golpe de 2016; contestando a gestão Temer entre 2016-2018; apoiando em 2018 a candidatura presidencial de Lula e, após sua interdição arbitrária, a candidatura de Fernando Haddad; fazendo oposição ao candidato (2019) e depois à gestão Messias Bolsonaro (2019 em diante) (RUBIM, 2020, p.11).

O governo de Jair Bolsonaro marcou uma significativa mudança de rumo em relação à política cultural no Brasil, ao contrário do que ocorreu durante as gestões de Lula e Dilma, que promoveram gradativamente uma ampliação do conceito de cultura e implementaram mudanças positivas na gestão cultural. Como dissemos, logo no início do governo Bolsonaro, o Ministério da Cultura foi extinto por meio do Decreto nº 9.674 de 2 de janeiro de 2019, marcando um sinal claro de que o Estado perderia seu protagonismo na esfera cultural, seguindo a mesma direção tomada pelo governo de Michel Temer, que também tentou extingui-lo por meio da medida provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, mas voltou atrás na decisão pela medida provisória nº 728 em 23 de maio de 2016. Simultaneamente, começou um processo de restrição e até mesmo censura a projetos culturais que não se alinhavam com a narrativa de sua campanha presidencial, focada em valores morais, na defesa da família tradicional e dos bons costumes¹³⁶. Durante esse período, o Secretário Especial da Cultura,

¹³⁶ Um debate importante no contexto jurídico brasileiro e em exposições de arte controversas, como a Queermuseu, diz respeito à cláusula geral sobre “bons costumes” do Código Civil brasileiro de 2002. A discussão tem ganhado relevo em situações em que valores morais se contrapõem. A jurista Thamís

Henrique Medeiros Pires, que havia trabalhado por oito meses no cargo, solicitou sua exoneração após o presidente Jair Bolsonaro ter feito críticas às produções audiovisuais de temática LGBT que haviam sido pré-selecionadas em um edital para TVs públicas e cinema. A medida de suspensão do processo de seleção das obras foi oficializada por meio de uma portaria assinada pelo então ministro da Cidadania, Osmar Terra, e publicada no Diário Oficial da União (DOU). Essa situação acabou resultando na primeira renúncia significativa na Secretaria Especial de Cultura, com o próprio secretário, Henrique Medeiros Pires, optando por se exonerar. Conforme estabelecido pela portaria que suspendeu o edital, a justificativa para essa decisão foi a "necessidade de recomposição dos membros do Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual (CGFSA)"¹³⁷.

Além da extinção do Ministério da Cultura, outro episódio de grande repercussão foi a suspensão de uma propaganda do Banco do Brasil que celebrava a negritude e a diversidade¹³⁸. Conforme a reportagem da revista Exame (2019), "Estrelado por atores negros e brancos, numa representação da diversidade racial e sexual do País, a peça começou a ser veiculada no dia 1.º de abril e saiu do ar há cerca de duas semanas. Tinha 30 segundos, e podia ser vista em comerciais veiculados na TV e na internet"¹³⁹. O governo Bolsonaro também atacou a Ancine, que sofreu um corte de 43% em seu orçamento, sob a argumentação de que o Estado não deveria financiar produções cinematográficas e que as produções da Ancine eram contrárias aos valores familiares defendidos pelo presidente¹⁴⁰.

de Castro (2017) ressalta que o recurso aos bons costumes não deve ser usado para limitar a autonomia artística sem justificativa jurídica válida, inclusive em casos, como o da Queermuseu, em que a alegação de violação dos bons costumes não resultou em lesão direta ou ameaça de lesão a terceiros identificados. Outrossim, Castro argumenta que presença de uma criança em exposições também não deve, por si só, justificar restrições à liberdade artística. Deveres de cuidado e informação por parte dos museus e o respeito à autoridade parental são medidas suficientes para proteger as crianças sem a necessidade de restrições arbitrárias à liberdade de expressão.

¹³⁷ G1. 2019. Secretário de Cultura deixa cargo após governo suspender edital com séries sobre temas LGBT. 21/08/2019. Conferir em < <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/08/21/secretario-de-cultura-deixa-cargo-apos-governo-bolsonaro-suspender-edital-com-series-de-temas-lgbt.ghtml>>, acessado em 12/10/2023.

¹³⁸ EXAME. 2019. Bolsonaro veta campanha do BB marcada pela diversidade; diretor é demitido. 26/04/2019. Conferir em < <https://exame.com/brasil/bolsonaro-veta-campanha-do-bb-marcada-pela-diversidade-diretor-e-demitido/>>, acessado em 12/10/2023.

¹³⁹ A mesma reportagem também lembra que "Esta é a quarta vez que o governo Bolsonaro determina a retirada de peças de comunicação por discordar do seu conteúdo. A primeira medida ocorreu ainda no início de janeiro, quando o Ministério da Saúde determinou a suspensão da divulgação de uma cartilha voltada para população de mulheres trans, que estava no ar havia seis meses (EXAME, 2019).

¹⁴⁰ FOLHA DE S. PAULO. 2019. Em ofensiva contra Ancine, Bolsonaro corta 43% de fundo do audiovisual. 11/09/2019. Conferir em <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/09/em-ofensiva-contrancine-bolsonaro-corta-43-de-fundo-do-audiovisual.shtml>>, acessado em 12/10/2023.

Desde o cancelamento da Queermuseu, o Observatório de Censura à Arte¹⁴¹, plataforma lançada em 2019 que mapeia casos de censura a artistas no Brasil, registrou 96 casos de censura, sendo o mais recente deles ao show do artista Johnny Hooker, em 25 de setembro deste ano (2023). De acordo com a plataforma sobre o caso, “o prefeito de Boa Vista (RR) cancelou o show de Johnny Hooker¹⁴², que aconteceria no festival Mormaço Cultural. A censura ocorreu após pressão de grupos nas redes sociais, que resgataram um vídeo de 2018 em que o artista dizia “Jesus é travesti” ao defender o espetáculo “O Evangelho Segundo Jesus, Rainha do Céu”, que também havia sido censurado” (OBSERVATÓRIO DA CENSURA, 2023). Entre as obras censuradas, os temas mais recorrentes dizem respeito às temáticas LGBT, feministas e antirracistas, cujas ocorrências foram registradas em todas as regiões do país, o que demonstra que as ações não são isoladas.

Esse cenário evidencia uma disputa sobre quais atividades ou manifestações merecem ser consideradas culturais e quais devem receber investimentos públicos. Isso é evidente na polêmica que tem girado já há algum tempo em torno da Lei Rouanet, retratada de forma controversa pela ala mais conservadora da política brasileira. De acordo com esses grupos, a lei tem distribuído dinheiro público para artistas que produzem conteúdo questionável e associado a ideologias de esquerda, incluindo temas como igualdade de gênero, liberdade sexual e intolerância religiosa. Durante seu mandato presidencial, Bolsonaro expressou por diversas vezes sua desaprovação em relação a obras financiadas pela Lei Rouanet em governos anteriores, alegando que o ativismo não deveria ser financiado com recursos públicos¹⁴³.

É importante notar que o tema sobre a Lei Rouanet foi utilizado diversas vezes para atacar à Queermuseu, sob o pretexto de “atentar contra a moral”.¹⁴⁴ A Lei Rouanet, que historicamente tem sido utilizada para fomentar a cultura e as artes no

¹⁴¹ Ver: <https://observatoriodacensura.com.br/>

¹⁴² G1. 2023. Johnny Hooker tem show cancelado por prefeito de Boa Vista após ter dito que Jesus é 'travesti'. 25/09/2023. Conferir em <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2023/09/25/prefeito-cancela-show-de-artista-em-festival-apos-repercussao-negativa-de-video-nas-redes-sociais-em-boavista.ghtml>, acessado em 12/10/2023.

¹⁴³ OGLOBO. 2019. Bolsonaro: 'Não posso admitir filmes como Bruna Surfistinha com dinheiro público'. 18/07/2019. Conferir em < <https://oglobo.globo.com/cultura/bolsonaro-nao-posso-admitir-filmes-como-bruna-surfistinha-com-dinheiro-publico-23817326>>, acessado em 12/10/2023.

¹⁴⁴ SENADO NOTÍCIAS. 2018. Proibição de acesso a Lei Rouanet para projetos que atentem contra a moral será tema de debate. 03/04/2018. Conferir em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/04/03/proibicao-de-acesso-a-lei-rouanet-para-projetos-que-atentem-contr-a-moral-sera-tema-de-debate>>, acessado em 12/10/2023.

Brasil, se tornou alvo de debate acirrado devido à Exposição¹⁴⁵. A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado promoveu uma audiência pública para discutir uma proposta que proibisse a concessão de incentivos da Lei Rouanet a projetos culturais que “incitassem a prática de crimes ou atentasse contra a moral pública”. O projeto¹⁴⁶, apresentado pelo senador Lasier Martins, apoiada pelo relator José Medeiros, buscava restringir o uso da Lei Rouanet em projetos culturais que pudessem ser considerados ofensivos ou prejudiciais à moral pública. No entanto, a senadora Lídice da Mata alertou que essa medida pode abrir caminho para a censura no Brasil, questionando quem definirá o que é moral ou imoral (SENADO NOTÍCIAS, 2018).

Além disso, a CPI dos Maus-Tratos no Senado também convocou o curador da exposição "Queermuseu", Gaudêncio Fidélis, e o ministro da Cultura, Sérgio Sá Leitão, para prestar esclarecimentos sobre o uso de recursos da Lei Rouanet na exposição¹⁴⁷. O senador Magno Malta, ligado à bancada evangélica e presidente da CPI, argumentou que crianças foram expostas a conteúdos inadequados na exposição. O debate em torno do uso da Lei Rouanet para financiar a "Queermuseu" reflete a polarização na sociedade brasileira, com defensores da liberdade artística argumentando que a lei não deve julgar o conteúdo de exposições, enquanto críticos acreditam que é necessário proteger os valores morais. A questão envolve não apenas a Lei Rouanet, mas também a liberdade de expressão e o papel da cultura na sociedade.

Essas estratégias fazem parte da chamada "guerra cultural" que o governo Bolsonaro travou ao longo de seu mandato. O dramaturgo Roberto Alvim, nomeado secretário de Cultura do governo, chegou a convocar publicamente artistas alinhados com os valores conservadores para criar uma "máquina de guerra cultural"¹⁴⁸. Essa

¹⁴⁵ G1. 2017. CPI quer ouvir ministro sobre recursos da Lei Rouanet para mostra Queermuseu.19/09/2017. Conferir em: < <https://g1.globo.com/politica/noticia/cpi-quer-ouvir-ministro-sobre-recursos-da-lei-rouanet-para-mostra-queermuseu.ghtml>>, acessado em 12/10/2023.

¹⁴⁶ Projeto de Lei do Senado nº 367, de 2017. Conferir em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/131060?_gl=1*glhmjr*_ga*MTgwMzY4NDAuMTY5NzE1MTgxOA..*_ga_CW3ZH25XMK*MTY5NzE1MTgxOC4xLjEuMTY5NzE1MjIwNC4wLjAuMA, acessado em 12/10/2023.

¹⁴⁷ SAIBA MAIS. 2017. Curador da exposição Queermuseu é convocado a depor em CPI no Senado. 29/09/2017. Conferir em < <https://saibamais.jor.br/2017/09/curador-da-exposicao-queermuseu-e-convocado-a-depor-em-cpi-no-senado/>>, acessado em 12/10/2023.

¹⁴⁸ OGLOBO. 2019. Roberto Alvim convoca 'artistas conservadores' para criar uma 'máquina de guerra cultural'. Conferir em <<https://oglobo.globo.com/cultura/roberto-alvim-convoca-artistas-conservadores-para-criar-uma-maquina-de-guerra-cultural-23747444>>, acessado em 12/10/2023.

guerra visava promover artistas alinhados ao que Alvim chamou de “os valores conservadores no campo da arte” (OGLOBO, 2019). Na sua reportagem, o jornal O Globo publica um trecho de um texto publicado pelo ex-secretário especial que continha o seguinte teor:

Em outro texto publicado em sua página, Alvim fez uma lista diferenciando o que chama de “arte de direita” e “arte de esquerda”: “(...) arte de esquerda é DOUTRINAÇÃO de todos os espectadores; arte de direita é EMANCIPAÇÃO POÉTICA de cada espectador”, diz um trecho da postagem do dramaturgo (OGLOBO, 2019).

Assim, tendo assumido o compromisso com o desmonte das políticas públicas implementadas ao longo do período da redemocratização, o governo de Jair Bolsonaro encontrou apoio significativo entre seus eleitores para suas políticas culturais, uma vez que a crítica às políticas implementadas especialmente durante os governos petistas foi uma das principais plataformas de sua campanha presidencial, em 2018. Isso significa que o “bolsonarismo” conseguiu articular uma retórica populista com tons de guerra cultural entre conservadores e movimentos sociais identitários, que ficou mais evidente a partir do sucesso do experimento implementado no caso da Queermuseu. Esse fenômeno novo na história brasileira de guerra cultural em torno de valores fundamentou a retórica populista que identificou o governo Bolsonaro e o movimento bolsonarista que sobreviveu após o fim deste governo. Essa retórica alega que as instituições responsáveis pela transmissão de valores, como escolas, universidades, mídia e artes, são controladas por uma elite distante do povo, impondo valores progressistas que supostamente vão contra a família tradicional e a fé cristã.

Apesar dessas adversidades, o setor cultural brasileiro demonstrou resiliência no último período. Um exemplo dessa resiliência foi a aprovação da Lei Aldir Blanc durante a pandemia de Covid-19, que destinou três bilhões de reais ao setor cultural (TURINO, 2020). Este movimento surgiu como uma resposta coletiva do campo cultural, em parceria com parlamentares e partidos progressistas e democráticos, frente às ameaças impostas pelo contexto adverso. A evolução recente das políticas culturais brasileiras demonstra um percurso de avanços e recuos, resistência e resiliência, crises e recuperações. Em síntese, a trajetória das políticas culturais brasileiras reflete a complexidade e a diversidade da cultura brasileira. Apesar dos desafios presentes, a cultura brasileira tem um grande potencial, representado pela diversidade cada vez mais crescente de manifestações culturais no Brasil.

2.2. A Queermuseu como espelho das tensões na sociedade brasileira: gênero, sexualidade e interseccionalidade na arte

A exposição Queermuseu emergiu como um catalisador para reflexões acerca das políticas de gênero, sexualidade e suas interseccionalidades, especialmente em um período marcado pelo crescimento do conservadorismo em nossa história recente. Ao analisar a Queermuseu, é notório que as obras artísticas provocaram uma série de interpretações, refletindo a diversidade de perspectivas do público. No entanto, o aspecto surpreendente reside na incapacidade dos grupos conservadores em mergulhar nas camadas mais profundas da expressão artística. Este fenômeno, amplamente evidenciado, resultou em interpretações superficiais e uma resistência à incorporação de subtextos na apreciação das obras (FIDELIS, 2018). Isso também levanta questões sobre a cultura visual predominante, onde o espaço para interpretações complexas é limitado, especialmente entre grupos reacionários que adotam uma abordagem literalista não apenas na arte, mas também na interpretação religiosa. *Et verbum*, obra do artista brasileiro Antonio Obá, figura como um exemplo notório de arte controversa e politicamente carregada (FIGURA 09). Esta criação, parte integrante da exposição, aborda temas de escravidão, preconceito racial e desigualdade no Brasil, todos recorrentes na obra do artista. A peça consiste em uma caixa de madeira contendo hóstias inscritas com palavras relacionadas a partes do corpo humano, como braço e vulva, desafiando a frase católica "*et verbum caro factum est*" (e o verbo se fez carne). Obá questiona a repressão histórica das mulheres pelo catolicismo, usando hóstias não consagradas para ressaltar as questões do catolicismo brasileiro no contexto da escravidão. A obra se encaixa em discussões sobre canibalismo e resistência pós-colonial e, apesar de seu caráter político, gerou controvérsias que culminaram na perseguição ao artista, forçando-o a deixar o Brasil¹⁴⁹. A interpretação da obra como blasfêmia, em vez de uma expressão artística crítica, levanta questões sobre a liberdade artística e a sensibilidade social em nossa sociedade democrática. Há um choque irreconciliável entre as visões de mundo dos grupos reacionários e o campo artístico. Não há como harmonizar discursos que se baseiam em premissas tão distintas sobre a arte e questões políticas, como os direitos da comunidade LGBT, o racismo e a violência de gênero. A exposição Queermuseu

¹⁴⁹ FOLHO DE S. PAULO. 2018. Exilado após ameaças de religiosos, brasileiro expõe em Nova York. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2018/05/exilado-apos-ameacas-de-religiosos-brasileiro-expoe-em-nova-york.shtml>>, acessado em 05/11/2023.

permitiu que essas duas perspectivas entrassem em conflito, forçando instituições, desde o Santander Cultural até o Ministério Público, a se posicionarem. A arte ganhou destaque na discussão pública, trazendo à tona questões cruciais sobre a relação da sociedade com a arte e as imagens.



Figura 9 - Et verbum, Antonio Obá, 2011.
Fonte: OGLOBO, 2018¹⁵⁰.

Para compreender a profundidade que permeiam esse fenômeno, é essencial considerar as questões de interseccionalidade¹⁵¹, bem como a incidência de processos políticos e econômicos intensificados pela atual crise do capitalismo, como preconizado por teóricos como Marx e Engels. No contexto brasileiro, por exemplo,

¹⁵⁰ OGLOBO. 2018. Protesto, diversidade e muita fila: o que rolou na reabertura da 'Queermuseu'. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/cultura/artes-visuais/protesto-diversidade-muita-fila-que-rolou-na-reabertura-da-queermuseu-22992259>>, acessado em 23/10/2023.

¹⁵¹ Autoras como Kimberlé Crenshaw (2013), uma das principais teóricas da interseccionalidade, destacam a importância de reconhecer as interações entre diferentes formas de opressão e discriminação. Em seu trabalho "Mapeando as margens: Interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres negras", Crenshaw enfatiza que as experiências das mulheres negras não podem ser compreendidas apenas por meio da análise separada do racismo e do sexismo, mas sim pela análise da interseção desses sistemas de opressão. Ela argumenta que as opressões são interdependentes e que a compreensão completa das experiências das mulheres requer uma abordagem interseccional que considere a interação entre raça, gênero e outros marcadores sociais. Ao aplicarmos essa perspectiva teórica ao caso da exposição Queermuseu e sua relação com o contexto social brasileiro contemporâneo, torna-se evidente a necessidade de considerar as múltiplas intersecções presentes. A exposição, que foi encerrada prematuramente devido a polêmicas e pressões conservadoras, apresentava obras de arte que exploravam temáticas relacionadas à diversidade sexual, de gênero e à crítica social. Nesse sentido, ao analisarmos o caso da Queermuseu à luz da interseccionalidade, podemos compreender que as reações negativas e os ataques direcionados à exposição não se restringem a uma única questão, mas sim ao entrelaçamento de diversas formas de opressão. O conservadorismo social, as concepções rígidas de gênero e sexualidade, o moralismo e o preconceito estão entre os elementos que se entrecruzam nesse contexto. Autores como Judith Butler, em suas obras sobre performatividade de gênero, tem demonstrado como as normas e expectativas sociais moldam nossas identidades e limitam nossas possibilidades de expressão. Butler argumenta que as categorias de gênero são construções sociais e que a ideia de uma identidade de gênero fixa e binária é problemática (BUTLER, 2018). Portanto, a exposição Queermuseu, ao desafiar as normas de gênero e sexualidade, confrontou as estruturas de poder estabelecidas, gerando resistência e controvérsia por parte de grupos conservadores.

especialmente após as Jornadas de Junho de 2013, temos percebido a aceleração da implementação de políticas neoliberais impulsionadas pela crescente escalada conservadora de extrema-direita, que tem se utilizado das questões de gênero para consolidar sua posição política no seio da sociedade (SINGER, 2013). Nesse sentido, o fenômeno de cancelamento da Queermuseu é um objeto de estudo interessante, pois está inserido nesse contexto e é parte integrante dele, ao mesmo tempo que tem na interseccionalidade uma ferramenta analítica importante no processo de desvelamento do real principalmente quando se busca abordar a materialidade da vida social, não apenas no âmbito da produção da sociedade capitalista, mas também no processo de reprodução das relações sociais, que são calcados nessa sociedade e nesse sistema econômico.

Por meio da abordagem interseccional, é possível analisar as relações de gênero, sexualidade e raça de forma entrelaçada, sem hierarquizar as opressões. É por meio dessa abordagem que podemos estabelecer diálogos multidisciplinares, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada e aproximada da realidade. A interseccionalidade, um conceito essencial do pensamento feminista, permite-nos reconhecer que não há uma única perspectiva do real, uma vez que as mulheres são diferentes em contextos diferentes. Ao abordar simultaneamente o racismo e o machismo, que se manifestam de maneiras distintas nos indivíduos, ampliamos nossa compreensão e nos aproximamos de outras perspectivas analíticas, superando a visão unidimensional dos sistemas opressivos e nos desafiando a considerar a complexidade das experiências individuais e coletivas (CRENSHAW, 2013).

As múltiplas sexualidades e pertencimentos estão intrinsecamente entrelaçados, e as autoras feministas trazem uma importante contribuição ao abordar a interseção das desigualdades e diferenças, reconhecendo que a luta das mulheres dialoga com a perspectiva de totalidade¹⁵². Ao associarmos a interseccionalidade a essa perspectiva de totalidade, podemos compreender as particularidades no contexto do capitalismo moderno, o qual promove relações desiguais (BILGE, 2018;

¹⁵² A "perspectiva da totalidade" é um conceito fundamental na teoria de Georg Lukács, que ressalta a importância de considerar a sociedade como uma totalidade integrada em vez de separar o conhecimento em disciplinas autônomas. Lukács (2003, p.116) argumenta que essa perspectiva transcende a divisão intelectual do trabalho e enfatiza a interconexão de todos os fenômenos sociais. Ele destaca que o ponto de vista da totalidade implica a consideração das classes sociais como parte integrante da análise, permitindo uma compreensão mais profunda da dinâmica social. Isso também envolve a unificação do pensamento e da experiência, da teoria e da história, da lógica e do histórico, contribuindo para uma compreensão mais holística do processo histórico.

COLLINS, 2017; HIRATA, 2014). As dinâmicas de classe, raça, gênero e sexualidade desempenham um papel central nesse contexto (BIROLI, 2015, p.28). Se fôssemos considerar apenas as classes sociais, por exemplo, correríamos o risco de enxergar as pessoas de forma simplificada, desconsiderando as diversas formas de opressão que permeiam suas vidas cotidianas¹⁵³. Assim, é fundamental compreender que o capitalismo contemporâneo, com sua ênfase no neoliberalismo, impacta as políticas sociais, o trabalho precário, a financeirização e a marginalização de determinados sujeitos de formas e níveis distintos. Nesse contexto, por exemplo, algumas determinações sobre gênero e sexualidade acabam sendo acionadas para reduzir o custo da força de trabalho e aumentar a exploração (BIROLI, 2015, p.35). Portanto, ao localizar e não negligenciar essas questões em nossas análises, elas passam a constituir elementos-chave para compreender as desigualdades estruturais e as formas específicas de opressão que afetam diversos grupos e indivíduos na sociedade contemporânea.

A presente tese, ao vincular-se à conjuntura histórica do “TP”, busca examinar as intersecções entre gênero, sexualidade, classe social e raça, compreendendo que tais categorias não devem ser tratadas de maneira abstrata, mas sim como elementos intrinsecamente entrelaçados à realidade social brasileira. Nesse sentido, a análise proposta está enraizada na materialidade da vida social e está intimamente ligada à concretude da realidade, levando em consideração a interdependência existente entre as dinâmicas de opressão e exploração, particularmente no contexto da formação social brasileira e suas particularidades.

Diante dessa perspectiva, da série de desafios históricos para as lutas sociais, se faz necessário realizar uma análise conjuntural e estrutural que considere os movimentos antagônicos: o conservadorismo em ascensão e o projeto conservador que se delineia no campo político, em contraposição aos movimentos que defendem a diversidade. Isso reforça a imprescindibilidade de considerar outros pontos de vistas para análise proposta, como a do trabalho. Partindo da premissa que estabelecemos de que a vida é interseccional, utilizamos uma perspectiva de totalidade para compreender como as pessoas são impactadas devido a questões de gênero,

¹⁵³ A cientista política Flavia Biroli (2015, p.29) dirá que “Outras determinantes, como geração, sexualidade, etnia, localização no globo (ou mesmo a região em um país determinado) ou algum tipo de deficiência física, são também importantes na construção da posição social dos diferentes grupos de pessoas, contribuindo para produzir as suas alternativas e os obstáculos que se colocam para sua participação na sociedade”.

sexualidade e raça, e como estão inseridas nas dinâmicas das classes sociais. Portanto, é necessário abordar a divisão sexual e racial do trabalho como componentes intrínsecos da sociedade burguesa (BIROLI, 2016). Essa discussão não pode ser isolada em si mesma, pois está vinculada e comprometida com a materialidade da vida e, portanto, precisa estar integrada ao debate sobre o Estado, a política social e a questão social. Além disso, essa perspectiva fundamenta as noções de privilégio e os ideais de branquitude, heteronormatividade e dominação masculina patriarcal (HOOKS, 2020).¹⁵⁴ Essas normas, atribuídas a um sujeito por excelência, consolidam afetações de raça, gênero e sexualidade. Elas são construídas e fundamentadas em uma espécie de civilidade que permeia a construção da sociedade burguesa, onde o detentor de propriedade possui direitos de reconhecimento civil, político e social. Nesse contexto, é imprescindível submeter essas identidades de poder a uma crítica teórica, tornando-as ferramentas de ação política.

A suposta ideia democratização é uma falsificação da realidade, pois ela não afeta todas as pessoas da mesma forma (BIROLI, 2016, p.720). Os riscos e efeitos são radicalmente diferenciados, dependendo de fatores como idade, saúde, gênero, raça, sexualidade, etnia, classe social, localização geográfica e moradia. Portanto, ao considerar os desafios históricos enfrentados pelas lutas sociais e analisar os movimentos antagônicos presentes na sociedade brasileira contemporânea, é essencial adotar uma abordagem ampla e interseccional, que contemple o papel do trabalho, a divisão sexual e racial do trabalho, bem como os ideais de privilégio e dominação¹⁵⁵.

¹⁵⁴ A teórica do feminismo Bell Hooks (2020, p.85), ao analisar a relação entre as feministas dentro do movimento, irá dizer que “inconscientemente, elas [as feministas brancas] se sentem íntimas umas às outras porque se identificam do ponto de vista racial. A “branquitude” que as une é uma identidade racial que está diretamente relacionada à situação oposta, vale dizer, aquela em que as pessoas de cor aparecem como o ‘outro’ e como ‘ameaça’. Geralmente, quando falo para mulheres brancas sobre vínculos raciais, elas negam que isso existe; não é diferente de quando um homem sexista nega seu sexismo. Enquanto a supremacia branca não for compreendida e atacada pelas mulheres brancas, não poderá haver união entre elas e as mulheres multiétnicas”.

¹⁵⁵ Birolí (2016, p.721) destaca que, apesar das transformações sociais e educacionais ocorridas nas últimas décadas, as mulheres continuam a enfrentar desigualdades de gênero significativas, incluindo maior responsabilidade pelas tarefas domésticas, menores rendimentos no trabalho remunerado e sub-representação na política. Ela enfatiza que essas desigualdades não podem ser compreendidas de forma isolada, mas sim considerando a interseção de gênero, raça e classe social. A autora argumenta que a divisão sexual do trabalho doméstico afeta o acesso das mulheres a tempo livre, renda e participação política, comprometendo sua cidadania e influência nas decisões que as afetam. A análise proposta busca enriquecer a compreensão das desigualdades de gênero na democracia contemporânea.

Nesse sentido, a compreensão da política sexual para a população LGBT no contexto do Brasil contemporâneo requer uma análise histórica das questões relacionadas ao significado da sexualidade, do gênero e da raça, ao mesmo tempo que é fundamental ressaltar o conjunto de abusos e a supressão dos direitos sexuais e reprodutivos, especialmente para as comunidades raciais, ao longo da história do país. No atual cenário, caracterizado pela intensificação da problemática social e pela disseminação de um movimento negacionista, observamos a perseguição a universidades e institutos de pesquisa (SILVA, 2023). Essa perseguição, que se baseia em uma suposta busca pela neutralidade científica, acaba se associando a políticas de exclusão que comprometem o acesso à saúde, à educação, à moradia, ao emprego e à renda, resultando na invisibilidade, estigmatização e exclusão de certos grupos sociais, cujos indicadores muitas vezes nem mesmo são considerados pelas esferas de poder. Essa conjuntura complexa dificulta ainda mais as ações e iniciativas voltadas à promoção da dignidade e cidadania desses grupos. Além da subnotificação de dados, frequentemente compilados por organizações dos movimentos LGBT¹⁵⁶, enfrentamos um período que questões de gênero e sexualidade são alvo de perseguição na produção de pesquisas científicas. Atualmente, presenciamos um crescente movimento de negação da ciência e uma cruzada contra o debate de gênero, como evidenciado pelo caso da Queermuseu.

Ao considerarmos como a população tem vivido, desde os movimentos das Jornadas de Junho de 2013, vimos um processo de intensificação das medidas de austeridade, como com a reforma trabalhista, implementada através da Lei 13.467/17, e da previdência, através da Emenda Constitucional 103, de 2019, um desmonte dos direitos sociais e o congelamento de gastos públicos. Há perseguição às universidades, como mencionado, um processo de sucateamento e privatização dos direitos, das políticas de saúde, educação e assistência social. Esses retrocessos se intensificam não apenas nos direitos sexuais, mas também nas políticas sexuais em geral e foram potencializados no processo de ascensão do governo Bolsonaro, que recorrentemente promoveu um discurso nacionalista baseado no fundamentalismo religioso respaldado por milícias digitais que manipulavam a verdade.

¹⁵⁶ BRASIL DE FATO. 2023. 'Quem é LGBT não pode ter medo de ser, apesar da violência', diz autora de dossiê. Conferir em < <https://www.brasildefato.com.br/2023/06/26/quem-e-lgbt-nao-pode-ter-medo-de-ser-apesar-da-violencia-diz-autora-de-dossie>>, acessado em 12/10/2023.

A reatualização do conservadorismo e da autocracia no Brasil não é excepcional, mas está inserida em uma cartografia mundial de neoliberalização e financeirização, que opera em cadeias autoritárias. À medida que a história se acelera, percebemos um agravamento da situação devido à consolidação do neoliberalismo e à redução de políticas voltadas aos direitos sexuais e reprodutivos. Nesse contexto, não estamos apenas ilustrando uma trajetória de sucateamento e congelamento de direitos e políticas públicas, mas enfatizando uma situação de extrema segregação acentuada e multifacetada. Essa segregação abrange não somente aspectos econômicos e sociais, mas também se estende aos aspectos relacionados à sexualidade e às identidades de gênero.

No entanto, que crise é essa? Quando adotamos uma abordagem materialista da história, que interpreta o movimento da realidade de forma dialética, podemos inferir que a crise tem proporções globais. Segundo teóricos como Karl Marx e Friedrich Engels, os ciclos de crises no modo de produção capitalista são expressões da contradição inerente ao sistema, que se manifestam na produção e reprodução de desigualdades sociais, exacerbando as contradições de classe, gênero, raça e sexualidade que permeiam a sociedade. Quando refletimos sobre fenômenos pontuais, como o cancelamento da Queermuseu, percebemos como essas questões se relacionam com o conjunto mais amplo de violências baseadas na construção hegemônica do que convencionou-se chamar de patriarcado. Esse conceito resume bem o que tem sido apontado até o momento devido à sua singularidade e abrangência. Aqui, é importante mencionar autoras como Simone de Beauvoir (2014), em sua obra "O Segundo Sexo", e Judith Butler (2018), em "Problemas de gênero", cujas contribuições teóricas nos permitem compreender como a construção social das normas de gênero e sua manutenção sustentam relações de poder e opressão, refletidas na hierarquia de gênero. De acordo com essas autoras, o patriarcado é um sistema complexo que permeia as estruturas sociais e instituições, estabelecendo e perpetuando desigualdades e violências. A imposição de papéis de gênero rígidos e a atribuição de valores diferentes com base no sexo biológico geram uma hierarquia em que a masculinidade é valorizada e a feminilidade é subjugada. Essa dinâmica de poder sustenta a opressão de mulheres e de pessoas não conformes com as normas de gênero estabelecidas, incluindo a população LGBT. Assim, o cancelamento da Queermuseu pode ser entendido como um reflexo dessas estruturas de poder e

opressão, uma vez que a exposição questionava e desafiava as normas de gênero e sexualidade impostas pelo patriarcado.

A reação negativa e a censura direcionadas à exposição revelam a resistência a qualquer forma de subversão dessas normas, reforçando o ciclo de violências e desigualdades. Para além disso, no Brasil, os resquícios da escravidão são componentes da sociabilidade capitalista presentes até os dias atuais. Autores como Florestan Fernandes (2015; 2021) e Abdias do Nascimento (1978, 2004) analisaram a persistência do racismo estrutural e como a ideologia da branquitude tem permeado as relações sociais. Nesse contexto, na atual escalada conservadora, uma agenda ideológica elegeu a população LGBT, os movimentos negros e feministas como inimigos da nação. Inspirados nas reflexões desses autores, entendemos que o poder se manifesta nas relações sociais e, nesse caso, ocorre a “demonização” e a “satanização” de certos grupos sociais, principalmente aqueles que desafiam o paradigma da família tradicional. Assim, a cruzada antigênero tem estabelecido uma frente ampla de perseguição, promovendo violações sociais específicas. A cultura do ódio e a agenda contra o gênero passam a ter um impacto direto na vida da população LGBT, perpetuando valores que se voltam ao sujeito universal autodenominado “cidadão de bem” e que se coloca como defensor da moral e dos bons costumes (PRADO; CORRÊA, 2018). Essa cruzada antigênero tem suas particularidades na América Latina, buscando resgatar os valores da família nuclear burguesa e promovendo revisionismos históricos, como em relação à ditadura militar, por exemplo.

Nessa perspectiva, autoras como Monique Wittig (1980) argumentam contra a naturalização da heterossexualidade como única forma legítima de vivência da sexualidade, destacando que as identidades e diferenças sexuais são construções sociais e devem ser compreendidas em um espectro amplo e diverso. Elas contestam a visão binária, imutável e hierarquizada das sexualidades, defendendo a necessidade de reconhecer e valorizar a multiplicidade de experiências e expressões sexuais. Os defensores do conservadorismo, por sua vez, hierarquizam as diferenças e buscam essencializar as concepções de família, sustentando a ideia de complementaridade entre homem e mulher, com um casamento sacralizado e indissolúvel voltado à procriação. Para eles, a heterossexualidade é considerada a única forma legítima de vivência da sexualidade e as identidades e diferenças sexuais são vistas como binárias, imutáveis e hierarquizadas.

Portanto, ao analisar essa conjuntura, é crucial adotar uma perspectiva teórica que problematize as estruturas de poder, a interseccionalidade das opressões e a construção social das normas de gênero e sexualidade. No que diz respeito ao campo do gênero, a agenda antigênero não é um fenômeno recente, mas sim uma questão que tem raízes históricas. No contexto brasileiro, a pauta antigênero tem sido utilizada para sustentar uma sociedade marcada pela desigualdade de classes, o que nos leva a crer que o capitalismo esteja sempre associado à ideologia de gênero, ao ódio às diferenças e à instrumentalização da fé, resultando em uma série de barbáries contra pessoas transgênero ao longo da história.

Outro ponto relevante para a análise está vinculado às instituições religiosas, que têm desempenhado um papel significativo nas campanhas antigênero e foram fundamentais para o sucesso da campanha de difamação da Queermuseu. Pastores e líderes religiosos têm questionado muitas vezes de forma violenta as orientações sexuais e identidades de gênero que desafiam as normas estabelecidas, propagando interpretações errôneas da Bíblia e buscando impor padrões de comportamento às mulheres, reforçando estereótipos da "boa esposa". Essa atuação das instituições religiosas tem contribuído para a manutenção de estruturas de poder opressivas. Nesse contexto, é importante destacar também os casos de violência doméstica, que têm se intensificado durante o avanço do movimento conservador¹⁵⁷. Em alguns segmentos religiosos, mulheres têm sido punidas devido à queda da fecundidade e à busca por direitos e igualdade¹⁵⁸, como ocorreu recentemente na luta pelo direito ao aborto seguro na Argentina¹⁵⁹. Essas manifestações conservadoras dentro de contextos religiosos revelam como discursos religiosos e ideológicos são utilizados para perpetuar desigualdades e violências de gênero. Autoras como a socióloga Maria José Rosado (2005) têm explorado criticamente a relação entre religião e gênero, analisando como as instituições religiosas muitas vezes perpetuam ideias e práticas patriarcais. Além disso, os estudos de gênero e feminismo têm destacado a

¹⁵⁷ UNICAMP. 2023. Aumento da violência contra as mulheres tem relação com avanço do conservadorismo. 08/03/2023. Conferir em: < <https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2023/03/08/aumento-da-violencia-contra-mulheres-tem-relacao-com-avanco-do-conservadorismo>>, acessado em 13/10/2023.

¹⁵⁸ CARTA CAPITAL. 2022. Igrejas evangélicas e a violência doméstica, um tema urgente. 30/11/2022. Conferir em < <https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/igrejas-evangelicas-e-a-violencia-domestica-um-tema-urgente/>>, acessado em 13/10/2023.

¹⁵⁹ EL PAÍS. 2020. Argentina legaliza o aborto e se põe na vanguarda dos direitos sociais na América Latina. 29/12/2020. Conferir em: < <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-12-29/votacao-historica-no-senado-de-projeto-para-legalizar-aborto-na-argentina.html>>, acessado em 13/10/2023.

importância de considerar as interseções entre religião, gênero, sexualidade e raça, evidenciando como as opressões se entrelaçam e se reforçam mutuamente. Autoras como Bell Hooks (2020) e Angela Davis (2016) têm ressaltado a necessidade de desafiar as estruturas de poder opressivas presentes nas instituições religiosas e buscar uma espiritualidade que seja libertadora e promova a igualdade de gênero.

Ao analisar a relação entre capitalismo e fundamentalismo religioso, é importante reconhecer que o conservadorismo é uma expressão cultural específica de um determinado tempo e espaço sócio-histórico. Muitas vezes, os discursos moralizantes e as pautas conservadoras são respaldados em argumentos religiosos.¹⁶⁰ A filósofa Nancy Fraser (2002, 2006) contribui para essa discussão ao evidenciar como o conservadorismo está ligado à defesa e naturalização do modo de produção capitalista. A família tradicional monogâmica, patriarcal e heterossexual é funcional a esse sistema, e sua defesa está relacionada à manutenção de uma determinada ordem e progresso. A pauta da família, como o familismo¹⁶¹, muitas vezes acionada pelo conservadorismo, serve para legitimar a neoliberalização da economia, transferindo a responsabilidade pelo trabalho de cuidado não remunerado, essencial para a reprodução social e a perpetuação do capitalismo, para as mulheres. Dessa forma, as demandas conservadoras em relação à família e à sexualidade contribuem para desresponsabilizar o Estado e o sistema econômico, enquanto reforçam as desigualdades de gênero e a subordinação das mulheres. Ao analisar a cruzada antigênero, podemos compreender que o conservadorismo não é um fenômeno isolado, mas sim parte de uma estrutura que busca preservar o *status quo* do capitalismo, utilizando discursos e ações que reforçam as desigualdades de gênero e sexualidade.

¹⁶⁰ No entanto, é necessário reconhecer que existem diferentes interpretações religiosas e que nem todas são opressivas ou excludentes. Muitas pessoas LGBTQIA+ são religiosas e encontram formas de conciliar sua identidade de gênero e orientação sexual com sua fé. É fundamental respeitar a diversidade de experiências e crenças, promovendo o diálogo e a construção de uma sociedade mais inclusiva.

¹⁶¹ Familismo, conforme o sociólogo Luis Mello (2006) é um termo utilizado nas ciências sociais para descrever um sistema de valores e comportamentos que prioriza a família como uma instituição central na sociedade. É caracterizado pela forte coesão familiar, lealdade e dependência mútua entre os membros da família, além de uma ênfase na preservação da unidade familiar e na solidariedade entre seus integrantes. No familismo, os laços familiares são considerados essenciais e influenciam as relações sociais, econômicas e políticas. A família é vista como a base da organização social e desempenha um papel central na formação da identidade e no apoio emocional dos indivíduos. Valores como lealdade, respeito aos mais velhos e preservação das tradições familiares são enfatizados.

Assim, a questão da cruzada antigênero presente no cancelamento da Queermuseu, pressionada pela perspectiva da família, é central. Embora na América Latina haja um maior protagonismo das igrejas neopentecostais, essa frente envolve não apenas o fundamentalismo religioso, mas também grupos seculares, pois há uma capilaridade desse discurso na sociedade em geral. É importante reconhecer que existem outras frentes que estão influenciando a forma como o gênero, a sexualidade e o sexo são vistos, considerando o contexto atual. A pauta da família ganha relevância quando analisamos a mobilização em torno do cancelamento da Queermuseu alinhado à cruzada para conceder às famílias o direito de determinar o processo de educação de seus filhos. Observamos tentativas de debate sobre arte, cultura e educação e perseguição aos movimentos sociais baseadas na crença de que ocorreu durante a exposição uma erotização das crianças¹⁶². Isso contribuiu para a criação de uma série de legislações municipais e estaduais que buscavam criminalizar o ensino de gênero e sexualidade nas escolas, por exemplo¹⁶³. No entanto, devemos questionar quem se beneficiou com essa abordagem. Essa relação íntima entre a perseguição à educação de gênero e sexualidade e os estados de violência não se restringe apenas ao contexto da Queermuseu, e da arte como um todo, mas se manifesta em outros espaços também. É importante reconhecer que há uma agenda política que busca criminalizar essas práticas e que tem ganhado aderência popular, trazendo à tona fortes traços eugenistas que autorizam e incitam violência contra os sujeitos que não se enquadram nessa norma de sexo, gênero e desejo. Portanto, é necessário reconhecer que essa pauta moralizante tem uma capilaridade essencial, inclusive em campanhas políticas, o que, por exemplo, impulsionou a carreira do ex-presidente Bolsonaro e de diversos agentes políticos vinculados a ele, o que foi central no fenômeno analisado nesta tese. A junção entre ensino de gênero e comunismo, que se tornou uma "caça às bruxas" e uma perseguição antidemocrática a qualquer pessoa que defenda o diferente disso, favoreceu a ascensão vertiginosa do bolsonarismo, intrinsicamente relacionado às

¹⁶² G1. 2017. 'Não há pedofilia', diz promotor após visitar exposição de diversidade sexual cancelada em Porto Alegre. 12/09/2017. Conferir em < <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/nao-ha-pedofilia-diz-promotor-apos-visitar-exposicao-de-diversidade-sexual-cancelada-em-porto-alegre.ghtml>>, acessado em 13/10/2023.

¹⁶³ GAZETA DO POVO. 2020. O que pedem as leis municipais sobre ideologia de gênero que esperam uma aprovação do STF. 01/06/2020. Conferir em < <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/o-que-pedem-as-leis-municipais-sobre-ideologia-de-genero-que-esperam-uma-aprovacao-do-stf/>>, acessado em 13/10/2023.

questões de gênero, sexualidade e suas interseccionalidades nos debates públicos e privados.

O recrudescimento do conservadorismo revela que ainda há um longo caminho a percorrer. A exposição Queermuseu, nesse sentido, trouxe à tona essas questões e muitas outras, promovendo o debate e a conscientização sobre os direitos sexuais, de gênero e, por que não, reprodutivos, além de abordar a diversidade de configurações familiares, entre outras questões. Seu cancelamento repentino estabeleceu um diálogo contínuo através da arte com o movimento LGBT, o movimento negro e o movimento feminista, que desempenham papéis fundamentais na formulação, monitoramento e avaliação das políticas de poder e de Estado. Esse fenômeno também destacou a importância de reconhecer as recomendações feitas pelas organizações de direitos humanos tanto ao Estado quanto à academia, especialmente ressaltando que é nesse contexto de exceção que os direitos humanos são violados. Devemos lembrar que as desigualdades, a discriminação e as pessoas que já vivenciam essas realidades são as primeiras vítimas de violência, inclusive perpetrada pelo Estado. Esse reconhecimento nos faz refletir sobre a necessidade de enfrentar essas violações de direitos humanos e promover o debate sobre a construção de uma sociedade mais inclusiva e justa. As vozes marginalizadas e as comunidades que enfrentam múltiplas formas de opressão são cruciais para trazer luz às realidades que são frequentemente ignoradas ou silenciadas.

O fenômeno de cancelamento da Queermuseu evidenciou que a concepção de sexualidade não pode ser abordada apenas como um tema isolado, mas sim como um fenômeno complexo e interligado a diversas esferas da existência humana. Essa perspectiva crítica nos permite não restringir nossa visão da sexualidade a uma única direção. Ao adotar uma abordagem interseccional e holística, evidenciamos que a sexualidade está intrinsecamente ligada a outros aspectos da vida. Ela permeia todas as esferas da existência, moldando experiências, relações sociais, práticas políticas e enfrentamento das adversidades. Portanto, é fundamental ampliar o espaço ocupado pela sexualidade em nossas análises e em nossa percepção da realidade. Ela não deve ser concebida como algo isolado e específico, mas sim como uma parte integrante do esforço para compreender a complexidade da vida em sua totalidade. Essa compreensão nos permite enxergar as interações e interseções entre diferentes formas de opressão e resistência.

2.3. Arte e ativismo: desafios diante da guinada conservadora



Figura 10 - Projeto MailArt - Gay-I-Vota, de Rogério Nazári (1981)
Fonte: acervo do autor

Este capítulo inicia-se pela análise de uma obra de Rogério Nazári, "projeto "MailArt - Gay-I-Vota ". Criada em 1981, esta série apresenta o termo "gaivota" como um elemento simbólico, fundido com as palavras "gay" e "vota", uma tentativa expressiva de relevar a cidadania e representação dos corpos desviantes e transviados. À esteira dos estudos do pesquisador sobre gênero Jack Halberstam (2018, p.95), a obra pode ser vista como um meio poderoso para desafiar normas estabelecidas e questionar conceitos preconceituosos. De acordo com o autor, "os estudos *queer* nos oferecem um método para imaginar, não algum tipo de fantasia de um outro lugar, mas alternativas existentes para sistemas hegemônicos". Portanto, Gay-I-Vota é um exemplo da abordagem simbólica possível no *queer* ao explorar e discutir a marginalização e o empoderamento de determinadas comunidades desviantes da norma, das convenções e das tradições, tendo em vista que a arte, em seu papel mais nobre, é uma forma de desafiar a narrativa dominante, um meio de questionar as normas socioculturais estabelecidas (LIPPARD, 1984). Em um mundo onde as narrativas dominantes perpetuam estereótipos e negligenciam as experiências das populações marginalizadas, como a comunidade LGBT, a arte tem

esse potencial de vocalizar esses corpos marginalizados (HALBERSTAM, 2018, p.153)¹⁶⁴.

Ao examinar a obra de Nazári, observamos como o artista usa da imagem para simbolizar liberdade e transgressão, trazendo esses elementos para o campo da arte, tornando-a um espaço para a expressão e resistência, um meio pelo qual as normas estabelecidas podem ser desafiadas e as possibilidades de representação e inclusão, expandidas. Ao incluir obras como Gay-I-Vota em sua expografia, a Queermuseu apresenta seu potencial de servir como plataforma para discutir questões de gênero, orientação sexual e suas interseccionalidades ao se constituir como espaço que incentiva a reflexão, o diálogo e a construção da empatia. Provavelmente o caso mais emblemático tenha sido a obra “O Eu e o Tu”, de Lygia Clark, série roupa-corpo-roupa, de 1967, cuja proposta, é uma experiência sensorial em que um casal veste macacões de plástico interligados por um tubo. Com capuzes que tapam os olhos e aberturas para toque, eles exploram sensações e se descobrem no corpo do outro, desafiando as fronteiras de gênero e identidade¹⁶⁵.

¹⁶⁴ Halberstam (2018, p.153) destaca a capacidade da arte de oferecer uma perspectiva mais autêntica e não romantizada sobre as experiências das minorias sexuais. Em vez de ceder à narrativa entusiasmada que retrata a luta como heróica, a arte pode dar voz às complexidades, ambiguidades e até mesmo aos momentos de desafio que esses corpos enfrentam. A arte pode mostrar que a experiência queer não é unidimensional, mas sim multifacetada, refletindo a interação entre a marginalização e a participação no sistema que a marginaliza.

¹⁶⁵ “Eu e o Tu” é uma obra interativa de Lygia Clark, criada em 1967, que faz parte de sua fase de proposições sensoriais. Nessa instalação, dois participantes vestem um macacão preto interligado por um tubo. Com os olhares obstruídos, eles exploram um ao outro por meio do toque, proporcionando uma experiência sensorial única. A obra desafia a tradicional relação de observador e obra de arte, convidando o público a se envolver ativamente na criação da experiência. A proposta de Lygia Clark é eliminar o julgamento do olhar e promover a interação através do toque, criando uma conexão sensorial entre os participantes. “Eu e o Tu” é um exemplo do desejo da artista de expandir a percepção sensorial e explorar novas formas de interação humana, transcendendo os limites convencionais da arte e desafiando as instituições artísticas tradicionais. Conferir mais sobre a autora em: ARTESOUL. 2022. Os avessos e formas de Lygia Clark. 17/10/2022. Conferir em: <<https://blog.artsoul.com.br/os-avessos-da-forma-de-lygia-clark/>>, acessado em 15/10/2023.



Obra O Eu e o Tu, de Lygia Clark, 1967.
Fonte: Acervo Associação Cultural Lygia Clark¹⁶⁶

Outro aspecto importante diz respeito à arte como um espaço discursivo. Nesse sentido, é imperativo considerar como as narrativas dominantes podem perpetuar estereótipos e excluir as realidades de corpos marginalizados. Bell Hooks (2019) argumenta que tais narrativas têm o poder de marginalizar ainda mais os já marginalizados, enfatizando a importância de uma contra-narrativa que reflita suas experiências. Assim, a arte vai desempenhando um papel crucial na formação do *habitus* social (BOURDIEU, 1983) e, por consequência, na estruturação da cidadania e dos direitos dos grupos marginalizados¹⁶⁷.

Sendo a sociedade fortemente influenciada por uma ideologia de gênero binária, que designa comportamentos específicos com base no sexo atribuído no nascimento, as normas e hierarquias de gênero são perpetuadas através de vários mecanismos sociais, incluindo a lei. A ideologia de gênero é ainda reforçada pela definição da heterossexualidade e da cisgeneridade como a norma (BUTLER, 2018). Neste

¹⁶⁶ Conferir em: <<https://portal.lygiaclark.org.br/acervo/222/o-eu-e-o-tu>>, acessado em 15/10/2023.

¹⁶⁷ Bourdieu (1974, p.101) argumenta que a arte não é apenas uma expressão cultural, mas também um campo de luta por autonomia e reconhecimento. À medida que os artistas se afastam de sua dependência de patronos e mecenas, eles ganham liberdade para produzir obras que desafiam as normas estabelecidas. Essa liberdade artística pode dar voz a grupos marginalizados, questionar as estruturas de poder e contribuir para a formação de uma cidadania mais inclusiva. Essa análise destaca como a arte não é apenas uma forma de entretenimento ou expressão individual, mas também desempenha um papel significativo na construção da identidade coletiva e na luta por direitos e reconhecimento social.

sentido, a arte emerge como um instrumento influente no desafio às estruturas sociais rígidas e às tradições (HALBERSTAM, 2018).

Ao refletir sobre a teoria dos estudos de sexualidade e gênero, Butler (2018) propõe que o gênero seja compreendido como uma construção social e cultural, em oposição a uma expressão de uma essência biológica. Essa perspectiva desafia a ideologia da complementaridade, que atribui a cada indivíduo papéis específicos correspondentes a identidades subjetivas. Por exemplo, a sociedade estabelece a expectativa de que as mulheres adotem comportamentos femininos, enquanto os homens devem adotar comportamentos masculinos. No entanto, qualquer desvio dessas normas de gênero pode resultar em pressões sociais e violência, como destacado nos estudos do sociólogo Richard Miskolci. De acordo com o autor (2005, p.33), eles revelam como as estruturas de poder e dominação estabelecem padrões de aceitabilidade e rejeição de identidades, demonstrando que as identidades estigmatizadas são construções sociais baseadas em comportamentos e estilos de vida.

Nessa divisão binária de gênero, é inegável a presença de uma hierarquia, que se refere a um regime de dominação masculina, frequentemente denominado patriarcado ou falocentrismo (SOUZA, 2015). Esse sistema de dominação masculina perpetua-se em várias esferas sociais. Aqueles que não se enquadram nas normas heteronormativas e cisnormativas, como pessoas homossexuais, bissexuais e transgênero, frequentemente são obrigados a se adaptar e se conformar em diferentes momentos de suas vidas, enfrentando desafios sociais e restrições. Além disso, para Butler (2018, p.20), outro elemento dessa ideologia de gênero é a ordem compulsória de sexo, gênero e desejo. Essa ordem presume uma linearidade entre esses três aspectos. O sexo é considerado um marcador biológico natural, o gênero é a construção social e cultural baseada nesse sexo e o desejo diz respeito à orientação afetiva e sexual. Portanto, o conceito para "ideologia de gênero" utilizado nesse trabalho diz respeito ao conjunto de ideais e orientações valorativas que moldam as identidades e experiências, em vez da interpretação atribuída pelos setores conservadores que o utilizam para desqualificar qualquer discussão sobre gênero e sexualidade.

Essa ideologia de gênero não está restrita a um determinado campo de atuação ou do conhecimento, pois tem raízes múltiplas, como na política, no direito, na medicina, na criminologia, nos discursos religiosos etc. A medicina, por exemplo, tem

historicamente patologizado certas identidades de gênero e orientações sexuais¹⁶⁸, enquanto os discursos criminológicos têm retratado esses "desvios" como ameaças sociais (MIGUEL, 2022, p.64). As narrativas religiosas têm desempenhado um papel crucial na construção do que é considerado normal, aceitável ou pecaminoso. Todos esses discursos acabam contribuindo para a construção do que é sexo, gênero e desejo dentro de uma estrutura discursiva que tem impactos significativos na constituição dos corpos e das identidades das pessoas.

Ao abordarmos o direito, muitas vezes considerado uma ciência neutra seguindo uma abordagem positivista, percebemos nesse campo um papel fundamental nesse processo (HABERMAS, 1997)¹⁶⁹. Apesar de sua pretensa neutralidade, as ideias hegemônicas sobre o direito refletem e reforçam estas normas e enquadramentos. Embora a legislação represente com frequência um campo de conflito para os movimentos sociais, facilitando avanços significativos como observamos desde a Constituição de 1988 no Brasil, também é alvo de investidas com o propósito de reverter tais progressos (SARMENTO, 2022). Projetos de lei que dizem respeito ao casamento igualitário ou aos direitos das pessoas trans parecem improváveis de serem sancionados pelo congresso brasileiro, dadas as particularidades do cenário

¹⁶⁸ Em 2017, em um caso emblemático, o juiz da 14ª Vara Federal do Distrito Federal, Waldemar Cláudio de Carvalho, emitiu uma decisão polêmica que ficou conhecida como a permissão à "cura gay". Ele autorizou, por meio de uma liminar e posteriormente em decisão de mérito, que psicólogos auxiliassem pacientes que buscassem tratamento para mudança de orientação sexual egodistônica. Isso provocou uma onda de protestos no país, uma vez que a medida foi vista como retrocesso e prejudicial à comunidade LGBTQ+, desafiando a Resolução 1/1990 do Conselho Federal de Psicologia, que proíbe tais práticas. Sobre a resolução 01/90, ver: CFP. Resolução 01/99 – Psicologia e práticas homossexuais. s/d. Conferir em: <<https://site.cfp.org.br/resolucao-01-99/historico/>>, acessado em 15/10/2013. Sobre o caso, ver: G1. 2017. Juiz federal do DF libera tratamento para 'cura gay' e diz que homossexualidade é doença. 18/09/2017. Conferir em: <<https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/juiz-federal-do-df-libera-tratamento-de-homossexualidade-como-doenca.ghtml>>, acessado em 15/10/2023.

¹⁶⁹ Em suas obras sobre filosofia política e do direito, Jürgen Habermas argumenta que, com a dissolução do *ethos* tradicional que governava os valores e normas, a política moderna enfrentou duas alternativas: a busca pela autorrealização e afirmação da identidade dos indivíduos e da comunidade através da soberania popular, ou a proteção dos direitos humanos universais, garantindo a integridade dos indivíduos. Isso levou a uma oposição entre o republicanismo, focado na dimensão ética, e o liberalismo, centrado na dimensão moral. Essa divisão tem suas raízes na filosofia do sujeito, em que o liberalismo fundamenta a política no indivíduo, enquanto o republicanismo considera o povo como o sujeito político. Isso resultou em um conflito entre direitos humanos e soberania popular. Habermas reconhece que a autonomia privada dos indivíduos, em que agem de acordo com sua liberdade subjetiva, é cooriginária de sua autonomia pública, onde usam sua liberdade comunicativa. Portanto, Habermas propõe a busca por um modelo de democracia capaz de estabelecer uma cidadania robusta, mais forte do que o modelo liberal, mas mais fraca do que o modelo republicano. Ele defende que a esfera pública, em situações extraordinárias, deve gerar um poder comunicativo capaz de neutralizar o poder social dos grupos de pressão e orientar as ações do poder administrativo do estado de direito. Assim, a democracia, para Habermas, visa conciliar a soberania popular com os direitos humanos nas sociedades modernas, reconhecendo as complexidades do pluralismo, multiculturalismo e da política contemporânea (HABERMAS, 1997).

político¹⁷⁰. Neste contexto, muitas das vitórias tem sido obtida por intermédio de decisões judiciais, tal qual a histórica resolução do Supremo Tribunal Federal (STF) que validou a união estável homoafetiva em 2011¹⁷¹.

Devemos reconhecer que as conquistas atingidas por meio do direito são significantes, porém também precisamos manter um olhar crítico sobre as limitações e os padrões impostos. Nesse sentido, é fundamental destacar que até mesmo nesses progressos, há uma imposição de padrões de sexualidade preconcebidos. A união estável homoafetiva foi reconhecida, desde que se assemelhasse a um padrão de sexualidade monogâmico, duradouro e com o propósito de estabelecer uma família nos moldes tradicionais (COSTA; NARDI, 2015, p.147). Esta imposição de um ideal de sexualidade é examinada pela pesquisadora Gayle Rubin, em sua obra "Thinking Sex" (1984), em que discorre sobre a existência de uma "hierarquia sexual" que valoriza algumas práticas em detrimento de outras¹⁷². Assim sendo, é essencial analisar de maneira crítica o papel do direito na construção e perpetuação dessas ideologias de gênero, assim como buscar abordagens mais inclusivas, que reconheçam e respeitem a diversidade de identidades, expressões e desejos. Precisamos questionar a suposta neutralidade do direito e compreender que as decisões judiciais são resultantes de interpretações e construções sociais, que com frequência refletem as ideias hegemônicas e reforçam normas e hierarquias de gênero.

¹⁷⁰ Pelo contrário, no contexto brasileiro, observa-se uma pressão de uma parte da população em favor da restrição do casamento entre indivíduos do mesmo sexo. Esse episódio ganhou destaque no início de outubro de 2023, quando um projeto de lei que proíbe o casamento homoafetivo foi aprovado por 12 votos a favor e 5 contra na Comissão de Previdência e Assistência Social da Câmara dos Deputados. Ver: O Globo. 2023. Comissão da Câmara aprova projeto que proíbe casamento homoafetivo. 10/10/2023. Conferir em: < <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/10/10/comissao-da-camara-aprova-projeto-que-proibe-casamento-gay.ghml>>, acessado em 13/10/2023.

¹⁷¹ Em maio de 2011, por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) equiparou as relações entre pessoas do mesmo sexo às uniões estáveis entre indivíduos de sexos opostos, oficialmente reconhecendo a união homoafetiva como uma forma de núcleo familiar. Essa decisão foi proferida durante o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4277 e da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 132. O teor do processo pode ser acessado em < <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=11872>>.

¹⁷² Hierarquia sexual, conforme Gayle Rubin (1984), refere-se à estrutura social que valoriza e normatiza determinadas formas de sexualidade, tornando algumas mais aceitáveis e legítimas do que outras. No contexto contemporâneo, a entrada da homossexualidade no ordenamento jurídico é influenciada por um processo de polimento moral, onde homossexuais são aceitos quando comprovam a capacidade de criar uma família baseada no afeto. Isso cria uma hierarquia onde a homoafetividade é considerada legítima, enquanto outras formas de sexualidade são marginalizadas, reproduzindo as hierarquias sexuais identificadas por Gayle Rubin. A heteronormatividade persiste, coexistindo com a homonormatividade, que estabelece as formas socialmente mais aceitas de expressão da sexualidade não-heterossexual.

Enquanto o casamento igualitário representa um passo adiante, formas alternativas de relacionamento, como o poliamor¹⁷³, permanecem à margem. Esta exclusão evidencia uma tentativa de preservar a ideia romantizada de reprodutividade heterossexual. O uso do termo "homoafetivo" também se configura como é uma estratégia de higienização e normatização para desassociar a orientação sexual do sexo em si, que é por vezes estigmatizado como sujo ou indesejável (COSTA; NARDI, 2015). No que diz respeito às pessoas trans, a possibilidade de alterar o gênero em documentos legais representa um avanço¹⁷⁴¹⁷⁵, mas ainda está confinada ao sistema binário (masculino ou feminino), apresentando obstáculos para pessoas não binárias ou intersexo. Essas restrições expõem a abordagem restritiva do direito para com desejos e identidades não normativas, promovendo a inclusão com base em critérios de exclusão. Assim, o sistema judiciário, ao promover avanços, pode contribuir para retrocessos, o que se dá, em parte, pela ausência de leis específicas para direitos LGBT implementadas no âmbito do Congresso Nacional e o que pode resultar em decisões judiciais que limitam direitos. Nesse sentido, é crucial repensar o papel do direito, evitando sua desqualificação ou fortalecimento excessivo do poder judiciário, que pode espelhar processos antidemocráticos. Além do judiciário, é fundamental explorar outras formas de democratização do estado e da sociedade, buscando uma abordagem crítica para proteger as conquistas diante das reações conservadoras em ação na última década.

¹⁷³ Conforme o antropólogo Antônio Pilão (2012, p.63), brevemente, o termo "poliamor" surgiu na década de 1990, originando-se de um evento em Berkeley, Califórnia, que buscava criar um "Glossário de Terminologia Relacional" e uma discussão online liderada por Jennifer Wesp, que o relacionou à "não monogamia". A mudança de terminologia visava evitar conotações negativas associadas à "não monogamia". "Poliamorista" foi registrado pela primeira vez em 1953, e "poliamoroso" surgiu na ficção em 1969. "Poliamor" deriva das palavras gregas "poli" (vários) e "amor". É definido como a recusa da monogamia, permitindo relacionamentos amorosos profundos com várias pessoas simultaneamente. O movimento poliamorista tem duas fases: uma espiritualista e outra mais cosmopolita, focada em soluções práticas. A ideologia poliamorista é baseada em "liberdade", "igualdade", "honestidade" e "amor". É visto como mais "livre", "igualitário", "honesto" e "amoroso" do que a monogamia. A relação entre poliamor e monogamia é uma dicotomia fundamental, mas a existência de outras formas não monogâmicas complexifica essa dualidade. Apesar das limitações na dicotomia poliamor/monogamia, os poliamoristas constroem sua identidade em oposição à monogamia, enfatizando valores como liberdade, igualdade, honestidade e amor em suas relações.

¹⁷⁴ CNJ. 2022. Pessoa trans pode alterar nome e gênero em cartório. 24/06/2022. Conferir em: <<https://www.cnj.jus.br/cnj-servico-pessoa-trans-pode-alterar-nome-e-genero-em-cartorio/>>, acessado em 15/10/2022.

¹⁷⁵ Conferir: Provimento Nº 73/2018 da Corregedoria Nacional de Justiça, que dispõe sobre a averbação da alteração do prenome e do gênero nos assentos de nascimento e casamento de pessoa transgênero no Registro Civil das Pessoas Naturais (RCPN). Disponível em: <<https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2623>>, acessado em 13/10/2023.

a) Autonomia

Em seu significado intrínseco, "autonomia" conjuga os termos "autos" e "nomos", designando a legislação autorregulada, ou, em outras palavras, a autoria que o indivíduo exerce sobre a direção de sua própria vida. Nesse contexto, a autonomia pode ser analisada tanto em uma dimensão pública, onde todos co-contribuem para a construção da normativa que nos governa, quanto numa dimensão privada, onde o indivíduo tem algum nível de controle sobre o seu próprio destino (BIROLI, 2013)¹⁷⁶. Entretanto, quando falamos de desejos, é imprescindível não desconsiderar o papel do corpo, dos impulsos e dos sentimentos (FOUCAULT, 2005)¹⁷⁷. A autonomia ultrapassa a mera habilidade reflexiva de projetar planos de vida e orientar ações com base neles; ela abarca as condições materiais e culturais, além de superar a mera tolerância, fomentando uma celebração da diversidade. A autonomia, portanto, está intrinsecamente relacionada aos valores socialmente dominantes em um dado momento histórico (BUTLER, 2018, p.40)¹⁷⁸.

¹⁷⁶ A autonomia, no contexto da reflexão de Flávia Biroli (2013) sobre a ressignificação da experiência na teoria política feminista, emerge como um conceito fundamental que se entrelaça com as complexas interações entre a identidade, o corpo vivido e as opressões. A análise desses elementos revela que a autonomia não é apenas a capacidade de agir independentemente, mas também a capacidade de moldar a própria identidade, apesar das influências das estruturas sociais e das normas de gênero. A relação entre autonomia e corpo é evidente na ideia de que o corpo vivido não é uma mera manifestação física, mas uma construção social e cultural. Nesse contexto, a autonomia se manifesta na capacidade de as pessoas reinterpretarem e redefinirem seu corpo de acordo com suas próprias experiências e desejos, em vez de se conformarem às normas de gênero predefinidas. A autonomia permite que as pessoas se afastem da visão masculina tradicional que frequentemente as define e busquem uma autenticidade que reflita sua verdadeira identidade. Já a opressão de gênero, conforme discutida por Biroli, é um obstáculo à autonomia das mulheres, pois impõe limites às suas ações e possibilidades de autodeterminação. No entanto, a autonomia não é anulada pela opressão; ela persiste como uma força que permite às mulheres resistirem e transcenderem essas restrições. A busca pela autonomia envolve desafiar as estruturas de poder e as normas de gênero que perpetuam a subordinação das mulheres, criando espaço para que elas definam suas próprias identidades e vivam de maneira mais livre. Além disso, a noção de autonomia na reflexão de Biroli enfatiza a importância da diversidade de perspectivas e experiências individuais na construção de uma sociedade justa e igualitária. Reconhecer e valorizar a autonomia de diferentes grupos de pessoas, levando em conta suas experiências únicas, é essencial para evitar a reprodução das dinâmicas de opressão. A autonomia, nesse sentido, é vista como um valor normativo que impulsiona a busca por uma sociedade mais inclusiva e democrática.

¹⁷⁷ Michel Foucault enfatiza a importância das práticas sociais na constituição da subjetividade e abre espaço para uma ética na construção das subjetividades, liberando a política do corpo de normatizações científicas.

¹⁷⁸ A autonomia, de acordo com Judith Butler (2018) está intrinsecamente ligada à desconstrução das categorias de gênero e sexualidade predefinidas. Butler argumenta que as identidades de gênero não são inerentes, mas sim socialmente construídas por meio de atos performativos da linguagem e do discurso. A autonomia, portanto, envolve a capacidade de questionar e desafiar as normas de gênero tradicionais, revelando as formas pelas quais essas identidades são construídas e mantidas pelo poder. Além disso, a crítica genealógica proposta por Butler desempenha um papel fundamental na autonomia, ao questionar os sistemas de poder que sustentam as categorias de identidade de gênero e sexualidade. Portanto, a autonomia está ligada à capacidade de problematizar, resistir e desconstruir

Nesse sentido, a moralidade crítica pode assegurar a vivência das escolhas individuais, mesmo quando a maior parte da sociedade ou as instituições religiosas dominantes se opõem a elas (HABERMAS, 1999). Essa moralidade questiona a cultura e práticas estabelecidas, sustentada no princípio de que todas as pessoas merecem igual respeito e consideração, legitimando as escolhas individuais que não infringem os direitos dos outros. No mesmo contexto, vale a pena discutir as limitações do paternalismo e do moralismo dos valores hegemônicos. Compreender que a autonomia e a liberdade requerem ações que vão além da simples ausência de obstáculos externos é fundamental. Elas também envolvem intervenções do Estado para empoderar as pessoas em sua realidade concreta, considerando a corporalidade e animalidade que constituem a experiência humana. Assim, nesse cenário, é notória a relação entre autonomia, liberdades sexuais e liberdade artística (MIGUEL, 2022; SARMENTO, 2022; RAPOSO, 2023). O direito à diversidade sexual e à expressão artística que desafia as normas sociais dominantes é fundamental para uma sociedade verdadeiramente livre e autônoma. Isto é, uma sociedade que valoriza a diversidade, reconhece as múltiplas identidades e permite que a arte sirva como uma ferramenta para a mudança social (HALBERSTAM, 2018, p.80).

A autonomia possui um papel crucial na esfera das liberdades sexuais e artísticas, sendo um elemento determinante na expressão individual. A liberdade sexual está interligada ao direito de cada indivíduo de vivenciar e expressar sua sexualidade de maneira consentida e sem coerção, discriminando ou sendo vítima de violência. Isso implica a liberdade de escolher parceiros, práticas sexuais, identidades de gênero, bem como acesso à educação sexual abrangente e serviços de saúde reprodutiva, conforme observado por Rubin (1984). Já a liberdade artística é fundamental para expressar a criatividade, a imaginação e as ideias individuais. A capacidade de criar, disseminar e apreciar distintas formas de arte - música, literatura, pintura, cinema, entre outras, é intrínseca à autonomia do indivíduo. Neste contexto, é essencial que os artistas tenham liberdade para expressar suas perspectivas e abordar temas controversos, desafiadores ou tabus, sem censura ou restrições excessivas.

No entanto, é importante lembrar que a liberdade não é absoluta e está sujeita a limitações, especialmente quando entra em conflito com os direitos e liberdades de outras pessoas. Como ressaltado pela socióloga Maria Vitoria Benevides (2013, p.10),

as normas de gênero e sexualidade, promovendo uma compreensão mais complexa e fluida das identidades de gênero e da linguagem que as sustenta.

os direitos humanos são interdependentes e indivisíveis, e a autonomia não deve ser usada como desculpa para violar a dignidade ou os direitos de outras pessoas. Por exemplo, a liberdade sexual não justifica a exploração sexual, o abuso ou a violência. A liberdade artística não pode ser usada como uma desculpa para promover o ódio, a discriminação ou a violência. Nesses casos, é necessário encontrar um equilíbrio entre a autonomia individual e a proteção dos direitos e bem-estar de todos os membros da sociedade. É fundamental observar que a liberdade não é absoluta e pode ser limitada, especialmente quando conflita com os direitos e liberdades de outros indivíduos. Dentro deste prisma, a arte *queer* se destaca como uma forma de expressão artística que desafia as normas convencionais de gênero e sexualidade. Esta manifestação, conforme Halberstam (2018), é um modo eficaz de problematizar a heteronormatividade e visibilizar a diversidade e complexidade das identidades de gênero e sexual. Portanto, a arte *queer* se alinha ao exercício da autonomia na medida em que respeita a liberdade de expressão e reconhece a diversidade. Em suma, a autonomia é um pilar para as liberdades sexuais e artísticas. Ela permite que as pessoas tenham domínio sobre suas vidas, escolhas e expressões, desde que não infrinjam os direitos e liberdades de outrem. Ela é um elemento-chave para promover sociedades inclusivas, respeitosas à diversidade e livres¹⁷⁹.

Outra abordagem necessária é sobre as complexidades do paternalismo e o limite do moralismo dos valores hegemônicos. A respeito do paternalismo, é fundamental lembrar a visão de John Stuart Mill (1859), que defendia que a única razão para intervir na liberdade de um indivíduo, contra a sua vontade, é a proteção do próprio indivíduo ou de outros. É o que ele chamava de "princípio do dano". Mill argumentava contra o paternalismo, pois ele negligencia a capacidade do indivíduo de ser um agente moral autônomo. Este conceito é amplamente discutido na teoria política contemporânea. Em relação ao moralismo dos valores hegemônicos, faz-se necessário lembrar as reflexões de Judith Butler (2018), que discute como a imposição de uma norma sexual dominante restringe a liberdade individual e reprime a

¹⁷⁹ Um caso emblemático que condensa esse debate diz respeito à censura imposta pelo Facebook, em 2011, à conta do professor francês Frédéric Durand-Baïssas após este ter publicado em seu perfil a obra "A origem do mundo", pintura a óleo de Gustave Courbet, executada em 1866, que retrata o tronco e o abdômen de uma mulher deitada, com um vestido branco levantado e os seus genitais e um seio a mostra. O caso só veio a ser resolvido em 2019, quando o Facebook concordou fazer uma doação à associação de arte urbana Le Mur, sediada em Paris. PÚBLICO. 2019. Facebook aceita fazer doação a associação de arte depois de ter censurado a vulva de Courbet. 07/08/2019. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2019/08/07/culturaipsilon/noticia/facebook-aceita-doacao-associacao-arte-censurado-vagina-courbet-1882722>>, acessado em 16/11/2023.

diversidade de expressões de gênero e sexualidade. Esta observação está perfeitamente alinhada com o caso mencionado, onde a proibição de uma peça teatral com uma travesti no papel de Jesus Cristo serve como um exemplo flagrante de moralismo limitante¹⁸⁰. Neste panorama, a arte *queer* surge como uma ferramenta de análise importante para questionar as premissas da liberdade artística e de expressão. A liberdade artística e a liberdade de expressão, como discutido por Halberstam (2018), são essenciais para o desenvolvimento humano e para a democracia. Não apenas permitem a expressão de ideias, mas também podem servir como uma forma de resistência e crítica social.

De maneira geral, o debate sobre a autonomia individual, a liberdade de expressão e a arte *queer*, está enraizado na tensão entre a liberdade individual e a necessidade de respeitar os direitos e a dignidade de todos. Trata-se de uma questão complexa que requer uma abordagem sensível, ponderada e consciente, sempre com foco nos princípios de dignidade humana, igualdade e justiça social. Assim, ao avaliar a arte *queer*, não se trata apenas de avaliar a arte em si, mas também a autonomia individual e o desafio às normas e valores dominantes, de modo que se compreenda que a luta pela liberdade de expressão e pelos direitos sexuais são agendas interligadas, como evidenciado no caso do cancelamento da Queermuseu.

b) Direitos e desejos

Ao ponderar sobre direitos e desejos, encontramos origens distintas em suas respectivas gêneses. Direitos são estruturas normativas racionais que atuam como o esteio da sociedade, enquanto desejos são aspectos individuais e únicos, fortemente ligados ao corpo, ao sujeito e às singularidades. Como Deleuze e Guattari (1997, p.68) sugerem em "Mil Platôs", desejos podem brotar tanto de experiências intrínsecas ao corpo quanto de vivências extrínsecas, moldadas pela cultura, ambiente externo e sociedade.

A questão central que emerge da interseção desses dois temas é: como podem eles dialogar, dada a distinção de suas estruturas? Às vezes, direitos e desejos parecem caminhar lado a lado ou até mesmo se cruzar, mas na maioria dos

¹⁸⁰ G1. 2018. Peça "O Evangelho Segundo Jesus, Rainha do Céu" é cancelada no Festival de Inverno de Garanhuns. 01/07/2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pe/caruaru-regiao/noticia/peca-o-evangelho-segundo-jesus-rainha-do-ceu-e-cancelada-no-festival-de-inverno-de-garanhuns.ghtml>>, acessado em 12/10/2023.

momentos, divergem. É evidente que desejos manifestados pelos indivíduos frequentemente encontram-se fora do escopo do direito, por conta da sua rigidez normativa. O direito procura compreender e assegurar igualdade e justiça para todos, porém os sujeitos são diversos e carregam subjetividades distintas.

Se por um lado não é possível reduzir a humanidade a uma equação matemática simples; por outro, a sociedade atual é tão fortemente normatizadora que corpos, sexualidades, vivências e identidades acabam sendo moldados por uma estrutura binária desde a concepção¹⁸¹. A socióloga Berenice Bento (2011, p.551) ressalta que essa experiência instaura um "heteroterrorismo", que pode ser expandido para um "hétero cis-terrorismo" - uma normatização vinculada ao sexo biológico, determinando o comportamento do indivíduo desde o nascimento até a morte¹⁸². No que tange à sexualidade, a normatização dos corpos e desejos pelo Estado e pelo direito é uma prática antiga, já desempenhada pela religião e persistindo atualmente em discursos elaborados que se muito bem poderiam ser enquadrados em uma "ideologia de gênese", a qual proclama a criação de homem e mulher e que estão presentes na diversidade de ideologias que sustentam a normatização do sexo biológico e exigem seu respeito incondicional.

Nesse sentido, o judiciário brasileiro, apesar de conquistas importantes na garantia de direitos, enfrenta o desafio de desconstruir as "caixas" impostas pelo próprio sistema legal. Este sistema é conservador e patriarcal, fundamentado na lógica heteronormativa que favorece o modelo tradicional de família. Um exemplo disso é o direito homoafetivo, que busca desafiar essa visão tradicional, mas encontra dificuldades devido à generalização do direito, que busca igualdade para todos, ignorando as singularidades dos sujeitos em suas subjetividades.

¹⁸¹ Os pesquisadores da educação Dilton Couto Junior, Ivan Amaro, Renato Romeritto e Ruann Ruani (2020), ao analisarem vídeos de "chás de revelação" publicizados no YouTube, refletem sobre como essas celebrações enquadram os corpos infantis em categorias binárias e estáticas, destacando a necessidade de questionar tradições culturais que perpetuam estereótipos de gênero desde a infância. Isso questiona a normatização dos corpos e gêneros na sociedade, evidenciando a insistente correlação entre "menino veste azul" e "menina veste rosa", que demarca uma normatização binária. A pesquisa destaca a imprevisibilidade dos modos de ser e estar no mundo das crianças, que nem sempre se alinham com as expectativas heteronormativas.

¹⁸² Heteroterrorismo, termo cunhado por Berenice Bento (2011, p.551) refere-se a um conjunto de opressões estruturais que perpetuam violências verbais e físicas contra dissidências de gênero e sexualidades. Isso envolve anulação, silenciamento e apagamento social desses corpos, constituindo um projeto social que busca produzir corpos "normais" e se espalha além das fronteiras escolares. Por sua vez, Judith Butler (2018) discute como o sistema sexo/gênero não se resume ao cultural versus natural, mas é uma construção que define a inteligibilidade dos corpos na sociedade. Corpos dissidentes são submetidos à abjeção, desumanização e terrorismo constante, especialmente no ambiente escolar, onde as normas hegemônicas excluem e marginalizam (BENTO, 2011, p.558).

Em última análise, conciliar direitos e desejos é uma tarefa complexa. Para estabelecer um diálogo eficaz entre esses dois domínios, é necessário repensar o direito, questionar sua rigidez normativa e reconhecer a diversidade de desejos e identidades presentes na sociedade. Contribuição intrínseca proporcionada pela Queermuseu em seu debate na arena pública.

c) *Contrastes*

A reflexão do pensamento feminista da antropóloga Ochy Curiel (2011, 2013) ressalta a realidade de que, em sua maioria, o Estado estrutura-se para atender à heteronormatividade. Isso se manifesta de maneira enfática nas instituições, legislações e políticas públicas, que frequentemente negligenciam pessoas com identidades de gênero e orientações sexuais divergentes da norma (CURIEL, 2013, p.27). Esta é uma prova clara da limitação na diversidade de pensamento dos legisladores, que são predominantemente heterossexuais, brancos e de classe alta. De acordo com o constitucionalista Daniel Sarmiento (2022), esta realidade necessita não apenas de mudanças culturais, mas também de uma reestruturação. Nesse sentido, é essencial que mecanismos diversos, como a participação social, as manifestações, a liberdade de expressão e a arte engajada¹⁸³ sejam utilizados para reverter este cenário. Nesse sentido, a arte, e mais especificamente a arte *queer*, tem um papel crucial, pois carrega consigo a capacidade de promover reflexão e mudança de comportamento através do apelo emocional (HALBERSTAM, 2018)¹⁸⁴.

No contexto brasileiro, há uma necessidade crítica de se aprofundar na questão das políticas públicas que negligenciam as necessidades da comunidade LGBT. Esta falta de foco se reflete, por exemplo, na ausência de dados oficiais sobre violência contra pessoas LGBT, o que demonstra a falta de empenho do Estado em abordar de forma eficaz a questão (CNJ, 2022, p.16). A precariedade na produção de dados está diretamente ligada à falta de reconhecimento das demandas e direitos da comunidade LGBT, um indicativo da negligência do Estado em enfrentar a violência e discriminação que esta comunidade sofre, reforçando a invisibilidade e a vulnerabilidade destas pessoas.

¹⁸³ Ver Napolitano (2011, p.26).

¹⁸⁴ Vale notar que a arte também pode ser manipulada por regimes autoritários para solidificar suas estratégias de poder (MELO, 2022).

A persistência dessas desigualdades também pode ser explicada pela presença de narrativas ilusórias que vendem uma imagem falsa do Brasil como um país cordial, amável e inclusivo (SCHWARCZ, 2019). Os movimentos sociais, neste aspecto, têm sido fundamentais para dismantelar essas narrativas e expor as verdadeiras desigualdades e violências sofridas (CARRARA, 2019, p.454). Além disso, outras razões contribuem para a persistência da violência contra pessoas LGBT no Brasil. Aspectos culturais e religiosos que incitam a intolerância, a ausência de uma educação sexual adequada que englobe a diversidade sexual e de gênero, e a subnotificação da violência contra pessoas LGBT são aspectos cruciais que devem ser abordados. Apesar de alguns avanços positivos nos últimos anos, ainda há muito a ser feito para garantir a cidadania, a segurança e o bem-estar das pessoas LGBT em todas as esferas da vida no Brasil.

A relação entre nacionalidade, regulação do desejo, orientação sexual e identidade de gênero destaca a complexidade das dinâmicas sociopolíticas na cidadania¹⁸⁵. A arte, sobretudo a *queer*, amplia essa compreensão não apenas como forma de expressão, mas também como ferramenta cidadã. Ao garantir a liberdade artística, fortalecemos o debate público e reconhecemos a pluralidade cidadã. Nesse contexto, o cruzamento proposto neste trabalho entre arte e cidadania revela reflexões essenciais para a compreensão de nossa sociedade contemporânea. A arte propõe diálogos significativos sobre as complexas relações humanas e afetivas, questionando visões estereotipadas e higienizadoras. A polêmica exposição "Queermuseu" exemplifica a necessidade de resistir à censura e garantir a liberdade de expressão

¹⁸⁵ O conceito de cidadania, conforme abordado por Murilo de Carvalho em "Cidadania no Brasil - O Longo Caminho," edição de 2002, é analisado sob três dimensões: direitos civis (liberdade, propriedade, igualdade perante a lei), direitos políticos (participação na governança, como o voto) e direitos sociais (educação, trabalho, saúde etc.). O autor destaca que no Brasil essas dimensões não seguiram uma sequência cronológica clara. Carvalho argumenta que, no Brasil, os direitos sociais foram introduzidos antes dos civis e políticos, principalmente na década de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas. Isso resultou em uma cidadania inconclusa, onde a posse de um tipo de direito não garantiu automaticamente o acesso a outros, bem como a falta de pleno exercício de todos os direitos pelos cidadãos contribuiu para essa inconclusão. A política nacional frequentemente se desviou da democracia, com líderes autoritários ganhando poder, uma vez que a população não estava acostumada a exercer seus direitos de forma eficaz. Carvalho também observa que, após a redemocratização em 1985, houve avanços na recuperação de direitos civis, mas muitos brasileiros ainda enfrentam dificuldades para acessar todos os aspectos da cidadania devido à desigualdade social persistente. O autor conclui que a garantia de um tipo de direito, como liberdade de pensamento ou voto, não assegura automaticamente outros direitos, como segurança e emprego. Isso resultou em uma cidadania incompleta no Brasil, onde a garantia de direitos civis ou políticos não resolveu efetivamente os problemas sociais do país. A obra destaca que as mudanças rápidas na economia internacional também ameaçam a cidadania, uma vez que exigem uma redução do tamanho do Estado, que historicamente promoveu direitos dos cidadãos.

artística, evitando restrições prejudiciais ao acesso público e à abertura do debate. O verdadeiro desafio reside em transgredir essas barreiras, utilizando a arte como uma plataforma para promover uma visão mais abrangente e inclusiva das relações humanas a partir da compreensão das diferenças de classe, raça, gênero e sexualidade que permeiam a diversidade humana. É assim que podemos contribuir para a construção de uma cidadania plena, diversa e respeitosa, especialmente em uma sociedade onde as estruturas e a política são frequentemente concebidas e moldadas por uma ótica binária e patriarcal. Nessa perspectiva, a arte transcende seu papel meramente individual de expressão, tornando-se uma poderosa ferramenta de engajamento e transformação social.

2.4. Faltou *queer* na Queermuseu?

a) *A Recepção do Queer no Brasil e seus Problemas*

De acordo com Richard Miskolci (2011), a primeira abordagem do *queer* no Brasil foi feita por pesquisadores universitários que estavam em contato com a leitura acadêmica norte-americana, especialmente os textos de Judith Butler¹⁸⁶. Essa recepção inicial, portanto, teve caráter acadêmico e ocorreu em diálogo com pesquisadores norte-americanos que também exploravam movimentos de gênero e dissidências sexuais, como o Queer Nation e o Act Up¹⁸⁷, em um contexto marcado pelo impacto da AIDS e pela assimilação e normalização dessas dissidências (MISKOLSCI, 2011, p.37).

No entanto, mesmo que alguns pesquisadores brasileiros apontem para a existência de teóricos, obras e movimentos *queer* no Brasil antes mesmo do uso explícito desse termo, a verdade é que o primeiro grupo a adotar abertamente esses termos foram pesquisadores universitários em trânsito, muitos deles envolvidos em intercâmbios e pós-doutorados¹⁸⁸. Eles estavam em contato direto com a leitura acadêmica norte-americana e absorveram os debates e conceitos que emergiam desse contexto intelectual. Miskolsci dirá que:

Diferentemente do que se passou nos Estados Unidos, no Brasil os questionamentos e problematizações queer adentraram primeiro pela universidade. Em nosso país, a recepção da Teoria Queer provavelmente se iniciou no final da década de 1990 com a leitura da obra de Judith Butler na área dos estudos de gênero e sexualidade. O marco de nossa incorporação criativa do queer pode ser estabelecido em 2001, quando Guacira Lopes Louro publicou, na Revista Estudos Feministas, o artigo Teoria Queer: uma política pós-identitária para a educação. A partir daí, o interesse por essa vertente teórica tem sido crescente e ganhado visibilidade em várias disciplinas, o que o dossiê

¹⁸⁶ Teresa de Lauretis, considerada a primeira pessoa a utilizar o termo queer dentro da academia em 1991, afirmou que os estudos queer surgiram nos anos 90 como uma forma de combater a homogeneização dos estudos lésbicos e gays. No entanto, a positivação do insulto "queer" e a transformação da abjeção em iniciativa política ocorreram muito antes, na década de 70, pelos movimentos de dissidência sexual nos Estados Unidos (MISKOLCI, 2007).

¹⁸⁷ A Queer Nation foi fundada em 1990 na cidade de Nova York por quatro ex-membros da ACT UP (Aids Coalition to Unleash Power) que buscavam focar em uma gama mais ampla de questões queer além da crise da Aids. A ACT UP era um grupo de ativismo contra a Aids criado em 1987, que empregou ação direta, táticas políticas e negociações diretas para provocar mudanças na legislação, nas práticas e nas políticas de tratamento médico em resposta à crise da Aids. A Queer Nation era conhecida por suas táticas de ação direta e postura antiassimilação, sendo um dos primeiros grupos a se apropriar da palavra "Queer". O grupo tinha filiais em várias cidades dos EUA, incluindo Atlanta, Denver, Houston, Portland e São Francisco. Seu grito de guerra popular, "Chegamos! Nós somos gays! Acostume-se com isso!", tornou-se um símbolo de resistência.

¹⁸⁸ Vale ressaltar que não há ainda uma obra ou pesquisa que tenha analisado a recepção da teoria queer no Brasil por completo.

Sexualidades disparatadas, publicado na revista cadernos pagu em 2007, já indicava (MISKOLCI, 2011, p.38).

No campo da arte, a discussão central tem se voltado para a abordagem crítica da heteronormatividade e, mais recentemente, da cis-heteronormatividade, influenciada pelos estudos trans feministas¹⁸⁹. Ao considerar o corpo como um território constantemente sujeito a desterritorializações e reterritorializações, a análise das representações corpóreas na arte tem se tornado um objeto em foco. Como o corpo é historicamente e culturalmente definido como um "território de onde e para onde emergem sempre outras e novas dúvidas, questionamentos, incertezas, inquietações" (GOELLNER, 2013, p. 32), é fundamental discutir como as representações do corpo nas obras de arte estão sujeitas a processos de desterritorialização e reterritorialização, conforme conceitos de Deleuze e Guattari (DELEUZE; GUATTARI, 2014).

A desconstrução, conforme discutida pela filósofa Carla Rodrigues (2009), enfatiza a importância de reconhecer o corpo como território e tratar suas representações como algo temporário, evitando a imposição de um novo paradigma. A fuga, na perspectiva de Deleuze e Guattari (1997), não implica necessariamente no abandono do território, mas sim na busca por novas potências e formas de desterritorialização e reterritorialização. Assim, os estudos *queer* no campo das artes frequentemente tem se conectado com os debates pós-coloniais e às teorias interseccionais. A perspectiva decolonial (MISKOLCI, 2007; PELÚCIO, 2012; PEREIRA, 2015) tem questionado as relações de poder e os discursos hegemônicos que moldam as representações artísticas e culturais sobre os corpos. Através dessa perspectiva, é possível explorar as interseções entre a arte *queer* e as questões de raça, etnia e colonialismo, desafiando assim as narrativas dominantes e ampliando o alcance das reflexões sobre a identidade e a subjetividade *queer* na arte. Nesse sentido, a arte *queer* não deve ser vista como um paradigma fixo, mas sim como um movimento constante que evolui ao longo do tempo. Ao reconhecer que os estudos *queer* abrangem uma variedade de perspectivas e abordagens, não se limitando a

¹⁸⁹ A pesquisadora Jaqueline Gomes de Jesus (2014, p.243) descreve o transfeminismo, também conhecido como feminismo transgênero, como uma corrente de pensamentos e práticas feministas que questiona a tradicional subordinação do gênero à biologia. Originado nos Estados Unidos, ganhou visibilidade nas discussões feministas e de gênero na América Latina, especialmente através das redes sociais. Essa perspectiva surge como resposta à abordagem essencialista do feminismo, que muitas vezes associa o gênero à biologia. O transfeminismo busca desconstruir estereótipos de gênero e promover a aceitação da diversidade de identidades de gênero.

uma única visão teórica, mas englobando uma diversidade de ativismos e reflexões que se entrelaçam no exame crítico das representações de gênero e sexualidade na arte como um todo, é válido considerar esses estudos no plural, como "estudos e teorias *queer*", a fim de reconhecer a multiplicidade e as diferentes maneiras pelas quais essa temática pode ser abordada.

Essas considerações são relevantes para compreender a recepção do *queer* no Brasil, pois a partir dessa primeira abordagem acadêmica foi que o termo passou a ser utilizado em diversos campos, especialmente nas artes. É necessário destacar que a recepção do *queer* no Brasil não se restringiu apenas ao âmbito acadêmico, mas também envolveu movimentos sociais e culturais que se apropriaram desses conceitos para reivindicar espaços de visibilidade (LOURO, 2011, p.543).

Para compreender essa primeira recepção do *queer* no Brasil, é recomendada a leitura do trabalho do historiador Fernando José Benetti (2013), como seu TCC intitulado "A Bicha Louca Está Fervendo". Esta pesquisa é importante para rastrear as primeiras publicações de pesquisadores brasileiros, que ocorreram na segunda metade dos anos 90, por volta de 1995, quando eles começaram a falar explicitamente sobre teoria *queer*. Um dos questionamentos iniciais dizem respeito justamente sobre a potência do *queer* e da própria palavra "cui" no contexto sul-americano. Em um texto intitulado "Como Traduzir a Teoria Queer para a Língua Portuguesa", Mário Lugarinho (2001) afirmou que é necessário que os pesquisadores reinterpretassem, reelaborassem e desconstruíssem o *queer* no Brasil. Em outro texto, intitulado "Os Efeitos Políticos-Culturais: A Tradução do Queer na América Latina", do chileno Juan Pablo Sutherland (2014), além de problematizar o uso da palavra *queer* no contexto hispânico, são apontadas algumas derrotas e problemas na recepção do *queer* no contexto latino-americano.

Esses primeiros pesquisadores que buscaram responder às críticas de que a teoria *queer* era colonizadora, acabaram colonizando a reflexão e os ativismos dissidentes locais ao entenderem e nomearem as nossas dissidências como *queer*. Isso resultou no silenciamento de outras epistemologias existentes, quando tudo passou a ser rotulado como *queer*. O pesquisador Mateus Santos (2016) utiliza o termo "genocídio epistemológico" para descrever o impacto da recepção do *queer*. Isso levanta questões importantes sobre quais epistemologias, contextos sociais, ativismos e micropolíticas estamos sufocando, matando ou silenciando ao afirmarmos que algo ou alguém é *queer*, quando essas próprias epistemologias nem mesmo

reconheciam a si mesmas como tal. Um exemplo desse fenômeno é quando mencionamos o Lampião da Esquina, um jornal brasileiro que transformou o insulto "bicha" em um lugar de enunciação política. Ao atribuímos essa ação ao *queer*, podemos estar silenciando o diálogo que já existia naquele momento com o movimento negro, bem como atribuindo a procedimentos próprios do movimento negro, do movimento feminista e do movimento LGBT. Ou seja, estamos colocando isso como uma inovação *queer*, quando na verdade já existia o processo de pegar um insulto e transformá-lo em ação política.

Na academia, o *queer* tem oscilado entre uma visão problematizadora de si mesmo e uma visão colonizadora, que passa a enxergar procedimentos epistemológicos e experiências dissidentes como supostas inovações *queer*. Também é relevante refletir sobre o desejo constante do *queer* de se apresentar como algo novo, como a novidade que traz "o primeiro Congresso *queer*", "a primeira performance *queer*", "a primeira exposição *queer*", entre outros. Essa característica de sempre inventar a roda das reflexões e dos ativismos dissidentes de gênero e sexualidade merece investigação, embora não haja uma resposta definitiva no momento. No contexto das tensões com o movimento LGBT, é recomendado o trabalho do professor Leandro Colling (2015), intitulado "Que os outros sejam o normal", onde ele analisa a recepção do *queer* no Brasil, Chile, Argentina, Portugal e Espanha. Essa obra pode auxiliar na compreensão da recepção do *queer* nesses diferentes contextos e países. O trabalho do professor Leandro Colling mostra como a teoria *queer* foi inicialmente mal compreendida e muitas vezes vista como uma ameaça de desmobilização política, especialmente quando começou a problematizar perspectivas assimilacionistas dentro do movimento LGBT institucionalizado, que muitas vezes se tornaram braços ou extensões do Estado. Houve, portanto, uma rejeição inicial. O trabalho de Colling também é importante para destacar as aproximações e tensões ainda presentes hoje entre o movimento LGBT e os ativismos de dissidência sexual.

Enquanto isso, no movimento social, especialmente no mais institucionalizado, houve um distanciamento das questões *queer*. Essa diferença na recepção é um dado importante que será retomado posteriormente. Em outras abordagens, é possível fazer uma leitura *queer* ou identificar características *queer* em trabalhos artísticos, literários e teóricos anteriores. No entanto, é importante exercer cautela ao nomear essas produções como *queer*, pois isso também pode ser uma forma de pacificação.

Há uma diferença sutil, mas importante, entre dizer que algo é *queer* e fazer uma leitura *queer* de determinados procedimentos.

No campo da arte, há uma problemática em relação à utilização do termo *queer* como sinônimo de LGBT no contexto brasileiro. É fundamental compreender o *queer* como uma perspectiva estética e política, um gesto de ruptura dissidente em relação às normas de gênero e sexualidade e nesse sentido precisamos reconhecer que nem todo indivíduo LGBT é politicamente dissidente. A apropriação do termo *queer* como sinônimo de LGBT revela dois procedimentos problemáticos. Em primeiro lugar, há uma tendência em adotar a terminologia *queer* sem compreender que as normatividades e hierarquias, mesmo dentro da comunidade LGBT, não deveriam ser perpetuadas em uma perspectiva *queer*. Essa apropriação superficial do termo acaba perdendo a sua essência disruptiva e transformadora. Em segundo lugar, essa apropriação pode ser entendida como uma estratégia para evitar tensões que outros termos poderiam trazer. O uso do termo *queer* cria uma aparência de cientificidade e neutralidade, diferentemente do que ocorreria se utilizássemos termos mais específicos como "estudos gays", "estudos lésbicos", "estudos trans" ou "estudos feministas". Essas últimas denominações poderiam ser consideradas conservadoras por alguns acadêmicos que buscam uma postura engajada e crítica, mas que também prezam pela cientificidade em suas abordagens.

b) Queer e a Queermuseu: reflexões sobre encontros e desencontros.

Retomando a discussão sobre a Queermuseu, seria notável a ausência de elementos *queer* nas obras que compuseram a exposição? Alguns críticos da exposição diriam que embora algumas obras abordassem questões relacionadas à sexualidade e ao gênero, em geral elas não adotavam uma perspectiva *queer* em sua execução, uma vez que a estética *queer* vai além da mera representação de identidades LGBT ou de temáticas homoafetivas. Ela envolve, conforme a pesquisadora e curadora Rosa María Blanca (2017, p.95), uma abordagem estética e política que busca questionar e subverter as normas sociais e as hierarquias impostas em relação à sexualidade e ao gênero. Essa estética, para Halberstam (2018), procura explorar novas formas de expressão artística, desestabilizando as categorias e as expectativas normativas estabelecidas. No entanto, as obras com representações LGBT muitas vezes são estereotipadas ou limitadas por visões binárias e de

identidades fixas, o que não está alinhado com a proposta *queer* de subversão e ruptura.

Nesse sentido, é crucial diferenciar a arte que aborda temáticas relacionadas à sexualidade, gênero e suas interseccionalidades da estética *queer*, que busca uma abordagem performática e política de ruptura e dissidência. A estética *queer* não se limita à representação da identidade LGBT em obras de arte, mas sim procura desafiar as normas sociais e culturais estabelecidas, muitas vezes por meio de uma expressão artística provocadora e subversiva. Portanto, nem toda arte LGBT pode ser considerada como parte da estética *queer*. É fundamental reconhecer essa distinção para uma análise mais precisa e contextualizada das obras. Nesse sentido, vale ressaltar que essa discussão tem evoluído ao longo do tempo no campo da arte e, por isso, talvez seja importante ressaltar, mesmo que brevemente, como exposições tem oferecido uma visão da evolução sobre essa discussão ao longo das últimas décadas.

Como destaca a pesquisadora Anna Weick (2010), a exposição "A Lesbian Show," com curadoria da artista visual lésbica Harmony Hammond, lançada em janeiro de 1978, em Nova York, desempenhou um papel fundamental ao dar início ao movimento de visibilidade da presença lésbica no mundo da arte. "A Lesbian Show" foi a primeira exposição de arte identificada como lésbica nos Estados Unidos e serve como um estudo de caso do ativismo LGBT e da expressão *queer* em um contexto hostilmente heteronormativo. A exposição destacou a ética centrada nas mulheres e os esforços para estabelecer uma rede focada nas mulheres no mundo da arte. Além disso, contextualizando a exposição dentro das tendências sociais da época, como a liberação gay, o feminismo radical e as teorias pós-modernas, podemos entender melhor sua dinâmica e como ela conseguiu funcionar apesar do sexismo e heterossexismo predominantes naquele contexto histórico.

Em 1982 foi a vez da exposição "Extended Sensibilities: Homosexual Presence in Contemporary Art", com curadoria de Daniel J. Cameron. Realizada em 1982, no *New Museum* de Nova York (EUA), embora tenha se concentrado em obras que nem sempre eram abertamente homoeróticas, foi a pioneira entre os principais museus ao reivindicar a exibição de arte homossexual. Apesar das advertências de que essa exposição poderia ser sua última, Cameron organizou a exposição quando a maioria das pessoas no mundo da arte optava por permanecer "no armário". A exposição, conforme analisa a pesquisadora Sarah Peskin (2018, p.26) foi uma das primeiras grandes exposições a instigar a promoção de diálogos sobre a presença homossexual

no mundo da arte contemporânea e, mesmo com recursos limitados, possibilitou a Cameron explorar a presença multifacetada da comunidade homossexual em um mundo artístico heteronormativo. A exposição desafiou a concepção tradicional da identidade e promoveu uma discussão sobre como os artistas podem escapar das normas heteronormativas para comunicar uma representação mais autêntica da homossexualidade por meio de linguagens visuais críticas.

As exposições dos anos 90 continuaram a dar visibilidade à arte LGBT e a abordar questões *queer*, como a "All but the obvious: a program of Lesbian Art" (Los Angeles, 1992), "Gender, fucked" (Seattle, 1996) e, conforme Blanca (2010, p.96), a "'Biennial Exhibition' do *Whitney Museum of American Art*, em 1993, apresentou trabalhos significativos como o da artista lésbica Sadie Benning, e onde Robert Mapplethorpe mostrou fotografias de gays afro-estadunidenses nus, discutindo questões étnico-raciais em arte contemporânea".

Em sua cartografia sobre a arte *queer* no século XXI, Blanca (2010) apresenta uma série de exposições que têm contribuído para o campo da arte *queer*, como a "Queer is Here," realizada no Museu de Londres em 2006, a qual buscou marcar e celebrar as vidas e realizações da comunidade LGBT, ao mesmo tempo que questionava as normas de gênero e sexualidade; a exposição "Queer Threads: Crafting Identity and Community", iniciada no *Maryland Institute of Art*, em 2014, e finalizada no *Boston Center for the Arts*, em 2016, que explorou a interseção entre arte têxtil e identidade, destacando uma variedade de formas de expressão da população e artistas LGBT. Por sua vez, a "Queer British Art 1861 - 1967", realizada no *Tate Britain*, Reino Unido, em 2017, apresentou obras que ajudaram a construir uma narrativa da história britânica a partir de uma perspectiva *queer*, celebrando uma variedade de identidades e experiências. Já a exposição "FOUND: Queer Archaeology; Queer Abstraction", ocorrida no *Leslie-Lohman Museum of Art*, em Nova York, 2017, explorou a identidade *queer* por meio da abstração, oferecendo uma perspectiva sobre como os artistas podem abordar temas *queer*.

Já o curador Patrick Steorn (2012), oferece reflexões na interpretação, exposição e organização sobre duas exposições realizadas em Estocolmo, na Suécia, em alusão à EuroPride 2008: "Queer: Desire, Power and Identity", no *National Museum of Fine Arts*, e "Show yourself!", no *Nordic Museum*, as quais, ao tensionar o papel dos museus na perpetuação de narrativas heteronormativas, desafiaram as

fronteiras das narrativas tradicionais nacionalistas, evolucionistas e patriarcais que cercam os museus tradicionais.

Essas exposições refletem a diversidade e a evolução contínua da arte e seu diálogo com as temáticas LGBT e *queer* ao longo do tempo. Mesmo que produzidas sob a perspectiva do norte global, elas contribuem na tentativa de fazer uma distinção entre a temática LGBT e a estética *queer*.

No contexto da Queermuseu, a fim de realizar uma análise crítica adequada das obras, considerando seu contexto e intenções artísticas, uma obra bastante interessante é o "Halterofilista", criada por Fernando Baril na década de 1980. Embora seja considerada um marco da arte *queer* brasileira, é importante observar que essa obra não apresenta uma textualidade *queer*, mesmo abordando temáticas relacionadas à identidade *queer* e à epidemia de HIV/aids, que analisaremos mais adiante. A pintura retrata a figura de um halterofilista, com seu corpo musculoso e imponente, que remete à cultura do corpo e à busca pela perfeição física. Nesse sentido, o corpo do halterofilista pode ser interpretado como uma representação da masculinidade idealizada e da valorização da aparência física. No entanto, ao considerar o contexto histórico em que a obra foi produzida, surge uma camada adicional de significado. A década de 1980 foi marcada pelo surgimento e disseminação da epidemia de HIV/aids, que afetou principalmente a comunidade LGBT. Nesse contexto, a presença do halterofilista na obra de Baril adquire uma dimensão simbólica relacionada à estigmatização do corpo masculino como um lugar de vulnerabilidade à doença. O corpo musculoso, que poderia ser visto como um símbolo de força e virilidade, também pode ser interpretado como um corpo vulnerável e exposto à ameaça da epidemia. A obra "Halterofilista" nos convida a refletir sobre as interseções entre arte, *queer* e a epidemia de HIV/aids. Ela evidencia as contradições e complexidades da identidade *queer* nesse contexto histórico, questionando as normas de gênero e sexualidade e expondo as vulnerabilidades e estigmas associados à comunidade LGBT.

Dentro do campo da arte, certamente existem exceções, mesmo entre as obras produzidas por artistas LGBT ou com temática LGBT. No entanto, é importante ressaltar que o que a academia entende e o que é comercializado como arte LGBT não corresponde, de fato, à perspectiva *queer*. Talvez seja mais adequado dizer que essas obras apresentam abordagens estéticas e temáticas que dialogam com os estudos *queer*, em vez de rotulá-las como arte *queer*, como talvez seja o caso da

própria Queermuseu. Afinal, se o *queer* representa uma ruptura das hegemonias de gênero e sexualidade, é necessário considerar sempre um contexto específico de tempo e espaço. É difícil que essas rupturas sirvam a qualquer tipo de cultura e se mantenham indefinidamente como rupturas ao longo do tempo sem estabelecer novas normatividades.

Portanto, se o *queer* é contra a norma e o normal, ele precisa estar constantemente desterritorializado, desconstruindo-se novamente. Aqui, acredita-se que a diferença sutil reside em ter uma perspectiva, em estar em constante devir, em vir a ser, e não em ser uma identidade fixa. Um exemplo disso é a própria Queermuseu, que, ao abordar o tema *queer*, é possível questionar se havia uma representação autêntica do que é considerado *queer* ali. A análise das obras dessa exposição pode nos levar a refletir sobre a relação entre arte e estudos *queer*. Ainda que algumas das obras apresentem temáticas relacionadas à identidade *queer*, é necessário avaliar se essas obras incorporam efetivamente a estética *queer* em sua execução. Como mencionamos, a estética *queer* não se restringe apenas à representação de identidades LGBT ou a temáticas homoafetivas; ela busca uma ruptura com as normas estabelecidas e uma transformação das estruturas sociais que regem a sexualidade e o gênero.

Nesse sentido, a utilização do termo *queer* como sinônimo de LGBT pode limitar e simplificar a complexidade desse campo teórico e artístico. A diversidade de perspectivas e abordagens presentes nos estudos e teorias *queer* mostra que o campo vai além de uma única definição ou interpretação. É necessário reconhecer e valorizar a multiplicidade de vozes e experiências presentes nesse debate. Assim, uma análise mais aprofundada e contextualizada da arte e dos estudos *queer* nos permite compreender a complexidade e a riqueza desse campo, assim como a importância de manter a abertura para novas interpretações e perspectivas. Ao analisarmos a produção científica relacionada ao tema, podemos aprofundar o debate sobre a exposição Queermuseu e suas abordagens artísticas, isto é, podemos levantar questionamentos sobre o grau de autenticidade e engajamento com os ideais *queer* presentes nas obras. A falta de representatividade *queer* em Queermuseu pode ser compreendida à luz das discussões acadêmicas sobre a apropriação, a cooptação e a comercialização de temas e identidades *queer* na arte. É essencial considerar o contexto específico da exposição, incluindo sua curadoria, o espaço onde foi realizada e as pressões externas que possam ter influenciado na seleção e exibição das obras.

É importante destacar que a arte *queer* não pode ser reduzida a uma única exposição ou evento, mas sim a um movimento mais amplo. Ao analisarmos criticamente a exposição Queermuseu, devemos levar em conta as vozes e perspectivas diversas que emergem dos estudos acadêmicos sobre a arte *queer*, bem como as experiências e vivências das comunidades LGBT. Em última análise, é fundamental que o debate em torno da exposição Queermuseu vá além das críticas superficiais e explore de forma mais aprofundada os aspectos conceituais, políticos e éticos relacionados à representação *queer* na arte contemporânea. O diálogo entre a produção científica e as práticas artísticas é fundamental para uma compreensão mais abrangente e crítica da arte *queer* e suas manifestações.

Não se pretende generalizar novamente, uma vez que existem algumas exceções. No entanto, as considerações de alguns pesquisadores sobre questões de lugar de fala, representatividade e trânsito nas artes são motivo de preocupação para qualquer pessoa ativista ou pesquisadora que dialoga com o *queer*. A partir desse exemplo, busca-se expressar a importância de pensar no *queer* em um tempo e espaço específico, levando em consideração a possibilidade de que o que é definido como *queer* esteja estabelecendo novas normatividades.

Ao analisar a existência de uma arte *queer* no Brasil, quais conclusões podem ser alcançadas? Essa arte *queer* seria predominantemente cisgênera? Masculina? Branca? E seria produzida principalmente nas regiões Sul e Sudeste do país? Essas são perguntas que também podem ser constatações. Talvez essas indagações ou constatações se apliquem também à exposição Queermuseu. Existe uma diferença entre a arte *queer* presente na exposição e o que ocorre fora dela, nos espaços ao redor do museu. Ao contabilizar, por exemplo, cerca de 80 pesquisadores, expositores ou artistas participantes da Queermuseu, algumas categorias foram observadas. Dessa forma, se a arte *queer* exposta expressasse algo, provavelmente confirmaria que é predominantemente cisgênera, branca e produzida nas regiões Sul e Sudeste. No entanto, é importante ir além das observações superficiais e aprofundar a análise da arte *queer* no Brasil. É necessário considerar a diversidade de experiências, vivências e expressões presentes na produção artística *queer* em todo o país. Ao explorar as obras e artistas fora do contexto da exposição, é possível encontrar vozes marginalizadas, narrativas subversivas e formas de resistência que desafiam as normas hegemônicas de gênero, sexualidade e raça. Ao questionar a representatividade da arte *queer* e sua distribuição regional, é preciso levar em conta

as estruturas de poder, os sistemas de exclusão e as desigualdades presentes na sociedade brasileira. Esses elementos influenciam a produção, a visibilidade e o acesso à arte *queer*, contribuindo para a reprodução de dinâmicas de marginalização.

Portanto, é fundamental ampliar o olhar e valorizar as vozes e perspectivas diversas dentro da arte *queer* brasileira, proporcionando espaço e visibilidade a artistas de diferentes identidades de gênero, orientações sexuais, etnias e origens geográficas. Essa questão foi deficitária na Queermuseu e nos leva a crer que não existe uma exposição *queer* em si, assim como não há uma arte *queer* em si. O *queer* é sempre uma relação que não pode ser reduzida a um conjunto fixo de obras ou artistas, mas depende diretamente das possíveis fraturas e fissuras que ele é capaz de causar em um contexto específico, econômico, político e sexual.

c) *Queering a conjuntura*

O questionamento sobre a relação entre a arte em exposição e o espaço do museu, em especial no contexto da Queermuseu, suscita importantes discussões. Entre as interrogações surgidas, podemos questionar a ausência de elementos *queer* na arte exposta. Poderia essa aparente lacuna ser atribuída à falta de compreensão do *queer* ou à escassez de um vocabulário adequado para identificá-lo? Um possível confinamento do *queer* no espaço delimitado do museu, na perspectiva de alguns, poderia estar anulando a sua característica subversiva de constante autoconstrução. A perspectiva de que a maioria dos visitantes não vivenciou a ruptura esperada ao apreciar as obras artísticas, especialmente na Queermuseu, sublinha a relevância do papel do curador como mediador (PINTO, 2012).

Os estudos *queer*, que guardam paralelos com os estudos marxistas (FLOYD, 2014; REBUCINI, 2019)¹⁹⁰, invocam a frase de Marx sobre a história se repetindo, primeiro como tragédia, depois como farsa. Essa noção de repetição se torna crucial ao lidar com formas de *queer* que, ao desafiar a concepção tradicional de beleza,

¹⁹⁰ O marxismo *queer* é uma abordagem que procura conectar duas tradições aparentemente distintas: o marxismo e as teorias *queer*. Isso desafia a ideia de exclusividade mútua entre esses paradigmas, historicamente enraizada em razões complexas. A oposição epistêmica entre o marxismo e as teorias *queer* é interessante, já que o primeiro busca uma análise de totalidade, enquanto o segundo enfatiza a fragmentação. No entanto, o marxismo *queer* tenta unir essas aspirações à totalidade com as críticas *queer* à normalização e à opressão. Essa convergência aprofunda a análise das conexões históricas entre capitalismo e sexualidade, destacando como o poder de normalização está entrelaçado com o capitalismo. O diálogo produtivo entre esses paradigmas pode enriquecer análises críticas em ambos os campos, desafiando a oposição estática entre totalidade e diferenciação e reconhecendo sua coexistência e complementaridade.

inspiram o público a reavaliar o mundo por um novo prisma. Apesar disso, a resistência do público a tais inovações, enfatizando a avaliação estética em detrimento do significado mais profundo da obra (DONDIS, 2003, p. 31), indica o desafio na curadoria de arte de equilibrar a necessidade de engajamento total do público e a possível resistência devido a preconceitos subjacentes ou incapacidade de se engajar plenamente com a obra (COCCHIARALE, 2006). Esse aspecto está relacionado ao conceito de genocídio do pensamento e epistemicídio¹⁹¹, cunhado pela filósofa Sueli Carneiro (2005), que se refere à anulação e invisibilização de expressões culturais e identidades na arte e na sociedade. A evolução da linguagem e dos termos para identificar indivíduos que desafiam as normas de gênero exemplifica esse fenômeno. Quando o termo "travesti" surgiu, a palavra indicava apenas o uso excessivo de roupas. No Brasil, esse termo foi apropriado e usado para se referir a pessoas que desafiavam as normas de gênero e depois ressignificado pelo movimento trans¹⁹².

O termo "*queer*", originalmente um insulto nos Estados Unidos, foi reapropriado por teóricos como um ato de resistência semântica, semelhante ao que ocorreu com o termo "travesti" no Brasil¹⁹³ (CARVALHO, 2018). Isso sugere uma continuidade na

¹⁹¹ De acordo com os estudos da filósofa Sueli Carneiro (2005), o epistemicídio refere-se à supressão, desvalorização ou negação sistemática dos conhecimentos, saberes e culturas de grupos étnicos ou raciais marginalizados. É um conceito que enfatiza como o racismo estrutural opera não apenas na violência física, mas também na deslegitimação dos modos de conhecimento desses grupos. O racismo epistêmico perpetua hierarquias raciais, muitas vezes afetando o acesso à educação e restringindo a validade do conhecimento produzido por essas comunidades. Boaventura de Sousa Santos (1995, p.328) destaca que o epistemicídio é mais abrangente e devastador do que o genocídio, já que visa eliminar não apenas pessoas, mas também suas formas de conhecimento e culturas. Ele enfatiza que essa prática ocorreu tanto em contextos coloniais quanto em sociedades centrais, visando subordinar grupos sociais que ameaçavam a expansão capitalista ou comunista. O epistemicídio é uma ferramenta de dominação étnico-racial que perpetua o racismo institucional ao negar o conhecimento do outro e, assim, legitimar as formas de conhecimento dominantes e seus privilégios.

¹⁹² Movimentos desse tipo, embora importantes, muitas vezes são apagados e invisibilizados. Assim, a ausência de artistas trans e negras na Queermuseu também ilustra o epistemicídio em ação.

¹⁹³ No contexto brasileiro, as categorias "travesti" e "mulher transexual" adquiriram importância política durante o XVI Encontro Nacional de Travestis e Transexuais em Luta contra a AIDS (ENTLAIDS). Isso ocorreu devido a mudanças políticas dentro do movimento e à crescente necessidade de representação nas políticas públicas. Na segunda metade da década de 1990, a categoria "transexual" e "trans" começou a se integrar ao vocabulário ativista. Isso se deveu ao surgimento do Movimento Transexual de Campinas (MTC), composto por pacientes da Universidade Estadual de Campinas (HC-Unicamp). Esse grupo tinha uma abordagem educativa sobre a transexualidade, baseada em literatura psicanalítica e sexológica, e introduziu o conceito de identidade de gênero. Além disso, houve influência de ativistas estrangeiras e da disseminação do vocabulário médico-psiquiátrico. A Resolução 1482/97 do Conselho Federal de Medicina permitiu a realização experimental de cirurgias de transgenitalização em hospitais universitários. Em 2005, o Coletivo Nacional de Transexuais (CNT) foi fundado, desempenhando um papel central na formulação de políticas públicas de saúde para transexuais. No entanto, ocorreu um afastamento de algumas ativistas do CNT do movimento LGBT, levando à criação da expressão "mulheres que vivenciam a transexualidade". Essa mudança gerou debates sobre identidade transexual e identidade feminina. Posteriormente, o CNT se transformou na ARACÊ - Rede Social em Direitos Humanos, Feminismos e Transexualidade. A separação das categorias travestis e

resistência à marginalização linguística e cultural, reforçando a ideia de que as estratégias políticas *queer* transcendem os limites da academia. Quando essas palavras são adotadas, elas expressam a vivência de identidades que podem ser abolidas, pois são construções sociais. Na prática, no entanto, a existência é moldada por relações de poder.

Dentro dessa cultura, os temas abordados pelas teorias *queer* enfrentam grande resistência política, especialmente quando se lida com identidades que buscam se consolidar. Sobre esse aspecto, vale lembrar que ocupar espaço é uma questão de poder na política, e o silêncio pode resultar na marginalização, exigindo uma virada de perspectiva que, de acordo com a escritora Audre Lorde (1978), se configura em “transformação do silêncio em linguagem e ação”. Quando nomes são silenciados, isso se torna um grande problema. Essa questão é amplamente debatida no contexto do movimento trans, especialmente no Brasil quando associam a ideia de abolição de identidade a populações discriminadas. Isso tem repercussões prejudiciais para a ação política, pois a identificação é crucial no diálogo.

Entretanto, tratando-se da teoria *queer* encontramos uma cultura diferente, imersa no fetiche das palavras, no sentido freudiano, o que nos leva a pensar que muitas vezes se usa o “*queer*” simplesmente pelo fetiche da palavra, sem realmente compreender o seu significado.

Existe, de fato, um embate político em torno das palavras, que implica em modos de vida e o que nos leva a certa urgência de lidar com a questão das vidas, vidas práticas. Isso nos leva a uma pergunta que é frequentemente feita: “O que causa a transexualidade?”. No entanto, é notável que raramente se pergunta o que causa a heterossexualidade. Uma abordagem sugerida em um livro chamado “Homofobia: Identificar e Prevenir”, de Jaqueline Gomes de Jesus (2015), questiona justamente isso, “O que causa o heterossexualismo?”. O objetivo é entender por que existem, por exemplo, tendências para homens heterossexuais traírem suas parceiras ou

transexuais teve implicações nas políticas de combate à AIDS. A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) focou na visibilidade das travestis devido à alocação de recursos, enquanto a categoria “mulher transexual” estava ligada ao enfrentamento da feminização da AIDS. Essa distinção também afetou os conselhos de políticas públicas para LGBT, levando à criação de um novo assento para transexuais. A origem do estigma entre travestis e transexuais difere, com as primeiras enfrentando um estigma moral e as segundas sendo abordadas como questões médicas e psiquiátricas. Essas categorias têm repercussões distintas na construção da identidade e na forma como os indivíduos lidam com a sociedade e as redes de apoio. Assim, a evolução das categorias “travesti” e “mulher transexual” no Brasil reflete um processo complexo de luta por representação e direitos, influenciado por fatores políticos, sociais e médicos.

agredirem pessoas que não compartilham da mesma orientação sexual. Para realmente compreender esses fenômenos, é preciso reconhecer que nosso olhar é direcionado, mesmo com as melhores intenções, pela concepção de que a homossexualidade é uma experiência desviante, que precisa ser estudada. Surge, assim, um paradoxo: por que a homossexualidade é estudada, mas não a sexualidade humana em si? Essa é uma questão que também se aplica à reflexão sobre as experiências trans. Por que elas são tão focadas e estudadas?

Em lugar de se concentrar nos estudos *queer*, pode ser produtivo abordar os estudos desviantes. Isso não é uma crítica, mas uma reflexão sobre porque os estudos da cisgeneridade não recebem tanta atenção, a fim de entender os privilégios cis e seus efeitos, não apenas nas pessoas trans, mas também nas pessoas cis. A discussão sobre o patriarcado traz à tona a expectativa de que a mulher cuide do homem, mostre carinho, entre outros. No entanto, essa expectativa pode não se aplicar de maneira uniforme a todos, em particular para as pessoas trans, que não foram socializadas a terem relacionamentos e a serem amadas da mesma maneira que as pessoas cis.

A afetividade se torna um tema político, especialmente para as mulheres trans e homens trans, pois a experiência destes em relação à afetividade não é vista da mesma maneira que para as pessoas cis, como sugere a dissertação de mestrado “Trajetórias Trans”, de Mariana Silva (2018). O patriarcado estimula a afetividade das pessoas trans? É um questionamento válido. As experiências invertidas em relação a essas normas cis-heteronormativas patriarcais levantam questões sobre como entender melhor esses fenômenos, a partir do entendimento dos privilégios das pessoas cis em viver o afeto e serem amadas. Amar é uma capacidade comum, mas ser amado é uma questão diferente, uma questão complexa. Portanto, isso também pode ser objeto de estudo, não porque a pessoa trans seja o foco, mas para que as pessoas cis entendam seu universo para além daquilo que a transfobia impede, para se verem como plenamente humanas.

A proposta é que se pense nos estudos *queer* para além de um olhar sobre o que é atualmente denominado de "objeto", e entender essa normalidade a partir de como ela trata o que é considerado objeto, e como esse olhar afeta essa normalidade, que pode não ser tão normal assim. É um desafio repensar os nomes que usamos e as ideias por trás desses nomes, como foram construídos antes e como podemos mudar nossas práticas. Mas, acredita-se que qualquer pessoa envolvida em estudos,

extensão, pesquisa ou ensino pode promover essa transformação. Portanto, convida-se a todos para repensarem essas questões e agirem, porque o simples ato de pensar já é o primeiro passo para agir. Sem teoria, a prática fica limitada (FREIRE, 2004), mas não se deve ficar satisfeito apenas com o prazer fetichista do pensamento.

d) A importância do movimento queer, a crise da AIDS e o desafio da descolonização

O debate em torno da relação entre a AIDS e os estudos *queer* suscita uma necessária problematização para aprofundar a análise até o momento realizada. Compreender essa conexão requer um breve histórico do impacto da epidemia e suas consequências. Nas décadas de 1960 e 1970, ocorreram avanços comportamentais e expressivos no âmbito da sexualidade, no entanto, os anos 1980 foram marcados pela disseminação do vírus HIV, inicialmente afetando grupos específicos, incluindo os homens homossexuais. Os gays foram associados à epidemia não apenas devido às mortes que acometeram essa população, mas também porque assumiram a responsabilidade social no enfrentamento da doença. Embora tenha sido comprovado que a AIDS pode afetar pessoas de diferentes grupos, grande parte das iniciativas de combate à doença permaneceu associada aos movimentos ligados à diversidade sexual, em grande parte devido à desinformação sobre a doença, o que contribuiu para sua disseminação, juntamente com o preconceito que persiste até os dias de hoje (PARKER; AGGLETON, 2021).

Diante de uma doença que causava sofrimento, degradação corporal e morte, não é surpreendente que aqueles associados a ela tenham sofrido discriminação de várias formas (PELÚCIO, 2014). Nesse contexto, ocorreu um processo de normatização da diferença, reforçando a heteronormatividade e limitando as possibilidades de expressão. Com a chegada da AIDS, novos elementos foram adicionados à fragilidade das identidades em relação às práticas sexuais, reforçando as construções de gênero baseadas em elementos convencionais e tradicionais ancorados no patriarcado (LOURO, 2001, p.545).

O alto contágio pelo HIV entre os homossexuais foi visto como uma consequência de sua vida sexual considerada perversa, divergindo de um suposto padrão heterossexual monogâmico¹⁹⁴. Assim, a monogamia, disfarçada como um

¹⁹⁴ Pelúcio e Miskolci (2009, p.139) dirão que essa virada provocará um processo de "SIDAdanização", a qual se refere a um processo de transformação induzido pelo discurso preventivo da epidemia da AIDS. Esse processo envolve a adesão a princípios modernos, como a "individualização" e a

cuidado com a saúde, foi preconizada como uma forma de sobrevivência para os gays. No início da epidemia, as informações não eram tão claras e, em meio às inúmeras mortes, o padrão heteronormativo continuou a ser imposto entre os homossexuais (PELÚCIO; MISKOLCI, 2009). Como resposta à necessidade de rejeitar essa incorporação da diferença, o termo "*queer*", anteriormente pejorativo, tornou-se um poderoso recurso de contracultura. A partir desse movimento, surgiu as condições para o surgimento da teoria *queer*. Conforme Pelúcio e Miskolci

Curiosamente, a ausência deste diálogo, de políticas governamentais mais articuladas e o retorno poderoso de discursos reacionários sobre a sexualidade criaram as condições propícias para a emergência, nos Estados Unidos, da teoria *queer*. Desde o seu aparecimento no final dos anos 1980, o *queer* constituiu-se em resposta crítica aos estudos socioantropológicos sobre minorias sexuais, ao denunciar como estes mantinham intocado o pressuposto da heterossexualidade como natural e as normas heterossexistas como sinônimo de ordem social (PELÚCIO; MISKOLCI, 2009, p.151).

No entanto, é necessário aprofundar a discussão sobre a relação entre o surgimento do *queer* na década de 1980 e a AIDS, a fim de compreender mais plenamente como esses dois fenômenos se entrelaçaram e influenciaram a forma como a diversidade sexual e de gênero são percebidas e abordadas na sociedade contemporânea. Um exemplo disso está ligado ao fato de que, com o surgimento da AIDS e todo o preconceito associado à doença, houve uma regressão da articulação e desenvolvimento dos movimentos LGBT nas décadas seguintes. Somente no início do novo milênio, quando os preconceitos em relação à doença começaram a se dissipar e a comunidade LGBT avançou na conquista de seus direitos de cidadania, é que houve uma aceleração dos debates sobre essa questão, acompanhada pelo surgimento de produções artísticas *queer*. Essa trajetória histórica evidencia a interconexão entre a epidemia da AIDS e o contexto da arte *queer* no Brasil. Nesse contexto, a Queermuseu poderia ter se tornado um espaço de resistência e visibilidade para artistas que exploram essas questões. No entanto, a falta de cuidado especial na definição dos critérios de seleção das obras, levando em consideração a

"racionalização", resultando em mudanças ideológicas profundas nas populações afetadas. Nesse contexto, os indivíduos são politizados e encorajados a assumir a responsabilidade por sua saúde, seu corpo e sua interação com o sistema de prevenção oficial. Esse termo sugere a internalização da vigilância sobre o corpo e os cuidados de saúde por meio de uma "nova consciência política", promovendo a formação de bioidentidades.

representatividade e a diversidade de vozes presentes na produção artística *queer*, provocou um movimento contrário, de invisibilidade.

Talvez as razões por trás dessas escolhas estejam relacionadas à crise da AIDS e ao grande número de homens gays afetados no início da epidemia, na década de 80, criando um trauma social que persiste até hoje. Ao analisar e contextualizar a presença da AIDS, é notável a sua ausência na discussão proposta pela exposição. A partir dessa constatação, é possível refletir sobre as várias discussões ausentes que poderiam estabelecer conexões interessantes entre o HIV/AIDS e as políticas *queer* se outras obras, artistas ou arranjos expográficos tivessem sido selecionados para a exposição. No entanto, além dessas possibilidades hipotéticas, é importante observar como essa relação foi conceitualmente discutida na exposição.

Ao examinarmos as definições de *queer* e as menções à doença, identificamos uma grande lacuna: a falta de um diálogo direto entre esses temas. O curador menciona o surgimento do *queer* em algum momento dos anos 80, sem contextualizá-lo dentro das consequências da epidemia de AIDS. E quando a doença é mencionada, essa conexão não é estabelecida. Embora o curador cite o texto de David Getsy, ele ignora a associação entre esses assuntos, que é discutida de forma clara pelo autor.

Essas lacunas e omissões evidenciam a falta de diálogo entre a AIDS e o *queer* na exposição. Embora alguns trabalhos possam fazer referências indiretas à doença, não há uma análise aprofundada dessa conexão. A ausência de discussões mais significativas sobre o impacto da AIDS na produção artística *queer* e na formação dos estudos *queer* no Brasil é uma limitação do catálogo da exposição. É necessário adotar um olhar mais atento e abrangente que explore as interseções entre esses temas, levando em consideração as narrativas históricas, as lutas sociais e as transformações culturais que ocorreram nesse contexto. Dessa forma, a crise da AIDS, um episódio importante na história recente que está diretamente relacionado ao surgimento do *queer*, é negligenciada na construção de uma narrativa que se propõe pós-identitária, mas que acaba sendo superficial e incapaz de abranger a radicalidade que seria inerente a essa perspectiva. Além disso, embora haja comentários no catálogo sobre a AIDS, a maioria deles relacionados à vida dos artistas que integraram a exposição, poucos elementos nas obras indicam a presença desse tema. A dispersão desses trabalhos pelo espaço impede a justaposição de suas sutis relações com a doença, o que poderia gerar maior visibilidade para o assunto.

Pode-se afirmar, portanto, que a exposição Queermuseu comete equívocos tanto em termos conceituais, por não discutir a AIDS e seu papel fundamental no surgimento do *queer*, quanto em termos de seleção de obras e expografia, por não atribuir à epidemia um papel de destaque. Isso é especialmente preocupante quando consideramos que a exposição pretende ser a primeira a abordar esses temas de forma abrangente no Brasil. Assim, a discussão teórica sobre a arte e os estudos *queer* desempenha um papel fundamental na análise crítica da exposição Queermuseu e de outras manifestações artísticas que abordam essas temáticas. É por meio desse diálogo teórico e da reflexão aprofundada que podemos compreender as complexidades e as lacunas presentes nessas exposições, contribuindo para uma visão mais ampla e informada da relação entre a AIDS, o *queer* e a produção artística no Brasil.

e) Possibilidades teóricas e históricas

Para ampliar a análise realizada até aqui, iremos abordar possibilidades teóricas e históricas da arte *queer*, expressão cultural enraizada em uma complexidade variada de perspectivas e visões. O termo "*queer*", embora já tenha sido tratado anteriormente, merece uma revisitação neste contexto para que possamos alargar seu significado dentro do âmbito da análise que estamos propondo. Reconhecemos que a palavra "*queer*" carrega em si uma carga emocional significativa, que se liga a experiências sociais, estando relacionada às interações sociais, às entidades vivas e não-vivas, movimentos, bem como a aspectos da sexualidade e do gênero nas suas múltiplas formas de experiência temporal e espacial. Para além da discussão já proposta, queremos aprofundar a relação entre "*queer*" e "arte". No universo da arte, o termo "*queer*" está estreitamente relacionado a emoções como vergonha, tristeza, raiva e repulsa, sentimentos que são partes integrantes da compreensão da arte *queer*, uma vez que o termo *queer* é relacional e pode ser desafiador de definir, mas fácil de se identificar por meio das sensações (BLANCA, 2011)¹⁹⁵. Enquanto suas definições podem variar, é frequentemente

¹⁹⁵ A pesquisadora Rosa Maria Blanca (2011, p. 107) ressalta que "Trabalhos de Nicole Eisenman fazem parte da que é considerada como a primeira mostra de arte com sensibilidade queer: In a Different Light, sob a curadoria de Lawrence Rinder e Nayland Blake, exposta no Museu de Arte Universitário de Berkeley, em 1994. O trabalho curatorial será amplamente criticado por Michel Duncan (1995) e Robert Atkins (1996), principalmente no que se refere à forma como Rinder e Blake procedem, privilegiando o trabalho artístico antes que artistas. Ou seja, Rinder e Blake trabalham partindo de conceitos, não a partir de uma seleção de artistas. Nesse sentido, é isso que fazem os estudos queer:

reconhecido por evocar sensações específicas. A "queeridade" da arte abre caminhos para a inovação e é um ponto de partida para explorações futuras (EDELMAN, 2014)¹⁹⁶.

Ao abordar a arte *queer*, é necessário considerar a variabilidade do termo dependendo do contexto e do público. A arte *queer* pode ser identificada por meio de representações públicas de temas ou imagens *queer*, mas também pode se referir à arte criada por artistas *queer*, mesmo que seus trabalhos não centralizem explicitamente um tema *queer*. A arte *queer* pode ser considerada uma forma de questionamento, onde obras que desafiam os limites podem ser categorizadas como tal. Essa categorização é flexível e aberta a interpretações, permitindo um diálogo mais inclusivo sobre gênero, sexualidade e resistência (COLLING, 2018). Contudo, o termo *queer* também pode ser aplicado a períodos extensos da história da arte, percebendo as varrições de manifestações de gênero e sexualidade ao longo do tempo. Nesse sentido, a arte *queer* permite uma análise das diferenças, especialmente em relação à sexualidade e ao gênero, mesmo quando esses termos não foram usados para descrevê-las. A aplicação do termo *queer* à história da arte destaca a contínua evolução da expressão artística e cultural na representação de gênero e sexualidade

A escolha das obras que compuseram a Queermuseu está inserida nessa perspectiva, pois objetiva promover uma reflexão sobre as diferentes identidades e experiências *queer* ao longo da história da arte brasileira. Uma análise notável é a obra "São Sebastião" de Alfredo Volpi. Nessa representação, a figura de São Sebastião é delicada, quase efêmera. O corpo de São Sebastião, vulnerável e marcado, pode ser uma metáfora das experiências *queer*, muitas vezes atravessadas por desejos e perversões marginalizadas pela sociedade. A representação delicada do corpo de São Sebastião sugere uma fragilidade e uma transitoriedade, evocando a fluidez e a instabilidade das identidades *queer*. O uso de traços leves sobre papel

evitam-se essencialismos e pontos de partida biográficos, pois o *queer* trabalha com ações, atos, fatos e trabalhos, antes do que com identidades. Isto não quer dizer que os curadores ignorem o clima hostil em que trabalham os artistas participantes. O que se resgata é a persistência no trabalho artístico, mostrando as condições de atuar no mundo em relação às/aos outras/os".

¹⁹⁶ Queeridade é um conceito proposto por Lee Edelman (2014, p.48) que se refere aos estigmatizadores da não conformação aos padrões tradicionais de identidade de gênero e sexualidade. Edelman argumenta que a *queeridade* "encarna o resto desse Real que é interno à ordem Simbólica", isto é, não busca definir uma nova identidade, mas sim desestabilizar as normas e expectativas sociais, destacando a necessidade de questionar a política como uma fantasia de autorrealização e um futuro indefinido. A *queeridade* desafia a ideia de identidade e busca perturbar as estruturas sociais estabelecidas.

confere uma delicadeza e uma efemeridade à imagem de São Sebastião, que pode ser interpretada como uma forma de questionar a rigidez das normas sociais e abrir espaço para a multiplicidade de identidades *queer*. A imagem que parece prestes a desaparecer nos convida a refletir sobre a fugacidade das identidades *queer* e a importância de valorizá-las e protegê-las.

No contexto da arte *queer*, a obra "São Sebastião" de Alfredo Volpi é um exemplo poderoso de como a arte pode expressar e questionar normas e identidades estabelecidas a partir de uma leitura *queer*. A representação delicada do corpo do santo e a escolha estética evocam uma sensação de vulnerabilidade e fluidez, convidando o espectador a refletir sobre questões de gênero, identidade e sexualidade, reconhecendo sua beleza e importância dentro da diversidade humana. Já obra "Is a Feeling" de Cibelle Cavalli Bastos apresenta uma abordagem interessante em relação ao afeto e à interferência conceitual na arte. Nessa obra, a figura de uma criança é representada segurando uma tigela com a palavra "love" escrita nela, enquanto um adesivo de arco-íris cobre seu rosto. Essa composição lembra a estética da publicidade, apresentando o afeto como uma interferência conceitual, um "ruído" disruptivo na realidade material da obra. O adesivo de arco-íris perturba a norma estabelecida, introduzindo características subjetivas e uma conexão com a cultura *queer*. O arco-íris é um símbolo associado ao movimento LGBT e à diversidade de identidades e experiências. Sua presença na obra nos convida a refletir sobre a importância do afeto e do amor na quebra de barreiras.

A artista Cibelle Bastos utiliza a figura de uma criança para sugerir uma inocência e pureza que são frequentemente associadas ao conceito de amor. A criança segurando a tigela com a palavra "love" nos lembra da importância de cultivar o afeto desde cedo e de transmitir valores de amor e compreensão em nossa sociedade. A abordagem publicitária na obra também nos convida a refletir sobre como o afeto pode ser moldado e influenciado pela mídia e pela cultura de consumo (MISKOLCI, 2012; ILLOUZ, 2006). Ao utilizar elementos da publicidade, Cibelle questiona os limites entre o pessoal e o comercial, entre a expressão autêntica do afeto e sua apropriação para fins lucrativos.

Em resumo, a arte *queer* abrange uma variedade de formas visuais que se concentram em imagens e temas relacionados à estranheza. No entanto, nem todo trabalho produzido por artistas *queer* é necessariamente considerado *queer*, especialmente quando se trata de artes decorativas. A compreensão da arte *queer* é

fluida e evolutiva, ampliando-se cada vez mais para abarcar discussões e perspectivas diversas, transcendendo os parâmetros tradicionais. Através de uma abordagem crítica e sensível, a arte *queer* nos permite questionar e reimaginar as normas sociais, abrindo caminho para a expressão individual e a construção de comunidades inclusivas. A arte pode ser, portanto, um veículo de expressão, resistência e questionamento que serve para compreender as complexidades e sutilezas do *queer*.

Capítulo 3. Cruzando Jesus Cristo com a deusa Shiva: a profanação

“Em 1969, com os conflitos de *Stonewall*, acreditou-se haver chegado ao fim de mais uma fronteira - a sexual. No ano 2000, entretanto, faz-se pertinente questionar os limites daquela fronteira”, com essa provocação a pesquisadora de literatura Eliane Berutti (2002) inicia sua reflexão sobre a emergência e os limites das fronteiras sexuais nas sociedades contemporâneas, cujos resultados foram publicados, em 2002, no trabalho “Homossexualidade: fim de uma fronteira?”, na Revista Brasil de Literatura. De fato, o ano de 1969 é fundamental para fomentar essa reflexão, uma vez que naquele ano, na noite de 28 de junho, uma batida policial no bar *Stonewall Inn* desencadeou uma revolta popular contra à violência do Estado à população LGBT.

Aos gritos de “*gay power*”, a população ali presente revidou e provocou uma mudança radical na organização das populações LGBT. Começando pelos Estados Unidos e logo se espalhando pela Europa ocidental e América Latina, marcou profundamente a história recente da humanidade. Os avanços e conquista sobre liberdade sexual e direitos homoafetivos de que temos notícias hoje estão e muito ligados aos eventos ocorridos naquela noite. Isso porque, apesar da homossexualidade acompanharem a trajetória da humanidade e o homoerotismo ser inerente à realização pessoal de alguns indivíduos, em alguns períodos de nossa história, por causa de costumes e tradições inventadas (HOBBSAWN, 1997), ela foi menos aceita e mais perseguida. Não que hoje o cenário tenha resolvido todos os problemas inerentes a essa questão, mas avançamos!

Voltemos nosso olhar para o passado. Independente de qual fosse o lugar, qual fosse a época, qual fosse o costume, qual fosse a tradição, qual fosse a posição de poder, mundano ou religioso, as relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo sempre existiram. Mesmo a Bíblia, muitas vezes utilizada erroneamente para negar a homossexualidade¹⁹⁷, narra a relação amorosa de Rute e Noemi, de Davi e Jonatas,

¹⁹⁷ A Bíblia Sagrada tem sido frequentemente invocada para fundamentar o preconceito das sociedades ocidentais contra os grupos queer, citando passagens do livro de Levítico, como Levítico 18:22 (“Não te deitarás com outro homem como se fosse mulher, é abominação”) e Levítico 20:13 (“quando também um homem se deitar com outro homem, como com mulher, ambos fizeram abominação; certamente morrerão; o seu sangue cairá sobre eles”). Contudo, Douglas Soares e Carla de Oliveira (2021, p.07) argumentam que essas interpretações desconsideram o contexto histórico, sugerindo que a condenação estava relacionada à idolatria e não a questões morais ou sexuais. Além disso, “para melhor compreensão, usa-se como exemplo que no mesmo livro é condenado o sexo com mulheres que estavam no período menstrual, restringindo a participação no culto de Javé dessas mulheres e de homens que tiveram contato com elas, pois o sangue era utilizado nos ritos dos deuses estrangeiros, assim, torna-se impuro para a narrativa do levítico. 8 Hodiernamente, como não há nexos em utilizar a

do centurião e do servo (MUSSKOPF, 2008, p.125). As artes grega e romana, rememoradas com entusiasmo no período renascentista, nos legaram diversas imagens de relações sexuais explícitas entre pessoas do mesmo sexo (PINTO, 2012)¹⁹⁸.

Diversas personagens da cultura popular poderiam ser citadas numa imensa lista de homossexuais que marcaram a história ocidental, como Leonardo da Vinci, Oscar Wilde, Alan Turing, Bayard Rustin, Virginia Woolf, Eleanor Roosevelt e Frida Kahlo. Inclusive, há indícios que Abraham Lincoln, 16º presidente dos Estados Unidos, manteve casos com alguns rapazes, entre eles, com o capitão David Derickson, que compartilhava sua cama sempre que Mary Todd estava ausente. O jornalista francês Frédéric Martel, após uma longa pesquisa com mais de 1500 integrantes do clero católico, afirmou recentemente que o Vaticano é uma das maiores comunidades gay do mundo.

Porém, apesar de suas posições de influência política, religiosa, artística e intelectual, por muito tempo esses personagens reproduziram e colaboraram na manutenção de uma cultura heteronormativa, fundada em princípios pouco naturais. Agentes de seu próprio tempo, sofreram e reproduziram em algum grau a ação conservadora sobre suas liberdades, o que colaborou para a criação de uma sociedade vigilante, controladora e punitiva sobre a liberdade do corpo e da sexualidade.

Por isso, não é estranho notar que o contexto de 1969 não era outro que não esse. A homoafetividade era considerada crime em praticamente todos os lugares do mundo e as penas aplicadas aos homossexuais eram extremamente severas. Ainda hoje o é em diversos países. O nazismo caçou homossexuais e os mandou para campos de concentração, identificando-os com o triângulo rosa. Na União Soviética, os homossexuais foram levados aos Gulags para serem duramente torturados. Nos países liberais, a polícia não poupou atos de barbárie a essa população.

bíblia para condenar as mulheres por conta da menstruação, também não faz sentido apossar-se um texto descontextualizado e querer usá-lo como ferramenta para condenar a homossexualidade”.

¹⁹⁸ A cultura popular é profícua em encontrar referências homossexuais na história, muitas vezes partindo de relatos marginais e anedotas. Se nos focarmos na tradição europeia medieval e moderna, por exemplo, encontraremos relatos de Papas e diversos homens da igreja que mantinham relações com outros homens, como Paulo II, Sisto IV, Leão X, entre outros. O papa Júlio III, por exemplo, dividia a cama com Innocenzo, um garoto de 15 anos, e João XII transformou o palácio papal em um bordel masculino. Nem a aristocracia escapou. O rei de Castela e Leão, João II, mantinha um caso com o nobre dom Álvaro de Luna, que veio a morrer decapitado a mando da rainha Isabel de Portugal, esposa do rei. A rainha Ana da Inglaterra e a duquesa de Marlborough foram amantes até o surgimento de Abigail Masham.

Especialmente nos Estados Unidos, onde a polícia era o terror dos homossexuais. Hoje em dia a situação não é muito diferente. Abundam denúncias de violações de direitos humanos em todos os lugares do globo terrestre. O Estado Islâmico mata em praça pública os homossexuais muçulmanos, na Chechênia organismos internacionais têm denunciado a existência de campos de concentração para LGBT e mundo afora notícias de renascimento e fortalecimento de grupos neonazistas cujo objetivo é eliminar homossexuais. O Brasil não foge ao contexto. A cada ano, cresce o número de mortes de LGBT, atualmente um LGBT é assassinado a cada 19 horas.

Portanto, a terceira parte da nossa investigação abordará o tensionamento existente entre o conservadorismo e a livre expressão sexual e de gênero. Neste capítulo, faremos uma análise aprofundada dos fatores que contribuíram para a repressão das orientações sexuais não normativas ao longo da história. Discutiremos o conservadorismo, o fascismo contemporâneo, a perseguição das populações LGBT e a ascensão do cristofascismo. Também exploraremos como a disseminação de *fake news* se tornou uma tática política nesse contexto. A análise desses eventos proporcionará uma perspectiva valiosa sobre o estado atual dos direitos LGBT e as forças políticas e sociais que continuam a influenciar essas questões.

3.1. Reação conservadora: a idealização sobre o passado

Contendo suas diversas perspectivas e subcorrentes, a noção sobre conservadorismo é difícil de ser conceituada, mas faz-se necessária a abordagem sobre esse tema para entender como ela incide sobre contexto político e social que levou ao cancelamento da Queermuseu. Suas raízes são geralmente atreladas à reação contra a Revolução Francesa, com pensadores como Edmund Burke¹⁹⁹ destacando a importância da tradição, da ordem social e da prudência na política, expressando a necessidade de preservar as instituições existentes (BURKE, 2014). Contudo, como nos lembra Michael Freeden (2004, p.07), a ideia de conservadorismo é altamente contextual e pode ter uma variedade de expressões e implicações dependendo do lugar e do tempo em que ela se manifesta.

No caso da Queermuseu, notamos a forma que o conservadorismo moderno e seus princípios podem ser utilizados para repudiar a diversidade sexual e a arte *queer*. No Brasil, esse episódio em específico expõe a forma com que o conservadorismo moderno buscou controlar o discurso público e influenciar a política cultural. A Queermuseu, ao procurar desafiar as normas culturais tradicionais e proporcionar uma plataforma para a expressão da diversidade sexual através da arte, isto é, ao desafiar normas, acabou enfrentando resistência e retaliação do conservadorismo entranhado na sociedade brasileira, que acabou se mobilizando mais uma vez para marginalizar e silenciar vozes dissidentes e diversas.

Contudo, para desenvolver um entendimento mais profundo da noção sobre conservadorismo, é importante considerar suas várias vertentes e destacar a pluralidade de perspectivas dentro do movimento conservador, bem como a necessidade de um estudo cuidadoso e crítico para compreender suas implicações e influências em nossa sociedade, especialmente no “TP”. O conservadorismo, como fenômeno multifacetado, abriga dentro de si uma variedade de correntes, incluindo o

¹⁹⁹ Em sua análise, o pesquisador Jamerson Murillo Anunciação de Souza (2016, p.362) dirá que “Há relativo consenso, no debate sobre o pensamento social e político fundado na modernidade, quanto às Reflexões sobre a revolução na França (2014), de Edmund Burke, constituírem-se como ponto de partida do conservadorismo clássico. Manifesto dos interesses políticos e econômicos aristocráticos, as Reflexões se estabelecem como o marco da tradição conservadora. Nelas, estão condensados também os ideais culturais e simbólicos das classes sociais golpeadas pela Revolução Francesa, com destaque para a aristocracia feudal. O texto foi publicado 1790, imediatamente após o desencadeamento do processo revolucionário jacobino, sendo traduzido e disseminado rapidamente em francês, alemão, italiano e espanhol. Foi bem recebido pelos setores intelectuais ligados e organizados em torno da reação antirrevolucionária, e objeto de crítica dos revolucionários, dos moderados aos radicais”.

neoconservadorismo, que pode se configurar como uma forma totalmente nova de expressar o movimento conservador ou apenas uma reelaboração do conservadorismo tradicional. Como muitos teóricos, incluindo Gary Dorrien (2005) e Wendy Brown (2006), têm apontado, o neoconservadorismo, embora compartilhe muitas das premissas fundamentais do conservadorismo tradicional, como a ênfase na tradição e na ordem, também tem suas próprias características distintas, como uma maior ênfase na promoção da democracia liberal e na intervenção militar, configurando-se assim em uma atualização, uma adaptação do conservadorismo às circunstâncias contemporâneas, e não uma entidade completamente nova.

No contexto brasileiro, essas ideias conservadoras chegaram e foram apropriadas de maneira particular. O sociólogo brasileiro Jessé Souza (2019) tem argumentado que o conservadorismo brasileiro, embora compartilhe muitos elementos com o conservadorismo tradicional, tem suas próprias peculiaridades, incluindo uma forte ênfase na manutenção de hierarquias sociais e uma aversão a reformas radicais. A resistência aos processos de modernização e mudança rápida é uma característica definidora do conservadorismo, como nota Edmund Burke (2014). Esta resistência, no entanto, é muitas vezes baseada em um entendimento idealizado e romantizado do passado, que tende a desconsiderar as injustiças e desigualdades que essas "tradições" podem ter perpetuado. Este é um ponto que foi enfatizado por teóricos críticos como Theodor Adorno e Max Horkheimer (1944; 2002), que argumentam que a tradição e a ordem social não são inerentemente boas e podem, de fato, servir para perpetuar formas de opressão e dominação.

A ênfase do conservadorismo na tradição e na ordem, no entanto, não deve ser interpretada como uma rejeição total da mudança. Como o pensador do conservadorismo Roger Scruton (2016) aponta, os conservadores não são necessariamente contra a mudança, mas acreditam que ela deve ser guiada pelo respeito à tradição e ao legado do passado. Esta é uma noção que pode ser encontrada não apenas no discurso filosófico, mas também nas práticas cotidianas de grupos e indivíduos conservadores e que iremos abordar em seguida.

Finalmente, é importante notar que, apesar da aparente unidade do conservadorismo, há muitas correntes e contradições dentro do próprio movimento. Um elemento comum, no entanto, é a tendência a naturalizar suas próprias posições, a tratar valores morais e crenças como se fossem imutáveis e inerentes à natureza humana ou à ordem social. Esta é uma estratégia eficaz para resistir à mudança e é

frequentemente empregada contra grupos e movimentos que buscam desafiar as normas sociais estabelecidas, como a arte *queer* e a diversidade sexual. No caso brasileiro, o episódio da Queermuseu é um exemplo de como essa resistência conservadora se manifesta na prática, buscando silenciar e marginalizar vozes que desafiam as normas dominantes.

a) Discussões conceituais sobre a origem do conservadorismo

A evolução do conservadorismo no século XX e XXI reflete o desenvolvimento social e político de diversas sociedades ocidentais. Contudo, no último período, a perspectiva conservadora tem sofrido transformações significativas. Autores como Michael Freeden (2017) e Michael Löwy (2015) mapearam essa transição do conservadorismo tradicional para uma versão moderna que adota e procura integrar alguns princípios e práticas da sociedade capitalista em seu atual estágio de desenvolvimento com a defesa radical do nacionalismo. No contexto histórico específico, Löwy, em 2015, ao analisar o conservadorismo na Europa e no Brasil, estabelece que:

A atual extrema-direita europeia é muito diversa, uma variedade que vai de partidos abertamente neonazistas, como o Aurora Dourada na Grécia, a forças burguesas perfeitamente bem integradas ao jogo político institucional, como o suíço UDC. O que eles têm em comum é o seu nacionalismo chauvinista — e, portanto, oposição à globalização “cosmopolita” e a qualquer forma de unidade europeia —, xenofobia, racismo, ódio a imigrantes e ciganos (o povo mais antigo do continente), islamofobia e anticomunismo. Além disso, em sua maioria, senão em sua totalidade, são favoráveis a medidas autoritárias contra a “insegurança” (usualmente associada a imigrantes) por meio do aumento da repressão policial, penas de prisão e pela reintrodução da pena de morte. A orientação reacionária nacionalista, na maioria das vezes, é “complementada” com uma retórica “social”, em apoio às pessoas simples e à classe trabalhadora (branca) nacional. Em outras questões — por exemplo, neoliberalismo, democracia parlamentar, antissemitismo, homofobia, misoginia ou secularismo — esses movimentos são mais divididos (LÖWY, 2015, p.653).

Embora as vertentes conservadoras sejam múltiplas e sua prática política não seja homogênea, em termos gerais, o pilar do pensamento conservador é a defesa de um modelo ideal de família, geralmente composto por homem, mulher e filhos. O pesquisador Lee Edelman (2014) argumenta que esta visão normativa da família muitas vezes exclui e marginaliza outras formas de relacionamento e constituição

familiar, como as encontradas nas comunidades LGBT. Ao analisar o debate sobre o casamento homoafetivo na França, Timothy Biblarz e Evren Savci dirão que:

O argumento na França contra que pessoas LGBT criem crianças era que a criação de filhos é a pedra angular da transmissão da cultura e que pais heterossexuais são cruciais para que a criança aprenda a ordem simbólica, pois eles fornecem tanto um referente masculino quanto feminino. O argumento era que a heterossexualidade estava no cerne da transmissão cultural e da pureza cultural, o que, por sua vez, colocava a figura da criança no cerne das ansiedades sobre a pureza cultural e a transmissão (BIBLARZ e SAVCI, 2010, p.480)²⁰⁰.

No Brasil, e no continente americano de forma geral, tem havido uma reação conservadora forte contra os direitos reprodutivos, como em relação ao direito ao aborto e em questões de gênero e sexualidade²⁰¹. Autores como Débora Diniz (2023), no Brasil, e Julia Burton (2021), na Argentina, têm documentado essa reação, notando que ela se baseia na naturalização de certas visões sobre o que é "natural" e "correto" e que muitas vezes são atravessadas por questões socioeconômicas²⁰². A questão da desigualdade social e da injustiça é crucial para compreender o cenário em que o conservadorismo opera. Pensadores como Darcy Ribeiro (2021) e Florestan Fernandes (2021), enfatizaram como o legado da escravidão, a segregação de populações negras e indígenas, e por que não as LGBT²⁰³, bem como a

²⁰⁰ Traduzido livremente do original.

²⁰¹ EL PAIS. 2020. Argentina legaliza o aborto e se põe na vanguarda dos direitos sociais na América Latina. 29/12/2020. Disponível em < <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-12-29/votacao-historica-no-senado-de-projeto-para-legalizar-aborto-na-argentina.html>>, acessado em 13/12/2023.

²⁰² Débora Diniz irá lembrar que “ao longo dessas histórias do Sul Global, há um tema recorrente de resiliência criativa e modelos de cuidado entre mulheres emergindo ao nível comunitário e depois sendo adotados por pesquisadores, formuladores de políticas e instituições. Foram as mulheres pobres do Brasil que, na década de 1980, identificaram pela primeira vez o misoprostol como um método eficaz para o aborto autogerenciado. Não havia um jaleco branco por trás dessa descoberta, mas sim a necessidade desesperada de uma mulher em busca de um meio seguro para realizar um aborto, lendo os folhetos de medicamentos aleatórios para encontrar aqueles que mostravam maiores riscos de aborto involuntário. Quarenta anos depois, o misoprostol é o principal medicamento usado para induzir o aborto em todo o mundo, de acordo com a Organização Mundial da Saúde. As histórias das mulheres que falharam ou morreram nesse processo de autoexperimentação com diferentes métodos são desconhecidas (DINIZ, 2023, p.03)”.

²⁰³ Daniel Borrillo (BORRILLO, 2010, p.39), ao analisar a correlação da LGBTfobia ao racismo, entende que “o problema da homofobia supera a questão gay, inscrevendo-se na mesma lógica de intolerância que, em diferentes momentos da História, produziu a exclusão tanto dos escravos e dos judeus quanto dos protestantes; até mesmo os comediantes haviam sido, outrora, excluídos do direito ao casamento. À semelhança do que ocorre em relação à diferença cultural entre nacional e estrangeiro (espécie de eufemismo do racismo), a diferença sexual entre homem e mulher, assim com a diferença das sexualidades entre heterossexual e homossexual, é apresentada como um indicador objetivo do sistema desigual de atribuição e de acesso aos bens culturais, a saber, direitos, capacidades, prerrogativas, alocações, dinheiro, cultura, prestígio etc. E, embora o princípio da igualdade seja formalmente proclamado, é efetivamente em nome das diferenças e ao dissimular precavidamente qualquer intenção discriminatória, que os dominantes entendem reservar um tratamento desfavorável aos dominados. A construção da diferença homossexual é um mecanismo jurídico bem rodado que

marginalização das populações rurais, têm moldado profundamente a sociedade brasileira.

A recepção de ideias conservadoras no Brasil, principalmente pelas elites²⁰⁴, envolve uma complexidade sociocultural. Conforme analisado por Michael Löwy (2015, p.662), enquanto na Europa há uma continuidade ideológica entre movimentos neofascistas contemporâneos e o fascismo dos anos 1930, no Brasil, essa relação é menos evidente. O fascismo brasileiro, representado pelo integralismo, teve influência nos anos 1930, mas a extrema-direita atual no Brasil tem raízes distintas, com grupos neofascistas marginais em comparação com movimentos europeus. Além disso, ao contrário da Europa, o Brasil não possui partidos de massa que coloquem o racismo como sua bandeira principal. Embora o racismo seja presente na sociedade brasileira, um partido que adotasse o racismo como programa central não teria o mesmo apoio popular. Já a luta contra a corrupção é uma questão demagogicamente explorada por setores conservadores tanto na Europa quanto no Brasil. No Brasil, essa estratégia tem sido utilizada historicamente para justificar o poder das oligarquias e até mesmo legitimar golpes militares²⁰⁵. Dois temas comparáveis entre a extrema-direita francesa e brasileira são a ênfase na repressão policial e o antagonismo em relação às minorias sexuais, especialmente os homossexuais (SILVA et al, 2020, p.262). Esses temas são explorados por grupos religiosos na França (com base católica) e por grupos evangélicos neopentecostais no Brasil. Contudo, um aspecto preocupante do conservadorismo no Brasil é o apelo aos militares, com chamados para intervenção militar e nostalgia da ditadura militar ²⁰⁶. Esse elemento é singular e representa um

permite excluir gays e lésbicas do direito comum (universal), inscrevendo-os(as) em um regime de exceção (particular.)”

²⁰⁴ A definição de 'elite' aqui refere-se aos grupos sociais com vasta influência, decorrente de heranças e forças políticas e econômicas. Tais grupos, conforme argumenta Jesse Souza (2015), adotam o conservadorismo como uma estratégia para preservar seus privilégios. Este entendimento torna o conservadorismo um meio para manter o status quo de um sistema que busca se autopreservar permanentemente. Na literatura brasileira, a obra "Raízes do Brasil" (1936) de Sérgio Buarque de Holanda, nos oferece uma visão histórica de como o pensamento conservador, que defende privilégios, se instala e se sustenta. Este processo, segundo Souza (2017), acaba naturalizando o lugar da elite e, consequentemente, restringindo direitos da população em geral. No entanto, essa não é a única expressão do conservadorismo.

²⁰⁵ Vale lembrar que o discurso anticorrupção, juntamente com o anticomunismo, desempenhou um papel crucial no golpe de 1964 e em sua sustentação no Brasil. Embora o anticomunismo tenha se mantido com relativa força ao longo dos anos da ditadura, o discurso anticorrupção foi ganhando destaque devido a motivos estratégicos, incluindo a perseguição política de figuras não ligadas ao comunismo.

²⁰⁶ A partir de 2016, a influência dos militares na política partidária e na administração pública cresceu significativamente, chegando inclusive na presidência e vice-presidência da República, com Jair Bolsonaro e Hamilton Mourão, ambos com formação militar. As eleições de 2020 registraram o maior número de candidatos militares dos últimos 16 anos, com um total de 6.755 militares candidatos. Um

aspecto sinistro da agitação conservadora no país, muitas vezes promovida pela mídia e grupos políticos alinhados com interesses antidemocráticos (SALES e ARAÚJO, 2023). E, embora o contexto da Guerra Fria tenha passado, o Brasil não está imune a tentativas golpistas²⁰⁷, como ocorreram em outros países da América Latina, como ocorreu na Bolívia recentemente²⁰⁸.

Contudo, como explicar a crescente adesão popular a esse ideário, especialmente em uma região, como a América Latina, marcada pela exploração e as desigualdades sociais? Um elemento que possibilita iniciar a reflexão sobre essa abordagem é antropológica e propõe uma concepção mais ampla sobre a recepção do conservadorismo entre as camadas mais pobres da população. Primeiro, é preciso identificar em até que ponto todos nós somos seres ideologicamente conservadores, uma vez que estamos enraizados em crenças, valores e formas de comportamento do nosso tempo? Esse tipo de conservadorismo não está necessariamente ligado à manutenção de privilégios, mas diz respeito à forma como construímos e preservamos nossa identidade cultural e social. Por exemplo, quando investigamos a etnografia e a religião, muitas vezes encontramos traços de conservadorismo. Discursos e símbolos religiosos, como nos estudos de Max Weber, muitas vezes permeiam essas ideias conservadoras. O que se passa, é que, em nossa percepção, o conservadorismo esteja necessariamente vinculado a grupos religiosos, como os evangélicos por exemplo, ou a pessoas manipuladas por *fake news*. No entanto, esta visão simplista e generalizada, especialmente em relação aos evangélicos e suas subdivisões, como os pentecostais, é problemática (ALENCAR, 2020; VITAL DA

aumento de 12,5% em comparação com o pleito de 2016 e inflado pelo partido de Jair Bolsonaro à época, o PSL. Ao longo do governo Bolsonaro, 6.157 militares desempenharam funções civis em várias instâncias governamentais. De acordo com William Nozaki (2021, p. 09), "de 2018 a 2020, houve um aumento de cerca de 55% na presença de militares na administração federal, indicando uma tendência de militarização da gestão pública." Os militares assumiram posições em 10 ministérios e instituições diversas, incluindo Educação, Saúde, FUNAI e empresas estatais como Petrobras, Eletrobrás, Itaipu Binacional, Telebrás, Correios e EBSEH".

²⁰⁷ No dia 18 de outubro de 2023, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), que analisava a tentativa de golpe de Estado realizada por bolsonaristas radicais no dia 08 de janeiro de 2023, pediu o indiciamento de 61 pessoas, entre as quais o ex-presidente Jair Bolsonaro e 08 Generais das Forças Armadas. AGÊNCIA SENADO. 2023. Com 20 votos favoráveis e 11 contrários, CPMI aprova relatório de Eliziane Gama. 18/10/2023. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/10/18/cpmi-com-20-votos-favoraveis-e-11-contrarios-cpmi-aprova-relatorio-de-eliziane>>, acessado em 19/10/2023. O relatório consolidado da CPMI pode ser acessado através do link: <https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2023/10/17/relatorio-cpmi-versao-consolidada_231017_100010.pdf>.

²⁰⁸ JACOBIN. 2021. Os bastidores por trás do golpe na Bolívia. Disponível em: <<https://jacobin.com.br/2021/08/os-bastidores-por-tras-do-golpe-na-bolivia/>>, acessado em 13/10/2023.

CUNHA, 2020). A abordagem acadêmica que justifica uma suposta superioridade moral é, de certa forma, também uma forma de conservadorismo.

O fato é que todos nós carregamos algum grau de conservadorismo. Para muitos, o respeito ao trabalho, à palavra dada e ao cumprimento dos compromissos é uma postura conservadora, conforme apontou Daniel Bell (1976, p.59). Essa não é necessariamente uma falha, mas sim um indicativo de que o conservadorismo está presente em nossa cultura de maneiras que vão além do elitismo. Assim, é possível perceber, através de expressões do tipo "A economia não está bem, mas pelo menos nossos valores estão intactos", que mesmo em face de desafios econômicos, ainda há elementos de identidade moral e ética que são preservados. Este fenômeno é ilustrado durante as transições políticas ocorridas no Brasil entre 2013 e 2016, um período marcado por críticas direcionadas aos governos de Dilma Rousseff (GOMES SILVA, 2021). Frequentemente, o discurso popular questionava como os governantes, responsáveis por programas sociais como Bolsa Família e Bolsa Escola, ainda poderiam angariar votos mesmo em meio à crise econômica.

Nesse contexto, é possível perceber a reação política distinta entre as camadas populares da nação. Enquanto alguns, que haviam sido beneficiados pelos programas sociais do governo, se ressentiram por não alcançar o padrão de vida desejado, característico da classe média; outros, que ascenderam à sociedade de consumo, sentiram aversão à possibilidade de outros alcançarem o mesmo patamar. Há muitos processos de identificação moral ocorrendo nessas questões. Esses ressentimentos indicam um processo de identificação moral - não restrito apenas às elites, mas permeando todas as camadas sociais -, que está intrinsecamente relacionada à "economia moral", um termo cunhado pelo historiador E.P. Thompson (1998)²⁰⁹, que

²⁰⁹ O historiador E.P. Thompson dirá que o comportamento das pessoas "são modificados pelo costume, pela cultura e pela razão" (Thompson, 1998: 151). Com base nessa tese, a "economia moral", conforme conceituada por E.P. Thompson em seu livro "Costumes em Comum", refere-se à crítica às interpretações simplistas das revoltas populares do século XVIII na Inglaterra. Thompson argumenta contra a visão econômica reducionista que considerava essas revoltas como simples consequências de aumentos nos preços dos cereais. Ele destaca que essas revoltas eram, na verdade, manifestações de uma noção legitimadora baseada em princípios morais. O autor ressalta que a economia moral envolve conflitos entre o tradicionalismo, que era paternalista e regulamentado, e a economia política do *laissez-faire*, a qual defendia a liberdade de mercado e a autorregulação, negando imperativos morais. A economia moral também incluía a ética popular que aprovava ação coletiva direta, em contraste com os valores da ordem pregados pelas classes dominantes. Embora a economia moral tenha perdido influência ao longo do tempo, suas noções de direito continuaram a ser defendidas por alguns grupos. Essa perspectiva complexa de economia moral desafia interpretações simplistas das revoltas populares, destacando a importância das normas culturais, valores morais e conflitos de interesses na compreensão da história social e econômica.

se refere à ética ou às normas que governam as relações econômicas em uma sociedade. Portanto, é possível afirmar que os valores e a melhoria do país podem ser considerados elementos de identificação moral, dentro dessa economia moral, o que revela como o conservadorismo no Brasil é multifacetado e não pode ser simplificado.

Neste sentido, é importante adotar uma perspectiva que considere como os próprios grupos sociais se percebem, em vez de uma análise puramente econômica. A crise econômica certamente desempenha um papel, mas é preciso considerar outros aspectos. Em um determinado dia, os indivíduos podem ser mais conservadores, concentrando-se na família, tradições e costumes, enquanto em outras experiências, essa tendência pode mudar. Quando se trata de questões de raça, etnia e escravidão, por exemplo, há uma adesão significativa às discussões. No entanto, quando o tema é a religião - especialmente as religiões de matriz africana e afro-brasileira - surge uma forte resistência. O mesmo ocorre quando se abordam questões de gênero e diversidade sexual, que desafiam as ideias de binarismo sexual e causam controvérsia. Já a percepção de que a educação durante o regime militar era melhor, por exemplo, é uma expressão desse conservadorismo. É importante reconhecer que o conservadorismo não é um fenômeno padronizado, mas sim uma manifestação que ocorre em todos os níveis da sociedade, seja como uma ideologia política ou como uma tendência particular a um grupo específico.

Portando, para identificar os fundamentos epistemológicos do conservadorismo, utilizaremos como análise a obra de Edmund Burke, particularmente suas reflexões sobre a Revolução Francesa.

Burke, membro do partido Whig, amplamente considerado um partido liberal na Inglaterra da época, tinha vínculos significativos com a ideia de liberdade, a qual defendeu vigorosamente em questões como os direitos dos colonos britânicos na América e as violações dos direitos do povo indiano durante o domínio britânico na Índia. Porém, contraditoriamente, ele reagiu com horror à Revolução Francesa, um movimento também associado à liberdade (SOUZA, 2006, p.365).

O historiador Eric Hobsbawm (2015) aponta que na Inglaterra do século XVIII, o surgimento de partidos políticos formalizados desafiou a concepção de uma sociedade unificada, indicando a existência de diferentes partes disputando poder. Esta transformação reflete na relação de Burke com a política, pois mesmo sendo membro de um partido considerado liberal, ele não era um paladino dos direitos

humanos. Essa complexidade de Burke suscita uma pergunta fundamental: o que diferencia a liberdade da Revolução Gloriosa de 1688, que Burke apoiava, da liberdade da Revolução Francesa, que ele rejeitava veementemente?

A compreensão dessas nuances fundamenta a epistemologia política subjacente à questão do conservadorismo. O pesquisador Jamerson de Souza (2016) sugere que a resistência de Burke à Revolução Francesa pode ser compreendida como uma reação ao excesso de liberdade, que ele acreditava ameaçar a ordem social existente. Ao explorar a complexidade de Burke e o desenvolvimento do conservadorismo no contexto das Revoluções Inglesa e Francesa, este trabalho busca uma melhor compreensão da trajetória e do contexto da filosofia política conservadora. Com foco em dois eixos temáticos principais, iremos aprofundar a compreensão dos conceitos de revolução antigo e moderno, analisando por que Burke rejeitava uma e apoiava a outra, e explorar a epistemologia política subjacente às proposições de Burke. Este exame busca compreender os mecanismos de produção de conhecimento e as premissas epistêmicas que fundamentavam sua visão da Revolução Gloriosa e sua crítica à Revolução Francesa.

Conforme apontado pelo historiador Peter Burke (1997), ao estudar personagens históricos, a interpretação deve procurar ser contextualizada, considerando tanto a dimensão individual quanto o quadro social, cultural e político no qual o indivíduo está inserido. Isso implica analisar como a vida do personagem se relaciona com as representações culturais e mentalidades coletivas de sua época, bem como identificar os pontos de intersecção entre sua trajetória pessoal e as estruturas sociais e ideológicas previamente definidas. Portanto, a biografia individual ou coletiva oferece uma solução metodológica para compreender a complexa relação entre o indivíduo e seu contexto histórico²¹⁰. Com isso, busca-se uma abordagem hermenêutica histórica

²¹⁰ A biografia, na experiência historiográfica, passou por uma evolução marcante. Até os anos 1980, conforme analisa a historiadora Mary Del Priori, (2009, p.09), a biografia histórica era frequentemente criticada por sua subjetividade e tendência a reconstruir a vida de maneira artificial. Pierre Bourdieu (1996), em seu polêmico texto "A ilusão biográfica", contestou essa abordagem, argumentando que as biografias históricas frequentemente criavam narrativas artificiais e absurdas. No entanto, em vez de afastar os historiadores, a crítica de Bourdieu desafiou-os a repensar a biografia de uma maneira diferente. Isso levou a um ressurgimento do gênero, mas com uma abordagem totalmente nova. A biografia deixou de ser centrada nos grandes homens e tornou-se uma ferramenta para examinar os atores históricos, célebres ou não, como testemunhas e reflexos de sua época. A biografia histórica passou a integrar as contribuições da história social e cultural, destacando a importância dos atores históricos individuais na compreensão de uma época. Não se tratava mais de narrar a vida de um indivíduo isolado, mas de explorar como a vida de uma pessoa ou grupo de pessoas podia revelar correntes de pensamento e movimentos culturais mais amplos (SCHMIDT, 2011). A Micro-História, influenciada pela produção italiana dos anos 80, especialmente por Carlo Ginzburg (2017), trouxe uma

que nos permita desvendar por que determinadas afirmações foram feitas. Este processo de compreensão é particularmente importante quando discutimos conceitos e movimentos contemporâneos, pois nos permite entender as bases históricas e filosóficas de tais movimentos e conceitos, além de possibilitar analisá-los de forma mais contextualizada e evitar projeções anacrônicas (PRIORE, 2009; SCHMIDT, 2011). No entanto, como alerta Mary del Priore (2009, p.11), embora o objetivo da história seja a compreensão, devemos reconhecer que a completa reconstrução das experiências e pensamentos passados é inalcançável. Como observadores, somos distintos da história que estamos analisando, mas através de uma análise rigorosa, podemos nos esforçar para construir uma interpretação que seja, em certo sentido, 'orgânica' e 'contextualizada', evitando superpor nossos critérios contemporâneos a esses personagens e eventos históricos.

Portanto, ao examinarmos o contexto das reflexões de Edmund Burke, precisamos ter em mente que seu famoso trabalho "Reflexões sobre a Revolução na França" foi escrito em 1790, um período em que a revolução estava apenas começando a se desenrolar (HOBSBAWN, 2015). Burke testemunhou eventos marcantes, como a queda da Bastilha e a transformação dos Estados Gerais em Assembleia Constituinte. No entanto, não vivenciou fases posteriores da revolução, incluindo a escalada para uma guerra ideológica contra as monarquias europeias, o período do Terror sob Robespierre, e a instauração do Culto da Razão como religião de Estado. Mesmo antes de ver a supressão completa do catolicismo enquanto religião de Estado, Burke já estava consternado com o tratamento dado aos religiosos pela Revolução Francesa (JONES, 2017). Isto nos ajuda a identificar os eventos que particularmente desencadearam suas reflexões e nos dá um vislumbre de sua representação catastrófica da revolução, a qual ele via como um desastre capaz de culminar no fim do mundo.

A postura de Burke, contudo, deve ser contextualizada em meio à controvérsia que assolava a sociedade britânica da época. Ele estava em constante disputa com grupos como a Sociedade da Revolução e a Sociedade Constitucional, ambos

abordagem ainda mais específica, enfocando conflitos de classe, despreocupando-se com contextos amplos e longa duração e destacando indivíduos não ilustres. Essa abordagem permitiu aos historiadores explorar as complexas relações entre vida privada e vida pública, assim como a interseção entre indivíduo e sociedade. A biografia, portanto, evoluiu de uma narrativa centrada em grandes homens para uma ferramenta flexível que pode ajudar os historiadores a explorarem uma ampla gama de temas e questões, oferecendo insights valiosos sobre como indivíduos e suas vidas estão interligados com o contexto social, cultural e político em que vivem.

favoráveis à Revolução Francesa, chegando ao ponto de correspondência direta com a Assembleia Nacional Francesa para expressar seu apoio (BOURKE, 2015). Essas sociedades representavam uma parcela significativa do público que defendia as instituições inglesas e estavam bastante preocupadas com o desenrolar dos eventos na França. Nesse sentido, a discussão se desdobrou em uma batalha de narrativas: enquanto a Sociedade da Revolução divulgava materiais a favor do processo revolucionário francês e considerava a importação desse modelo para a Inglaterra como benéfica para a promoção de liberdades, Burke discordava veementemente. Seus escritos se opunham a essa perspectiva, apresentando a Revolução Francesa como cataclísmica e defendendo outras vias para alcançar a liberdade.

É importante frisar que, tanto os membros da Sociedade da Revolução quanto os da Sociedade Constitucional, incluindo Thomas Paine, Richard Price e Mary Wollstonecraft, se proclamavam ardentes defensores da Liberdade. Embora a busca pela Liberdade fosse um consenso ideológico na Europa no final do século XVIII, as diferentes interpretações sobre como alcançá-la desencadearam divisões marcantes e antagonismos evidentes, tornando-o um consenso superficial. Ao aplicar este contexto histórico à discussão contemporânea de arte *queer* e diversidade sexual, por exemplo, como exemplificado pela Queermuseu, podemos perceber como diferentes perspectivas sobre liberdade e identidade ainda criam tensões e desafios nos discursos sociais e políticos atuais, provocando tensões entre artistas e ativistas da contemporaneidade com outros grupos e movimentos da sociedade brasileira, o quais passam a participar de em uma batalha de narrativas, onde cada um busca moldar o entendimento e a aceitação sobre o que consideram sobre diversidade sexual e de gênero na sociedade.

b) O Culto da Razão

No final do século XVIII, a França presenciou a instauração do Culto da Razão como sua religião de estado, marcando uma mudança significativa na paisagem religiosa e política do país. Durante esse período, a Constituição Civil do Clero foi promulgada, transformando todos os clérigos regulares franceses em funcionários estatais. Isso não significou imediatamente o fim do catolicismo como religião oficial, mas sim uma tentativa de secularização e controle estatal sobre a Igreja Católica (HOBSBAWN, 2015).

Inicialmente, a Assembleia Nacional promoveu a tolerância e regulamentação religiosa, buscando diminuir a influência da Igreja como instituição, mas sem contestar explicitamente sua legitimidade. O catolicismo, embora sob uma forma mais controlada, continuou a ser a religião oficial do estado. Entretanto, essa dinâmica se alterou à medida que o processo revolucionário se radicalizou durante o período jacobino. O catolicismo começou a ser visto como intolerante e hostil ao estado revolucionário, culminando na instauração de uma religião ateísta oficial: o Culto da Razão. Este culto representava uma celebração institucionalizada da razão como um princípio divino, substituindo a fé religiosa tradicional pelo racionalismo iluminista. Esse fenômeno marcou uma etapa significativa e radical no processo de secularização da França revolucionária (VOVELLE, 2020)²¹¹. Ao examinar a Queermuseu e a arte *queer* no contexto contemporâneo, percebemos paralelos interessantes com esta mudança histórica. Assim como o processo revolucionário buscou repensar a religião e a política na França, a arte *queer* e as discussões em torno da diversidade sexual buscam questionar e reformular conceitos de identidade, expressão e liberdade na sociedade contemporânea. Embora os contextos históricos e culturais sejam diferentes, o objetivo de desafiar normas estabelecidas e abrir caminhos para novas formas de entendimento e aceitação é um tema comum em ambos os casos.

Mas como uma revolução em nome da Liberdade pode se tornar adversária de outra também travada em nome da Liberdade? Para entender isso, precisamos primeiro explorar a natureza variada das revoluções²¹². No caso da Revolução Gloriosa, ela foi percebida como uma restauração, um processo de reafirmação de direitos perdidos ou violados, e consequentemente assumiu um caráter restaurativo

²¹¹ De acordo com Michel Vovelle (2020, p.67), como resultado das revoltas populares na Revolução Francesa, ocorreu o fim dos privilégios da nobreza e do clero, o confisco de seus bens, a votação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão em agosto de 1789 pela Assembleia Nacional Constituinte, que foi fortemente influenciada por ideias de juristas iluministas e refletiu os princípios do direito natural. Ela também se inspirou na Declaração de Independência dos Estados Unidos e em documentos como a petição de direitos inglesa de 1689.

²¹² O conceito histórico de "revolução" envolve a ideia de uma transformação radical nas estruturas políticas, sociais e econômicas de uma sociedade, muitas vezes acompanhada de violência e tentativa de derrubar as autoridades políticas existentes. Originalmente, o termo tinha uma conotação mais próxima de "restauração", representando um retorno a uma ordem social e política anterior, como visto na Revolução Gloriosa na Inglaterra em 1688. No entanto, após a Revolução Francesa, a palavra "revolução" passou a ser associada a mudanças profundas e irreversíveis, frequentemente resultando na substituição de um sistema de governo por outro por meio de meios não legais e violentos (MARKOFF, 2015).

ou conservador (PAINE, 2009)²¹³. Burke, cujos escritos foram fundamentais para compreender o entendimento deste evento, ressaltou repetidamente a ideia de herança: os direitos e as liberdades dos ingleses eram direitos herdados. Em sua visão, a revolução teve o propósito de reinstaurar esses direitos usurpados ou negados ao longo do tempo (FURET, 2003).

Este conceito de revolução, implicando restauração, preservação e circularidade, é remanescente de uma concepção pré-moderna de revolução. É essencial levar em conta não apenas as interpretações posteriores, mas também o vocabulário político que impulsionou a prática da Revolução Inglesa. Muitos revolucionários perceberam seu papel como um de regeneração, restabelecimento e restauração de uma ordem que havia degenerado e se corrompido. Portanto, para Burke, a Revolução Gloriosa, vista como um movimento de restauração, era legítima (FURET, 2003). Contrastando, a Revolução Francesa simbolizava inovação, uma revolução no sentido moderno da palavra, marcada por uma insurreição total contra as ordens estabelecidas, com a desintegração das instituições existentes e a busca por um futuro desconhecido (FURET, 2003)²¹⁴. A retórica revolucionária defendia a criação de instituições baseadas em direitos racionais, visando uma República de direitos iguais e a igualdade perante a lei entre homens e mulheres. Esta linguagem universalista não estava enraizada em tradições antigas, mas sim na intenção de destruir a herança

²¹³ Thomas Paine (2009) distingue a Revolução Gloriosa da Revolução Francesa ao enfatizar que a primeira foi uma revolta contra o despotismo pessoal do rei, enquanto a última representou uma luta contra o despotismo da instituição monárquica como um todo. Ele argumenta que os direitos humanos foram compreendidos de forma imperfeita na Revolução Gloriosa, já que os ingleses apenas depuseram o rei, mantendo os princípios despóticos subjacentes. Paine também contestou as objeções de Burke em relação à violência, ao sistema eleitoral, ao "vácuo de poder" e à economia francesa, argumentando a favor da República e criticando a confiança cega na tradição e no passado. Nesse sentido, Paine dirá que "As revoluções que aconteceram anteriormente no mundo não continham nada que interessasse às massas. Chegavam apenas à substituição de pessoas e medidas, mas não de princípios, e surgiam ou desapareciam entre os acontecimentos comuns do momento. O que presenciamos atualmente poderia ser chamado, sem impropriedade, de contrarrevolução. A conquista e a tirania, em algum período do passado, destituíram o homem de seus direitos, e ele agora os recupera. E assim como a maré de todos os assuntos humanos têm o seu fluxo e refluxo em direções opostas, o mesmo ocorre nesse caso. O governo fundado numa teoria moral, num sistema de paz universal e nos inalienáveis direitos hereditários do homem move-se atualmente do ocidente ao oriente através de um impulso mais intenso do que o governo da espada se movia do oriente para o ocidente. Seu progresso não interessa a indivíduos determinados, mas a nações, e promete uma nova era à espécie humana". (PAINE, 2009, p. 200).

²¹⁴ François Furet (2003, p99) destaca que Burke foi o primeiro a perceber que a Revolução Francesa representou uma ruptura total com o passado e uma rejeição das tradições. Para Burke, a diferença crucial entre as histórias inglesa e francesa reside na ruptura radical com o passado provocada pela Revolução Francesa. Além disso, Burke critica a ideia de direitos universais, entendendo que a Revolução não apenas rompia com a monarquia, mas introduzia a democracia pura, desafiando a ordem até então estabelecida.

existente e estabelecer uma nova ordem fundamentada em direitos universalmente definidos pela filosofia contemporânea (SOUZA, 2016)²¹⁵.

Essa dicotomia entre revolução como restauração versus revolução como inovação é crucial para entender o pensamento conservador. A Revolução Francesa representava um movimento voltado para o futuro, competindo com a sociedade existente para construir uma nova ordem ideal (PAINE, 2009). Esta natureza de revolução como inovação era terrível para muitos, e esse temor fornece uma chave para entender o conservadorismo como um fenômeno histórico presente ativamente atualmente. No contexto da Queermuseu, essas reflexões sobre revolução e mudança são extremamente pertinentes. Sua existência passa a desafiar a ordem existente, propondo uma redefinição radical das normas sociais e das identidades pessoais. A exposição, ao celebrar a diversidade e desafiar as normas estabelecidas, pode ser vista como um espaço de revolução cultural. E como tal, também despertou reações conservadoras. Assim, embora os contextos sejam muito diferentes, as questões levantadas pelo movimento *queer* e pela Queermuseu refletem os debates contínuos sobre revolução, mudança e conservadorismo na sociedade.

c) *Liberdade*

Para analisar o conceito de liberdade, é necessário entender que, embora o movimento conservador o defenda, faz isso dentro de limites claramente definidos. Sua visão de liberdade é mais restrita, delimitada por princípios, valores, normas e convenções estabelecidos e, portanto, contida (SCRUTON, 2006). Em contraste, os revolucionários franceses concebiam a liberdade sem limites claramente definidos, permitindo assim a sua expansão irrestrita (FURET, 2001). Esta divergência na

²¹⁵ Em suas Reflexões sobre a Revolução em França, Burke critica severamente os ideais revolucionários, incluindo a noção de direitos humanos. Burke acreditava que as mudanças políticas deveriam ser lideradas pela nobreza e pelas classes dominantes, não pelos setores populares. Ele desaprovava a composição da Assembleia Nacional Constituinte francesa, que era dominada por pequenos burgueses e membros das classes trabalhadoras, e via isso como um elemento desencadeador da revolução. Além disso, Burke criticava a ideia de direitos universais, que considerava abstrata e perigosa. Para ele, os direitos humanos eram uma ameaça à propriedade e à ordem social, e ele enfatizava a importância de proteger a propriedade como um valor fundamental. Ele via os direitos do homem como armas que poderiam levar à desagregação da sociedade. Burke também elogiava os "preconceitos", que ele via como uma forma de orientação ideal e conduta moral. Ele argumentava que os preconceitos eram essenciais para tomar decisões rápidas e manter a estabilidade social. No entanto, sua visão dos preconceitos implicava em conformidade com normas e valores tradicionais, o que poderia levar à repressão de indivíduos e grupos que não se encaixassem nesses padrões. Em resumo, essa perspectiva conservadora, enraizada na defesa da propriedade e da hierarquia social, influenciou o pensamento político ao longo da história (SOUZA, 2016).

concepção de liberdade é uma linha de separação significativa entre correntes conservadoras e revolucionárias até os dias atuais.

No que diz respeito aos conceitos de liberdade, uma distinção importante é traçada entre a liberdade positiva e a liberdade negativa. A distinção entre liberdade positiva e liberdade negativa, como delineada por Isaiah Berlin, oferece um quadro conceitual valioso para explorar as complexidades da liberdade. Para o filósofo, a liberdade negativa é representada pela ausência de interferência externa nas ações individuais. Ela se concentra na proteção dos direitos individuais e na preservação da autonomia pessoal. Por outro lado, a liberdade positiva envolve a participação ativa na vida política e na formação das decisões coletivas, visando ao autogoverno coletivo. Ela está relacionada à esfera política e à capacidade de influenciar as escolhas que afetam a comunidade como um todo. No entanto, essa distinção nem sempre é nítida e pode variar dependendo das circunstâncias (BERLIN, 2002, p.229)²¹⁶. Segundo o pensamento de Berlin (1991, 2002), para que uma pessoa seja verdadeiramente livre, ela deve estar livre das inibições impostas pela estrutura social em relação ao exercício de seu livre-arbítrio. Exemplos de estruturas que podem inibir a liberdade individual incluem o classismo, o sexismo e o racismo, que restringem as oportunidades e a realização pessoal. A liberdade positiva é fortalecida quando os cidadãos têm a capacidade de participar ativamente do governo e quando seus interesses e preocupações são reconhecidos e colocados em prática. Assim, para alcançar a liberdade positiva, é necessário superar as restrições externas e os constrangimentos internos por meio de uma análise crítica das estruturas sociais opressoras. A análise do conceito de liberdade, seus desafios democráticos e a relação entre liberdade positiva e liberdade negativa suscita questões cruciais para a compreensão das dinâmicas políticas e sociais contemporâneas. Em contextos políticos complexos, a liberdade negativa, que se concentra na ausência de coerção e na não interferência nas escolhas individuais, pode ser comprometida quando condições materiais afetam a capacidade das pessoas de buscar seus objetivos de vida (CHAUÍ, 2017). Isso sugere uma interdependência entre as liberdades positiva e negativa, desafiando a nítida distinção proposta por Isaiah Berlin.

Além disso, a busca pela autodeterminação nacional introduz outra dimensão à compreensão da liberdade positiva, que pode ser usada como um instrumento para

²¹⁶ Isaiah Berlin (2002) lembra que a liberdade positiva pode degenerar em totalitarismo, minando os direitos individuais.

promover a igualdade e a liberdade coletiva, como evidenciado em movimentos de independência e descolonização. No entanto, a ênfase na liberdade positiva também traz preocupações, como o risco de uma "ditadura da maioria" em regimes democráticos, onde a maioria busca impor sua vontade sobre minorias. Esse aspecto está representado pelo avanço do conservadorismo no contexto atual. O conservadorismo, através de sua prática política, ao enfatizar a manutenção da ordem estabelecida, tem provocado a opressão da maioria sobre os direitos da minoria, especialmente em questões de direitos civis e políticos.

Considerando o objeto de nossa análise e o contexto em que ele se insere, a discussão sobre liberdade assume uma importância particular. A Queermuseu, enquanto espaço cultural, desencadeou e refletiu esses debates no âmbito público. Dessa forma, o conflito em torno da concepção de liberdade, bem como a tensão entre conservadorismo e revolução, emerge de forma evidente nesse episódio. Assim, esses conceitos e discussões podem fornecer um quadro valioso para compreender a arte e a cultura *queer* na sociedade contemporânea, evidenciando o contexto em que o conservadorismo defendia uma liberdade seletiva e permeada de contradições.

d) Estados

Ao se considerar o termo "Estado" em referência aos estamentos ou estados gerais - uma instituição do antigo regime francês que foi destruída pela revolução - evidencia-se a diferença entre as revoluções francesa e inglesa, uma vez que o primeiro ato da revolução francesa foi transformar os Estados Gerais em uma Assembleia Nacional, um ato de inovação ao invés de restauração. De fato, os franceses poderiam ter conduzido sua revolução da mesma maneira que os ingleses fizeram com a sua, ou seja, restaurando as antigas liberdades. No entanto, a opção foi por inovar, por construir um Estado a partir do "zero".

A retórica conservadora, que se enche de metáforas sobre os fundamentos da sociedade, acusando as correntes progressistas de tentar construir Estados sobre alicerces instáveis, persiste até os dias de hoje (SCRUTON, 2006). Para Burke, ao invés de aproveitarem os fundamentos estabelecidos pelo Antigo Regime, os quais, em sua perspectiva, proporcionavam algum tipo de liberdade, os franceses escolheram destruí-los. Fizeram uma tabula rasa dessas instituições e substituíram-nas por uma quimera metafísica, no entendimento conservador (JONES, 2017)).

A noção de "invenção", dentro dessa visão, assume um tom pejorativo, representando a oposição entre a experiência e a tradição. Conservadores, então, passaram a criticar o racionalismo universalista, que pretendia guiar a reforma da sociedade com ideias preconcebidas pela filosofia, reflexão, imaginação e crítica. Ao contrário, eles enfatizam a experiência e a tradição, insistindo na ideia de que se algo tem longevidade, possui algum mérito, mesmo que não possa ser racionalmente explicado (BOURKE, 2015). Nesse sentido, tendo em vista que a Revolução Inglesa tenha ficado restrita à elite, considera-se que a revolução Francesa tenha adquirido um caráter universal, tornando-se um protesto, uma rebelião, uma revolução em nome da humanidade (JONES, 2017). Uma concepção que ilustra bem essa situação foi o questionamento sobre os direitos de propriedade, o qual gerou preocupações significativas, provocando uma postura defensiva e atenta ao que estava acontecendo e seus possíveis desdobramentos (FURET, 2001). Nesse sentido, percebe-se a tensão gerada no movimento conservador diante do perigo de subverter completamente as estruturas estabelecidas, como o direito privado, o que se relaciona bastante bem com o conservadorismo atualmente, especialmente no contexto do que chamam de ação anticomunista.

Para além disso, é preciso considerar também a resistência ao completo descarte de estruturas estabelecidas se manifesta até mesmo dentro da tradição revolucionária marxista, com figuras como Lenin reconhecendo a dificuldade de dismantelar costumes sociais enraizados e defendendo um estado de transição rumo ao comunismo (LENIN, 2017). Assim, até mesmo na tradição revolucionária ecoa o princípio conservador de lidar com hábitos e tradições arraigados, destacando a complexidade da interação entre conservadorismo e mudança (LÖWY, 2015).

e) Conspiração

Com o intuito de traçar um paralelo com a retórica contemporânea conservadora, torna-se notável o tom de conspiração associado à figura da revolução. Há alusões a um perigo iminente que a humanidade pode enfrentar e à possibilidade de uma "praga" revolucionária disseminar-se amplamente. Este tipo de discurso parece ecoar na linguagem utilizada por conservadores contemporâneos, sugerindo que a revolução pode ser vista como uma ameaça potencial (DA EMPOLI, 2019; BASTOS et al, 2022). Consequentemente, uma postura anti-iluminista e contrarrevolucionária é enfatizada, indicando como a temática da conspiração tem sido uma constante nessas

retóricas, se renovando e perdurando ao longo dos séculos até os dias atuais (MIRANDA, 2021). Assim, a extrema-direita contemporânea parece seguir o lema dos anti-iluministas dos séculos XVIII e XIX, fundamentando suas ideias em teorias conspiratórias, como em relação às políticas públicas de educação sexual, banalizadas através de campanhas conservadoras que nomearam essas políticas de “kit gay” e “mamadeira de piroca”, o que guarda simetria com o episódio da Queermuseu, que foi retratada como parte de uma suposta 'agenda' ou 'conspiração' para converter as pessoas a uma suposta “agenda gayzista” ou “ditadura gay”, um eco claro das teorias de conspiração presentes no discurso conservador (ARANTES, 2021, p.95).

f) *Direito.*

Na sequência, pretende-se abordar uma epistemologia associada ao direito natural. Os pilares escolhidos para esta análise incluem experiência, tradição, hereditariedade e casuísmo - este último se referindo à valorização do específico em detrimento do geral. Esses elementos se conectam e estabelecem uma base sólida para o conservadorismo na tradição do *common law*, amplamente presente em culturas anglófonas e menos evidente nos contextos latinos. Iniciaremos essa discussão com uma breve consideração sobre o direito natural. Para tal, utilizamos um fragmento da Enciclopédia Britânica, cuja autoria representa uma contraposição à Enciclopédia das Luzes francesa, e notadamente adota uma postura mais conservadora. Essa obra torna-se assim um guia apropriado para o nosso debate. Nela, encontramos um exame do direito não escrito da Inglaterra, baseado em aspectos da lei que não são estabelecidos por meio de uma escrita específica, mas ganham força através do uso constante e da aceitação universal - a chamada "*common law*".

Diferentemente de um sistema parlamentar, que cria leis positivas e prescritivas, o *common law* é um costume registrado, cuja validade persiste mesmo na ausência de documentação escrita (POSTEMA, 2019). A partir disso, podemos desdobrar o *common law* em duas dimensões: a arte de criar leis, que envolve a legislatura, e a hermenêutica jurídica, que é a ciência de interpretar leis. No que concerne à arte de criar leis, o *common law* considera a legislação como uma prática casuística, destinada a resolver necessidades específicas da vida em sociedade, contrapondo-se à ideia de que a sociedade possa ser reduzida a princípios universais ou racionais

(FOUCAULT, 2008, p.33). Os teóricos do *common law* defendem a ideia de que a lei deve surgir de circunstâncias específicas para resolver problemas concretos e se construir de maneira acumulativa, registrando e recuperando a experiência e os costumes vividos, ao invés de estabelecer novos hábitos. No campo da hermenêutica jurídica, focada na interpretação das leis, o *common law* não se fundamenta em princípios universais abstratos ou em raciocínios filosóficos generalizantes. Em vez disso, as leis são avaliadas pela sua longevidade, entendendo-se que a persistência de uma lei ao longo do tempo é um testemunho do seu mérito e da sua capacidade de resolver problemas concretos, além de sua autoridade (SCRUTON, 2019, p.20). Portanto, o *common law* valoriza a tradição e a experiência acumulada no tempo, tanto na criação quanto na interpretação das leis.

A tradição do *common law* sugere que a razão, especialmente a razão individual, é insuficiente para a interpretação das leis. Na tradição do *common law*, a razão de um indivíduo não é capaz de desvendar as complexidades do corpus de leis que perduraram ao longo dos séculos. As leis são formadas para resolver problemas específicos em circunstâncias específicas e são reformadas para lidar com novos problemas que surgem. Portanto, elas não podem ser interpretadas com base em parâmetros ou princípios racionais universais. Nessa ótica, o conservadorismo é a tradução da epistemologia do *common law* para um contexto político, além de jurídico (SCRUTON, 2019, p.28). É uma politização da tradição jurídica. Conforme indicado pela citação implícita, a jurisprudência é o estudo e a prática do direito, sendo considerada a "razão acumulada dos séculos", combinando princípios de justiça original com a "infinita variedade das preocupações humanas" (BURKE, 2014, p.114). Essa última frase alude à concepção de que a sociedade é composta por casos particulares que não podem ser reduzidos a regras gerais, e, portanto, a lei deve abordá-los de maneira casuística, caso a caso, levando em conta sua especificidade, em vez de adotar uma abordagem universalista.

Neste contexto, podemos apreciar a presença implicitamente forte da tradição do *common law*, particularmente no contexto conservador da política e da prática jurídica (BOURDIEU, 2012, p.277). A próxima seção irá abordar como esse entendimento do *common law* pode se relacionar com discussões contemporâneas sobre arte *queer*, diversidade sexual e a Queermuseu, à medida que estas questões navegam pelas águas turbulentas, da tradição e da inovação.

g) Tradição e inovação

Ao abordarmos a experiência como o último critério de legitimidade epistêmica, nos deparamos com um pilar essencial na tradição do conservadorismo. Segundo esse princípio, a verdade emergente da vivência prática e de séculos de acumulação histórica deveria ser a mais considerada, trazendo à tona a sabedoria inerente à tradição e ao tempo (SCRUTON, 2019, p.20). É uma visão que se contrapõe à do racionalismo, no qual a tradição não tem valor intrínseco e deve ser sempre submetida a critérios racionais universais. O conservadorismo, por sua vez, resiste a essa visão. Tomemos como exemplo o caso da monarquia absolutista na França. O racionalismo revolucionário, com sua ênfase na dignidade e nos direitos universais, encorajou a queda desta estrutura política em nome de uma maior igualdade. O conservadorismo, por sua vez, questiona tal proceder, levantando questões sobre a legitimidade de se descartar séculos de tradição e prática política em prol de aventuras abstratas (BURKE, 2014). Há um entendimento entre os pensadores conservadores de que a busca por transformações radicais, como a ocorrida durante a Revolução Francesa, representa uma negação da realidade do pecado original e um ato de orgulho humano. Para eles, o Iluminismo e a revolução foram manifestações desse pecado, uma insurreição contra Deus, e a violência resultante foi a consequência natural da tentativa de rejeitar a autoridade divina e criar um governo baseado na liberdade desvinculada do governo. Portanto, os conservadores acreditam que as constituições e as instituições humanas não devem ser separadas do espírito e da tradição do povo, e as obrigações políticas devem ser fundamentadas na devoção às coisas estabelecidas e em Deus, não em contratos ou consensos humanos. Inclusive, Scruton dirá que

Todas as constituições e todos os Estados são inseparáveis da vida interna da associação civil, e a tentativa de separar a constituição do espírito velado do povo significa morte social e política. Para Maistre, as obrigações para com a soberania não podem ser baseadas em contrato ou consenso, mas somente na devoção às coisas estabelecidas. O verdadeiro objeto da obrigação política não é o Estado, mas Deus, e é no dever religioso que se deve fundar a obrigação em relação a todas as instituições humanas. Além disso, é Deus, e não o homem, o criador das constituições e o legislador final, com todos os pensamentos revolucionários franceses a esse respeito sendo nada além de blasfêmias destinadas a reforçar a incompetência humana (SCRUTON, 2019, p.57).

Vale ressaltar que, embora a conexão entre conservadorismo e a manutenção da ordem social seja uma relação evidente, é crucial reconhecer que nem todas as estratégias voltadas à preservação do status quo podem ser categorizadas como estritamente conservadoras. A história revela a implementação de múltiplas estratégias de manutenção da ordem, frequentemente fundamentadas em diferentes tradições e contextos, o que indica a diversidade de abordagens nesse sentido. Portanto, o conservadorismo, como uma cultura política de preservação, busca manter certos aspectos do antigo regime ou tradições consideradas positivas, mas essa busca não é homogênea e pode variar amplamente ao longo do tempo e em diferentes culturas (BURKE, 2014)

h) Conclusão.

Diante dessas reflexões, faz-se importante sublinhar que o conservadorismo, conforme expressado anteriormente, surge primeiramente como uma epistemologia: é uma posição acerca dos fundamentos do conhecimento da práxis política que, mais do que um programa de ação, está preocupada em deslegitimar a maneira de operação dos seus oponentes revolucionários, ao invés de se manifestar sobre seus atos específicos de governança. Ou seja, a luta central do conservadorismo é em defesa de uma certa maneira de conceber e praticar a política contra outra, a revolucionária, que é a inovação radical.

O segundo ponto, é que o conservadorismo é bastante influenciado pela tradição jurídica (SCRUTON, 2019). Como argumentado, podemos compreender o conservadorismo como uma politização da experiência contida na prática jurídica, conceito intrínseco ao direito. Ele encontra na experiência o critério de autoridade máxima em questões políticas, valorizando as tradições como reservatórios da experiência humana e se opondo ao racionalismo e à especulação, termos estes usados pejorativamente. Isso nos remete à importante questão dos projetos que tramitam atualmente no Congresso Federal brasileiro, que buscam uma alteração do modelo institucional do Supremo Tribunal Federal, fundamentando essa perspectiva na *common law*, que culminaria na valorização radical da tradição²¹⁷.

²¹⁷ SBS. 2021. André Mendonça no STF: em um tribunal de onze ministros, uma única nomeação pode fazer diferença?. 13/07/2021. Disponível em: <<https://sbsociologia.com.br/andre-mendonca-no-stf-em-um-tribunal-de-onze-ministros-uma-unica-nomeacao-pode-fazer-diferenca/>>, acessado em 20/10/2023.

Agora, chega-se à parte que considero ser a mais relevante conclusão: o conservadorismo não se define pela oposição às transformações políticas específicas, mas pelo espírito da transformação em si. Este consiste numa cultura política de preservação, uma tradição que vê na conservação um fim em si mesma. Isto responde ao questionamento que fiz anteriormente, na análise sobre Burke. Ele não está afirmando que certas inovações da Revolução Francesa são boas e outras ruins, mas sim rejeita o espírito de inovação como um todo, onde as inovações são maléficas por serem inovações. Aqui, cabe uma ressalva importante. O conservadorismo rejeita a inovação quando ela é embasada em um racionalismo puro, negligenciando a experiência.

Deste modo, ao enxergar o levante conservador como um fenômeno moderno, somos levados à conclusão de que, em face deste mundo que avança rumo a um futuro desconhecido, o conservadorismo vai ganhando força cada vez mais, se constituindo como uma reação à Nova Era e busca a manutenção da ordem, se originando da inquietude ou desconforto em tempos de crises que se sobrepõem.

Por fim, trago à discussão a importância do exame de como ideias conservadoras são apropriadas e difundidas na sociedade brasileira, a exemplo da influência conservadora sobre a arte, como na Queermuseu. Este é um processo complexo que, ao englobar influências históricas, culturais, políticas e sociais, e que se manifesta de várias formas, seja através de discursos, políticas públicas, práticas sociais ou movimentos organizados, demonstra a tensão entre tradição e inovação. E é através dessa análise, portanto, que podemos expandir nossa compreensão sobre o contexto brasileiro atual.

3.2. Sombras do passado presente: ressonâncias do Fascismo na contemporaneidade

A contemporaneidade política vem provocando questionamentos profundos sobre a natureza e repetibilidade do fascismo, comumente confinado a um contexto específico - a Europa das décadas de 1920 e 1930²¹⁸. Contudo, o retorno inesperado de movimento radicais de direita²¹⁹ tem levantado questões complexas sobre a relação entre a escrita da história e o uso público do passado. O historiador Reinhart Koselleck (1992), pioneiro na "história dos conceitos", argumenta que a experiência histórica antecede sua conceptualização, mas essa conceptualização é essencial para tornar compreensíveis os elementos sociais que moldam a história. Existe uma tensão intrínseca entre os fatos históricos e sua expressão linguística, pois ambos são distintos e, ao mesmo tempo, inseparáveis. Pesquisadores sobre o assunto, como os historiadores Enzo Traverso e Emilio Gentili²²⁰, hesitam em rotular os movimentos atuais como "fascismo" devido às notáveis diferenças em relação aos movimentos da década de 1930 (TRAVERSO, 2016, p.05). No entanto, a necessidade de uma compreensão comparativa é inegável. O termo "pós-fascismo"²²¹, por exemplo, surgiu como uma forma de distinguir a nova realidade política, sugerindo tanto continuidade como transformação em relação ao fascismo histórico (TRAVERSO, 2019).

²¹⁸ Emilio Gentile, renomado historiador italiano especializado em fascismo, enfatiza que o perigo atual não reside no retorno do fascismo tal como o conhecemos historicamente. Ele argumenta que a ameaça atual é que, em nome da soberania popular, a democracia possa assumir características nacionalistas, racistas e xenófobas. Gentile salienta que é um erro rotular indiscriminadamente líderes políticos contemporâneos, como Trump, Putin, Bolsonaro e Orbán, como fascistas, pois isso obscurece a compreensão da verdadeira natureza desses fenômenos. Em vez disso, ele enfatiza a necessidade de entender as causas subjacentes e os perigos que a democracia pode enfrentar quando líderes nacionalistas e discriminatórios são eleitos com o apoio popular. Em resumo, Gentile rejeita a ideia de um retorno direto do fascismo, mas alerta para os riscos que a democracia pode enfrentar quando líderes com visões nacionalistas extremas ganham poder através do voto popular. BBC. 2019. 100 anos do fascismo: 'O perigo atual é que a democracia vire repressão com apoio popular', diz historiador. 24/03/2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47686939>>, acessado em 13/10/2023.

²¹⁹ Virgínia Fontes (2019) chamará esse movimento de protofascista, termo utilizado para descrever personalidades ou governos que apresentam características embrionárias do fascismo, ainda que não tenham se transformado em regimes genuinamente fascistas. O conceito ajuda a compreender a evolução e gradação desses fenômenos políticos, especialmente em contextos contemporâneos.

²²⁰ Emilio Gentile, inclusive, será mais enfático ao afirmar que não estamos diante de um retorno do fascismo na Europa, nem em qualquer outra parte do mundo (GENTILE, 2019).

²²¹ Outra terminologia recorrente é "neofascismo", que tem se destacado, na análise contemporânea, por ajudar a entender a ascensão da nova direita no "TP". Assim, essas terminologias, como "neofascismo" ou "protofascismo", são úteis para compreender essas transformações. O termo "pós-fascismo" também é relevante, pois as variantes do fascismo clássico na atualidade não conseguem reproduzir totalmente as especificidades da ideologia original, buscando recompor-se em novas configurações. No entanto, é importante ressaltar que não há uma definição única de fascismo, e os termos são utilizados de maneira variada.

Apesar do conceito de "pós-fascismo" não responder todas as inquietações, ele reflete essa fase de transição e reconhecimento da complexidade das mudanças políticas contemporâneas e ajuda a capturar a ideia de que o passado fascista ainda influencia, de alguma forma, os movimentos políticos atuais, mesmo que não sejam repetições do passado, destacando assim a importância da análise histórica e linguística na compreensão do presente político.

A evidência desse processo pode ser observada em vários países²²², incluindo o Brasil. Isso nos leva a refletir sobre o potencial do fascismo em se manifestar de diferentes formas em contextos contemporâneos, o que nos leva a perguntar se a extrema-direita emergente no Brasil, e no mundo, pode ser de fato categorizada como "protofascista", ou se apenas vivemos reflexos de uma radicalização marcada pela crise da deterioração da democracia burguesa²²³, em vez de uma configuração fascista consolidada. De fato, nuances do fascismo, como autoritarismo, nacionalismo radical e intolerância étnica, têm elevado a preocupação global ao redor do tema, tornando os estudos comparativos cruciais para compreender esse fenômeno e suas ameaças à democracia liberal e ao enfraquecimento das instituições democráticas.

Portanto, o objetivo desta análise é buscar compreender o fenômeno atualmente em curso no "TP", que frequentemente chamamos de "fascista". Para esta análise, faz-se necessário um exame das raízes do fascismo clássico, suas manifestações históricas na Alemanha e na Itália, bem como do pós-fascismo, que busca resgatar o ideário fascista após a dissolução dos regimes nazista e fascista. Para isso, consideramos que, embora a experiência fascista contemporânea apresente diferenças em relação ao passado, ela ainda retém traços do ideário original. Isso não implica necessariamente a evolução para regimes genuinamente fascistas, mas há características e elementos similares.

De forma geral, podemos caracterizar o fascismo como um movimento reacionário de massa com raízes nas classes intermediárias das formações sociais capitalistas, que incorpora uma crítica superficial e profundamente conservadora da economia

²²² Cada país apresenta características específicas, como o foco em muçulmanos, imigrantes, minorias religiosas, nacionalismo xenóforo, racismo ou intolerância étnica.

²²³ Em 1992, prevendo a falência do Estado liberal, diante das crises cíclicas do capitalismo, e sua tomada pelas ideologias de extrema-direita, para preservação das elites globais, Fidel Castro teria anunciado que "La próxima guerra en Europa será entre Rusia y el fascismo, solo que el fascismo se llamará democracia". Ver: CUBA EM RESUMEN. 2023. Fidel, imortalizado en Moscú: potente mensaje de Rusia al mundo. 03/01/2023. Disponível em: < <https://cubaenresumen.org/2023/01/03/fidel-imortalizado-en-moscu-potente-mensaje-de-rusia-al-mundo/>>, acessado em 20/10/2023.

capitalista e da democracia burguesa (TRAVERSO, 2019; PAXTON, 2007, p.358)²²⁴. Autores brasileiros como André Singer (2022), Alysson Mascaro (2022) e Muniz Sodré (2023) nos ajudam a entender como, na conjuntura brasileira, esses movimentos emergem e são apoiados por diferentes frações da classe média. No entanto, nesse contexto complexo, é crucial não desconsiderar os conflitos entre as diferentes burguesias. Os casos clássico e brasileiro do fascismo atestam que o cerne do processo político reside nesses embates. Assim, esses processos políticos geralmente são marcados pela intensa intervenção política de uma classe social intermediária: a pequena burguesia no fascismo clássico e a classe média no neofascismo.

Na análise desses fenômenos, tanto no fascismo clássico quanto no neofascismo, durante as fases mais avançadas do processo de fascistização, as classes populares encontram-se em posição defensiva após sucessivas derrotas (MELO, 2013, p.03). Esta situação acaba incapacitando as classes populares de proporem alternativas políticas próprias e soluções para as crises postas. Assim, a ascensão do fascismo e do neofascismo não se dá meramente pela vontade e ação dos setores dominantes da burguesia, mas também pela conjuntura de fragilidade política das classes populares²²⁵. Desta forma, a análise desses movimentos neofascistas requer uma abordagem histórica e teórica que considere as contradições de classe, as disputas entre as frações da burguesia, e a situação política das classes populares (FIORI, 2005). É através desta lente que buscaremos compreender a ascensão do neofascismo brasileiro e suas características distintas em relação ao fascismo clássico.

Algumas definições teóricas e sintéticas do fascismo, destacam dois elementos essenciais para a compreensão do fascismo. Primeiro, deve-se considerar o fascismo como um regime político reacionário de massa, diferenciando-o da simples luta contra a democracia burguesa. O fascismo, conforme o sociólogo Armando Boito Jr. (2021),

²²⁴ Uma conceituação mais precisa, elaborada pelo historiador Roger Griffin (1991, p.48), adicionará um elemento interessante que diz respeito ao “núcleo mítico” que, em suas várias permutações, é uma forma “palingenética do ultranacionalismo populista”. Analisando o termo “palingenética”, Botio Jr compreende que “No sentido dado por Griffin, o termo palingenético remete a mitos de regeneração e renascimento nacional, encontrados em todas as formas históricas de fascismo que trazem embutidas a narrativa de que a situação de decadência em que se encontra a sociedade pode ser resolvida por um processo de restauração da glória essencial da nação encontrada em reconstruções míticas do passado”.

²²⁵ Contudo, Demian de Melo (2013, p.05) lembra que, “de qualquer modo, a colaboração que as elites políticas tradicionais, liberais e conservadoras tiveram com a ascensão dos regimes fascistas na Itália na década de 1920 e na Alemanha nos anos 1930 é um fato histórico comprovado”.

só pode ser aplicado quando a luta contra a classe operária assume uma base de massa de caráter pequeno-burguês, como ocorreu na Alemanha, Itália e em outros lugares onde o fascismo típico se manifestou. Segundo, a questão da especificidade do fascismo em relação a outras formas de regime, como a ditadura militar, dentro do contexto da forma de Estado capitalista de exceção²²⁶.

Nesse sentido, as definições geralmente convergem em um ponto: o fascismo é um movimento reacionário de massas (PAXTON, 2005). Uma ditadura militar que não possua uma base de massa minimamente organizada não pode ser considerada como uma ditadura de tipo fascista, mesmo que seja estabelecida para combater o movimento operário²²⁷. A definição mencionada de "regime político reacionário de massa" implica, como estabelece o historiador Robert Paxton (2005), que a massa referida não é um conglomerado amorfo com composição social aleatória. Na verdade, essa massa é predominantemente composta por indivíduos de classe pequeno-burguesa no fascismo original e, como veremos, principalmente de classe média no caso brasileiro.

Embora o fascismo tenha expandido sua base ao longo do tempo, é importante reconhecer que sua base precursora e principal foi composta por segmentos pequeno-burgueses e, conforme Antonio Gramsci (1978), por proprietários rurais. Outros autores como Barrington Moore Jr. (2010) também destacaram a presença da classe média nos movimentos fascistas. Moore Jr., por exemplo, utilizando estatísticas detalhadas sobre a composição socioprofissional do partido nazista, conclui que o NSDAP atraiu particularmente os trabalhadores de colarinho branco, que se sentiam ameaçados pela instabilidade social e pelas injustiças do sistema (MOORE JR, 2010, p.547). No caso brasileiro do século XXI, a base social tem sido composta predominantemente pela classe média, especialmente a alta classe média, e

²²⁶ Ambas as definições se baseiam conscientemente na teoria marxista, que considera o Estado como organizador da dominação de classe. Elas destacam o que é essencial no fenômeno do fascismo. Essas definições teóricas e sintéticas fornecem um guia para a análise do fascismo, embora não sejam caracterizações detalhadas do fenômeno. Assim como outras definições do materialismo histórico, essas definições requerem o desenvolvimento de uma análise abrangente do fenômeno em questão, relacionando conceitos como dominação de classe, valor, acumulação e relações de produção.

²²⁷ Robert Paxton (2005) dirá que, ao contrário dos regimes autoritários e ditaduras tradicionais, que buscam manter o povo apático (dócil) em relação à política, o fascismo mobiliza as massas, seduzindo aqueles que se sentem excluídos e desfavorecidos pelo sistema. Ao serem atraídos para a plataforma fascista, passam a enxergar na retórica supostamente antissistêmica uma saída para as mudanças políticas que almejam.

proprietários rurais²²⁸, que se articularam especialmente durante as manifestações pelo impeachment da presidenta Dilma Rousseff, e que mais tarde formaram a base social precursora e fiel do bolsonarismo.

A ideologia fascista reflete sua base social e aqui faremos uma segunda análise dessa definição. A ideologia fascista da pequena burguesia ou classe média é crítica, mas com uma perspectiva conservadora²²⁹. Com predomínio da classe média, há uma onda que critica à corrupção e à "velha política" de forma moralista, sendo favorável à concentração do poder no Executivo de base conservadora, chegando até mesmo a apontar para o fim da democracia burguesa, do sistema parlamentar e, de forma radical, do sistema judiciário. O discurso crítico, porém, conservador, pode ter um impacto popular que transcende sua origem de classe. No entanto, é importante evitar dois erros nesse aspecto. O primeiro é imaginar que o fascismo penetra indiscriminadamente em todas as classes sociais, de modo que a análise do fenômeno fascista poderia ignorar a divisão de classes. O segundo erro é ignorar o impacto popular desse fenômeno. O discurso superficialmente crítico, mas profundamente conservador do fascismo, pode confundir até mesmo as organizações democráticas e populares. Parte importante do Partido dos Trabalhadores (PT) e de partidos de orientação de esquerda, como o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), seus líderes, deputados e membros do governo de Dilma Rousseff, por exemplo, mostraram acreditar que a Operação Lava Jato tinha como objetivo combater a corrupção, ignorando o fato de que essa operação instrumentalizava politicamente a luta contra a corrupção para atacar exclusivamente empresas nacionais e o próprio PT, a fim de satisfazer interesses políticos e expectativas do capital estrangeiro e da

²²⁸ Tanto no fascismo original quanto no neofascismo brasileiro, os proprietários de terra têm apoiado o movimento desde o início. Na Itália pré-fascista e no Brasil atual, os proprietários de terra estavam em uma posição defensiva diante das classes populares e, portanto, eram favoráveis a um movimento antioperário e antipopular como o fascismo. Gramsci, em seu texto de 1921, menciona a existência de dois fascismos distintos, um da pequena burguesia e outro dos proprietários rurais em determinadas regiões da Itália.

²²⁹ Um outro elemento fundamental para compreender a perspectiva conservadora do fascismo é sua aura em relação a um passado mítico, conforme analisa o filósofo Jason Stanley (2019, p.19) ao dizer que: "A política fascista invoca um passado mítico puro que foi tragicamente destruído. Dependendo de como a nação é definida, o passado mítico pode ser religiosamente puro, racialmente puro, culturalmente puro ou todos os itens acima. Mas há uma estrutura comum a todas as mistificações fascistas. Em todos os passados míticos fascistas, uma versão extremada de família patriarcal reina soberana, mesmo que há poucas gerações. Recuando mais no tempo, o passado mítico era um tempo de glória da nação, com guerras de conquista lideradas por generais patriotas, com exércitos repletos de guerreiros leais, seus compatriotas, fisicamente aptos e cujas esposas ficavam em casa cuidando da próxima geração. No presente, esses mitos se tornam a base da identidade da nação submetida à política fascista".

alta classe média. Essa operação evidenciou como os conflitos entre diferentes frações da burguesia permeiam as instituições do Estado, já que a ação de um ramo da burocracia estatal, alinhado politicamente e com vínculos com o Departamento de Justiça dos Estados Unidos²³⁰, visava destruir, com o apoio da alta classe média, empresas nacionais e eliminar a liderança do PT, um partido de centro-esquerda que havia colocado obstáculos à política externa dos Estados Unidos na América Latina. Até mesmo a extrema-esquerda alimentou ilusões diante do discurso neofascista em ascensão, manifestando em alguns momentos apoio à Lava Jato, atraídos pelo discurso aparentemente crítico que estava estabelecido no momento²³¹.

Assim, outro aspecto do fascismo é sua configuração como um movimento reacionário, cujo objetivo político é eliminar o pensamento e os movimentos de esquerda. No fascismo original, a esquerda eram os partidos operários de massa, como o partido socialista e o partido comunista, que tinham programas voltados para a transição ao socialismo. Já no neofascismo, o inimigo a ser combatido é o movimento democrático e popular assentado nas políticas identitárias e classistas (DEMIAN, 2020). No atual contexto, de polarização política moderada em comparação ao passado, o neofascismo tem se contentado, até o momento, com a agitação nas redes sociais, o apoio de igrejas pentecostais e neopentecostais, que têm uma forte presença entre a população de baixa renda, e com manifestações esporádicas nas ruas.

Outro aspecto importante diz respeito ao fato do fascismo não surgir apenas em momentos de crise conjuntural. Os estudiosos do fascismo original, como Emilio Gentili (2019), destacaram fatores de longa duração, como o processo tardio de unificação da Alemanha e da Itália, a posição intermediária desses países na hierarquia imperialista e a presença de instituições e ideologias feudais remanescentes, como a Prússia e o Mezzogiorno, que favoreceram o surgimento do fascismo (BOITO, 2021, p.09). No Brasil, o passado recente da escravidão, as mudanças políticas ocorridas em momentos-chave, como em 1930, 1985 e 2003, a

²³⁰ LE MONDE. 2022. 'Lava Jato,' the Brazilian trap. 11/03/2022. Disponível em: <https://www.lemonde.fr/en/archives/article/2022/03/11/lava-jato-the-brazilian-trap_5978421_113.html>, acessado em 20/10/2023.

²³¹ Um caso emblemático desse episódio foi a defesa da ex-presidenta do PSOL, Luciana Genro, à operação Lava-jato em artigo publicado, em 2017, no seu site e largamente compartilhado nas redes sociais e veículos da imprensa à época. Ver: LUCIANA GENRO. 2017. Sobre defender (ou não) a Lava Jato. 22/04/2017. Disponível em: <<https://lucianagenro.com.br/2017/04/sobre-defender-ou-nao-a-lava-jato/>>, acessado em 20/10/2023.

instabilidade do regime democrático, a tradição do pensamento autoritário e a significativa presença da classe média como uma força social distinta, ora progressista, ora conservadora, na história política nacional, contribuíram de várias maneiras para a formação do contexto histórico que favoreceu o surgimento do levante neofascista. Assim, podemos supor que seja mais fácil surgir e crescer um movimento que idolatra a violência em uma sociedade que já pratica regularmente formas extremas de violência.

Se analisarmos a caracterização sintética da crise política que deu origem ao fascismo original, veremos que esse modelo pode se aplicar à crise política que gerou o neofascismo no Brasil, apesar das inevitáveis diferenças entre um e outro. Tanto na Itália quanto na Alemanha, a crise política levou à formação de governos controlados pelo partido fascista, em coalizão com partidos burgueses, e posteriormente à instauração de uma ditadura fascista (PAXTON, 1998). Essa transição ocorreu de maneira gradual e relativamente prolongada no primeiro país, enquanto no segundo ocorreu de forma mais concentrada e rápida. No Brasil, tivemos um governo que recorrentemente ameaçou e tomou medidas contra a democracia, mas que não conseguiu se manter no poder graças a uma forte coalização democrática, multifacetada e com interesses divergentes. Essas diferenças de resultados têm suas raízes nas particularidades de cada crise.

Quanto à dinâmica da crise política, é importante detectar algumas interações e encadeamentos entre os elementos mencionados e a evolução política que eles proporcionam. É o acirramento dos conflitos no interior do bloco no poder que desencadeia a crise política, uma vez que o movimento operário está organizado, ativo, porém derrotado e na defensiva. Esse acirramento, combinado à crise de representação partidária da burguesia, agrava e prolonga a crise. Os partidos burgueses perdem apoio eleitoral²³², e a burguesia e suas frações não conseguem mais se reconhecer em suas propostas programáticas²³³. Eles se tornam incapazes

²³² Vale lembrar, conforme ressalta Demian de Melo (2020, p.20), que “Foi o rompimento entre as classes dominantes e seus partidos tradicionais que abriu o caminho de Mussolini para sua ditadura”.

²³³ Vale lembrar que, em 2013, a política de conciliação de classes mostrou sinais de esgotamento. Após as eleições presidenciais de 2014, uma campanha acirrada que levantou suspeitas de fraude surgiu liderada por Aécio Neves, questionando o resultado eleitoral e a governabilidade de Dilma Rousseff. O protagonismo de Aécio Neves, candidato derrotado nas eleições, na campanha antidemocrática, lembrava os dizeres de Carlos Lacerda em relação a Getúlio Vargas: Não pode se candidatar; se for candidato, não pode ser eleito; se eleito, não pode tomar posse; se tomar posse, não pode governar”. Passado o processo e tendo vencida, mais tarde, a tese do impeachment contra a presidenta eleita, o partido de Aécio Neves, o PSDB, muito identificado com a burguesia brasileira, passou a amargar diversas derrotas eleitorais e ver seu protagonismo no campo da direita se deslocar

de desmobilizar o movimento operário e se tornam receptivos a soluções que antes seriam consideradas aventureiras, inclusive rompendo com o jogo democrático²³⁴. Apesar de impossibilitado de apresentar uma solução própria para a crise política devido às derrotas sofridas e à sua situação defensiva²³⁵, o movimento operário permanece suficientemente organizado e ativo para resistir ao aprofundamento da exploração desejada pelo grande capital²³⁶.

A pequena burguesia, ao se organizar por meio do movimento e do partido fascista, assume a luta contra o movimento operário, um objetivo também desejado pelo grande capital, mas demonstra uma notável incapacidade hegemônica, já que não apresenta uma plataforma política coerente em relação às questões econômicas, externas e sociais. A organização da pequena burguesia desencadeia ações violentas contra as organizações operárias e se destaca pela intensa politização de sua ação em resposta aos temores de revoluções operárias, como aconteceu na Itália e Alemanha diante da vitória do processo revolucionário na Rússia. Assim, diante da falta de partidos políticos representativos da burguesia e da incapacidade hegemônica da pequena burguesia, a tática do capital monopolista de se apropriar politicamente do movimento fascista pequeno-burguês para estabelecer sua hegemonia política se torna viável (PAXTON, 1998). Esse tipo de crise política e sua dinâmica são semelhantes, com as devidas adaptações, ao que temos observado na política

em direção a Bolsonaro. Ver: INTERCEPT BRASIL. 2022. Como o antipetismo alucinado desfigurou o PSDB. 08/10/2022. Disponível em: < <https://www.intercept.com.br/2022/10/08/psdb-antipetismo-eleicoes/>>, acessado em 20/10/2023.

²³⁴ Para Fernando Gabeira, no Brasil, a ascensão de Bolsonaro em 2018 refletiu o descontentamento das elites políticas e a desilusão com a democracia, que passaram a abraçar a possibilidade do surgimento de soluções autoritárias como solução política para o desenvolvimento nacional. Esse fenômeno, que expôs a fragilidade da democracia brasileira, está relacionado não apenas por desafios econômicos, mas também à falta de honestidade, confiança e lealdade às instituições da República.

²³⁵ “As duas últimas décadas do século XX foram anos de muita agitação política e lutas sociais da classe trabalhadora contra a ofensiva da classe dominante em impor o neoliberalismo como alternativa à crise econômica. Apesar dos diversos enfrentamentos e grandes mobilizações, a classe trabalhadora sofreu profundas perdas em seus direitos sociais e políticos que resultaram no aumento da exploração, da precarização do trabalho e da pobreza. Os sindicatos, afetados pela diminuição da base social acarretada pelo desemprego em massa, perderam capacidade de mobilização e foram neutralizados pela nova regulamentação das relações trabalhistas (GOMES SILVA, 2021, p.177).

²³⁶ O governo de Michel Temer (2016-2018) foi marcado por uma forte resistência dos movimentos populares, coletivos políticos e sindicatos de trabalhadores. Entre os diversos movimentos de resistência às políticas implementadas pelo então presidente, destacam-se os movimentos “Fora, Temer”, que levou milhares de pessoas às ruas em diversas cidades do país; “Ocupa MinC”, organizados por grupos de artistas que resistiram à extinção do Ministério da Cultura, logo no início do governo; a marcha das mulheres no 08 de março (8M); a greve geral, de 28 de abril de 2017, que mobilizou mais de 40 milhões de trabalhadores contra as reformas da previdência e trabalhistas; as mobilizações indígenas, entre elas a ocupação no Pico do Jaraguá, que pedia a revogação da portaria 683, do Ministério da Justiça, que anula a declaração da Terra Indígena na aldeia do Jaraguá, entre outras (GOMES SILVA, 2018).

brasileira recente. A seguir, analisaremos como cada um dos pontos e a dinâmica dessa crise se apresentam no Brasil, começando pela análise dos conflitos dentro das classes dominantes estabelecidas pelo cientista político Armando Boito Júnior, em seu trabalho “O caminho brasileiro para o fascismo”, de 2021.

O principal conflito no interior da burguesia brasileira, conforme Boito (2018), tem sido aquele que opõe, ainda que moderadamente, as grandes empresas nacionais, que constituem a base da burguesia nacional²³⁷, ao capital estrangeiro, cujos interesses são parcialmente incorporados à burguesia interna e à burguesia associada²³⁸. Considerando os diferentes segmentos do capital estrangeiro vinculados à economia brasileira, seja internamente ou externamente, podemos constatar que as associações e os Estados nacionais ligados a esses segmentos têm pressionado, de forma geral, pela implementação de uma política neoliberal extrema, que inclui abertura comercial, desregulamentação financeira, privatizações, superávit primário e redução dos direitos trabalhistas e sociais (LIMA, 2020, p.119). O PSDB, que vocalizou essa plataforma do capital internacional e da burguesia associada, foi o partido que mais representou esses interesses na cena política brasileira desde o final da década de 1980 (BOITO, 2021, p.13). Por sua vez, a grande burguesia interna, ao se opor seletivamente a um ou outro aspecto dessa plataforma, entrou em conflito com o capital internacional, como exemplificaremos mais adiante. Mas, primeiro, precisamos entender as raízes desses problemas, ou pelo menos parte delas.

Durante a ditadura militar brasileira, uma série de eventos políticos e econômicos moldaram a relação da burguesia nacional com o capital internacional. Antes desse período, o Estado brasileiro promovia a industrialização com apoio da burocracia estatal, da burguesia industrial e dos trabalhadores urbanos, superando obstáculos impostos pelos interesses das grandes potências mundiais. No entanto, em 1960,

²³⁷ A “burguesia nacional [está] vinculada à indústria, ao comércio de varejo e ao agronegócio, cujas expressões estão na Confederação Nacional da Indústria (CNI), na articulação chamada Diálogo pelo Brasil, integrada por Paulo Skaf, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), no movimento chamado Instituto Brasil 200 (IB200) e em empresas de segurança privada. Contudo, as divergências e disputas no interior do bloco no poder podem levar a uma situação-limite de ruptura com o regime democrático (SILVA, 2021, p.184)

²³⁸ Poulantzas (1978) propõe uma análise da burguesia em sociedades dependentes, destacando três frações distintas: a burguesia nacional, a burguesia interna e a burguesia compradora (ou associada). A burguesia nacional concentra a acumulação econômica internamente, apoiando políticas protecionistas e de independência do imperialismo, frequentemente aliando-se às classes populares. A burguesia interna, surgida com a internacionalização produtiva, é intermediária, dependente e concorrente do capital externo, apoiando conflitos seletivos com o imperialismo para garantir sua sobrevivência. A burguesia compradora é a mais submissa ao capital externo, agindo como correia de transmissão dos interesses imperialistas.

diante da alta dos preços dos alimentos e da crescente mobilização operária, a burguesia brasileira buscou resistir, adotando políticas econômicas de contenção salarial e uma política externa mais autônoma. Essa tentativa fracassou, levando à renúncia de Jânio Quadros e à ascensão de João Goulart, que tentou reinventar uma aliança nos moldes de frente única proletário-burguesa estabelecida nos governos Vargas, isto é, uma conciliação entre as forças da classe trabalhadora e a "burguesia nacional"²³⁹, para implementar as chamadas "reformas de base"²⁴⁰. No entanto, diante do aumento das demandas e mobilização da classe média somada à agressiva campanha de ameaça ao sistema, a grande burguesia brasileira abandonou a ideia da frente única e voltou-se para a reação que resultou na instauração da ditadura civil-militar em 1964 (LOUREIRO, 2017). Essa transição marcou o triunfo da burguesia associada sobre os setores nacionalistas, resultando em uma cooperação antagônica com o imperialismo²⁴¹ e reforçando a superexploração dos trabalhadores:

A ditadura militar aparece, assim, como a consequência inevitável do desenvolvimento capitalista brasileiro e como tentativa desesperada de abrir-lhe novas perspectivas. Seu aspecto mais evidente foi a contenção, pela força, do movimento reivindicativo das massas. Intervindo sobre os sindicatos e demais órgãos de classe, dissolvendo as agrupações políticas de esquerda e calando seus órgãos de imprensa, aprisionando e assassinando líderes operários e camponeses, promulgando uma lei de greve que obstaculiza o exercício desse direito trabalhista, a ditadura conseguiu promover,

²³⁹ Décio Saes, em um ensaio de 1981, argumentou que "a classe dominante irá encontrar a sua 'massa' contrarrevolucionária no seio da classe média" (SAES, 1981, p. 499), especialmente nos setores mais conservadores da burguesia comercial e dos proprietários fundiários. No entanto, a caracterização das classes médias e sua relação com as classes dominantes e o proletariado são desafios teóricos importantes, levando alguns a argumentarem que o golpe deve ser caracterizado como uma ação ofensiva da classe dominante contra o proletariado, enquanto outros enfatizam que o golpe visava garantir e aprofundar a inserção do Brasil no capitalismo.

²⁴⁰ Em 1961, Jânio Quadros renunciou à presidência do Brasil, desencadeando mudanças na postura do Partido de Representação Popular (PRP), do integralista Plínio Salgado, em relação a João Goulart (Jango). O PRP passou a criticar a política externa de Jango, culminando no rompimento de uma aliança estabelecida com a governabilidade em 1962. No período que antecedeu o golpe de 1964, o PRP se envolveu em manifestações e articulações como as Marchas da Família por Deus e pela Liberdade. As posições progressistas do governo Jango causaram descontentamento entre as elites e setores conservadores, contribuindo para o clima que levou ao golpe. A mobilização de massas desse período é comparada com eventos políticos contemporâneos, destacando a intervenção militar de 1964 como uma resposta à escalada das lutas sociais e ao medo do "fantasma comunista" (FICO, 2017, p.33).

²⁴¹ Isso significa que durante o regime militar no Brasil, o país estava de certa forma submisso às decisões dos Estados Unidos. No entanto, a chamada "burguesia subimperialista", que era uma parte da elite empresarial brasileira, conseguia exercer um grau de independência relativa para conduzir seus próprios planos, especialmente na América Latina. Isso significa que, apesar da influência dos EUA, essa fração da burguesia brasileira tinha certa margem de manobra para perseguir seus interesses na região latino-americana. Essa autonomia relativa permitia que eles desenvolvessem suas estratégias comerciais e políticas de maneira mais independente, dentro dos limites impostos pela cooperação com os Estados Unidos (MARINI, 2017, p.43).

pelo terror, um novo equilíbrio entre as forças produtivas. Ditaram-se normas fixando limites para reajustes salariais e regulamentando rigidamente as negociações coletivas entre sindicatos e empresários, acarretando numa sensível redução do valor real dos salários (MARINI, 2017, p. 153).

A análise de Ruy Mauro Marini (2017) sobre a transformação da burguesia brasileira revela sua incapacidade de resolver os problemas fundamentais do país. Diante dos desafios impostos pelo desenvolvimento econômico e das pressões populares por reformas democráticas e melhorias nas condições de vida, a burguesia nacional optou por uma estratégia de subserviência ao capital internacional. Essa estratégia levou à transição para uma economia de "nova dependência", conforme conceito elaborado por Fernando Henrique Cardoso (1970), na qual o Brasil se tornou subordinado aos interesses dos Estados Unidos, ao mesmo tempo que a burguesia nacional e associada, uma fração da elite empresarial, conseguiu manter certa autonomia para promover seus projetos, especialmente na América Latina. Para o sociólogo Florestan Fernandes,

"[...] o capitalismo dependente e subdesenvolvido constitui uma criação de burguesias que não podem fazer outra coisa além de usar os imensos recursos materiais, institucionais e humanos com que contam e a própria civilização posta à sua disposição pelo capitalismo para manter a revolução nacional nos estreitos limites de seus interesses e valores de classe. Elas contêm, ou sufocam, por esta razão, as impulsões societárias tão conhecidas ao igualitarismo, ao reformismo e ao nacionalismo exaltado de tipo burguês, expurgando-as, por meios pacíficos ou violentos, da ordem social competitiva. Elas se tornam, em suma, os agentes humanos que constroem, perpetuam e transformam o capitalismo dependente e subdesenvolvido, levando a modernização para a periferia e adaptando a dominação burguesa às funções que ela deve preencher para que a transformação capitalista não só possa reproduzir-se em condições muito especiais, mas, ainda, tenha potencialidades estruturais e dinâmicas para absorver e acompanhar os ritmos históricos das economias capitalistas centrais e hegemônicas (FERNANDES, 1987, p. 309)"

Essa "nova dependência", que contrastava com a antiga forma de dependência que prevaleceu nas três primeiras décadas do século XX, baseada em empréstimos de capital e na especialização da periferia na produção de *commodities*, se caracterizou fundamentalmente pela dependência de investimento estrangeiro na indústria nacional, fenômeno conhecido como "internacionalização do mercado interno". Assim, os interesses da grande burguesia interna foram ao longo das décadas de 1980 e 90 sendo enfraquecidas com a ascensão do modelo neoliberal (BOITO, 2021, p.14).

Durante a década de 90, a burguesia nacional brasileira passou por uma transição econômica e de dependência que redefiniu seus interesses e sua relação com o capital internacional. Durante esse período, uma nova forma de dependência, caracterizada por uma relação de "bombeamento" ou "sucção", sem contrapartida do centro imperialista com a periferia dependente, emergiu enfraquecendo a dimensão industrial da economia latino-americana, revertendo seu processo de industrialização e pressionando pela revitalização do papel primário-exportador (AMIN, 2005). A grande burguesia interna, que anteriormente havia ascendido à hegemonia política com o grande capital internacional, começou a enfrentar conflitos crescentes com seu antigo aliado devido ao baixo crescimento e estagnação econômica. No entanto, essa dinâmica não resultou em uma burguesia nacional progressista e anti-imperialista, mas tampouco levou a uma completa integração de toda a burguesia brasileira ao capital internacional. A burguesia brasileira, nesse contexto, operou em uma relação contraditória de cooperação com conflitos pontuais com as classes dominantes dos países centrais, adaptando seu campo de atuação às dinâmicas de expansão das economias hegemônicas, mantendo sua estrutura de dependência.

Assim, a década de 90 marcou uma fase de reconfiguração dos interesses e da posição da burguesia nacional no cenário internacional, sem, no entanto, romper com sua base de dependência estrutural. Essa transição evidenciou a complexa interdependência entre a burguesia brasileira e o imperialismo, tornando-a estruturalmente atrelada a essa dimensão e incapaz de promover qualquer tipo de enfrentamento radical com o capital estrangeiro. Dessa forma, com a implementação do modelo neoliberal e da nova dependência, o conflito entre o capital internacional e a grande burguesia interna substituiu o conflito entre o médio e o grande capital, que havia sido predominante no bloco no poder até então. Durante as três últimas décadas da história política brasileira, esse foi o conflito principal. Como lembra Boito Júnior, "A grande burguesia interna não é uma burguesia nacional. Ela não faz nada para romper com o imperialismo e não tem interesse nesse rompimento" (BOITO, 2021, p.15).

No entanto, dentro desse setor, ainda existem conflitos variados entre os diferentes segmentos da grande burguesia interna - bancos, indústria, agropecuária - e o capital estrangeiro, seja internalizado ou não, em diferentes setores da economia. O que queremos destacar é que, em seus múltiplos aspectos, a política neoliberal prejudicava os interesses de diferentes segmentos da grande burguesia interna para

atender aos interesses do capital internacional e da fração da burguesia brasileira associada a ele²⁴². Por sua vez, a política neodesenvolvimentista dos governos do PT fez exatamente o oposto, ou seja, relegou os interesses do capital internacional a um plano secundário para atender à grande burguesia interna. Assim, o conflito entre o capital internacional e a grande burguesia interna foi se agravando até eclodir no grande ciclo de crise política de 2013-2016, o que representa a primeira característica de uma crise política que pode levar ao fascismo em suas várias formas (BOITO, 2021, p.15).

Desse modo, primeira década do século XXI, no panorama brasileiro, desencadeou um período crítico de redefinição política e econômica, permeado por tensões e disputas entre elites e segmentos da sociedade. O contexto deste período foi estabelecido pela ascensão do "neoliberalismo progressista"²⁴³, uma fase que mesclava políticas neoliberais com a cooptação de movimentos sociais e líderes historicamente associados às lutas dos trabalhadores. A ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder, com amplo histórico de conexão com as lutas sociais dos trabalhadores, representou um momento crucial. As presidências de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e posteriormente de Dilma Rousseff (2011-2016), ambos do PT, foram marcadas pela tentativa de equilibrar os interesses do capital internacional com os anseios da burguesia nacional, procurando formar uma aliança neodesenvolvimentista, que incluía medidas de política social para uma ampla parcela da baixa classe média, operários, camponeses e, principalmente, trabalhadores da massa marginal (BOITO, 2021, p.15). A base desse projeto era a promoção do desenvolvimento através de políticas voltadas para o combate à pobreza, ao mesmo

²⁴² No entanto, havia uma área de unidade entre essas frações burguesas em disputa, que se baseava na dimensão antioperária e antipopular do neoliberalismo - a redução dos direitos trabalhistas e sociais. Mesmo assim, com o crescimento dos conflitos internos ao longo da década de 1990, a aproximação política entre a grande burguesia interna e a candidatura de Lula, em 2002, foi se consolidando (BOITO, 2021, p.16).

²⁴³ O conceito de "neoliberalismo progressista," elaborado por Nancy Fraser (2020, p.221) e discutido por Haider (2019), descreve uma estratégia do neoliberalismo que busca incorporar e assimilar pautas identitárias e de reconhecimento em sua agenda. Isso envolve transformar demandas por reconhecimento individual em um quadro que desconsidera as dimensões sociais da identidade e dificulta a organização coletiva. Haider (2019) exemplifica esse cooptação ao analisar como o movimento negro nos Estados Unidos viu suas lutas antirracistas radicais serem canalizadas para a ascensão de uma elite negra que promovia o multiculturalismo, ao mesmo tempo em que enfraquecia movimentos sociais e políticas sociais progressistas. Esse "neoliberalismo progressista" busca criar uma imagem de emancipação enquanto mantém políticas econômicas regressivas. No Brasil, isso também foi observado no cooptação de líderes sindicais pela financeirização e pelo aparato estatal, afastando-os de perspectivas anticapitalistas e despolitizando a mobilização popular. Em resumo, o neoliberalismo de cooptação procura apresentar uma face progressista enquanto mantém estruturas de desigualdade e exploração.

tempo em que buscava reconhecimento e integração internacional, notavelmente através da promoção da agenda Sul-Sul e com o grupo BRICS²⁴⁴.

O contexto internacional, contudo, teve uma virada com a crise econômica de 2008. Originada nos Estados Unidos, essa crise ressoou em todo o mundo, trazendo desafios significativos para o Brasil. A desaceleração do crescimento econômico e a volatilidade dos mercados tornaram-se proeminentes, favorecendo a acentuação de tensões já existentes entre as frações da burguesia e o capital internacional, levando a uma reconfiguração do cenário político.

Se por um lado, as administrações sob a liderança de Fernando Henrique Cardoso tinham uma clara inclinação pró-capital internacional, com políticas de radicalização da abertura comercial e a internacionalização do mercado bancário²⁴⁵; por outro, os governos petistas, particularmente sob a liderança de Dilma Rousseff, tentaram aprofundar uma estratégia neodesenvolvimentista. Essa abordagem causou apreensão no capital internacional, sendo vista com desconfiança por partes da elite política e econômica, tanto nacional quanto internacional. Essa tensão atingiu seu ápice no segundo mandato de Rousseff, quando a diminuição do crescimento econômico, junto à tentativa de fortalecer políticas neodesenvolvimentistas, alarmou o capital internacional e sua burguesia associada. Esta conjuntura de crises e conflitos culminou na campanha de impeachment contra Rousseff, que acabou por desencadear um deslocamento significativo nas configurações de poder.

A crise que marcou o governo de Dilma Rousseff não se limitou ao âmbito político ou econômico, mas foi a convergência de ambos. O economista Pedro Bastos (2017, P.45) perceber que desde o início do primeiro governo Dilma, em 2011, o Brasil já

²⁴⁴ O BRICS, inicialmente formado por Brasil, Rússia, Índia, China e, posteriormente, África do Sul, teve suas origens em 2001 com o artigo "Building Better Global Economic BRICs" de Jim O'Neil. Em 2008, os ministros das Relações Exteriores dessas nações se reuniram pela primeira vez, marcando o início de uma colaboração significativa. O grupo, concebido em um momento de otimismo sobre a globalização, continua a desempenhar um papel relevante na promoção da governança mundial reformista. Em sua 15ª Reunião de Cúpula, realizada em 2023, o BRICS anunciou a entrada de seis novos países: Arábia Saudita, Argentina, Egito, Etiópia, Irã e Emirados Árabes Unidos. Essa expansão representa uma mudança significativa na dinâmica geopolítica global. O BRICS, agora denominado BRICS Plus ou BRICS+, emergirá em 2024 como um bloco com as maiores reservas globais de petróleo, gás natural e alimentos. Ver: OPERA MUNDI. 2023. Para Celso Amorim, expansão do Brics reflete 'realidade do mundo'. 22/08/2023. Disponível em: <<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/82408/para-celso-amorim-expansao-do-brics-reflete-realidade-do-mundo>>, acessado em 23/10/2023.

²⁴⁵ Vale lembrar que os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) representaram a hegemonia do capital internacional e da fração da burguesia associada a ele, com base principalmente na classe média alta, embora também tenham tido apoio de setores operários - basta lembrar a posição favorável da central sindical Força Sindical em relação às políticas neoliberais (BOITO, 2021).

enfrentava desafios econômicos, o que levou o Governo a adotar políticas monetárias e fiscais restritivas para controlar a inflação. Posteriormente, houve uma mudança na política macroeconômica, com medidas para estimular a produção e o consumo interno, como a redução da taxa Selic, desonerações fiscais e investimentos públicos, atendendo às demandas da grande burguesia interna, especialmente o setor industrial. No entanto, essas medidas não conseguiram impulsionar o crescimento econômico de forma sustentável, e a economia brasileira enfrentou desafios estruturais e uma desaceleração, com alguns argumentando que a adoção da "Nova Matriz Econômica" tinha sido a responsável pela crise, enquanto outros apontaram para entraves estruturais na economia brasileira e a ineficácia das desonerações e estímulos setoriais. Além disso, o endividamento das empresas e o processo de financeirização do setor produtivo foram fatores que contribuíram para o agravamento da crise econômica. Por fim, a nomeação de Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda, que visava atender aos interesses de várias frações burguesas e tentar reconstituir a base de apoio política do governo, não conseguiu recuperar o apoio do mercado financeiro, enfraquecendo a sustentação política do governo de forma definitiva.

A crise política, por sua vez, teve seu início em 2014 e estava intimamente relacionada às crescentes tensões e investigações de corrupção no país, conforme afirma o sociólogo Jessé de Souza (2016, p.130). A Operação Lava Jato²⁴⁶, por exemplo, serviu como um catalizador desse processo. Esse fenômeno só foi possível devido à adesão de amplas camadas da sociedade civil, especialmente nas regiões sul e sudeste, que passaram a protagonizar um crescente levante contra os governos petistas. Essas camadas, predominantemente compostas pela classe média, expressavam seu descontentamento com as políticas sociais do PT e se organizaram em movimentos sociais reacionários, clamando pelo *impeachment*²⁴⁷. Essas mobilizações tiveram implicações significativas, com a burguesia associada ao capital internacional e partidos tradicionalmente alinhados a ela, como o PSDB,

²⁴⁶ INTERCEPT BRASIL. 2020. Leia todas as reportagens que o Intercept e parceiros produziram para a vaza jato. 20/01/2020. Disponível em: <<https://www.intercept.com.br/2020/01/20/linha-do-tempo-vaza-jato/>>, acessado em 24/10/2023.

²⁴⁷ G1. 2016. Manifestantes fazem maior protesto nacional contra o governo Dilma. 13/03/2016. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/manifestacoes-contra-governo-dilma-ocorrem-pelo-pais.html>>, acessado em 23/10/2023.

tentando navegar e capitalizar sobre esse descontentamento²⁴⁸. Além disso, a fração da burguesia que desembarcava do governo se realinhava em torno de uma alternativa drástica, representada na proposta de ruptura democrática simbolizada no programa "Uma ponte para o futuro"²⁴⁹ do PMDB. Embora a grande burguesia interna não tivesse uma resposta coesa para a saída da crise política, alguns setores como a Fiesp²⁵⁰, por exemplo, acabaram manifestando apoio a um possível governo Temer antes mesmo que o processo de *impeachment* tivesse sido iniciado formalmente²⁵¹. Esse realinhamento contribuiu para o agravamento da crise política no Brasil, que culminou no processo de *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016.

O *impeachment* de Dilma e a subsequente ascensão de Michel Temer ao poder marcam um ponto de inflexão na história recente do país. A nova administração, ao optar por adotar medidas austeras, exemplificadas pela Emenda Constitucional nº 95/2016, que congelou os gastos públicos, a retomada da política de privatização dos governos FHC, entre outras iniciativas, como as reformas previdenciária e trabalhista,

²⁴⁸ Contudo, vale lembrar que os candidatos presidenciais do PSDB - que funcionou de 1995 a 2014 como o partido político do capital internacional e da burguesia associada, e não como o partido da classe média, que é apenas sua base social - tentaram esconder durante as campanhas eleitorais sua condição de herdeiros de Fernando Henrique Cardoso (BOITO, 2021, p.16). Mesmo assim, a tentativa de se reconectar com sua base foi fracassada, haja vista as sucessivas derrotas eleitorais. Em 1994, o PSDB com FHC obteve 54,24% dos votos válidos no primeiro turno. Em 1998, sua porcentagem foi de 53,06%, também no primeiro turno. Em 2002, José Serra, representando o PSDB, conquistou 23,2% no primeiro turno e 38,73% no segundo turno. Já em 2006, com Geraldo Alckmin como candidato, o PSDB alcançou 41,64% no primeiro turno e 39,17% no segundo. Em 2010, Serra obteve 32,61% no primeiro turno e 43,95% no segundo. Em 2014, após os eventos de junho de 2013, Aécio Neves conseguiu 33,55% dos votos no primeiro turno e 48,36% no segundo, o melhor resultado desde FHC. Em 2018, o PSDB, representado novamente por Geraldo Alckmin, recebeu apenas 4,76% dos votos válidos no primeiro turno, marcando a primeira vez que o partido não avançou para o segundo turno de uma eleição nacional. Nas eleições de 2022, pela primeira vez desde a redemocratização, o PSDB não apresentou um candidato à presidência, sendo representado por Mara Gabrili como vice na chapa de Simone Tebet, do PMDB.

²⁴⁹ EXAME. 2016. Dilma caiu por não apoiar "Ponte para o Futuro", diz Temer. 23/09/2016. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/dilma-caiu-por-nao-apoiar-ponte-para-o-futuro-diz-temer/>>, acessado em 23/10/2023.

²⁵⁰ OGLOBO. 2016. Fiesp declara apoio às manifestações contra governo federal. 07/03/2016. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/fiesp-declara-apoio-as-manifestacoes-contragoverno-federal-18821957>>, acessado em 23/10/2023.

²⁵¹ A situação começou a mudar devido à política do segundo governo Dilma, que representou uma tentativa de radicalizar o neodesenvolvimentismo do PT e de aprofundar a integração do Brasil ao grupo dos BRICS, em meio à queda do crescimento econômico. Nessa nova situação, o capital internacional e a fração da burguesia brasileira associada a ele - assim como o governo dos Estados Unidos, conforme revelam documentos tornados públicos - avaliaram que era necessário reagir e que seria possível obter sucesso. Portanto, iniciaram uma ofensiva política. Primeiro, haviam apostado na vitória nas eleições de 2014, chegando muito perto de alcançá-la, mas não tiveram sucesso. Em seguida, apoiaram a proposta de *impeachment* que surgiu no movimento da alta classe média. Por fim, ao longo do segundo semestre de 2015, conseguiram afastar parte da grande burguesia interna da base do governo Dilma, que já demonstrava interesse em retomar o programa de reformas trabalhistas e previdenciárias e se sentia segura porque, com o *impeachment*, o PMDB assumiria o governo, e não o PSDB (BOITO, 2021, p.17).

buscou reverter parte do legado neodesenvolvimentista dos governos anteriores. Assim, as primeiras décadas do século XXI no Brasil ficaram marcadas por intensas lutas políticas e econômicas. O país testemunhou a ascensão e queda do projeto neodesenvolvimentista, a influência das crises econômicas globais, e a rearticulação de forças políticas e econômicas em resposta a essas dinâmicas. Este período formou um capítulo crítico na história brasileira, cujas reverberações são sentidas até hoje.

Contudo, por que o movimento da alta classe média pela destituição de Dilma Rousseff pode ser considerado o embrião do movimento neofascista brasileiro? Boito Júnior (2021, p.18) estabelece quatro elementos para compreender esse fenômeno.

Primeiramente, o conjunto do movimento tinha motivações reacionárias, expressando a revolta da alta classe média em relação à pequena ascensão das camadas de renda mais baixa, possibilitada pelas políticas econômicas e sociais dos governos do PT. O movimento da alta classe média identificou no PT e na esquerda em geral os inimigos a serem combatidos e eliminados. As manifestações de rua, as palavras de ordem, as referências grosseiras e agressivas aos simpatizantes da esquerda e da centro-esquerda, as ameaças e agressões contra seus militantes, líderes e intelectuais em espaços públicos por grupos de extrema-direita compõem esse cenário.

Em segundo lugar, o conjunto do movimento reacionário da classe média rompeu com o jogo democrático ao buscar o *impeachment* sem encontrar motivos que o justificassem, e algumas de suas alas defendiam explicitamente a instauração de uma ditadura, chegando a pedir a intervenção militar²⁵². Outro fator importante diz respeito a adesão ao movimento da alta classe média por parte de vários setores das igrejas pentecostais e neopentecostais, que haviam aderido de imediato à candidatura de

²⁵² Em 2018, as pesquisas de intenção de voto, assim como o mapa de resultados eleitorais desse ano, evidenciam que a alta classe média votou em grande proporção no candidato que abertamente defendeu durante sua campanha eleitoral a ditadura militar, a tortura, os torturadores, o machismo e a homofobia. Isso se tornou evidente através de várias declarações e atitudes do então candidato Jair Bolsonaro, que fizeram apologia à ditadura. “Um desses episódios em que Bolsonaro fez apologia à ditadura foi em 31 de agosto de 2016, dia da votação do impeachment da então presidenta eleita Dilma Rousseff. Bolsonaro homenageou em plenário o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, reconhecido pela Justiça de São Paulo como torturador durante o regime militar. O então parlamentar chamou Ustra de “herói brasileiro” e de ser o terror de Dilma. O torturador comandou o Doi-Codi do II Exército de São Paulo, um dos principais centros de tortura do país.” BDF. 2019. Pela 1ª vez desde a redemocratização, Brasil tem presidente que mitifica a ditadura. 31/03/2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/especiais/pela-1a-vez-desde-a-dedemocratizacaobrasil-tem-presidente-que-mitifica-a-ditadura>>, acessado em 23/10/2023.

Bolsonaro, em 2018²⁵³. Essa adesão permitiu a penetração, mesmo que tardia, da candidatura de Bolsonaro entre as camadas populares, devido ao conjunto de valores morais presentes na base popular dessas igrejas. Sobre esse aspecto a cientista social Esther Gallego dirá que,

Como resposta à crise moral causada por uma corrupção política sistêmica, pelo desgaste de anos sucessivos de governos de esquerda e por uma desordem social generalizada, Bolsonaro propõe retomar duas matrizes de valores, a religiosa e a militar, que, adotadas nos espaços privado e público, recuperariam a ordem tradicional que não deveria ter sido interrompida (GALLEGO, 2021, p. 65).

No que diz respeito ao ativismo político da burocracia estatal²⁵⁴, que é o terceiro elemento da crise política, nos referimos principalmente à Operação Lava Jato, que envolveu uma grande parte do "sistema de justiça" - contando com a passiva e ativa colaboração do STF, dos tribunais superiores e regionais e da Procuradoria Geral da República. Vale frisar que esses delegados da Polícia Federal, procuradores, juízes, desembargadores e ministros do STF compõem o estrato social da alta classe média, ao mesmo tempo que são funcionários do aparato repressivo do Estado, responsáveis pela manutenção da ordem capitalista. Nota-se também que, no Brasil, as instituições da República foram sendo enfraquecidas e cercados pela constante ameaça das Forças Armadas. Essas duas identidades contribuíram para uma postura ativa e conivente em relação a esse movimento. O teórico político Antonio Gramsci, ao refletir sobre a colaboração dos altos funcionários públicos com a ascensão e consolidação do fascismo na Itália, dirá que

Os fascistas só puderam realizar suas atividades porque dezenas de milhares de funcionários do Estado, em particular dos organismos de segurança pública (delegados de polícia, guardas-régias, carabineiros) e da Magistratura, tornaram-se seus cúmplices morais e materiais. Estes funcionários sabem que a manutenção de sua impunidade e o êxito de suas carreiras estão estreitamente ligadas aos destinos da organização fascista, e, por isso, têm todo interesse em

²⁵³ É importante lembrar que, conforme analisa Boito Jr, "Em contraste, o movimento em torno do governo Jair Bolsonaro não esconde suas pretensões ditatoriais, e a natureza da crise brasileira abre caminho para uma mudança no regime. Além disso, embora tenha tido uma vida parlamentar no baixo clero durante trinta anos e adotado as práticas mais tradicionais do jogo político, como colocar filhos na carreira política e empregar parentes nas respectivas máquinas parlamentares, seria enganoso tratá-lo como alguém de dentro do sistema. A marginalidade de sua carreira como deputado é um fato bastante objetivo. Não reconhecer isso e considerá-lo como um membro da elite tradicional impede que se compreenda como ele foi capaz de capitalizar o colapso da República de 1988, chegando ao poder com o apoio de setores do empresariado, das classes médias, dos setores populares frustrados pelo lulismo e/ou pertencentes à comunidade evangélica, do partido lavajatista de Moro, Dallagnol e cia, e, não menos importante, das Forças Armadas e dos efetivos das Polícias Militares" (BOITO, 2020, p.23)

apoiar o fascismo em qualquer tentativa que este faça no sentido de consolidar sua posição política” (GRAMSCI, 2004, p. 66).

O quarto elemento da crise política está claramente presente na desmobilização do setor progressista. A classe operária, juntamente com as classes populares e o campo democrático, sofreram uma série de derrotas a partir de 2013 e desde então encontram-se em uma clara posição defensiva²⁵⁵. Assim, ao longo dessas derrotas, as mobilizações operárias e populares mostraram-se bastante fragilizadas, enquanto as manifestações pela deposição de Dilma e pela prisão de Lula²⁵⁶ foram muito mais expressivas. Parecia que, no Brasil, a classe média abastada constituía a maioria da população. No entanto, é importante destacar a resistência por parte da classe trabalhadora organizada, como a greve geral de um dia contra a Reforma da Previdência, em 28 de abril de 2017, que mobilizou milhões de trabalhadores. Contudo, dada a fragilidade estrutural do movimento sindical e o desafio de articulação das jornadas nacionais de lutas, as demais greves e atos não conseguiram repetir o feito de abril. Vale ressaltar que essas greves e protestos com dimensões nacionais, num país continental e multifacetado como o Brasil, exigem uma capacidade de organização do movimento sindical que é bastante limitada. As greves gerais ou dias de luta, por exemplo, necessitavam de cerca de dois meses de antecedência de articulação para contornar os desafios que as centrais sindicais enfrentavam na mobilização dos trabalhadores.

²⁵⁵ No entanto, é importante observar que, assim como na Alemanha e na Itália, os partidos socialistas e comunistas retiveram, enquanto houve eleições livres, a maioria dos votos entre os trabalhadores, assim como no Brasil, Lula e o PT mantiveram a hegemonia eleitoral entre os trabalhadores da massa marginal, como evidenciado pela vitória de Fernando Haddad nos estados nordestinos nas eleições presidenciais de 2018. Assim, se por um lado o neodesenvolvimentismo entrou em crise, o lulismo, no sentido estrito da relação de Lula da Silva com os trabalhadores da massa marginal, continuou vivo, o que possibilitou sua vitória nas eleições de 2022 (BOITO, 2021, p.18).

²⁵⁶ Sobre o processo de condenação, prisão e soltura de Lula, a cientista política Ilse Gomes Silva (2021, p.1973) apresenta o seguinte resumo: “Podemos destacar também a prisão do ex-presidente Lula, no dia 07 de abril de 2018, pelas acusações de corrupção movidas pela Operação Lava Jato. Após ser condenado pelo então juiz Sérgio Moro nos processos5 do Triplex do Guarujá, Sítio de Atibaia e Instituto Lula, o ex-presidente ficou impedido de ser candidato nas eleições de 2018. Lula saiu da prisão em novembro de 2019, após 5806 dias preso na Superintendência da Política Federal, em Curitiba, Paraná, sendo solto somente após a divulgação de mensagens entre os integrantes da Lava Jato e o ex-juiz Sérgio Moro, nas quais ficavam claras as intenções políticas de impedir a candidatura de Lula e garantir a eleição de Jair Bolsonaro. Em março de 2021, Lula recuperou seus direitos políticos após o ministro do Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin, anular processos movidos contra o ex-presidente na 13ª. Vara Federal de Curitiba. No dia 23 de junho de 2021, o Plenário7 do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou o ex-juiz Sérgio Moro suspeito para julgar o ex-presidente Lula no processo do Triplex do Guarujá, anulando as acusações de corrupção. E, em 24 de junho de 2021, o ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, estendeu a suspeição de parcialidade do ex-juiz Sérgio Moro às condenações referentes ao sítio de Atibaia e do Instituto Lula. A suspensão dos direitos políticos de Lula, e consequentemente a inviabilidade de sua candidatura, garantiram a eleição, no segundo turno, de Jair Bolsonaro, com 55% dos votos do eleitorado brasileiro”.

A crise das instituições democráticas e de representação dos partidos burgueses, juntamente com a ofensiva restauradora do campo neoliberal extremado, a formação de um movimento reacionário de classe média e as derrotas e a defensiva do movimento democrático e popular culminaram na crise das instituições democráticas e abriram caminho para o neofascismo no Brasil. O PSDB, partido político que tradicionalmente representava o campo neoliberal, vinha experimentando uma trajetória eleitoral descendente. Em 2018, nem o PSDB nem qualquer outro partido burguês revelaram viabilidade eleitoral. O chamado "mercado", que preferia apoiar a candidatura de Geraldo Alckmin, à medida que essa candidatura se mostrou eleitoralmente inviável, passou a adotar gradualmente a candidatura de Jair Bolsonaro, que até então era uma candidatura da alta classe média, da maioria das correntes evangélicas e contava com o apoio de proprietários rurais e militares. A cientista social Esther Solano Gallego, ao analisar esse momento da história brasileira, dirá que,

Descontentes com a atuação do PT e o funcionamento do sistema político no seu conjunto, essas pessoas se sentiram representadas pela retórica antissistema, anticorrupção, anti-esquerdista, militar e patriótica, calcada na valorização da família, da ordem e dos bons costumes. No decorrer de 2017 e 2018 (antes das eleições), identificamos claramente o fortalecimento de um público conservador que até então não se sentia representado com fidelidade em nenhuma alternativa eleitoral viável existente anteriormente. Bolsonaro deu espaço, voz, nome e prioridade a opções políticas e comportamentais que, durante os cerca de 14 anos de governo do PT (iniciados em 1º de janeiro de 2003 e encerrados em 31 de agosto de 2016, com o impeachment de Dilma Rousseff), não estavam incluídas no espaço público hegemônico. Contrariamente ao que uma análise mais superficial pode concluir, Bolsonaro não arquitetou sua alternativa eleitoral apenas na rejeição dos governos petistas e no ataque da alteridade política e de seus oponentes ideológicos, mas sobretudo na construção de todo um referencial ideológico e afetivo claramente associado à direita mais radical, que deu pertencimento a milhões de brasileiros que não se sentiam representados até então. A decepção com o PT, o descrédito do sistema político brasileiro em seu conjunto, a potência da narrativa anticorrupção da Operação Lava Jato naquele momento e a gravidade da crise econômica forjaram o cenário propício para a emergência e o empoderamento desse fenômeno político (GALLEGO, 2021, p.51).

Como elemento adicional para aprofundar a crise política, a imprensa passou a publicar reportagens que refletiam o grande medo que tomou conta do mercado diante da possibilidade uma candidatura vitoriosa do campo progressista que pudesse ameaçar o programa de reformas neoliberais iniciado pelo governo de Michel Temer.

Essa situação favoreceu a cooptação dos interesses do grande empresariado pelo programa bolsonarista, demonstrando que a continuidade do programa econômico neoliberal parecia exigir soluções mais radicais e até mesmo temerárias, como o apoio a um político de extrema-direita, defensor de um regime ditatorial, sem base partidária e sem histórico que o credenciasse à presidência (BOITO, 2021, p.20).

A dinâmica da crise serviu como legitimação da opção dos grandes empresários à candidatura de Bolsonaro, ao mesmo tempo que a classe política continuava a desconsiderar os prejuízos às instituições republicanas e à ordem democrática causadas pelo *impeachment*, enquanto um setor do judiciário permanecia atuando como um tribunal de exceção com jurisdição nacional, e os militares diziam publicamente o que o Supremo Tribunal Federal (STF) podia ou não podia fazer. Por fim, além das considerações eleitorais, também havia insatisfação por parte da grande burguesia associada e do capital estrangeiro em relação ao que consideravam ser a moderação do neoliberalismo dos candidatos burgueses tradicionais. Alguns grandes empresários manifestaram em entrevistas o desejo de reformas neoliberais mais profundas e ousadas, uma transição para um ultraliberalismo. Assim, a grande burguesia passou a buscar uma dosagem mais forte do mesmo remédio que vinha sendo aplicado. Portanto, há um indicativo de uma crise ideológica generalizada que acabou polarizando ainda mais o cenário político nacional até então.

3.3. Cristofascismo: a interseção entre Religião e Política

Para uma abordagem sobre o neofascismo brasileiro, torna-se relevante abordar uma variante específica conhecida como cristofascismo, expressão amplamente empregada no contexto brasileiro que revela a imbricação entre fundamentalismo religioso e política autoritária (FY, 2018).

Existem duas expressões hegemônicas dessa modalidade de fascismo no Brasil. Ambas surgiram durante a consolidação do Estado no projeto varguista nos anos 30 e 40, período caracterizado pela centralização e partidarismo em relação ao poder, em cujo contexto se estabeleceu o integralismo a partir do entrelaçamento deste movimento com a Igreja Católica e com o varguismo (CAVALARI, 1999). Nesse momento da história brasileira, o cenário religioso, que até então era dominado quase inteiramente pela Igreja Católica, viu um novo setor cristão emergir com vigor e autonomia. A partir desse período que começa a tomar forma a ascensão de grupos evangélicos na esfera pública, impulsionada pela sua capacidade de articulação política, algo inédito até então para esse segmento no país. A inserção dos evangélicos na arena política, que inicialmente aconteceu durante o período Vargas, representou uma mudança de paradigmas na religião e política brasileiras (ORO, 2011).

Na década de 1930, os evangélicos começaram a ganhar visibilidade, inclusive com o termo "evangélico" sendo reconhecido oficialmente no Brasil. Longe de ser uma decorrência direta das ações de Vargas, esse reconhecimento resultou de uma conjuntura propícia que se formou durante esse período. Neste cenário de transição, surgiu um importante instrumento no âmbito evangélico: a Confederação Evangélica Brasileira. Concebida para ser uma representação do setor ecumênico evangélico, a Confederação agregou diferentes denominações religiosas, como batistas, metodistas e outros ramos do evangelismo de origem norte-americana, e tornou-se um espaço de discussão sobre sociedade e política, inaugurando um novo espaço de diálogo sobre os rumos do Brasil.

Em meio à realidade de 1930, a Confederação estabeleceu uma relação complexa e ambígua com o poder estatal. Apesar de se configurar como uma entidade propensa ao diálogo social, usufruindo do espaço permitido pelo varguismo, a entidade oscilou em sua posição em relação ao governo, assumindo ora posturas de oposição, ora de apoio. Enquanto isso, internamente, utilizava a liberdade concedida

pelo varguismo para elaborar suas próprias agendas. Este elemento de autonomia, embora inserido em um contexto político mais amplo e por vezes limitador, permitiu uma certa margem para a expressão da pluralidade do campo evangélico no Brasil, o que facilitou sua expansão.

Com o advento da ditadura civil-militar de 1964, essas correntes religiosas passaram a se adaptar à nova forma de autoritarismo. A Igreja Católica, sem abertamente assumir o protagonismo, serviu como suporte ao governo militar, embora tenha havido dissidências internas, como as protagonizadas pelos grupos filiados à Teologia da Libertação (IOKOI, 1996). Por sua vez, algumas tradições evangélicas, como os batistas e luteranos, evitaram discussões políticas e sociais para prevenir conflitos com as autoridades. A partir de 1964, com essa nova modulação do autoritarismo brasileiro, surge uma inflexão diferente das anteriores. É nesse momento que um grupo de missionários, proveniente da região conhecida como "Bible Belt" nos Estados Unidos, chega ao Brasil. Esses missionários estavam ligados tanto às tradições pentecostais quanto às tradições dos protestantismos tradicionais, especialmente aos batistas, que possuíam uma presença significativa em termos de igrejas e seguidores (FATH, 2020). Assim, a partir de 1969, esses missionários começam a se espalhar por todo o Brasil, realizando cerimônias em fábricas e aproximando-se gradualmente da classe trabalhadora. Eles também se engajam com associações de jornalistas e outros grupos, trazendo uma nova compreensão do cristianismo, que enfatizava não apenas o cuidado das pessoas com o divino, mas também a importância dos bens materiais e da intermediação divina para alcançá-los (GARRARD-BURNETT, 2011).

Esta nova onda missionária de 1969 introduziu uma abordagem diferente e mais pragmática do cristianismo, centrada em atender às necessidades materiais das pessoas e enfatizando a prosperidade terrena (FATH, 2020). Isso teve um impacto significativo na configuração religiosa do Brasil, com a disseminação de novas práticas entre os fiéis e novas formas de evangelização, como a televangelização²⁵⁷. Esses

²⁵⁷ A televangelização no Brasil é uma prática que se popularizou ao longo das últimas quatro décadas, aproveitando os meios de comunicação de massa, especialmente a televisão, para disseminar a fé e conquistar novos fiéis. Um exemplo desse fenômeno é a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), liderada pelo Bispo Edir Macedo, uma das organizações religiosas mais proeminentes nesse cenário. A IURD produz uma variedade de programas de TV, entre elas o "Fala que Eu Te Escuto", que aborda temas religiosos e sociais. Além disso, a IURD utiliza estratégias de marketing religioso para atrair fiéis, muitas vezes focando em grupos vulneráveis da sociedade (MARIA, 2012, p.63). Outra figura influente é o missionário RR Soares, fundador da Rede Internacional de Televisão (RIT), que apresenta o programa "Show da Fé". Esse programa alcança uma audiência global e é transmitido em várias

missionários, predominantemente ligados aos batistas, lançaram um movimento influente, especialmente nas igrejas pentecostais, conhecido como teologia da prosperidade. Esta vertente enfatiza que Deus não só se preocupa com as pessoas e tem a capacidade de abençoá-las, mas também favorece sua prosperidade material na Terra. A partir de 1969, esta nova modulação do pentecostalismo começou a se difundir no Brasil (GARRARD-BURNETT, 2011).

A Teologia da Prosperidade emergiu nos Estados Unidos e foi exportada para o Brasil e outros países da América Latina, onde foi instrumentalizada como uma forma de contrabalançar o avanço dos movimentos de organização popular que ameaçavam o *status quo* (GARRARD-BURNETT, 2011). Esta teologia promovia uma visão de mundo que valorizava a prosperidade material e a ascensão social individual como sinais do favor divino, em contraste com a ênfase da Teologia da Libertação na transformação social e na luta coletiva contra a opressão (PENA; ZIENTARSKI, 2022).

A partir de 1977, o Brasil testemunhou o surgimento das primeiras igrejas enraizadas na Teologia da Prosperidade, como a Igreja Universal do Reino de Deus e a Igreja Renascer em Cristo. Essas instituições religiosas foram introduzindo uma nova interpretação do pentecostalismo, com destaque à prosperidade material como uma manifestação do Reino de Deus na Terra (ORO, 2011, 2003) e, por volta de 1984, a busca por um alinhamento político, que nos Estados Unidos se deu com o Partido Republicano. No Brasil, esta orientação política começou a ganhar relevância a partir de 1985, tendo refletido diretamente na atuação de alguns setores pentecostais.

Neste novo contexto, instituições como a Igreja Universal do Reino de Deus e a Igreja Mundial do Poder de Deus passaram a se envolver mais ativamente na política, demonstrando o desejo de se fazerem ouvidos na sociedade e construir uma base política que representasse e defendesse suas crenças (ORO, 2003). Adotaram e promoveram agendas conservadoras, com ênfase na defesa dos valores familiares tradicionais, da propriedade privada e da liberdade religiosa (ALMEIDA, 2017), e, a partir de 1986, surgiram os primeiros representantes evangélicos eleitos para o

línguas. A Igreja Renascer em Cristo também tem uma presença marcante na televisão, arrendando horários em emissoras e produzindo programas como "De Bem com a Vida" e cultos da denominação. O sucesso da televangelização desencadeou uma competição por espaços na TV e se tornou uma importante estratégia de crescimento para várias denominações. Embora a televangelização tenha se expandido e tenha um alcance significativo, ela também tem sido, conforme aponta o teólogo Rubem Maria (2012), objeto de críticas e controvérsias devido a questões como a mercantilização da fé, o foco em grupos vulneráveis e a concorrência acirrada por horários na televisão. No entanto, ela continua desempenhando um papel importante na disseminação da religião e na formação de comunidades de fé em todo o Brasil.

legislativo, um movimento que foi ganhando força e consistência ao longo dos anos seguintes²⁵⁸.

“Em 1986, a Igreja Universal transformou um de seus dois fundadores mais importantes, o bispo Roberto Augusto Lopes, em um deputado constituinte nacional com 54.332 votos, apenas nove anos após a fundação da igreja. No entanto, no final do ano seguinte, Lopes deixou a igreja²¹. Nas eleições de 1990, já havia três deputados nacionais e três estaduais ligados à igreja. Na campanha política de 1994, a IURD participou de maneira mais organizada e elegeu 12 deputados, dos quais 6 eram estaduais e 6 nacionais. Além disso, conseguiram que um de seus membros fosse nomeado Secretário Estadual do Trabalho no Estado do Rio de Janeiro” (CAMPOS, 2000, P.391).

No ano de 2003, no dia 18 de setembro, durante a administração de Luiz Inácio Lula da Silva, foi fundada a Frente Parlamentar Evangélica, contando com o expressivo apoio da Igreja Universal do Reino de Deus. A partir deste período, a influência evangélica na política ganha um salto organizacional, o que reflete no seu crescimento e avanço no debate público, além de conquistar espaço de representação oficial durante os governos do Partido dos Trabalhadores. Contudo, como nota a cientista social Esther Solano Gallego (2021, p.66), a partir de 2013 e 2014, foram percebidas divergências crescentes no interior da parcela evangélica e católica conservadora, especialmente acerca das causas defendidas pelos grupos LGBT²⁵⁹, que encontraram eco nos governos petistas, além das investigações de corrupção envolvendo quadros do partido e de sustentação do governo. Neste contexto, o deputado federal Marcos Feliciano emergiu como figura proeminente, assumindo a presidência da Frente Parlamentar Evangélica e da Comissão de Direitos Humanos

²⁵⁸ Na atual legislatura, instalada em 2023, foram eleitos 93 parlamentares ligados a alguma denominação evangélica, sendo 25 da Assembleia de Deus, 15 da Igreja Batista, 14 da Igreja Universal, 03 da Igreja Presbiteriana, 03 da Igreja da Graça de Deus e 02 da Igreja do Poder de Deus. Conferir em: AGÊNCIA PÚBLICA. 2023. As igrejas que dominam a nova ala evangélica na Câmara. 02/02/2023. Disponível em: < <https://apublica.org/2023/02/as-igrejas-que-dominam-a-nova-ala-evangelica-na-camara/>>, acessado em 21/10/2023.

²⁵⁹ Um caso emblemático desse período diz respeito a fake News envolvendo o que ficou conhecido como “kit gay”. A polêmica em torno do “kit gay”, durante as eleições de 2014, envolveu a acusação de Jair Bolsonaro de que Fernando Haddad, candidato presidencial pelo PT, teria criado um material escolar contra a homofobia. No entanto, o termo “kit gay” é pejorativo e se refere ao “Escola Sem Homofobia”, que era um projeto voltado para a formação de educadores, não para distribuição aos alunos. O material foi encomendado pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados ao Ministério da Educação (MEC) e elaborado por ONGs. O material visava promover valores de respeito e não discriminação por orientação sexual, sendo elogiado por especialistas e entidades da sociedade civil. Apesar disso, pressões de grupos religiosos levaram à sua suspensão em 2011, apesar de ter sido recomendado por organizações como a Unesco. FOLHA DE SP. 2022. Material que originou fake news sobre ‘kit gay’ apareceu em 2010; entenda. 05/09/2022. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/09/material-que-originou-fake-news-sobre-kit-gay-apareceu-em-2010-entenda.shtml>>, acessado em 20/10/2023.

da Câmara dos Deputados, apresentando pontos de tensão com o governo de Dilma Rousseff²⁶⁰.

As tensões se acirraram, principalmente no que tange a questões morais, como os relacionados aos direitos das mulheres²⁶¹ e da população LGBT²⁶² e contribuíram para a instabilidade do mandato de Rousseff. Em 2016, a Frente Parlamentar Evangélica, que se transformara em uma força política com representação em diversos setores, aliou-se a setores católicos e outros grupos conservadores para impulsionar o processo de impeachment de Dilma Rousseff. Conforme Gallego,

A partir de 2014 não só se percebe essa mudança de postura em relação ao PT junto a algumas das lideranças evangélicas mais influentes como também entre os fiéis, inclusive os que tinham votado no PT em eleições passadas, entre os quais se observa uma progressiva decepção com o governo Dilma Rousseff (2011-2016), fundamentalmente devido à piora da crise econômica (a partir de 2015), à centralidade do discurso anticorrupção (reforçado pela Operação Lava Jato) e à retórica de valorização da família e dos valores cristãos (em reação à agenda da diversidade). No dia 6 de abril de 2016 a Frente Parlamentar Evangélica, também conhecida como Bancada Evangélica, declara apoio ao impeachment de Dilma e, dos 81 deputados federais que a integravam naquele momento, 75 votaram a favor do afastamento da presidente petista (GALLEGO, 2021, p.67).

Esta frente parlamentar, que foi inflando a cada eleição, acabou fortalecendo seu poder de influência política e contribuindo para o colapso do governo. É nesse mesmo período que os conflitos em torno da Queermuseu, em Porto Alegre, da performance artística La Bete, no Museu de Arte Moderna (MAM), em São Paulo, da recepção hostil à Judith Butler no Sesc Pompeia, em 2018, entre outros, serão trazidas para o centro do debate público para ativar o pânico moral²⁶³ entre a população em torno de

²⁶⁰ CÂMARA. 2013. Pastor Marco Feliciano é eleito presidente da Comissão de Direitos Humanos. 07/03/2023. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/397509-pastor-marco-feliciano-e-eleito-presidente-da-comissao-de-direitos-humanos/>>, acessado em 21/10/2023.

²⁶¹ TERRA. 2013. Pastor Feliciano diz que direitos das mulheres atingem a família. 20/03/2023. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/pastor-feliciano-diz-que-direitos-das-mulheres-atingem-a-familia,e250bc9bfc78d310VgnVCM3000009acceb0aRCRD.html>>, acessado em 21/10/2023.

²⁶² CONGRESSO EM FOCO. 2015. Feliciano faz campanha em favor da 'cura gay'. 05/05/2015. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/feliciano-faz-campanha-em-favor-da-cura-gay/>>, acessado em 21/10/2023.

²⁶³ O cientista social Fernando Baliero (2018, p.556), ao traçar paralelos entre a Revolta de *Stonewall* e movimentos de insurgência que marcaram a década de 1960, argumenta que o conceito de "pânico moral", criado por Stanley Cohen em 1972, descreve fenômenos sociais intensamente debatidos na mídia, afetando a opinião pública, quando comportamentos e atores sociais supostamente desafiam os padrões morais fundamentais para a coesão social. Nesse sentido, "Eric Goode e Nachman Ben-Yehuda (1994) identificaram cinco indicadores para reconhecer o pânico moral: consenso sobre o tema que gera o pânico, crença generalizada de que é uma ameaça "real", surgimento repentino e

questões que envolviam costumes e valores religiosos (GALLEGO, 2021). Para além disso, a relação entre o diagnóstico generalizado de corrupção, conduzida pela Lava-Jato, e uma exposição que aborda a diversidade sexual, como a Queermuseu, evidenciou a construção de uma narrativa que buscava associar a crise econômica e a corrupção política à mais profunda decadência moral da esquerda, manifestada em suas formas mais negativas. (BALIERO, 2022).

Nesse momento, surge na esfera política brasileira uma figura até então pouco conhecida pelo público em geral e pela opinião pública, Jair Messias Bolsonaro. Bolsonaro foi o eleito da Frente Parlamentar Evangélica²⁶⁴, tornando-se o eixo central de sua mobilização política. Esta aliança política revela um encaixe estratégico de setores da sociedade brasileira no projeto de governo de Bolsonaro. A Frente Parlamentar Evangélica, com sua ênfase na conservação dos valores familiares tradicionais, alinha-se com agendas conservadoras e, em alguns casos, extremistas. Uma cúpula da Frente Parlamentar Evangélica, incluindo figuras proeminentes do cenário político brasileiro como Marcos Feliciano, se alia a Bolsonaro. Apesar de Bolsonaro ser uma figura polêmica, seu compromisso com agendas conservadoras encontra eco na Frente Parlamentar Evangélica. A partir de 2018, a Frente Parlamentar Evangélica começa a atuar diretamente na construção do governo Bolsonaro, que é eleito com o apoio expressivo desse setor²⁶⁵.

Um dos primeiros pontos de conexão entre Bolsonaro e a Frente Parlamentar Evangélica ocorreu em 2013, quando Bolsonaro se casou com Michelle Bolsonaro, então membro da igreja frequentada por Silas Malafaia, uma figura de grande

desaparecimento, preocupação desproporcional baseada em percepções distorcidas ou exageradas, e hostilidade em relação a grupos ou indivíduos responsabilizados pela ameaça. O conceito buscava, originalmente, interpretar ansiedades sociais próprias de sua época, os anos 1960, em especial conflitos geracionais em torno da questão da juventude. O caso Queermuseu permite-nos repensar suas dinâmicas atuais em um novo contexto. As questões morais do caso analisado estão atreladas a estratégias políticas e eleitorais e o pânico emerge em uma nova configuração midiática. No caso analisado, não se trata da construção do medo do outro ou mesmo da angústia e paralisia em face do que é temido, como o termo pânico parece sugerir. Trata-se antes da projeção do Outro, englobando tanto uma elite cultural como a esquerda, como ameaça social, o que serviu como plataforma política para o MBL”.

²⁶⁴ DIÁRIO DO PODER. 2018. Frente parlamentar evangélica declara apoio ao candidato Jair Bolsonaro. 18/10/2018. Disponível em: <<https://diariodopoder.com.br/destaques-home/frente-parlamentar-evangelica-declara-apoio-ao-candidato-jair-bolsonaro-psl>>, acessado em 21/10/2023.

²⁶⁵ ESTADO DE MINAS. 2018. Bancada evangélica pede fim de ‘ideologia de gênero’ nas escolas. 07/11/2018. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2018/11/07/interna_nacional,1003692/bancada-evangelica-pede-fim-de-ideologia-de-genero-nas-escolas.shtml>, acessado em 21/10/2023.

influência entre os parlamentares evangélicos²⁶⁶. Embora Malafaia, líder da Assembleia de Deus, não faça parte da Frente Parlamentar Evangélica, exercia sobre ela e seu eleitorado significativa influência. Além disso, como tática para endossar as posições de Bolsonaro, conduzia várias transmissões ao vivo em suas redes sociais²⁶⁷. Esta aliança entre líderes evangélicos e Bolsonaro fortaleceu o apoio do setor conservador, transformando Bolsonaro numa expressão política relevante para a comunidade evangélica²⁶⁸. Assim, a partir de 2018, Bolsonaro foi incorporando a linguagem religiosa em sua campanha, com lemas como "Deus acima de tudo", além de estabelecer uma relação ritualística com o cristianismo evangélico. A cientista social Esher Gallego inclusive lembra que

Bolsonaro cita com frequência o versículo bíblico, João 8:32, "E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará." Embora católico, foi batizado no Rio Jordão pelo Pastor Everaldo, presidente do Partido Social Cristão (PSC), em 12 de maio de 2016. A palavra Deus foi uma das mais repetidas tanto durante sua campanha como em seu discurso de posse, no dia 1º de janeiro de 2019 em Brasília. Pesquisa Datafolha de 25 de outubro de 2018 estimou o número de votos válidos para Bolsonaro por segmento religioso: 29,9% católicos e 21,7% evangélicos frente a 28,7% católicos e 9,7% evangélicos dos votos válidos que foram para o candidato petista, Fernando Haddad. O universo evangélico, fundamentalmente pentecostal e neopentecostal, se posicionou com Bolsonaro por uma ampla margem depois de que o Bispo Edir Macedo (Igreja Universal do Reino de Deus), aliado do PT até o impeachment (2016), e o Bispo Silas Malafaia, (Igreja Assembleia de Deus) o apoiaram publicamente (GALLEGO, 2021, p.66).

Essa expressão política ostenta características de neofascismo ilustra não somente a figura de Bolsonaro e seu compromisso político com as lideranças evangélicas, como também sua nova plataforma política, sustentada na ideia de redução do Estado e numa agenda de violências contra minorias sociais, especialmente a população LGBT. Na leitura da filósofa Martha D'Angelo (2020) o neofascismo atual está empenhado em dismantelar os direitos das populações

²⁶⁶ EL PAIS. 2019. Michelle Bolsonaro, uma discreta primeira-dama evangélica. 01/01/2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/28/politica/1540760471_920767.html>, acessado em 21/10/2023.

²⁶⁷ OGLOBO. 2018. Influenciador nas redes sociais, Silas Malafaia vai apoiar Bolsonaro com uso de canhão digital. 18/03/2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/influenciador-nas-redes-sociais-silas-malafaia-vai-apoiar-bolsonaro-com-uso-de-canhao-digital-22501478>>, acessado em 21/10/2023.

²⁶⁸ OGLOBO. 2018. Como Bolsonaro se tornou o candidato dos evangélicos. 06/10/2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/como-bolsonaro-se-tornou-candidato-dos-evangelicos-23126650>>, acessado em 21/10/2023.

socialmente minoritárias e promover um discurso de guerra contra esses grupos. Ela lembra um aspecto importante presente na obra de Léon Trotsky sobre o fascismo que diz respeito à necessidade da radicalização para agitar as classes empurrando-as para a guerra civil:

Para que a ditadura fascista se instale e cumpra seu papel, é preciso que o movimento operário e popular seja derrotado de maneira implacável. Quando a grande burguesia decide correr o risco da política do tudo ou nada, a luta de classes chega ao limiar da guerra civil. Esse é o quinto ponto, a institucionalização da guerra civil, e a organização dos setores mais enfurecidos da pequena burguesia, colocados a serviço do capital financeiro para controlar a imprensa, os órgãos administrativos, o poder executivo, judiciário e todo o aparelho de Estado (D'ANGELO, 2020, p.106)

Assim, Bolsonaro, ao estabelecer sua aliança com setores evangélicos, inaugura uma plataforma política inédita na história brasileira, que, embora esteja formalmente inserida no arcabouço democrático do Brasil, traz traços agressivos de violência direta (LIMA, 2020, p.110). Nesse sentido, a partir de 2018, tem-se observado a atuação de vários grupos no Brasil subindo o tom em suas manifestações tanto indiretamente na Internet quanto em encontros físicos. Inclusive, se posicionando ferrenhamente a favor de políticas de flexibilização ao porte e uso de armas. Ademais, essa aliança foi fundamental para sustentar o tensionamento de Bolsonaro com a liberdade de imprensa. O governo de Bolsonaro frequentemente se opôs a certas instâncias da mídia brasileira, endossando seletivamente apenas um punhado de veículos de comunicação, como a Rede Record e o SBT²⁶⁹.

O que se observa no Brasil contemporâneo é uma expressão do neofascismo que se articula através do cristianismo. Um exemplo disso foi observado durante o governo Bolsonaro, quando pesquisas indicavam a queda no apoio popular do presidente, surgiam movimentos de oração em igrejas pentecostais, protestantes tradicionais e até entre católicos. Estratégias religiosas como jejuns e encontros de oração emergiram como respostas em momentos de crise vividas pelo governo²⁷⁰.

²⁶⁹ PODER 360. 2019. Governo Bolsonaro reduz publicidade na Globo e prioriza SBT e Record. 12/11/2019. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/midia/governo-bolsonaro-reduz-publicidade-na-globo-e-prioriza-sbt-e-record/>>, acessado em 21/10/2023.

²⁷⁰ CORREIO BRASILIENSE. 2021. Com crise econômica e sanitária, Bolsonaro convida população a fazer jejum pela liberdade. 28/03/2021. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/03/4914742-com-crise-economica-e-sanitaria-bolsonaro-convida-populacao-a-fazer-jejum-pela-liberdade.html>>, acessado em 21/10/2023.

Estamos, assim, presenciando o surgimento de uma nova forma de fascismo mediada pelo cristianismo? Podemos chamar esse fenômeno de "cristofascismo"? De fato, este emergente fenômeno se fundamenta em um *ethos* particular, expressando-se através do cristianismo e com viés autoritário e conservador que se traduz em violência contra diversos grupos da sociedade civil brasileira. Sob o governo Bolsonaro, esta configuração foi ancorada primordialmente nos estreitos vínculos do governo com grandes organizações evangélicas, que, por sua vez, usufruíam dos benefícios concedidos pelo governo. A Igreja Universal do Reino de Deus, por exemplo, recebia financiamento federal e realiza propaganda favorável ao governo, seja mediada nos seus templos, ou mesmo através da emissora Record²⁷¹.

Estamos diante de um novo fenômeno brasileiro, que se sustenta em um ódio específico e uma relação distinta com a preservação da estrutura e o aprofundamento de lutas em defesa da família tradicional brasileira, que utiliza textos bíblicos, empregando versículos e provérbios para legitimar suas ações. A partir dessa linguagem religiosa cristã e da interpretação dos textos bíblicos, tenta-se estabelecer e modelar uma nova forma de governança, cujo projeto político se limita à implementação do chamado ultraliberalismo no Brasil, isto é, a redução do Estado e das políticas sociais, encolhendo o apoio às minorias e promovendo um Estado mínimo. Essas ideias neoliberais e autoritárias foram promovidas por líderes como Ronald Reagan nos Estados Unidos, estabelecendo uma tendência que se alastrou globalmente. Desde a década de 1970, houve a formação e modulação dessas estruturas religiosas, culminando na emergência de novos movimentos missionários conservadores no Brasil.

No contexto atual, é fundamental reconhecer que conservadorismo e liberalismo, incluindo o neoliberalismo, apresentam interseções e divergências que variam de acordo com o cenário histórico. Ao examinarmos a atual conjuntura, notamos tanto elementos que remontam a épocas passadas quanto traços do neoliberalismo. Portanto, a visão simplista de que o conservadorismo é a pedra angular do sistema capitalista carece de sustentação. É inegável que o conservadorismo, como uma corrente política, exerce grande influência, especialmente no Brasil, e é presente em todas as sociedades, dado que todos os grupos manifestam algum grau de

²⁷¹ AGÊNCIA PÚBLICA. 2020. Governo gastou mais de R\$ 30 milhões em rádios e TVs de pastores que apoiam Bolsonaro. 15/06/2020. Disponível em: <<https://apublica.org/2020/06/governo-gastou-r-30-milhoes-em-radios-e-tvs-de-pastores-que-apoiam-bolsonaro/>>, acessado em 21/10/2023.

conservadorismo. Contudo, a interação entre conservadorismo e diversidade sempre suscita dilemas não resolvidos. Em lugares como o nosso, onde há um ressurgimento do conservadorismo, oriundo de uma cultura patriarcal e repressiva, as questões de diversidade sempre encontram resistência.

Quando grupos historicamente marginalizados buscam direitos e visibilidade, frequentemente enfrentam reações adversas daqueles que percebem ameaças ao seu *status quo*. Essas reações podem resultar em exclusão e hostilidade. Nesse sentido, a análise da Queermuseu é fundamental para uma compreensão mais profunda do campo de tensão entre a preservação de tradições e o reconhecimento da diversidade. Esse campo de estudo permite explorar a complexidade das dinâmicas sociais e culturais contemporâneas e oferecer insights para uma compreensão mais aprofundada desses fenômenos.

3.4. Guinada à direita e o backlash cultural: desafios aos direitos de gênero e diversidade no Brasil e no Mundo

Nos dias atuais, testemunhamos a ascensão de uma nova direita²⁷², que tem assumido um papel de destaque no cenário político global. Essa nova direita se caracteriza por se opor aos avanços universais conquistados pelos movimentos progressistas nos séculos XIX e XX, revelando-se tão reacionária quanto conservadora. Em um mundo onde os direitos humanos continuam a evoluir, essa nova direita parece estar inclinada ao retrocesso. Sobre essa conjuntura, a cientista política Ilse Gomes Silva dirá que,

Löwy (2019) afirma que metade do mundo se encontra governada pela direita e extrema direita. Embora com características próprias e de acordo com a formação sócio-histórica de cada Estado-nação, esses partidos apresentam o nacionalismo, a xenofobia, o racismo, o fundamentalismo religioso, a misoginia e a LGBTfobia como pontos semelhantes. Apesar do retrocesso civilizatório presente em suas práticas, conquistam cada vez mais eleitores com um discurso em que reivindicam a representação do ideário de uma comunidade nacional homogênea nascida de um passado glorioso e com um futuro a recuperar esse passado de glórias. Esses partidos, na Europa, possuem uma articulação internacional, onde são traçadas alianças e estratégias de ação conjunta, e instituições que os financiam e atuam na formação de novas lideranças, como por exemplo, Aliança Europeia de Movimentos Nacionais; Movimento por uma Europa de Nações e Liberdades; Aliança pela Paz e a Liberdade; Aliança Europeia pela Liberdade (Löwy, 2015, 2019; Olascoaga, 2016) (GOMES SILVA, 2021, p.175)

No contexto brasileiro, as implicações dessa tendência têm sido particularmente significativas, trazendo à tona dinâmicas complexas e intrincadas, como as tensões que se intensificaram a partir de 2013. Com similaridades ao contexto ocidental, a nova direita brasileira também se caracteriza por sua forte resistência aos valores universalistas e democráticos, bem como pelo receio de uma suposta desestruturação

²⁷² Para delimitarmos uma distinção entre extrema-direita e nova direita, consideramos, primeiramente, que ambos os conceitos variam de acordo com contextos específicos nos quais eles são produzidos e que suas definições tendem a evoluir ao longo do tempo. Assim, de forma geral, enquanto a extrema-direita tende a se caracterizar pela divulgação de posições políticas radicais, muitas vezes caracterizadas por um nacionalismo extremo, xenofobia e autoritarismo, a nova direita pode ser considerada como um guarda-chuva que abriga uma variedade de novos movimentos políticos de tendências ultraliberais e conservadoras que surgiram nas últimas décadas, inclusive movimentos de extrema-direita. Esse movimento também pode ser configurado como “onda conservadora”. Nesse sentido, Demian de Melo (2020, p.16), ao analisar a obra do historiador David Renton (2018), percebe que a chamada “onda conservadora” se configura em uma convergência entre a direita conservadora, a extrema-direita e a direita tradicional. Esse fenômeno pode ser evidenciado, por exemplo, nos movimentos que levaram ao poder líderes como Donald Trump, nos Estados Unidos, Narendra Modi, na Índia, e Jair Bolsonaro, no Brasil.

social. Isso tem se refletido na oposição a políticas públicas de reparação histórica e ambientais, como as cotas raciais e a demarcação de terras para comunidades quilombolas e indígenas, as quais tem sido utilizada como catalisador de ressentimentos contra grupos marginalizados e na criação de um inimigo comum, o progressismo. Outro aspecto importante desse movimento é sua relação com as questões que envolvem gênero e diversidade sexual²⁷³, o que tem se configurado em um conjunto de ações que podem ser entendidas como “políticas antigênero”, uma temática fundamental para compreender a reação conservadora, uma vez que englobam assuntos que são parte intrínseca das estruturas que moldam o debate público nas sociedades contemporâneas. Este fenômeno pode ser exemplificado pela polêmica da Queermuseu, uma instância ilustrativa das tensões presentes na sociedade brasileira em relação à representação de gênero e sexualidade.

Nesse sentido, a arena política institucional tem emergido como uma zona prioritária para a execução do *backlash* contra os direitos femininos e da população LGBT no Brasil (AGUIAR; PEREIRA, 2019). Na esfera legislativa, por exemplo, são inúmeras as proposições de políticos que se alinham à nova direita, que atuam, frequentemente, no sentido de limitar os direitos de grupos sociais específicos, sendo notáveis as tensões relativas aos direitos sexuais e reprodutivos, especialmente no campo da cultura e da educação (SILVA et al, 2020).

Tais medidas tendem a provocar o questionamento dentro da sociedade em relação aos avanços e retrocessos nos direitos femininos e da população LGBT por meio da intervenção cultural. Políticos com essa perspectiva entendem que, da mesma forma que a família e a religião, a cultura desempenha um papel mítico na transmissão e preservação dos valores de uma sociedade, especialmente no que diz respeito à manutenção da distinção e hierarquia entre o masculino e o feminino na sociedade ocidental moderna (FONSECA JR; ARANTES, 2020). Assim, ao passo que a compreensão sobre cultura se expande, sujeitos que é até então eram segregados e diferenciados por meio de vários mecanismos de classificação, ordenação e hierarquização que ultrapassam as categorias de gênero, abrangendo também raça e classe, tornam-se mais visíveis e passam a compartilhar o espaço público de igual para igual. Por isso o interesse desses grupos da nova direita em relação às políticas

²⁷³ A reação conservadora a avanços progressistas nessas áreas tem resultado em um aumento das violências de gênero e em ameaças aos direitos conquistados por grupos historicamente marginalizados.

culturais, que, como vimos, não apenas subsidiam a produção de reflexão crítica sobre a reprodução das diferenças de gênero, sexualidade, etnia e classe, mas também se configuram como potenciais vetores de transformação social (BIROLI, 2018). Assim, a perspectiva conservadora tende a ressaltar a importância de manter as tradições culturais que historicamente moldaram papéis de gênero bem definidos. No âmbito cultural, ao abordar às questões de gênero e sexualidade, essa perspectiva se traduz na ênfase aos valores fundamentais que têm sustentado a sociedade patriarcal ao longo dos séculos (BUTLER, 2018; OCHY, 2011).

Essa classe de políticos e ativistas conservadores acreditam que políticas culturais devem se ater a preservar as estruturas sociais que, embora imperfeita, refletem a história e os valores da nação e enxergam na tentativa de transformação cultural uma ameaça à ordem estabelecida pelo passado mítico que reproduzem²⁷⁴. Portanto, as ações que buscam desafiar essas estruturas são vistas com ceticismo, pois acreditam que podem levar à fragmentação da sociedade e à perda de valores morais tradicionais. Um exemplo emblemático dessa perspectiva diz respeito à retórica de "ideologia de gênero", sobre a qual acreditam que ela desestabiliza as bases da família e promove uma visão distorcida da sexualidade (MIGUEL, 2021). O uso desse termo, inclusive, como uma categoria acusatória, reflete o temor de que a sociedade brasileira esteja se afastando dos princípios cristãos que sempre a guiaram. É interessante notar que o termo, que antes fora utilizado por teóricas feministas para expor os mecanismos de constituição de indivíduos em sujeitos homens e mulheres, passou a ser aplicado como uma estratégia para promover pânico moral na sociedade brasileira, associando-o à promiscuidade e à homossexualidade²⁷⁵. Assim, a disputa em torno das políticas culturais é, em suma, uma batalha de valores sociais inserida em um contexto mais amplo de ataques combinados à universidade, à ciência e aos ideais emancipatórios. Tais ataques têm se intensificado tanto no poder legislativo quanto no executivo, com gestores culturais em âmbito federal tendo demonstrado um esvaziamento da reflexão crítica e desvalorização das manifestações culturais periféricas.

²⁷⁴ O ataque ideológico à cultura parte do pressuposto de uma suposta degeneração, na qual seus valores verdadeiros ou originais teriam se perdido.

²⁷⁵ Löwy (2019) destaca que a extrema-direita europeia, norte-americana e brasileira promove o pânico moral com fins de inflar o populismo de seus líderes. Embora existam notáveis diferenças entre esses partidos e lideranças, o que os une fundamentalmente é a defesa vigorosa da ordem estabelecida. Isso se reflete na presença de uma ideologia repressiva que se manifesta na apologia da violência e do armamento, no apoio à pena de morte e na intolerância em relação aos grupos LGBT.

Expandindo a discussão acima, o debate em torno da inclusão de gênero nos planos de educação ilustra uma polarização política, social e ideológica em torno dos direitos das mulheres e da população LGBT, indicando a presença de um *backlash* cultural e político contra o avanço dos direitos de gênero, sendo este movimento impulsionado por uma coalizão heterogênea de forças políticas que se mobilizam em defesa da "família tradicional" e de valores conservadores (VIANNA; BORTOLINI, 2020). Os parlamentares que passaram a se opor à inclusão de gênero nos planos educacionais fundamentam sua rejeição em uma série de argumentos que reiteravam a hegemonia dos valores cristãos e a preservação da família nuclear heterossexual²⁷⁶. A caracterização da educação de gênero como uma ameaça aos princípios familiares e a infância ilustra a instrumentalização do "pânico moral" para restringir o avanço dos direitos de gênero (COSTA, 2019). Este "pânico moral", que se intensifica em contextos de rápida mudança social, simplifica e distorce a complexidade das discussões a respeito das questões de gênero, retratando-o como uma "doutrinação" voltada para as crianças.

A complexidade dessas discussões, influenciada por contextos locais e particulares, sugere a necessidade de abordagens analíticas mais matizadas. Contudo, o que podemos perceber, mesmo que brevemente, é que a participação da sociedade civil nas controvérsias em torno da educação de gênero também tem sido significativa, como evidenciado na recorrente aparição desses temas nos protestos e manifestações das alas bolsonaristas. As mensagens estampadas nestas ações refletem um leque diversificado de preocupações, desde a rejeição da "ideologia de gênero" até a afirmação da cisnormatividade. Neste contexto, a noção de maioria, utilizada para uma representação da maioria religiosa e conservadora, é frequentemente evocada para legitimar ações coletivas²⁷⁷.

Contudo, é importante ressaltar que as mulheres, por exemplo, que representam a maioria da sociedade brasileira, tem tido suas vozes e experiências silenciadas ao debater questões como a violência e a igualdade de gênero, direito reprodutivo, entre outros (BIROLI, 2018). Esse cenário paradigmático nos leva a crer que, embora as

²⁷⁶ TERRA. 2023. Ideologia de gênero: o que é e a polêmica nas escolas. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/nos/paradasp/ideologia-de-genero-o-que-e-e-a-polemica-nas-escolas,2cf0e6cad6a5d263787360631271ffb0ojbwjbw4.html>>, acessado em 12/10/2023.

²⁷⁷ UOL. 2022. Bolsonaro contraria Constituição e diz que 'minorias têm que se adequar'. 15/07/2022. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/07/15/bolsonaro-defende-falas-transfobicas-minorias-tem-que-se-adequar.htm?cmpid=copiaecola>>, acessado em 12/10/2023.

populações minoritárias tenham observado alguns avanços no reconhecimento dos seus direitos, especialmente ao longo dos anos 2003-2016²⁷⁸, essas conquistas tendem a ser barradas pela frente conservadora que ora vigora no Brasil, cuja qual tem experienciado um aumento expressivo em suas fileiras na última década (MIGUEL, 2021; SILVA et al, 2020). Esse fenômeno, além de exemplificar a complexidade da dinâmica social brasileira contemporânea, ajuda a compreender a problemática de integrar distintos grupos sociais dentro de uma estrutura democrática, especialmente em uma sociedade marcada pela desigualdade e diversidade como o Brasil. Ademais, vale notar que, o cenário de mudanças intensas e rápidas diante de fenômenos como o enfraquecimento do patriarcado e as dificuldades econômicas relacionadas à inserção de trabalhadores no mercado formal tem levado indivíduos a buscar respostas em instituições tradicionais, como as religiões (ORO, 2011).

Na atual era de instabilidade, onde o debate sobre gênero e sexualidade se tornou central, a inquietação sobre como esses grupos minoritários podem encontrar seu lugar dentro da democracia brasileira, em meio ao processo de democratização que vivenciamos, se torna constante. Compreender como essas populações podem ser adequadamente incorporadas ao Estado de direito, sem prejuízos à sua dignidade, no contexto de um atual pânico moral, representa um desafio relevante, porém intrincado. A resposta a essa indagação é, portanto, complexa e controversa, dada a incerteza quanto à harmonia entre esses grupos no interior da democracia, principalmente considerando a postura hostil que certas lideranças religiosas e seculares têm assumido no último período.

Os discursos contrários à integração das minorias de direitos na economia liberal e no Estado burguês ecoam a experiência autoritária, direcionando a hostilidade a alguns grupos e excluindo outros. Essa dinâmica demonstra o interesse dos defensores dessa visão da família autoritária, proposta por Reich (1983), na qual a estrutura socioeconômica, a estrutura sexual da sociedade e a reprodução estrutural são moldadas nos primeiros anos de vida em uma família, com a Igreja assumindo papel de destaque. Essa visão de mundo tem mobilizado certos grupos para atacar

²⁷⁸ A ocupação crescente de espaços públicos por grupos que anteriormente não tinham protagonismo, como feministas, LGBTQs e negros, é um indicativo de mudanças sociais em curso. Entretanto, apesar de algumas conquistas, como a visibilidade conquistada por artistas como Pablo Vittar, o acesso desses grupos aos meios de comunicação ainda é limitado.

os direitos de determinados grupos sociais, principalmente no que tange à possibilidade de constituição de outras configurações familiares, por exemplo.

Essa perspectiva evidencia que em contextos de crise econômica profunda, onde aquelas parcelas da população se veem incapazes de manter seu status econômicos, acabam recorrendo à moralidade como meio de se diferenciar das classes populares. Portanto, em períodos de insegurança social, é comum observar o crescimento do moralismo e a busca por refúgio em espaços como as igrejas e outros espaços de vertente conservadora²⁷⁹. Este panorama evidencia uma luta moral na qual certos grupos são excluídos do acesso a direitos na sociedade contemporânea, fazendo com que a intersecção da representação política com a representação religiosa conduza à negação dos avanços sociais e políticos alcançados nos últimos anos (FONSECA JR e ARANTES, 2020). Esta conjuntura se estende para além do cenário político, permeando outros campos da vida social no Brasil, como por exemplo, no âmbito universitário, com amplos ataques direcionados aos estudos de gênero, entre outros (CHAVE; ARAÚJO, 2022).

No ambiente acadêmico, presenciamos ataques que vão desde as tentativas de censura até questionamentos sobre a legitimidade de nossas pesquisas. Essas disputas têm se tornado cada vez mais violentas à medida que ocupamos espaços e questionamos as normas tradicionais da sociedade burguesa, fazendo com que os estudos sobre gênero, sexualidade e suas interseccionalidades sejam percebidos como ameaça à ordem²⁸⁰. Assim, temos visto que qualquer tipo de questionamento à moralidade tradicional, identidades divergentes e mudanças no papel da mulher na sociedade acabam incitando pânico moral e demandando repressão. Estes retrocessos no campo de gênero, o pânico moral e a violência estão associados ao processo de fascistização política e social que estamos vivenciando no atual período, uma vez que o controle sobre os corpos, por meio da família e da religião, é crucial para a efetivação do projeto neofascista. Portanto, qualquer questionamento, desejo ou transformação que desafie a leitura binária é considerado como uma ameaça e provoca pânico moral. Diante desse cenário, ao questionarmos as razões pelas quais

279 BBC. 2023. O que explica multiplicação de templos evangélicos no Brasil. 12/07/2023. Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/articles/crgl7x0e0lmo#:~:text=Em%202020%2C%20por%20exemplo%2C%20uma,109%2C5%20mil%20em%202019>](https://www.bbc.com/portuguese/articles/crgl7x0e0lmo#:~:text=Em%202020%2C%20por%20exemplo%2C%20uma,109%2C5%20mil%20em%202019>.<), acessado em 12/10/2023.

²⁸⁰ OGLBO. 2017. Estudos de gênero se tornam alvo de protestos de grupos conservadores. 16/12/2017. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/cultura/estudos-de-genero-se-tornam-alvo-de-protestos-de-grupos-conservadores-22199501>>, acessado em 12/10/2023.

as questões de gênero e sexualidade se tornaram tópicos importantes no discurso e nas práticas políticas atuais, conseguimos perceber que há em curso um conjunto de práticas políticas que podemos denominar de "políticas antigênero", isto é, um conjunto de manobras autoritárias e conservadoras que sustentam uma sociedade supremacista e classista com profundas desigualdades sociais e econômicas (GALZERANO, 2021).

Ao analisarmos as formulações da agenda da política antigênero, percebemos que os interesses nesta agenda são conduzidos pela força política e econômica de grupos conservadores ancorados no fundamentalismo religioso, principalmente no neopentecostalismo. Tais grupos têm manipulado seus interesses políticos e econômicos, articulando vontades e valores morais, entono dos pilares da sociedade capitalista burguesa. Dessa forma, a família burguesa, o heterossexismo e as "missões civilizatórias" do passado e do presente estão encarregadas de estabelecer uma ideia de supremacia branca e são parte desse projeto (ORO, 2011). Assim, como tarefa central, os movimentos conservadores têm sabido manipular e utilizar os desejos das massas através de estratégias que manejam os desejos dos corpos e os anseios das massas, transformando-os em ação política. Essas práticas políticas se vinculam aos interesses do fundamentalismo religioso, que usa o que a massa quer ouvir para manter a hegemonia e ocupar espaços de poder. Portanto, percebemos que as questões que envolvam gênero, sexualidade e suas interseccionalidades compõem o campo onde convergem o desejo, os modos de viver e os corpos que precisam ser regulados e normatizados para movimentar toda economia do trabalho e da sociabilidade burguesa (BIROLI, 2018). Em síntese, é preciso compreender que a manipulação dos corpos - notadamente o corpo LGBT, o corpo negro, o corpo da mulher - se traduz em um processo essencial para compreender o processo histórico e contínuo, o qual se configura como chave para entender o cerne da agenda antigênero que vem sendo gestada e consolidada ao longo do tempo²⁸¹.

²⁸¹ Um marco importante desse processo remonta aos anos 90, com eventos internacionais relevantes, como a Eco-92 no Rio de Janeiro e as conferências de Viena, Cairo e Beijing, ocorridas entre 1993 e 1995, cuja temática de gênero e os direitos sexuais e reprodutivos foram debatidos de forma mais explícita, o que acabou provocando a reação de grupos conservadores, especialmente católicos, que demonstraram preocupação com o crescimento da autonomia dos direitos sexuais e reprodutivos, sobretudo na América Latina. No Brasil, essa movimentação geopolítica atuou como uma espécie de alarme para a mobilização desses grupos conservadores, cujas ações se intensificaram nos anos 2010, culminando em um conjunto de medidas profundamente restritivas, violentas e autoritárias no campo do gênero e da sexualidade.

Nesse contexto, o conservadorismo religioso tem exercido um papel relevante na manutenção das desigualdades ao permear, tal como um Kraken, com sua rede de organizações e lideranças as diversas instâncias políticas e institucionais da República brasileira. Contudo, é crucial pontuar que a ascensão do neoliberalismo e a consolidação da ideologia de gênero como pedra angular da guinada à direita na política brasileira não se deram somente com a eleição de Bolsonaro, mas se constituíram ao longo de um extenso período de gestação (BIROLI, 2018). O que evidencia as consequências dessas políticas neoconservadoras têm sido a escalada das violências de gênero, sexualidade, racismo, entre outras formas de opressão, bem como a retirada de direitos e o aprofundamento das desigualdades. Como bem pontua Boaventura Sousa Santos em uma entrevista realizada em 2016²⁸², estas questões são sintomas de um "fascismo social", que envolve os atos cotidianos de violação e violências direcionados a grupos marginalizados. A insegurança das mulheres nas ruas e em suas casas, a precariedade dos trabalhadores em ocupações insalubres, a expulsão de povos indígenas de suas terras por interesses do agronegócio são aspectos tangíveis deste processo. Assim, vivemos em um momento de "pânico moral", no qual questões de gênero e sexualidade são utilizadas para manipular a população, angariar apoio popular e impor uma concepção restritiva de família. Diante deste cenário, é perceptível que o processo de intensificação do neoliberalismo, aliado a governos de extrema-direita com fortes vínculos religiosos, tem tornado as questões de gênero e sexualidade, e suas interseccionalidades, verdadeiras cruzadas. Exemplo disto é a disseminação de discursos antigênero impregnados de medo do comunismo e de supostos ataques à moral e à família tradicional.

Essa emergência das questões de gênero, sexualidade e suas interseccionalidades no debate público tem transformado profundamente o panorama sociopolítico global. Elas atuam como catalisadores no atual contexto da guerra cultural, intensificando o antagonismo e a hostilidade dos movimentos de extrema-direita que resistem às mudanças sociais. Esta não é uma dinâmica exclusiva dos Estados Unidos. O Brasil, entre outros países, também presencia esse fenômeno, o

²⁸² IHU UNISINOS. 2016. A difícil reinvenção da democracia frente ao fascismo social. Entrevista especial com Boaventura de Sousa Santos. 08/12/2016. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/563035-a-dificil-reinvencao-da-democracia-frente-ao-fascismo-social-entrevista-especial-com-boaventura-de-sousa-santos>>, acessada em 22/10/2023.

que demonstra o impacto, as disputas e a polarização que as questões sobre gênero e diversidade tem gerado na atual conjuntura.

Conforme destacado anteriormente, a inclusão de gênero e diversidade nas pautas públicas tem inserido um novo elemento na guerra cultural em andamento. Observamos uma proliferação de artigos em veículos de comunicação de massa sobre a escalada de hostilidade por parte de grupos refratários a essas mudanças. A extrema-direita, nesse cenário, persiste na negação como estratégia, empregando essas pautas como ferramentas para instaurar uma profunda crise social. Essa postura não é um simples erro causado pela ignorância, mas sim uma estratégia deliberada, que inclusive e prioritariamente se utiliza dos debates sobre gênero e diversidade para reforçar ideias retrógradas e destrutivas, acelerando e agravando crises existentes, sejam elas econômicas ou políticas.

O atual momento de crise é paradoxal, pois é alimentado e explorado pela extrema-direita²⁸³, que se aproveita do medo e da desconfiança generalizada, disseminando teorias conspiratórias e fantasiosas, corroendo o terreno comum necessário para a deliberação democrática. Na ausência de um terreno comum, o consenso se torna inviável e a referência para os cidadãos fica comprometida, abrindo espaço para a dependência de fontes não confiáveis e para a proliferação de preconceitos. Os algoritmos por trás dos programas e aplicativos de comunicação e informação, favorecem a disseminação de desinformação e alimentam a suspeita geral e a dúvida, enfraquecendo os laços de respeito mútuo entre os cidadãos,

²⁸³ Para Gramsci, é em momentos de grave crise e instabilidade, somada à falta de representatividade e confiança no sistema, o que ele define como “Crise de Estado”, tal como sucedeu na Itália na década de 1930, que surgem as condições materiais para a ascensão do fascismo. Dirá ele que “Em um certo ponto de sua vida histórica, os grupos sociais se separam de seus partidos tradicionais, isto é, os partidos tradicionais naquela dada forma organizativa, com aqueles determinados homens que os constituem, representam e dirigem, não são mais reconhecidos como sua expressão por sua classe ou fração de classe. Quando se verificam estas crises, a situação imediata torna-se delicada e perigosa, pois abre-se o campo às soluções de força, à atividade de potências ocultas representadas pelos homens providenciais ou carismáticos. Como se formam estas situações de contraste entre representantes e representados, que, a partir do terreno dos partidos (organizações de partido em sentido estrito, campo eleitoral-parlamentar, organização jornalística), reflete-se em todo o organismo estatal, reforçando a posição relativa do poder da burocracia (civil e militar), da alta finança, da Igreja e, em geral, de todos os organismos relativamente independentes das flutuações da opinião pública? O processo é diferente em cada país, embora o conteúdo seja o mesmo. E o conteúdo é a crise de hegemonia da classe dirigente, que ocorre ou porque a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas (como a guerra), ou porque amplas massas (sobretudo de camponeses e de pequeno-burgueses intelectuais) passaram subitamente da passividade política para uma certa atividade e apresentam reivindicações que, em seu conjunto desorganizado, constituem uma revolução. Fala-se de ‘crise de autoridade’: e isso é precisamente a crise de hegemonia, ou crise do Estado em seu conjunto” (GRAMSCI, 2000, p. 60).

afetando não somente a confiança nas instituições, mas também as relações interpessoais. O *modus operandi* empregado na Queermuseu se baseou nisso: em fomentar antagonismos, provocando a desconfiança mútua entre grupos. Quando esses consensos são bombardeados, a própria ideia de comunidade é afetada, aumentando a desconfiança e o medo, criando um ciclo vicioso que leva a mais teorias conspiratórias e busca por bodes expiatórios. Nesse sentido, o debate sobre gênero e diversidade acentuou esses problemas, contribuindo para inclusive para o avanço da direita sobre o terreno até então inexplorado das artes e da cultura.

Por fim, a intenção inicial da pesquisa que gerou esta tese era analisar as políticas neofascistas e o estado de exceção como paradigma governamental frente à onda conservadora no Brasil. Além disso, buscava-se compreender como tais políticas antidemocráticas intensificaram ações específicas, especialmente entorno dos estudos e questões de gênero que permeiam a sociedade contemporânea brasileira. Assim, ao analisarmos a formulação dessa agenda conservadora, nos deparamos como a significativa articulação da direita brasileira no último período de nossa história, demonstrando como o debate sobre gênero e diversidade se tornou um importante campo de interesse para o avanço dos movimentos conservadores que buscavam construir de uma nova hegemonia cultural. A partir deste trabalho, buscamos evidenciar que as discussões sobre gênero, sexualidade, raça e classe transcendem as simples questões superficiais, pois se trata de agendas que mobilizam relações de poder no processo de exploração e dominação (FOUCAULT, 2012). Consequentemente, vemos essa discussão ser retomada intensamente nos últimos anos no Brasil, resultando na observação de quanto esse debate e essas agendas antigênero foram cruciais para a eleição de Bolsonaro. A desvalorização da mulher, a criminalização, a construção da retórica de "ideologia de gênero", e a questão LGBTfóbica se tornaram temas centrais ao pensarmos sobre o conservadorismo e a religião, tornando-se um ponto de convergência para os eleitores conservadores. Nesse contexto, é possível perceber que, apesar das acusações de fundamentalistas religiosos, os motivos por trás do fechamento da Queermuseu eram fundamentalmente políticos, especialmente em meio ao contexto pré-eleitoral. A partir desse fato, novos candidatos associados à direita política passaram a enfatizar com mais intensidade as questões morais que permeiam o imaginário popular brasileiro, tornando a exposição um alvo de escândalo nacional devido à intensa cobertura midiática. A simples alegação de conservadorismo não explicaria por que essa mostra

provocou tal mobilização, de forma tão inédita e surpreendente, tomando conta do debate público, demonstrando a profundidade da polarização e da mobilização política em torno dessas questões. Nesse sentido, mesmo que presente em outros momentos da nossa história, a partir de 2017, tem-se observado um fortalecimento das posições conservadoras e uma crescente influência das discussões de gênero e diversidade sexual no cenário político brasileiro, que foram catalisadas através da Queermuseu.

3.5. Ondas de desinformação: os desafios à Democracia

Vivemos, nos últimos anos, especialmente a partir das Jornadas de Junho de 2013 no Brasil, uma onda crescente de desinformação que se apresenta de forma singular em relação a manipulações políticas tradicionais. Conforme enfatizado por historiadores como Hobsbawm (1997) e Ginzburg (1989), as distorções e omissões históricas são uma recorrência ao longo dos séculos. No entanto, o alvorecer da primeira década do século XXI, sobretudo nos Estados Unidos, presenciou a ascensão de um movimento político de extrema-direita que, mesmo operando dentro dos limites formais do sistema democrático, desafiou os princípios de liberdade e igualdade ao declarar uma "guerra cultural" - um embate ideológico contra o que foi classificado como "hegemonia do marxismo cultural" (TOITIO, 2020). Com a transição para o final da primeira década do século XXI, observamos que um grupo de intelectuais com menor inserção no campo acadêmico e cultural adotou essa retórica²⁸⁴. A tática principal se baseava em um desvio do debate científico rigoroso, fundamentado na análise de dados e evidências, para um discurso de valores ancorado nas questões morais da tradição judaico-cristã. Os movimentos de direita argumentavam que a racionalidade inevitavelmente conduziria ao marxismo, por isso, a necessidade de subverter o debate racional, substituindo-o pelo apelo a valores morais (SILVA, 2020).

No panorama brasileiro, um dos episódios mais ilustrativos desse confronto cultural foi o caso da Queermuseu, na qual foram empregadas táticas de desinformação, difamação e mobilização de grupos conservadores. Um episódio emblemático aconteceu na cidade de Uruguaiana, no estado do Rio Grande do Sul, com a tentativa de devolução do Catálogo da Exposição ao Santander Cultural. Essa tentativa partiu de um grupo político da Câmara Municipal representado pelos vereadores Eric Lins Grillo (DEM/RS), Carlos Delgado (PP/RS), Vilson Brites (MDB/RS), Mano Gás (PSDB/RS) e Zulma Ancinello (PRB/RS). Eles promoveram essa ação por meio da Moção de repúdio 106/2017, na qual utilizaram termos como "grotesco", "lascívia", "distorcida", "falta de talento" e "mau gosto" para desqualificar a referida obra artística. Esses termos foram empregados como justificativa para a retirada da obra de arte da Biblioteca Pública Municipal, uma ação que levantou

²⁸⁴ EXAME. 2019. Ministro da Educação defende combate a "marxismo cultural" em universidade. 08/04/2019. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/ministro-da-educacao-defende-combate-a-marxismo-cultural-em-universidade/>>; acessado em 20/10/2023.

questões sobre a liberdade artística e cultural na comunidade²⁸⁵. Assim, percebemos que a arte ganhou destaque na discussão pública, trazendo à tona questões cruciais sobre a relação da sociedade com a arte e as imagens. Nesse contexto, é fundamental reconhecer que as obras de arte são abertas a interpretações polissêmicas, contudo essas interpretações não são infinitamente maleáveis, como defende o curador Márcio Tavares (2021). Segundo o filósofo Arthur Danto (2014), há um limite para o relativismo interpretativo em relação à arte. Interpretar é descobrir, e afirmações interpretativas podem ser verdadeiras ou falsas. Nesse sentido, as redes reacionárias deturparam o significado das obras de arte e o trabalho dos artistas para alcançar seus objetivos políticos, como o fechamento da exposição e a criminalização da atividade artística.

Com o advento da transformação da relação das pessoas com as imagens, especialmente potencializadas pela internet, a sociedade passou a viver em função das imagens, transformando o mundo em um conjunto de cenas. Essa mudança tem implicações significativas na forma como as obras de arte são interpretadas ao limitar a capacidade das pessoas de compreender imagens complexas e ao promover interpretações simplistas. Assim, as obras de arte da Queermuseu acabaram sendo intencionalmente distorcidas quando foram transferidas para o ambiente digital, tornando-se vítimas da incapacidade cada vez maior de nossa cultura visual de lidar com representações artísticas complexas (TAVARES, 2021). Portanto, essa análise ampliada dos eventos relacionados à exposição Queermuseu permite uma compreensão mais profunda de como a arte se tornou um ponto central na disputa política no Brasil, ao mesmo tempo que levanta questões importantes sobre a relação da sociedade com as imagens, os usos e abusos da arte pela extrema-direita, as novas formas de censura e as possibilidades de resistência em defesa da liberdade de expressão artística.

Portanto, ao serem ignorados o debate acadêmico e a liberdade artística, a proposta da Queermuseu foi interpretada seletivamente por aqueles que resistem a qualquer forma de manifestação que desafie os padrões e normas sociais estabelecidos. A desinformação disseminada sobre a exposição gerou uma narrativa

²⁸⁵ CORREIO DO POVO. 2017. Vereadores de Uruguaiiana repudiam livro da "Queermuseu". 06/10/2017. Disponível em: <
<https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/cidades/vereadores-de-uruguaiiana-repudiam-livro-da-queermuseu-1.243075>>, acessado em 23/10/2023.

distorcida acerca de seu conteúdo, culminando numa onda de indignação moral. A análise do caso Queermuseu, portanto, também traz à tona uma discussão mais abrangente acerca de liberdade de expressão artística, diversidade e cultura como um campo de disputa ideológica, ilustrando o poder da desinformação quando aliada a uma abordagem polarizadora e moralista capaz de comprometer a liberdade artística e o diálogo aberto sobre temas sensíveis:

Ele [o fascismo] se tornou digital. Tal como Goebbels utilizou o aparato técnico de comunicação mais avançado para disseminar as mensagens nazistas, o fascismo do século XXI vem embalado pelos influencers, youtubers, cientistas de dados, crackers e donos de empresas como a Cambridge Analytica. Ele ganhou muito engajamento e força a partir da constituição da direita alternativa norte-americana, a alt-right. Blogs como Breitbart News e InfoWar passaram a empolgar os anarco-capitalistas, também chamados de libertários, para atrair os jovens entediados e sem futuro para romper com o sistema. Clamando pela liberdade de expressão ilimitada os líderes de opinião da alt-right passaram a atacar os “politicamente corretos”, pessoas que defendiam os direitos e as garantias individuais e coletivas, alcunhados de normies (SILVEIRA; ROVAI JR., 2022, p.24).

Nesse contexto, a análise crítica dos discursos e movimentos que buscam restringir a liberdade de expressão e promover a censura em nome de supostos valores morais torna-se essencial. Como sugerido por Pierre Bourdieu (1997, p. 57), em sua teoria dos campos sociais²⁸⁶, essa perspectiva crítica e a busca constante pela objetividade são fundamentais para compreender as dinâmicas de poder. A teoria de Bourdieu destaca que os campos sociais são espaços estruturados onde atores buscam posicionar-se com base em seu capital, envolvendo lutas pelo reconhecimento e pela imposição de significados. Portanto, a análise sobre o uso da desinformação requer uma compreensão das relações de poder simbólico que moldam a percepção e o entendimento das populações no “TP”.

a) O surgimento da nova direita e sua tática política de disseminação de desinformação.

²⁸⁶ Para Bourdieu (1997), campo é um “espaço social estruturado, um campo de forças – há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço – que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças. Cada um, no interior desse universo, empenha em sua concorrência com os outros a força (relativa) que detém e que define sua posição no campo e, em consequência, suas estratégias”.

No cenário político americano, a ascensão do movimento denominado alt-right²⁸⁷ — ou "nova direita" — traz um panorama complexo de análise, envolvendo uma multiplicidade de atores e motivações (HARMANSSON et al., 2020). Entre esses atores, destaca-se Steve Bannon²⁸⁸, que soube capitalizar sobre a insatisfação de uma parcela dos eleitores norte-americanos e estabelecer uma conexão com ativistas como Richard Spencer, notório defensor da supremacia branca²⁸⁹. Como observou a historiadora Tatiana Poggi (2018), este movimento procurou distanciar-se da direita conservadora tradicional, personificada pelo Tea Party, adotando uma postura mais radical e uma comunicação mais audaciosa²⁹⁰. Essa nova direita não se contentava em meramente rejeitar os princípios iluministas, mas aspirava a uma espécie de renascimento com matizes conservadoras, um movimento que recolocava em pauta os valores morais tradicionais em detrimento do racionalismo iluminista. Tal perspectiva defendia a primazia dos valores morais e a tradição como balizadores da sociedade (POGGI, p.334). Além disso, nesse emaranhado ideológico, emergiram aliados econômicos poderosos. Grandes empresas de tecnologia, localizadas predominantemente no Vale do Silício, tornaram-se fontes de financiamento para a direita alternativa e para *think tanks* ligadas a ela (SILVEIRA; ROVAI JR., 2022, p.24). Entre essas personalidades corporativas, destacou-se a figura de Peter Thiel, co-fundador do PayPal e apoiador de Donald Trump em 2016²⁹¹. Ele adotou discursos que remetem a intelectuais como o filósofo britânico Nick Land, autor de "The Dark Enlightenment" (2013), que defende a total falência do sistema democrático, substituindo-o por um sistema neocameralista inspirado no cameralismo prussiano²⁹².

²⁸⁷ A "Alt-Right," abreviação para "Alternative Right," é um movimento político e ideológico que surgiu nos Estados Unidos, destacando-se por seu conservadorismo social e libertarianismo econômico. Originou-se como uma fusão de tradições políticas conservadoras e libertárias durante a Guerra Fria, ganhando notoriedade através de intelectuais como William Buckley Jr. e Russel Kirk. Mais tarde, influenciou o movimento Tea Party e a ascensão de Donald Trump. A Alt-Right é conhecida por suas visões nacionalistas, críticas à globalização e posturas controversas em relação a temas como imigração e identidade cultural (POGGI, 2018).

²⁸⁸ EL PAIS. Steve Bannon. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/noticias/stephen-kevin-bannon/>>, acessado em 20/10/2023.

²⁸⁹ EL PAIS. Richard Spencer. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/noticias/richard-bertrand-spencer/>>, acessado em 20/10/2023.

²⁹⁰ BBC. 2016. O que pensa o polêmico grupo acusado de racismo e antissemitismo que terá representante no alto escalão do governo Trump. 16/11/2016. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-37980857>>, acessado em 20/10/2023.

²⁹¹ EXAME. 2016. Thiel e Trump: polêmica no Vale. 22/07/2016. Disponível em: <<https://exame.com/mundo/thiel-e-trump-polemicamente-alinhados/>>, acessado em 20/10/2023.

²⁹² Um marco foi a discussão de Abril de 2009, organizada no Cato Unbound, entre pensadores libertários (incluindo Patri Friedman e Peter Thiel), na qual a desilusão com a direção e as possibilidades da política democrática foi expressa com uma franqueza invulgar. Thiel resumiu a tendência sem rodeios: "Já não acredito que a liberdade e a democracia sejam compatíveis". Conferir

Os ecos desse movimento alcançaram setores inusitados da sociedade, particularmente entre os jovens engajados na indústria de videogames, como apontam Sergio Amadeu da Silveira e Renato Ravai Jr.

Logo um exército de adolescentes sem perspectivas de futuro, gamers homofóbicos, misóginos e haters online, ganharam um sentido nas suas frustrações e desesperanças. Passaram a rir de quem defendia os direitos sociais, atacar pessoas que estavam fora dos padrões de beleza da indústria dos cosméticos, rir de um cadeirante que caía em uma calçada em desnível. Os líderes da alt-right diziam “não deixem que limitem sua liberdade de dizer o que você quiser”, “de rir e fazer piadas de qualquer situação”. “Seja livre”. Logo, qualquer imbecil que utilizava o 4Chan passou a ser um militante da direita alt-right e da campanha pela eleição de Donald Trump (SILVEIRA; ROVAI JR., 2022, p.24).

. Slogans como "não deixe o sistema silenciar sua voz" e "não permita que limitem sua liberdade de expressão" tornaram-se recorrentes, estimulando a mobilização de indivíduos com inclinações ideológicas variadas, ecoando em vários países ocidentais. No Brasil, as reverberações dessas correntes ideológicas internacionais encontraram um palco significativo no debate em torno da exposição Queermuseu. O confronto entre a defesa da liberdade artística e os grupos conservadores, munidos de uma estratégia de desinformação, criou um ambiente de hostilidade. Esta batalha cultural, caracterizada pela desinformação, discursos moralistas e distorção de valores morais, evidencia a necessidade de uma abordagem crítica (ROSA et al., 2021, p.193). O advento das redes sociais e a acelerada produção de conteúdo para alimentar essas mídias desencadeou um cenário no qual perfis caracterizados por comportamentos socialmente reprováveis ganharam destaque e se tornaram influenciadores de uma parcela considerável da população. Esta transformação promoveu indivíduos inicialmente focados no entretenimento a formadores de opinião política reacionária (MARWICK; LEWIS, 2022).

Gradativamente, desenvolveu-se uma rede altamente coordenada composta por financiadores, profissionais de tecnologia, pensadores políticos, políticos, influenciadores digitais e militantes domésticos. Tal articulação, segundo a filósofa Shoshana Zuboff, em "The Age of Surveillance Capitalism" (2019), teve um impacto profundo na opinião pública, amplificado pela automação e pelo controle dos usuários

por meio de algoritmos nas plataformas digitais. O fruto desse processo foi a massificação desse movimento e seu marcante impacto político e social. Assim, o ímpeto antissistema, alimentado pelo apoio financeiro de grandes empresários, propiciou o crescimento da extrema-direita em escala global. Balieiro, ao se atentar a esse fenômeno, dirá que:

A perspectiva de que o próprio usuário escolha o conteúdo que quer acessar ou mesmo que o produza destaca horizontalidade na comunicação, mas obscurece como as redes se constituem de forma hierárquica por nódulos de influência que centralizam a difusão de informação para públicos segmentados que tendem a compartilhar as mensagens de seus membros ou grupos mais influentes. A autocomunicação produz uma segmentação profunda, a qual, apesar de potencialmente estender nossas fontes de informação, pode nos expor a uma menor diversidade de enfoques e pontos de vista, a partir das seleções que cada usuário faz no uso de diversas plataformas digitais. Essa característica é reforçada com a automatização (BALIEIRO, 2018, p.559).

A estratégia de produção e disseminação de desinformação, que substitui o debate baseado em evidências por um estado de caos informacional, encontrou um terreno propício no Brasil, notadamente em meio à Operação Lava-Jato. Essa operação, conduzida pela Polícia Federal e pelo Ministério Público, recebeu amplo apoio da mídia tradicional e do Poder Judiciário. A confluência desses elementos catalisou uma polarização política e social, culminando em um ambiente fértil para o surgimento de movimentos conservadores que rejeitam expressões artísticas e culturais consideradas "politicamente incorretas" ou desafiantes das normas estabelecidas em torno de gênero e sexualidade. A exposição Queermuseu, caso emblemático, sofreu ataques baseados em desinformação, que distorceram seu propósito e intenção, instigando um clima de intolerância e censura. A operação Lava-Jato estabeleceu uma forte reação antissistema que fomentou a fusão de aspectos factuais com narrativas distorcidas no discurso dos movimentos da nova direita no Brasil.

A grande inversão está em todo o lugar hoje. A Rede Globo se tornou uma agente do comunismo internacional. O PT tem um "projeto gramsciano" de dominação cultural, diz Olavo de Carvalho, o não-ideológico. "As ONGs tocam fogo na Amazônia". Bolsonaro afirma que as urnas estão fraudadas. O powerpoint de Deltan Dallagnol mais parece um organograma do Ministério Público e sua relação com Sérgio Moro – só trocaram os nomes nos quadrinhos. Os militares são "técnicos" que ocupam despreziosamente mais de 1000 cargos só no Palácio do Planalto, mais de 1/3 do total e quem aparelha o Estado é o PT. As universidades estão inteiramente infestadas de ideologia, segundo os cientistas da Terra Plana. Para que uma inversão chegue

a qualquer um de nós é fácil. Pois, como estamos percebendo, o problema não é só o Ministro, mas o “guarda da esquina”, como já alertava o Vice-Presidente Pedro Aleixo, em 1968 quando da decretação do AI-5 (LEIRNER, 2020, p.19 apud ROSA et al., 2021, P.192).

Esta confusão informacional foi alimentada por manchetes e trechos de reportagens dos grandes meios de comunicação. Essa mecânica instrumentalizou a formação de grupos políticos que deram origem ao populismo²⁹³ de direita, um fenômeno que acompanhou uma tendência internacional expressa pela campanha de Donald Trump nos Estados Unidos e o Brexit no Reino Unido, ambos ocorridos em 2016²⁹⁴. Diferentemente dos movimentos políticos convencionais, a nova direita brasileira não se consolidou em torno de uma única estrutura partidária formal. Suas bases, espalhadas por diferentes partidos ou agrupadas em associações de variadas denominações, faziam uso de legendas partidárias principalmente para fins eleitorais. Um exemplo paradigmático dessa tendência é o Movimento Brasil Livre (MBL)²⁹⁵.

²⁹³ A evolução do conceito de populismo dentro da ideologia fascista tem raízes profundas na história política e social do século XX. Nesse sentido, o populismo, embora muitas vezes mal interpretado, desempenha um papel fundamental no fascismo, como aponta Griffin (2008). Não se trata do populismo clássico, como aqueles que surgiram no contexto latino-americano, mas sim de um populismo que se apoia na figura carismática de um líder que dependem do "poder do povo" como base de legitimidade. Mas, que além disso, como aponta o historiador Robert Paxton (1998), incorpora uma narrativa de representar "o povo" contra "as elites". Isso se traduz na figura carismática do líder fascista, que encarna o destino do povo e cujas opiniões não podem ser contestadas pela ciência ou pela mídia tradicional. As instituições científicas e a verdade são desqualificadas como parte de uma conspiração, e as elites intelectuais são retratadas como inimigas do povo, o que configura o populismo fascista como anti-intelectual, conspiracionista e censurador. Além disso, o populismo fascista promove a ideia de que a esquerda está arruinando a sociedade, o que leva a justificativa do uso da violência contra os inimigos. Assim, o culto à violência e a disposição para qualquer ação, sem limites jurídicos ou morais, contra os inimigos se caracterizam como redentora ou regeneradora. Portanto, embora nem todo movimento populista seja fascista, todo fascismo possui uma componente populista.

²⁹⁴ EL PAÍS. 2018. O Atlântico em chamas (Bolsonaro, Trump, Brexit...). 29/10/2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/28/internacional/1540761967_000062.html>, acessado em 24/10/2023.

²⁹⁵ Conforme Balieiro (2022, p.565), o Movimento Brasil Livre (MBL), fundado em 2014 e sediado em São Paulo, desempenhou um papel significativo nas manifestações pelo impeachment de Dilma Rousseff, originando-se parcialmente do grupo Students for Liberty, que esteve envolvido nas manifestações de 2013. Com vínculos indiretos à rede de think tanks Atlas Network, o MBL surgiu na esteira do Movimento Passe Livre (MPL) e capitalizou a indignação popular manifestada nas grandes manifestações de rua da época. Inicialmente focado na defesa do transporte público gratuito, o movimento rapidamente abraçou uma variedade de pautas, incluindo o combate à corrupção e o repúdio aos partidos políticos, posicionando-se como uma alternativa para a renovação política no Brasil. Sua visão política sempre esteve fortemente ligada ao combate à corrupção e ao papel do Estado na economia, defendendo a diminuição deste último e a privatização de setores. Após o impeachment, o MBL se dividiu entre a política institucional e a política midiática, buscando manter sua relevância digital e influência política. No período pós-impeachment, o grupo se concentrou na articulação política em preparação para as eleições de 2018, conseguindo eleger diversos membros, incluindo Fernando Holiday, Kim Kataguiri e Arthur do Val, pelo partido Democratas. Além disso, o MBL se destacou por sua atuação no combate à suposta doutrinação ideológica nas escolas públicas e seu envolvimento no caso do Queermuseu, amplificando seu protagonismo no combate ideológico e moral à esquerda, especialmente entre os eleitores alinhados às redes de direita. O grupo também se

Criado em 2014, o MBL surgiu como uma entidade de cunho liberal no campo econômico e conservador no âmbito dos costumes, alicerçada principalmente pela defesa irrestrita à Operação Lava-Jato e a ampla utilização das redes digitais como palco para suas ações²⁹⁶. Para Balieiro (2022, p. 566), “o caso Queermuseu é exemplar da atuação política-midiática do MBL a partir de um estilo de discurso que visava produzir a indignação moral de suas audiências”.

Se no contexto internacional os movimentos populistas de direita compartilham uma estratégia comum, que é a criação de um inimigo identificável tanto no plano real quanto simbólico, no Brasil, esses inimigos escolhidos serão o Partido dos Trabalhadores e os movimentos sociais de direitos humanos (GALLEGO, 2021, p.62)²⁹⁷. A efetividade desse processo, amplificada por tecnologias de ponta e influenciadores digitais proficientes na linguagem das redes sociais, pavimentou o caminho para a ascensão de uma figura que pudesse reunir sob seu estandarte os diversos grupos de direita, o então deputado federal Jair Messias Bolsonaro. Apesar de Bolsonaro já chamar a atenção por sua defesa da memória da ditadura civil-militar de 1964, do porte de armas por civis, do endurecimento do código penal e do combate aos movimentos sociais, foi sua postura durante a Operação Lava-Jato e o impeachment da presidenta Dilma Rousseff que ampliou sua presença na mídia e solidificou seu núcleo de seguidores. A imagem de Bolsonaro como um candidato antissistema e anticorrupção despertou o interesse de grupos conservadores de

destacou pelo uso eficaz das mídias digitais, utilizando plataformas online para organizar manifestações e disseminar sua mensagem, tornando-se uma presença influente na cena política brasileira.

²⁹⁶ INTERCEPT BRASIL. MBL. Disponível em: <<https://www.intercept.com.br/?s=mb>>, acessado em 24/10/2023.

²⁹⁷ A cientista social Esther Gallego (2021, p.62) lembra que “‘Esquerdismo’ foi um dos elementos mais explorados pela campanha de Bolsonaro. Um dos fatos mais interessantes a nível simbólico foi o ressurgimento do anticomunismo na propaganda eleitoral. A vinculação entre antipetismo, anti-esquerdismo e anticomunismo foi, e continua sendo, uma construção simbólica com enorme potencial de reverberação social. Na primeira inserção televisiva do segundo turno, a propaganda eleitoral de Bolsonaro exibiu supostas conexões petistas com o Foro de São Paulo — organização que reúne partidos políticos e organizações de esquerda da América Latina e do Caribe —, mostrando na TV um áudio do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva celebrando sua criação em São Paulo no ano de 1990. De acordo com a propaganda eleitoral bolsonarista, o Foro seria “um grupo político com ideologia comunista de esquerda liderado por Lula e Fidel Castro’ criado na América Latina ao mesmo tempo em que a ‘Europa se libertava do marco do comunismo”. Paralelamente, o vídeo reiterava a relação petista com a Venezuela (na época já governada por Nicolás Maduro, sucessor de Hugo Chávez, morto em 2013) e os demais ‘países bolivarianos” e o perigo de ‘venezuelização’ do Brasil se o PT vencesse as eleições pela quinta vez. É a velha retórica do perigo vermelho e do fantasma do comunismo que invade novamente o cenário midiático. Tão presente durante as manifestações pró-impeachment de 2015 e 2016, o antipetismo erigia-se como instrumento eleitoral preferencial para reforçar uma suposta simbiose entre a esquerda, a desordem social e a nação sob ameaça”.

diferentes matizes, como militares, denominações cristãs, ruralistas, apoiadores da Operação Lava-Jato e até monarquistas. A adesão da elite econômica, catalisada pela vitória de Donald Trump e pelo baixo índice de intenções de voto dos candidatos da direita tradicional, especialmente do PSDB, reforçou a candidatura de Bolsonaro à presidência. A aproximação do economista Paulo Guedes, cujas ideias são herdeiras da Escola de Chicago, forneceu a Bolsonaro o respaldo econômico necessário para convencer esse grupo. Além disso, as estratégias de desinformação adotadas pela campanha de Bolsonaro, sob a influência de agentes internacionais como Alex Jones e Steve Bannon, provocaram um influxo significativo de desinformação (SILVEIRA; ROVAI JR., 2022, p.26). Esta rede, financiada por grupos empresariais nacionais e estrangeiros, buscou criar um espetáculo de desinformação com o objetivo de influenciar o processo eleitoral. Este fenômeno é objeto de uma investigação que tramita no Supremo Tribunal Federal brasileiro desde 2019 (INQ 4781), também conhecido como Inquérito das Fake News.

Porém, sem o desgaste da conjuntura política brasileira somado ao pânico moral criado em torno da “pauta de costumes”, a desinformação sozinha possivelmente não teria sido suficiente para reverter o processo eleitoral a favor de Bolsonaro. Logo, a análise da influência do debate sobre gênero e sexualidades e as estratégias utilizadas em torno do cancelamento da Queermuseu contribui para compreender os caminhos que levaram à consolidação do populismo de direita no Brasil.

Para uma análise da estratégia de desinformação no cenário brasileiro, é necessário abordar o público-alvo desta estratégia e sua conexão com eventos culturais, como a Queermuseu. Primeiro, importa notar que essa tática tem como objetivo direcionar e moldar a percepção dos indivíduos de acordo com suas inclinações políticas e socioculturais, capitalizando sentimentos de ódio, ressentimento e ansiedade social (ROSA et al, 2021). No contexto brasileiro, essa manipulação se voltou contra parcelas significativas da classe média afetada pela crise econômica e enfrentando perda do poder aquisitivo e empregabilidade. A guerra cultural dirigiu-se principalmente ao "homem branco", trabalhador de baixo poder aquisitivo, cuja identidade foi instrumentalizada para apoiar a agenda da nova direita. Esta figura emergente se viu atrelada à responsabilidade de conduzir o futuro civilizatório e promover uma renovação da cultura brasileira, que, segundo essa narrativa, havia sido corrompida por avanços em igualdade e identidade.

Paralelamente, os indivíduos marginalizados por este projeto ideológico, considerados obstáculos a serem removidos, tornaram-se as vítimas desta guerra cultural. A guerra cultural ambicionava uma revolução cultural, uma transformação radical da realidade baseada em um novo regime de verdade, naturalizando o que antes era considerado absurdismo. Nessa batalha, o simbólico e o imaginário são campos de atuação cruciais. O simbólico, limitado pela linguagem que cada indivíduo consegue compreender, e o imaginário, baseado nas percepções individuais do ambiente cultural, formam a tapeçaria da realidade. A guerra cultural, nesse sentido, busca promover uma mutação de significados nesses campos, permitindo uma negociação ética e atribuindo novos sentidos à realidade. Assim, a campanha de desinformação em torno da Queermuseu, por exemplo, resultou em uma onda de discursos elaborados sem parâmetros éticos, democráticos, legais, científicos, racionais e razoáveis. No plano imaginário, tentou-se empobrecer o conjunto de imagens, reduzindo a complexidade da sociedade e reforçando a visão do outro como concorrente ou inimigo a ser superado²⁹⁸.

Essa manipulação do simbólico e do imaginário levou, em última análise, à formação de uma realidade alternativa onde os direitos fundamentais e os limites éticos foram redefinidos ou negados. Dessa forma, a nova direita acabou instrumentalizando o poder digital, uma prática inspirada pelas empresas do Vale do Silício, que ao programar algoritmos, rompeu as fronteiras tradicionais entre Estado, poder político, poder econômico e vida privada, resultando em uma nova *praxe* política. No caso brasileiro, essa tentativa de revolução cultural está alinhada com a natureza autoritária da sociedade, que tem lutado para elaborar adequadamente fenômenos históricos como a escravidão e a ditadura civil-militar de 1964, como discutido por Lilia Moritz Schwarcz em "Sobre o Autoritarismo Brasileiro" (2019).

A história, como a entendemos, é uma teia complexa de eventos, interações e forças dinâmicas que influenciam o curso do tempo. Em "O Conceito de História" (1987), Walter Benjamin argumenta que a falta de compreensão crítica do passado implica uma visão de mundo limitada, que inibe a capacidade de reagir adequadamente ao presente. No Brasil, a falta de uma análise criteriosa do legado

²⁹⁸ Paxton (2007, p.360) ressalta que na ideologia fascista, diante do propósito de superar o inimigo, estabelece-se, na prática política, a justificativa de uso de quaisquer meios disponíveis e necessários, incluindo "qualquer ação, sem limites jurídicos ou morais, contra seus inimigos, tanto internos quanto externos".

histórico, incluindo a escravidão e a ditadura civil-militar de 1964, permitiu o ressurgimento de uma hierarquização baseada em gênero, raça, orientação sexual e classe social, o que se reflete em eventos cotidianos e na construção cultural de um povo que não tem conseguido confrontar adequadamente o legado da escravidão.

Essa resistência à reflexão histórica também se evidencia na percepção de muitos sobre a ditadura de 1964. Apesar das evidências claras de abusos de direitos humanos e corrupção, existe um segmento significativo da população que glorifica esse período como uma época de estabilidade e ordem. Uma pesquisa recente mostrou que mais de 60% dos brasileiros não estão familiarizados com o AI-5²⁹⁹, um dos instrumentos mais repressivos do regime militar, e, sem a compreensão desse passado, muitos estão suscetíveis a pedir um retorno a um período que nunca existiu de fato. Esse vazio de reflexão histórica permitiu que forças emergentes, principalmente a nova direita, capitalizassem os sentimentos de ressentimento e ódio através de estratégias de desinformação, buscando instaurar uma nova ordem cultural que priorizaria a violência sobre o conhecimento. Hannah Arendt, em "Origens do Totalitarismo" (2013), analisa como esses sentimentos podem ser manipulados para criar uma realidade alternativa que atende às ambições ideológicas de um grupo.

Esse processo de intervenção no mundo real altera fundamentalmente o simbólico e o imaginário, desafiando nossa percepção do que é e o que poderia ser. A criação de um universo paralelo é uma maneira de subverter a ordem estabelecida e impor um sistema próprio de verdades. Organizações como a Brasil Paralelo exemplificam esse fenômeno, com a sua produção de conteúdos audiovisuais permeados por desinformação, criando uma história alternativa do Brasil³⁰⁰. Esse "Brasil paralelo" promove a ideia de que a sociedade está sendo sufocada por uma cultura dominante, fundamentada no materialismo histórico. Esta visão bifurcada do real e do ideal reflete uma crise nas dimensões ontológica, ética e epistêmica. Na dimensão ontológica, a crise de 2008, com suas repercussões econômicas, políticas e sociais, acelerou a formação de grupos que se sentem privados de suas posições sociais e patrimônio.

²⁹⁹ G1. 65% desconhecem o AI-5, diz Datafolha; 35% já ouviram falar. 01/01/2020. Disponível em: <<<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/01/65percent-desconhecem-o-ai-5-diz-datafolha-35percent-ja-ouviram-falar.ghtml>>>, acessado em 21/10/2023.

³⁰⁰ Vale retomar o conceito de "palingenética", utilizado por Griffin (2008) para caracterizar o movimento fascista, o qual se articula com a expressão de um passado mítico secular, histórico. Nesse sentido, o Brasil Paralelo acabou assumindo o papel de estabelecer, através da produção de conteúdo de alto nível, o revisionismo histórico dos grandes traumas da sociedade brasileira, como o passado escravocrata e a ditadura militar.

Essa situação criou um terreno fértil para a proliferação de discursos falsos alimentados por ódio e intolerância. Na Internet, esses grupos encontraram um terreno propício para se reunir e reforçar suas crenças, independentemente da verdade. É nesse espaço que surge a pós-verdade, onde a realidade objetiva é substituída por crenças e emoções. Na esfera ética e epistêmica, a ruptura entre razão e emoção é palpável. Em um mundo cada vez mais dominado pela pós-verdade, a razão é eclipsada por discursos carregados de emoção. Os discursos públicos são orientados para o sensacionalismo e não para a discussão racional, criando um ambiente cacofônico onde o que importa não é a verdade, mas a capacidade de "lacrar". Assim, o avanço do autoritarismo é facilitado por um clima de irracionalidade e de desinformação, que por sua vez é perpetuado por ele. As ferramentas da era digital, em vez de nos unir em um ambiente de debate e aprendizado coletivo, dividem-nos em tribos e guetos virtuais, onde as emoções e a pós-verdade prevalecem.

A linguagem desempenha um papel central na mediação da nossa relação com a realidade. No entanto, a pós-verdade tem corroído a primazia dos fatos e da objetividade, provocando a emergência de um cenário onde a expressão emocional e a afirmação de crenças pessoais ofuscam a necessidade de veracidade. A fragilidade na articulação linguística da realidade, facilita a manipulação e distorção de discursos, comprometendo a efetividade do debate público e corroendo o princípio fundamental da busca pela verdade. As estruturas intelectuais desprovidas de vontade de conexão afetiva e de abordagem da subjetividade abriram um percurso para um entendimento da realidade desvinculado da dimensão relacional e afetiva dos fenômenos. A razão iluminista, que apostou em uma abordagem objetiva da realidade, almejando um cientificismo que se baseava na objetividade dos fatos e na ideia de que os fenômenos sociais possuíam significados intrínsecos, buscou enquadrar as experiências singulares em uma moldura racional totalizante. Este processo, no entanto, ignorou a riqueza da diversidade e do pluralismo existente. Michel Foucault, em "A Ordem do Discurso" (1996), critica esta forma de racionalidade, argumentando que ela foi historicamente monopolizada por classes dominantes, sendo usada como instrumento de poder e controle.

Ao mesmo tempo, essa busca por uma razão universal, pura e objetiva, resultou na desvalorização da dimensão afetiva e subjetiva dos fenômenos sociais. Assim, o retorno a um projeto iluminista simplista não seria adequado, pois reproduziria os mesmos erros de uma racionalidade desvinculada da experiência humana. Por outro

lado, a pós-verdade não é apenas um fenômeno preocupante, mas também uma estratégia política poderosa que tem sido utilizada para desestabilizar o campo político e mobilizar as massas. Contudo, isso levanta a questão da fragilização das instituições culturais, na medida em que a pós-verdade mina a capacidade de abordar criticamente fenômenos históricos importantes, como a escravidão e os períodos de exceção democrática.

No contexto da cultura, Antonio Gramsci, em "Cadernos do Cárcere" (2018), enfatiza que o terreno cultural é fundamental para qualquer estratégia política, pois é aí que se formam os valores e se influenciam as visões de mundo. No entanto, a pós-verdade tem sido usada de forma estratégica para semear desinformação, alimentar preconceitos e manipular o debate público, evidenciando uma preocupante guerra cultural em curso, no qual a pós-verdade é uma arma poderosa. É nesse campo de confluências do "TP" que a ascensão da nova direita populista no Brasil marca um ponto de virada significativo na política brasileira, caracterizado pela construção de uma rede digital imensa e coesa, revelando uma inovação na mobilização política digital.

A força desse movimento reside em sua capacidade de atrair indivíduos que não tinham nenhuma experiência prévia com a política associativa, sindical ou com movimentos sociais e possuem valores e visões de mundo bastante arraigadas no senso comum moldado pelas tradições. Assim, se conectam por meio das redes digitais, desafiando a hegemonia tradicional do debate político praticado "nas ruas". Neste novo contexto, os valores e emoções se sobrepõem à racionalidade e aos fatos objetivos, transformando o ambiente político³⁰¹. Esta estratégia da nova direita populista de substituir fatos racionais por uma narrativa emocional e orientada por valores não visa necessariamente avançar na garantia de direitos, mas suprimir os direitos de maneira reacionária.

O movimento bolsonarista, como apontado pela historiadora Lilia Moritz Schwarcz em "Sobre o Autoritarismo Brasileiro" (2019), tem raízes na tradição autoritária brasileira. Essa tradição é evidente em episódios recentes de censura, como o cancelamento da exposição Queermuseu. A novidade é a potencialização dessas tendências autoritárias pelo poder digital, amplificando suas mensagens de forma sem

³⁰¹ A afetividade, conforme analisa Sara Ahmed em "The Cultural Politics of Emotion" (2004), é moldada por um conjunto de valores que substituem elementos racionais, criando um "regime de verdade" alternativo que desafia o status quo democrático, incluindo a cientificidade.

precedentes. As redes sociais, como WhatsApp, TikTok e YouTube, passaram a ser usadas de maneira estratégica para disseminar ideologias e formar subjetividades. A proliferação de disparos massivos de mensagens, financiados por empresários de diferentes portes, evidencia a sofisticação da estratégia digital do movimento. Enquanto isso, os setores progressistas parecem lutar para acompanhar o ritmo de mudança, seja pela espetacularização do debate ou pela cultura do cancelamento.

A questão se a extrema-direita brasileira é uma aberração temporária ou um fenômeno duradouro é crucial para a trajetória futura do Brasil. Como Eric Hobsbawm argumenta em "A Era dos Extremos" (1994), os fenômenos políticos são complexos e multifacetados, e a ascensão da extrema-direita é frequentemente uma resposta a crises econômicas profundas, como a de 2008, cujas quais são profícuas em produzir ressentimentos, muitas vezes alimentadas para gerar a mobilização necessária para subsidiar o populismo de direita.

Conclusão

A polêmica da Queermuseu abriu uma esfera de debate envolvendo os limites gênero, sexualidade e suas interseccionalidades através da arte e do campo cultural, alimentada pelo confronto de forças presentes na sociedade brasileira. Essa exposição não apenas instigou a discussão além de sua concepção original, mas também estendeu sua relevância muito além da esfera de controle de seu curador, conforme observado no manifesto em defesa da exposição realizado na frente do Santander Cultural em Porto Alegre, onde o curador anunciou que "a partir de agora, a Queermuseu pertence à sociedade brasileira num sentido mais profundo"³⁰². Tal alegação foi confirmada pelos subsequentes acontecimentos que se deram ao cancelamento da exposição, evidenciando as tensões dinâmicas no tecido social do país.

A Queermuseu inaugurou um profundo e amplo diálogo sobre gênero, sexualidade e suas interseccionalidades, mesmo que essa discussão já estivesse sendo desenvolvida em espaços acadêmicos e movimentos sociais, particularmente aqueles ligados aos direitos humanos. Embora os debates sobre gênero e sexualidade não fossem novos no panorama nacional, nunca eles haviam alcançado um público tão amplo e diverso a partir de uma plataforma tão influente quanto a arte. Ness sentido, a exposição foi um ponto de encontro para discussões que se estenderam a todos os cantos da sociedade brasileira.

Além do questionamento inevitável sobre o que de fato levou ao cancelamento da Queermuseu e os ataques difamatórios sofridos, é importante entender que ao falar de gênero, sexualidade e suas interseccionalidades, estamos necessariamente abrindo caminho para discussões de outros debates que são essenciais para a sociedade brasileira e a vida democrática do país como um todo. Discussões sobre as históricas lutas feministas, os direitos da comunidade LGBT, as relações de trabalho e a luta da comunidade negra estão intrinsicamente conectados às questões de gênero e sexualidade. Assim, é crucial entender que a Queermuseu, com suas interconexões, chegou em um momento crítico da história brasileira no qual era necessário trazer essas questões para o debate público, polarizando setores conservadores e progressistas. Este debate não ficou restrito à Queermuseu, ao

³⁰² BBC. 2018. 'Queermuseu', a exposição mais debatida e menos vista dos últimos tempos, reabre no Rio. 16/08/2018. Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45191250>>, acessado em 29/10/2023.

contrário, ele persistiu, mudando, expandindo e se aprofundando, ganhando nova força com a extraordinária reabertura da exposição na Escola de Artes Visuais do Parque Lage, um histórico local de resistência política e cultural no Rio de Janeiro. Nesse sentido, o cancelamento da exposição gerou uma mobilização significativa da sociedade civil, que envolveu ativistas políticos, artistas, acadêmicos e defensores dos direitos LGBT e de outras minorias. Protestos, debates públicos, campanhas de mídia social e exposições alternativas surgiram como formas de protesto contra a censura e em defesa da liberdade de expressão. A mobilização em torno da exposição Queermuseu gerou uma discussão abrangente, tocando em questões sensíveis na sociedade brasileira. Assim, em um momento da nossa democracia, marcada pela perda contínua de direitos e ameaças ao estado democrático de direito, a Queermuseu nos recorda a importância da defesa constante das liberdades individuais e dos princípios democráticos que sustentam nossa República, especialmente em relação à expressão artística e cultural.

Embora a exposição original tenha sido cancelada, é imprescindível reconhecer que deixou um legado duradouro. O debate que se seguiu à Queermuseu contribuiu para um maior conhecimento sobre questões de gênero, sexualidade e suas interseccionalidades, como também promoveu discussões mais aprofundadas sobre o papel da arte na sociedade e os limites da liberdade de expressão. Além disso, a exposição serviu como um lembrete contundente de que a resistência e a mobilização são vitais para proteger e promover os direitos humanos em tempos de retrocesso.

Considerando a exposição em sua temporalidade e desenvolvimento, é fundamental lembrar que sua concepção sempre foi a de ser uma mostra aberta para todos os públicos. Durante a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre Maus Tratos, o curador reiterou veementemente essa intenção, destacando que todos os envolvidos na organização da exposição estavam confiantes de que ela era apropriada e se encaixava em todas as faixas etárias, aderindo aos princípios da legislação brasileira, particularmente o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Brasil, 1990). Nesse contexto, o próprio Ministério Público, após visitar a exposição ainda montada, junto com a promotora do Juizado da Infância e Juventude de Porto Alegre, emitiu uma nota pública esclarecendo que nenhuma das alegações feitas contra a exposição eram procedentes. No mesmo documento, sugeriu que a polêmica poderia ter sido evitada se houvesse uma indicação na entrada da exposição, embora não houvesse recomendação formal para tal naquele momento.

Na sequência, o MP reforçou sua posição ao recomendar ao Santander a reabertura da exposição e a organização de uma nova mostra para reparar os danos públicos e privados que seu fechamento havia causado. Nesse sentido, a ausência da obrigatoriedade da classificação indicativa no ECA não deve ser vista como negligência dos organizadores da exposição, uma vez que, tanto no momento de sua elaboração como atualmente, ainda não existem estudos suficientes para fundamentar sua obrigatoriedade em exposições de arte. De fato, não há pesquisas que demonstrem que museus e obras de arte causem qualquer tipo de trauma ou danos à saúde mental de crianças e adolescentes. Contudo, não deixamos de reconhecer que a classificação indicativa tem um papel pedagógico interessante, pois dá aos pais e responsáveis a liberdade de decidir como querem educar seus filhos e o que consideram adequado para eles em termos de acesso à cultura, arte e conhecimento, direitos previstos na Constituição Federal (Brasil, 1988). Contudo, essencialmente, não havia nada na exposição que fosse condenável.

O cancelamento da Queermuseu despertou uma porção da sociedade brasileira para um momento crítico. O ataque à exposição não estava desconectado de outros eventos preocupantes para a cultura brasileira, como os ataques violentos aos terreiros de candomblé, os sutis ataques ao carnaval³⁰³ e a tantas outras manifestações culturais populares que compõem o tecido cultural do nosso país. Essas ações abriram brechas para um cerceamento da expressão artística que tem gerado impactos simbólicos muito prejudiciais à democracia. Por isso, a ascensão da agenda conservadora no país representa um alerta direto à liberdade de expressão e aos direitos e, também por isso, que é necessário colocar as coisas em perspectiva. A arte e a cultura, como expressões humanas fundamentais, devem ser protegidas desses ataques que buscam restringir a diversidade e a pluralidade de vozes. A democracia depende de uma sociedade civil robusta, que por sua vez depende da existência de espaços abertos para o discurso e para a expressão de diferentes

³⁰³ Em 2017, o carnaval no Rio de Janeiro passou a sofrer sutis ataques através de medidas ideológicas implementadas pelo prefeito Marcelo Crivella (2017-2021). Bispo licenciado da Igreja Universal, Crivella logo no início de sua gestão atrasou a entrega das chaves ao Rei Momo sem justificativa consistente, bem como lançou o programa Rio Ainda Mais Fácil, através do Decreto Municipal nº 43.219/2017, que condicionava a realização de eventos à aprovação prévia do gabinete do prefeito, tendo poderes, inclusive, para interromper um evento que já tivesse sido iniciado. Esse decreto, considerado inconstitucional pelo Tribunal de Justiça do RJ, gerou uma onda de preocupações junto as religiões de matriz africana. ESTADO DE MINAS. 2017. Crivella não aparece para entregar chave do Rio ao Rei Momo. 24/02/2027. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2017/02/24/interna_nacional,850196/crivella-nao-aparece-para-entregar-chave-do-rio-ao-rei-momo.shtml>, acessado em 15/11/2023.

pontos de vista. Tentativas de silenciar ou marginalizar determinadas vozes têm o potencial de corroer as fundações mais basilares da democracia. Portanto, a Queermuseu não deve ser vista como um incidente isolado, mas como parte de um fenômeno mais amplo de censura e repressão que permeiam a sociedade brasileira.

É importante lembrar que a liberdade de expressão é um direito fundamental garantido pela Constituição Brasileira, e qualquer tentativa de limitá-lo precisa ser confrontada vigorosamente. Vale lembrar que a contemporaneidade apresenta um novo cenário de censura, que se manifesta por meio da desinformação e na remodelação de contextos e perspectivas em relação a diversos fatos e conceitos. Nesse quadro, a censura já não é um ato realizado apenas por aqueles que detêm o poder governamental, mas se torna, por omissão dos mesmos, uma ferramenta de mobilização nas mãos de novos agentes políticos e movimentos civis organizados. Por exemplo, quando uma instituição nega a inclusão ou manutenção de uma obra de arte engajada em discussões públicas em sua galeria, essa ação requer questionamentos e é justamente isso que se tem observado na cena artística nacional, com crescente alarme: um aumento de instituições culturais evitando abordar certos tópicos, buscando prevenir possíveis desconfortos públicos - especialmente aqueles relacionados a questões de sexualidade e gênero. Esta forma de censura, exercida sob uma forma de vigilância comunitária, é tão devastadora quanto a censura ostensiva experimentada durante a ditadura civil-militar brasileira de 1964. Essa modalidade, praticada inclusive por instituições que afirmam defender a arte, se manifesta atualmente endossando ataques à própria arte. Quando uma instituição de arte se recusa a acolher determinadas formas de arte, responsabilizando o artista por sua produção, isso não deixa de se configurar como uma forma de censura, uma que se obriga o artista a se adaptar à vigilância, impedindo a livre expressão de sua originalidade. Isso resulta em uma "arte pela metade", aquela que a comunidade em torno acredita ser arte, não a arte que os artistas realmente produzem.

Portanto, é crucial considerar as nuances da censura quando examinamos eventos como a Queermuseu, pois reduzir a censura ao seu formato clássico nos dias de hoje seria simplificar o debate. A censura contemporânea se tornou uma estratégia de "soft power", onde instituições são coagidas por comunidades vigilantes a autocensurar artistas, restringindo sua função de expressão artística total. Essa autocensura, combinada com a produção de desinformação, não apenas silencia, mas também gera um impacto significativo especialmente no ambiente virtual, meio pelo

qual a opinião pública é construída e no qual surgem a histeria e a comoção. Assim, aos poucos, os artistas e a arte acabam ficando esvaziados de contexto, censurando-se seus nomes e identidades. Em um país como o Brasil, essas restrições tornam-se ainda mais profundas e perturbadoras, não tanto pela possibilidade de retorno à censura estatal, mas pela censura que surge de dentro das próprias comunidades e instituições, alternando entre o reconhecimento da importância da arte e sua subsequente negligência. Portanto, atualmente, perturba não a possibilidade de retorno da censura imposta pelo Estado, mas a censura que surge no seu próprio lado, no ambiente que diz em um momento que você é muito importante e logo depois te invisibiliza.

Por fim, é importante registrar que ao se tornar uma extraordinária plataforma de lutas, a partir da qual vastos setores da sociedade puderam se engajar em ambos os lados, a Queermuseu, entrou no conjunto de lutas empreendidas na história brasileira, nos ajudando a entender que há uma rede de batalhas interconectadas. A expressão de ódio e intolerância que se fizeram presentes durante todos esses episódios são apenas alguns dos sintomas de uma condição mais profunda enraizada na história do país, que é marcada pela escravidão, pelo autoritarismo e pela produção de uma sociedade com fortes contrastes sociais, que ainda não conseguiu consolidar uma democracia sem ameaças de golpes.

Sem dúvidas, as reviravoltas vivenciadas pela democracia brasileira na última década foram e continuarão sendo inesperadas, o que transforma eventos como esse em torno da Queermuseu em marcos importantes para que continuemos lembrando vigorosamente de que a estabilidade democrática não é garantida nem permanente. Logo, ao analisarmos os embates historicamente vivenciados pelos oprimidos na luta por direitos e o enfrentamento às ofensivas conservadoras, fenômenos como esse se tornam um importante objeto para a análise da nossa história passada e presente. Nessa perspectiva, mesmo que incipiente, faz-se oportuno indicar um caso que aos poucos vai chamando a atenção da opinião pública e da academia, a inserção do ideário duginista no campo político brasileiro, em especial entre vertentes da centro-esquerda. Esse é um fenômeno complexo e controverso, mas que abre outras possibilidades de análise sobre como as questões de gênero, sexualidade e suas interseccionalidades continuam a influenciar o pensamento político atual nos demais campos da ação política. O Duginismo, ou Quarta Teoria Política (QTP), como explica o historiador Henrique Carneiro e o internacionalista Aldo Sauda (2021), pode ser

compreendido como uma ideologia de origem russa que surgiu nos anos 90, combinando elementos do fascismo e do stalinismo, inspirado principalmente na obra de Alexander Dugin. Conforme os autores (2021, p.03),

O duginismo possui fontes comuns à extrema-direita brasileira, tendo como interlocutor o guru do bolsonarismo, Olavo de Carvalho. Ambos se inspiram no tradicionalismo da filosofia perene de René Guénon, na nova direita francesa de Alain de Benoist e François Bosuquet, e no esoterismo e paganismo neo-místico que, paradoxalmente, acaba servindo para dar fôlego a um cristianismo em crise. No campo da teoria, aquilo que afasta Carvalho de Dugin é a interpretação do papel dos EUA na suposta “revolução conservadora”. Enquanto para Carvalho os Estados Unidos teriam um papel central no resgate do tradicionalismo ocidental, para Dugin, a ideologia pós-moderna e identitária, em particular o peso dos movimentos LGBTQ, feministas e antirracistas na sociedade americana fariam dos EUA terreno inóspito a sua revolução conservadora.

Assim, embora o Duginismo seja frequentemente associado a ideias ultranacionalistas, tradicionalistas e antidemocráticas, ele também apresenta características que o aproxima de algumas vertentes da esquerda global. No Brasil, esse fenômeno está representado na máxima “Esquerda no trabalho, direita nos costumes”³⁰⁴ do grupo chamado “Nova Resistência”³⁰⁵, que se apresenta como anticapitalista e antiliberal, com diversos quadros filiados ao Partido Democrático Trabalhista (PDT)³⁰⁶, os quais apresentam uma profunda discordância com a pauta LGBT, a qual, segundo o grupo, teria sido criada por “mentes demoníacas”³⁰⁷. É importante observar que essa inserção de ideias neofascistas em algumas vertentes da esquerda global é controversa e não representa a totalidade da esquerda política. Inclusive, muitos grupos e indivíduos de esquerda vem condenando veementemente essas ideias. Assim, este cenário multifacetado, em que se destaca a complexidade das ideologias políticas, em um mundo que se reposiciona na ordem multipolar, representa um desafio particularmente relevante para a nova geração de historiadores, que terão que lidar com esse novo tempo.

³⁰⁴ SPUTINIK. 2022. 'Brasil precisa da multipolaridade': como Dugin influencia ideias do grupo Nova Resistência. Disponível em: <<https://sputniknewsbr.com.br/20221016/brasil-precisa-da-multipolaridade-como-dugin-influencia-ideias-do-grupo-nova-resistencia-25391395.html>>, acessado em 29/10/2023.

³⁰⁵ BADARO. 2020. O neofascismo com "cara de esquerda". 07/03/2020. Disponível em: <<https://www.revistabadaro.com.br/2020/03/07/o-neofascismo-com-cara-de-esquerda/>>, acessado em 29/10/2023.

³⁰⁶ CONGRESSO EM FOCO. 2023. Por ordens de Lupi, PDT expulsa 50 “infiltrados” de extrema-direita. 23/10/2023. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/por-ordens-de-lupi-pdt-expulsa-50-infiltrados-de-extrema-direita/>>, acessado em 29/10/2023.

³⁰⁷ NOVA RESISTÊNCIA. 2022. A essência nefasta do movimento LGBTQ+. 13/07/2022. Disponível em: <<https://novaresistencia.org/2022/07/13/a-essencia-nefasta-do-movimento-lgbtq/>>, acessado em 29/10/2023.

Referências

Fonte

DE PORTO ALEGRE. **Nota da arquidiocese de Porto Alegre sobre a exposição no Santander Cultural**. Porto Alegre, 11 setembro 2017. Disponível em <<<https://www.arquidiocesepoa.org.br/single-post/2017/09/11/Nota-da-Arquidiocese-de-Porto-Alegre-sobre-exposi%C3%A7%C3%A3o-no-Santander-Cultural>>>. Acessado em 31/08/2019.

DAPP/FGV. **Robôs, redes sociais e políticas no Brasil**: estudo sobre as interferências ilegítimas no debate público na web, riscos à democracia e processo eleitoral de 2018. Rio de Janeiro, v.01, 2017.

FGV. **Pesquisa da FGV DAPP identifica uso de robôs em 13% do debate nas redes por boicote à exposição Queermuseu**. FGV DAPP. 2017. Disponível em: <http://dapp.fgv.br/pesquisa-da-fgv-dapp-identifica-uso-de-robos-em-13-debate-nas-redes-por-boicote-exposicao-queermuseu/>. Acessado em: 15/01/2022.

MPF. Procuradoria da República no Rio Grande do Sul. Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão. **Recomendação PRDC/RS nº 21/2017**. Porto Alegre, 2017. Disponível em: <<<http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento.Chave4EE778FB.B73F6393.5A10758A.724E7ADF>>>, acessado em 15/01/2022.

QUEERMUSEU. Ministério da Cultura, Governo Federal, Brasília, DF, Pronac 137877, segmento Exposição de Artes Visuais, área Artes Visuais, proponente Associação dos Amigos do Museu de Arte do Rio Grande do Sul Ado Malagoli, Porto Alegre/RS, 2013. Disponível em: <<<http://versalic.cultura.gov.br/#/projetos/137877>>>, acessado em 15/01/2022.

QUEERMUSEU - CARTOGRAFIAS DA DIFERENÇA NA ARTE BRASILEIRA. Ministério da Cultura, Governo Federal, Brasília, DF, Pronac 164274, segmento Exposição de Artes Visuais, área Artes Visuais, proponente Rainmaker Consultoria de Imagem, Projetos e Produções, São Paulo/SP, 2016. Disponível em: <<<http://versalic.cultura.gov.br/#/projetos/164274>>>, acessado em 15/01/2022.

SANTANDER BRASIL. **Nota sobre a exposição Queermuseu**. São Paulo, 10 novembro 2017. Facebook: santanderbrasil. Disponível em: <<https://pt-br.facebook.com/santanderbrasil/posts/10154720373470588/>>. Acessado em 22/11/2021.

CNBB NE1-CEARÁ. **Nota de repúdio**. Fortaleza, 18 de outubro de 2017. Diocese de Quixada. Disponível em: <<https://diocesedequixada.org.br/wp-content/uploads/2017/10/Nota-CONSER-out-17-pdf..pdf>>, acessado em 12/10/2023.

Bibliografia

AGUIAR, Bruna Soares de; PEREIRA, Matheus Ribeiro. O antifeminismo como backlash nos discursos do governo Bolsonaro. **Agenda Política**, v. 3, p. 8-35, 2019.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. Gestão ou gestação pública da cultura. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBÁLHO, Alexandre (orgs.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDIUFBA, p. 61-86, 2007.

ALENCAR, Gustavo de. Grupos protestantes e engajamento social: uma análise dos discursos e ações de coletivos evangélicos progressistas. **Religião & Sociedade**, v. 39, p. 173-196, 2020.

ALLIER MONTAÑO, Eugenia. Balance de la historia del tiempo presente. Creación y consolidación de un campo historiográfico. **Revista de Estudios Sociales**, v. 65, p.100-112, 2018.

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. Práticas de História Pública: o movimento social e o trabalho de história oral. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (Ed.). **História Pública no Brasil: sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

ALMEIDA, M.M. Mudanças sociais/Mudanças museais: nova museologia/nova história – que relação? **Cadernos de Sociomuseologia**, n.5, p.99-118, 1996.

ALMEIDA, Ronaldo de. A onda quebrada-evangélicos e conservadorismo. **Cadernos Pagu**, 2017.

AMIN, Samir. O imperialismo, passado e presente. **Tempo**, v. 9, p. 77-123, 2005.

ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. **EXILIUM Revista de Estudos da Contemporaneidade**, v. 3, n. 5, p. 209-232, 2022.

_____. História e memória dos ressentimentos. **EXILIUM Revista de Estudos da Contemporaneidade**, v. 3, n. 5, p. 209-232, 2022.

ARANTES, Pedro Fiori et al. Assombro, transgressão e falsificação na estética de combate bolsonarista: armas discursivas e produção visual na vitória da extrema-direita em 2018. **Revista Eco-Pós**, v. 24, n. 2, p. 90-123, 2021.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

ARON, Raymond. As etapas do pensamento sociológico. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BAGGIO, K.G. Entre 2013 e 2016, das “Jornadas de junho” ao golpe. In: MATTOS, H. et al. **Historiadores pela democracia: o golpe de 2016 e a força do passado**. São Paulo: Alameda, 2016.

BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. Uma sociologia do escândalo da Mostra Queermuseu: disputas de enquadramento midiático entre o jornalismo profissional e o Movimento Brasil Livre. **Sociedade e Estado**, v. 37, p. 551-573, 2022.

BALLESTRIN, Luciana. Colonialidade e democracia. **Revista Estudos Políticos**, v. 5, n. 9, p. 191-209, 2014.

BARBALHO, Alexandre. Políticas culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre (orgs.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDIUFBA, p. 37-60, 2007.

BARBIER, D. Um museu na cidade: estudo sobre a fundação do Museu Histórico da Bibliotheca Pública Pelotense na cidade de Pelotas (1904). **Revista Caribeña de Ciências Sociais**, p.01-14, 2015.

BARBIER, D.; CERQUEIRA, F. Queermuseu: entre História, disputas e ativismo digital (Porto Alegre/2017). In: SILVA, T.C.; GANDRA, E.A. (orgs.) **História em perspectiva: coletânea de artigos**. Chapecó: Livrologia, 2020. p.153-168

BARROS, J.O.C. et al. Queermuseu: Os perigos da censura e do avanço conservador para a democracia. **Revista Cult**. São Paulo: Editora Bregantini, 2017. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/queermuseu-censura-avanco-conservador-democracia/>>, acessado em 20/11/2021.

BARROS, José D.'Assunção. Seis desafios para a historiografia no novo milênio. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 21, n. 33, 2019.

BARROSO, F.L.A. Jornal do Nuances: análise da construção de um periódico gay. **Bagoas**, n.3, p.179-204, 2009.

BASTOS, M. D; FIGUEIREDO, C.; SCHNEIDER, M. Propaganda e Teoria da Conspiração: Comunicação Neofascista no Brasil em Tempos de Crise do Capitalismo. In: PRATA, N. et al. (orgs). **Comunicação e ciência: reflexões sobre a desinformação**. São Paulo: INTERCOM, 2022.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 21, 2017.

BAUER, Caroline Silveira; NICOLAZZI, Fernando Felizardo. O historiador e o falsário: Usos públicos do passado e alguns marcos da cultura histórica contemporânea. **Varia Historia**, v. 32, p. 807-835, 2016.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

BÉDARIDA, François. A History of French Society, 1789-1989: From the French Revolution to the Mitterrand Years. Routledge, 1991.

BENETTI, Fernando José. A bicha louca está fervendo. 2013. 175fls. TCC (Trabalho de Conclusão de Curso em História) – UDESC, Florianópolis, 2013.

BENEVIDES, Maria Victoria. Cidadania e direitos humanos. **Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo**, São Paulo, 2013.

BENJAMIN, Walter. Teses sobre o conceito de história (1940). **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**, p. 222-232, 1987.

_____. Theses on the Philosophy of History. In: **Illuminations**. Schocken Books, 1968.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista de estudos Feministas**, v. 19, n.2, p. 549-559, 2011.

BERLIN, Isaiah. Dois conceitos de liberdade. In: _____. **Estudos sobre a Humanidade**: Uma antologia de ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **Limites da utopia: capítulos da História das Ideias**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

BIBLARZ, Timothy J.; SAVCI, Evren. Lesbian, gay, bisexual, and transgender families. **Journal of Marriage and Family**, v. 72, n. 3, p. 480-497, 2010.

BILGE, Sirma. Interseccionalidade desfeita: salvando a interseccionalidade dos estudos feministas sobre interseccionalidade. **Revista Feminismos**, v. 6, n. 3, 2018.

BIROLI, Flávia. Autonomia, opressão e identidades: a resignificação da experiência na teoria política feminista. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 21, 2013.

_____. Reação conservadora, democracia e conhecimento. **Revista de Antropologia**, v.6, n.1, p.83-98, 2018.

_____. Divisão sexual do trabalho e democracia. **Dados**, v. 59, p. 719-754, 2016.

_____. **Gênero e desigualdades**: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

_____. Gênero e política: igualdade de gênero e diversidade sexual na crise da democracia. **ReCiis** – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 736-749, 2021.

_____.; MIGUEL, Luis Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Mediações**-Revista de Ciências Sociais, v. 20, n. 2, p. 27-55, 2015.

_____.; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos. **Gênero, neoconservadorismo e democracia**: disputas e retrocessos na América Latina. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.

BLANCA, Rosa Maria. **Arte a partir de uma perspectiva queer arte desde lo queer**. 2011. 400fls. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, 2011

BLANCHARD, Pascal; VEYRAT-MASSON, Isabelle. Introduction. In: BLANCHARD, Pascal; VEYRAT-MASSON, Isabelle. **Les guerres de mémoires: la France et son**

histoire Enjeux politiques, controverses historiques, stratégies médiatiques. Paris: Éditions La Découverte, 2008, p.15-49.

BOITA, T. **Memória LGBT: Mapeamento e Musealização em Revista.** 2014. 62f. Monografia (graduação em Museologia) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiania, 2014.

BOITO JR, Armando. O caminho brasileiro para o fascismo. **Caderno CRH**, v. 34, 2021.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia: história e crítica de um preconceito.** Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BOTELHO, Isaura. Cultura e universidade: reconstituindo as trajetórias dos diálogos institucionais. In: CALABRE, Lia (org). **Políticas culturais: teoria e práxis.** São Paulo: Itaú Cultural, p. 96-104, 2011.

_____. **Romance de Formação: Funarte e política cultural (1976–1990).** Rio de Janeiro: Minc/FCRB, 2000.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: **Usos e abusos da história oral.** Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 183-191.

_____. **O mercado de bens simbólicos.** A economia das trocas simbólicas, São Paulo: Perspectiva, 1974, p.99-182.

_____. **Questões de sociologia.** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. **Sobre a televisão.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____. **Sobre o Estado.** São Paulo: Schwarcz, 2012.

BOURKE, Richard. **Empire and revolution: the political life of Edmund Burke.** Princeton University Press, 2015.

BRAGA, Ruy. As jornadas de junho no Brasil: Crônica de um mês inesquecível. **Observatório Social de América Latina**, v. 8, p. 51-61, 2013.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Inventário para Registro e Salvaguarda da Capoeira como Patrimônio Cultural do Brasil.** Brasília, DF, 2007. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossi%C3%AA_capoeira.pdf>. Acessado em 12/10/2023.

BRASÍLIA. Secretaria de Economia Criativa/Minc. **Relatório de economia criativa 2010: economia criativa uma opção de desenvolvimento.** Brasília: Secretaria da Economia Criativa/Minc; São Paulo: Itaú Cultural, 2012.

BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: a longa duração. **Revista de História**, v. 30, n. 62, p. 261-294, 1965.

_____. **The Perspective of the World: Civilization & Capitalism 15th–18th Century.** Harper & Row, 1985.

BROWN, Wendy. American Nightmare: Neoliberalism, neoconservatism, and de-democratization. **Political theory**, v. 34, n. 6, p. 690-714, 2006.

BRULON, Bruno. Museu queer e Museologia da bricolagem: o problema da diferença nos regimes museais. **Museologia & Interdisciplinaridade**, v. 9, n.17, p.81-94, 2020

BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a Revolução na França.** São Paulo: EDIPRO, 2014.

BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

_____. A invenção da biografia e o individualismo renascentista. **Revista Estudos Históricos**, v. 10, n. 19, p. 83-98, 1997.

BURTON, Julia. Los estudios sobre aborto en Argentina. Un estado de la cuestión. **Cadernos Pagu**, n.63, 2021.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Editora José Olympio, 2018.

BUZOLIN, Livia Gonçalves. Pluralismo político: o Poder Judiciário e os direitos LGBT. **Revista Direito GV**, v. 18, 2022.

CALABRE, Lia. A arte e a cultura em tempos de pandemia: os vários vírus que nos assolam. **Extraprensa**. São Paulo, v.13, n.02, p.07-21, 2020.

_____. **Escritos sobre políticas culturais.** Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 2019.

_____. Política Cultural em tempos de democracia: a Era Lula. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n.58, p. 137-156, 2014.

_____. Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre Barbalho (orgs.). **Políticas culturais no Brasil.** Salvador: EDUUFBA, 2007, p. 87-108.

_____.; ROCHA, Renata; RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Mondiacult 40 anos depois: impactos e desdobramentos nas políticas culturais na América Latina.** Coleção Culto, 2022.

CÂMARA LEME, José Luís. Hannah Arendt. Política y desfactualización. **Devenires**, v. 9, n.17, p.115–132, 2008.

CAMPOS, Leonildo Silveira. **Teatro, templo y mercado.** Quito/Equador: Abya-Yala, 2000.

CAPELATO, M.H. História do tempo presente: a grande imprensa como fonte e objeto de estudo. In: DELGADO, L.A.N; FERREIRA, M.M. (Orgs.). **História do tempo presente**. Rio de Janeiro: FGV, 2014. p.299-315.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARRARA, Sérgio Luis. O movimento LGBTI no Brasil, reflexões prospectivas. **Reciis** – Rev Eletron Comun Inf Inov Saúde, n.3, v.3, p. 450-456, 2019

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil. **O longo Caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, Mario. “Travesti”, “mulher transexual”, “homem trans” e “não binário”: interseccionalidades de classe e geração na produção de identidades políticas. **Cadernos Pagu**, 2018.

CASTELLS, M. **Communication Power**. Oxford University Press, 2009.

CATTANI, Antonio David. Emancipación social. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **La otra economia**. Fundación OSDE, 2004.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil. **Educação: Teoria e Prática**, p. 62-62, 1999.

CECCHETTI, Elcio; TEDESCO, Anderson Luiz. Educação Básica em “xeque”: Homeschooling e fundamentalismo religioso em tempos de neoconservadorismo. **Práxis Educativa**, v. 15, 2020.

CERQUEIRA, F.V.; PINTO, R. Introdução: uma breve reflexão a respeito dos estudos sobre o homossexualismo. **Metis: Hitsória & Cultura**, v.10, n.20, p.7-14, 2011.

CERTEAU, M. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

CHAGAS, M.S. Memória e poder: dois movimentos. **Cadernos de sociomuseologia**, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, Centro de Estudos de Sociomuseologia, Edições Lusófonas, Lisboa, nº 19, p.35-68, 2002.

CHAUÍ, Marilena. **O Neoliberalismo e a Meritocracia. YouTube**. Publicado por Nova Cultura Política em 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?>>>, acessado em 27/10/2023.

_____. **O que é ideologia**. São Paulo, Brasiliense, 1989.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; ARAUJO, Rhoberta Santana de. A ofensiva neoconservadora contra as universidades federais no Brasil. **Revista Internacional de Educação Superior**, v. 8, 2022.

CNJ (Conselho Nacional de Justiça). **Discriminação e violência contra a população LGBTQIA+**: relatório da pesquisa. Brasília: CNJ, 2022.

COCCHIARALE, F. **Quem tem medo da Arte contemporânea?**. São Paulo: Massaganda, 2009

COELHO, André Luiz; MENDES, Mateus. A sofisticação do neogolpismo: dos protestos de 2013 à destituição de Dilma Rousseff. **Sul Global**, v. 1, n. 1, p. 212-232, 2020.

COELHO, Teixeira. Dicionário crítico de política cultural. Cultura e Imaginário. São Paulo: Iluminuras, 1997.

COLLING, Leandro. A emergência dos ativismos das dissidências sexuais e de gêneros no Brasil da atualidade. **Sala Preta**, v. 18, n. 1, p. 152-167, 2018.

_____. **Que os outros sejam o normal**: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer. Salvador: EDUFBA, 2015.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo**, v. 5, n. 1, p. 6-17, 2017.

CONNELL, Raewyn. **Southern Theory**. Polity Press, Cambridge, 2007.

CONTI, S. Introdução à orientação sexual e identidade de gênero. **Anais da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – GLBT**, Presidência da República, Brasília, p.26-31, 2008.

CORRÊA, Sonia; PARKER, Richard. "Prefácio". In: CORRÊA, Sonia; KALIL, Isabela (eds.). **Políticas antigênero na América Latina**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira Interdisciplinas de Aids, 2021

COSTA, Angelo Brandelli; NARDI, Henrique Caetano. O casamento "homoafetivo" e a política da sexualidade: implicações do afeto como justificativa das uniões de pessoas do mesmo sexo. **Revista Estudos Feministas**, v. 23, n. 1, p. 137-150, 2015.

COSTA, Regina Rodrigues. Pânico moral e a abordagem de gênero nas escolas. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 5, n. 3, p. 53-66, 2019.

COUTO, Maria de Fátima Morethy. Arte engajada e transformação social: Hélio Oiticica e a exposição Nova Objetividade Brasileira. **Estudos Históricos**, v. 25, p. 71-87, 2012.

CRENSHAW, Kimberle Williams. Mapeando as margens: Interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres negras. In: **A natureza pública da violência privada**. Routledge, 2013. p. 93-118.

CURIEL, Ochy. El régimen heterosexual y la nación. Aportes del lesbianismo feminista a la antropología. **La manzana de la discordia**, Vol. 6, n. 1, 25-46, 2011.

_____. La Nación Heterosexual. Grupo Latinoamericano de Estudios, Formación y Acción Feminista (glefas), **Brecha Lésbica**, Bogotá, Buenos Aires, 2013.

D'ANGELO, Martha. Sociedade de classe e fascismo. in: REBUÁ, Eduardo et al. **(Neo)fascismos e educação**: reflexões críticas sobre o avanço conservador no Brasil. Rio de Janeiro: Morula, 2020.

D'EMILIO, J. Capitalism and gay identity. Families. In: **The US: Kinship and domestic politics**, p. 131-41, 1983.

DA EMPOLI, Giuliano. **Os engenheiros do caos**: como as fake news, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições. Vestígio Editora, 2019.

DALMONTE, E.F.; SOUZA, P.C.F. Ativismo por fandoms políticos conservadores: a discussão em torno dos casos Queermuseu e La bête por páginas pró-Bolsonaro. **Comunicação & Sociedade**, São Bernardo do Campo, v.41, n.2, pp.235-270, 2019.

DANTO, A. C. A apreciação e a interpretação das obras de arte. In: _____. **O descredenciamento filosófico da arte**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

DELACROIX, Christian. A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras?. **Revista Tempo e Argumento**, v. 10, n. 23, p. 39-79, 2018.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Kafka**: Por uma literatura menor. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

DELGADO, L. & FERREIRA, M. História do tempo presente e ensino de história. **Revista História Hoje**, v. 2, n. 4, pp.19-34, 2014.

DIDI-HUBERMAN, G. Quando as imagens tocam o real. **PÓS: Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFMG**, v. 2, n. 4, p. 206-219, 2012.

DINIZ, C. Queermuseu: decifra-me ou te devora. **Concinnitas**, v.2, n.33, p.238-263, 2018.

DINIZ, Debora; CARINO, Giselle. What can be learned from the Global South on abortion and how we can learn?. **Developing World Bioethics**, 23, 2023.

DONDIS, D. A. **Sintaxe da linguagem visual**. São Paulo: Martins Fontes: 2003.

DORRIEN, Gary. **Imperial Designs**: Neoconservatism and the New Pax Americana. New York: Routledge, 2005.

DOSSE, François. **Empire of Meaning: The Humanization of the Social Sciences**. University of Minnesota Press, 1998.

_____. **Empire of Memory: The Reputation of Pierre Nora's Realms of Memory**. Berghahn Books, 2004.

_____. **Empire of Theory: A Social and Political History of the Social Sciences**. Polity Press, 2015.

_____. História do Tempo Presente e historiografia. **Tempo e Argumento**, v. 4, n. 1, 2012, p. 05-22.

DUARTE, N.; SANTOS, S. S.; DUARTE, E. C. M. O obscurantismo bolsonarista, o neoliberalismo e o produtivismo acadêmico. **Revista Eletrônica de Educação**, v.14, pp.01-18, 2020.

DUTRA, Olívio; BENEVIDES, Maria Vitória. **Orçamento participativo e socialismo**. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

ESPER, H.; DE ALMEIDA, C.D. Queermuseu: estratégias de mobilização nas redes sociais. **Temática**, v. 14, n. 10, p.141-158, 2018.

FATH, Sébastien. Das margens ao mainstream: desafios sociais da ascensão evangélica. Uma comparação transamericana. **Debates do NER**, p. 15-45, 2020.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. Editora Contracorrente, 2021.

_____. **O negro no mundo dos brancos**. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. **Cultura Vozes**, v.94, n.3, p.111-124, 2000.

_____. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. **Revista Tempo e Argumento**, v. 10, n. 23, p. 80-108, 2018.

FERREIRA, Vinicius et al. **Movimento LGBT no Brasil: violências, memórias e lutas**. 2019.

FERRO, Marc. **The Use and Abuse of History: Or How the Past is Taught to Children**. Routledge, 2003.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. **Varia história**, v. 28, p. 43-59, 2012.

_____. Moldura institucional e projetos de institucionalização do regime militar brasileiro (1964-1978). **História, histórias**, v. 9, n. 17, 2021.

_____. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**. v. 28, n. 56, 149-169, 2008.

FIDELIS, G. Queermuseu e o enfrentamento do fascismo e do fundamentalismo no Brasil em defesa da livre produção de conhecimento. **Iluminuras**, v.19, n.46, p.417-423, 2018.

FLOYD, Kevin. Marxisme et théories queer: divergences et convergences - entrevista com Kevin Floyd. Contretemps. **Revue de Critique Communiste**, 2014.

FONSECA JUNIOR, Arísio Antonio; ARANTES, Bruno Camilloto. **A dificuldade da tolerância no diálogo entre conservadorismo fundamentalista e a luta pelos direitos LGBT**. 2020.

FONTES, Virgínia. O núcleo central do governo Bolsonaro: o protofascismo. **Esquerda Online**, 2019.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Edições Loyola, 1996.

_____. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012

_____. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. São Paulo: Graal, 2005.

_____. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRASER, Nancy. A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 63, p. 07-20, 2002.

_____. **Capitalismo em debate**: uma conversa na teoria crítica. São Paulo: Boitempo, 2020.

_____. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. **Cadernos de Campo**, v. 15, n. 14-15, p. 231-239, 2006.

FREEDEN, Michael. Depois do referendo do Brexit: revisitando o populismo como ideologia. **Revista de Ideologias Políticas**, v. 22, n. 1, pág. 1-11, 2017.

_____. Ideology, Political Theory and Political Philosophy. In: GAUS, Gerald F.; KUKATHAS, Chandran. **Handbook of political theory**. London: Sage, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

FREITAS FILHO, A.R. **A batalha político-midiática do Movimento Brasil Livre**: mídias, gênero e sexualidade como alvos da desinformação nas redes sociais. 2019. 150f. Dissertação (mestrado em Tecnologias da Inteligência e Design Digital) - PUC-SP, São Paulo, 2019.

FRY, Peter; MACRAE, Edward. **O que é homossexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. **Para inglês pra ver: identidade e política na cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

FUNARI, P.P.A. Considerações sobre o profissional de museus e sua formação. IN: _____. **Arqueologia e Patrimônio**. Erechim: Habilis Editora, 2007. p.97-106.

FURET, François. Burke ou o fim de uma só história da Europa. In: FURET, François. **A Revolução em debate**. Bauru: EDUSC, 2001.

GALZERANO, Luciana Sardenha. A ofensiva anti-gênero na sociedade brasileira. **Revista Trabalho Necessário**, v. 19, n. 38, p. 82-104, 2021.

GARCIA-CANCLINI, Néstor. Definiciones en transición. In: MATO, Daniel (Org.). **Estudios latinoamericanos sobre cultura y transformaciones sociales en tiempos de globalización**. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 57-67.

_____. Políticas Culturales en América Latina. México: Editorial Grijalbo, 1987.

GARRARD-BURNETT, Virginia. A vida abundante: A Teologia da Prosperidade na América Latina. **História: Questões & Debates**, v. 55, n. 2, 2011.

GAUDÊNCIO Fidelis - verbete da Enciclopédia. In: **ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira**. São Paulo: Itaú Cultural, 2022. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa10175/gaudencio-fidelis>. Acesso em: 14 de janeiro de 2022.

GENTILE, Emilio. **Quién es fascista**. Madrid: Alianza Editorial, 2019.

GIDDENS, Anthony. **Política, sociologia e teoria social**. São Paulo: UNESP, 2002.

GIL, Gilberto. **Discursos do Ministro da Cultura Gilberto Gil**. Brasília: Ministério da Cultura, 2003.

_____.; FERREIRA, Jucá. **Cultura pela Palavra**: Coletânea de artigos, entrevistas e discursos dos ministros da Cultura (2003-2010). Versal Editores LTDA, 2016.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. Editora Companhia das Letras, 2017.

GOELLNER, Silvana Vilodre. A produção cultural do corpo. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Org.). **Corpo, Gênero e Sexualidade**: Um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Editora Vozes, 2013. p. 30-42.

GOMES SILVA, Ilse. Brasil pós-eleições 2018: o neofascismo entra em cena. **Lutas Sociais**, v. 25, n. 47, 2021.

_____. Estado e lutas sociais no Brasil no golpe de 2016: o Estado de exceção avança. **Revista de políticas públicas**, v. 22, p. 503-518, 2018.

GOMES, Ricardo Jorge Silveira; VALLE, Thaís Chianca Bessa Ribeiro do. O pioneirismo das igrejas evangélicas na política partidária do Brasil e a atuação inicial de seus representantes. **Anais do IV Congresso Nordestino de Ciências da**

Religião e Teologia: religião, resistência e direitos humanos, Universidade Federal de Alagoas, Alagoas, p.01-11, 2018.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere—vol. 6.** Editora José Olympio, 2018.

_____. **Socialismo e Fascismo.** Turim: Einaudi, 1978.

GREEN, James Naylor. A luta pela igualdade: desejos, homossexualidade e a esquerda na América Latina. **Cad. AEL**, Campinas, v.10, n18/19, pp. 15-41, 2003.

_____. Brasil: passado e presente e ironias da História. In: MATTOS, H. et al. **Historiadores pela democracia: o golpe de 2016 e a força do passado.** São Paulo: Alameda, 2016.

_____. Homossexualidades e a história: recuperando e entendendo o passado. **Revista Gênero**, Niterói, v. 12, n. 2, p.65-72, 2012.

_____. POLITO, R. **Frescos trópicos: fontes sobre a homossexualidade masculina no Brasil, 1870-1980.** Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

_____. **Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX.** São Paulo: Unesp, 2000.

GRIFFIN, Roger. **A fascist century:** Essays by Roger Griffin. Springer, 2008.

_____. From Slime Mould to Rhizome: An Introduction to the Groupuscular Right. **Patterns of Prejudice**, v. 37, n. 1, 2003.

GUATTARI, Félix; DELEUZE, Gilles. **Mil platôs. Capitalismo e Esquizofrenia.** Vol. 4. São Paulo: Ed. 54, 1997.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Nosso amplo presente:** o tempo e a cultura contemporânea. São Paulo: UNESP, 2015.

HABERMAS, Jürgen. As objeções de Hegel a Kant também se aplicam à ética do discurso? In: **Comentários à ética do discurso.** Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

_____. **Direito e democracia:** entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HAIDER, Asad. **Armadilha da identidade:** raça e classe nos dias de hoje. São Paulo: Veneta, 2019.

HALBERSTAM, Jack. **El arte queer del fracaso.** Barcelona: Editorial Égales, 2018.

HALBWACHS, Maurice. **On Collective Memory.** University of Chicago Press, 1992.

HARTOG, François. Régimes d'historicité: présentisme et expériences du temps, Seuil: París, 2003.

HEIDEN, Roberto. O museu como um lugar para a memória da arte. *Revista Memória em rede*, v. 1, n.1, p.92-96, 2010.

HERMANSSON, Patrik et al. **The international alt-right: Fascism for the 21st century?**. Routledge, 2020.

HEYMANN, Luciana Quillet. “O dever de memória na França contemporânea: entre memória, história, legislação e direitos”. In: GOMES, Angela de Castro (coord.). **Direitos e cidadania: memória, política e cultura**. Rio de Janeiro: FGV, 2007, pp. 15-43.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo social**, v. 26, p. 61-73, 2014.

_____. Gênero, patriarcado, trabalho e classe. **Revista Trabalho Necessário**, v. 16, n. 29, p. 14-27, 2018.

HOBBSBAWM, Eric. **A era das revoluções: 1789-1848**. Editora Paz e Terra, 2015.

_____. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBBSBAWN, E. & RANGER, T. (orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. Pp 09-23.

HOLANDA, Sérgio Buarque; CÂNDIDO, Antônio; DE MELLO, Evaldo Cabral. **Raízes do Brasil**. J. Olympio, 1936.

IGGERS, G. G.. **Historiography in the Twentieth Century: From Scientific Objectivity to the Postmodern Challenge**. Wesleyan University Press, 2005.

ILLOUZ, Eva. **Romance and Rationality on the Internet**. American Sociological Association, 2006.

IOKOI, Zilda Márcia Grícoli. **Igreja e camponeses: Teologia da Libertação e movimentos sociais no campo, Brasil/Peru-1964-1986**. 1996. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 1996.

JAREMTCHUCK, D. & MIGUEL, J.L. A campanha difamatória contra a Queermuseu. **Ecos-Pos**, v.23, n.03, p.41-63, 2020.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo XXI, 2002.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Gênero sem essencialismo: feminismo transgênero como crítica do sexo. **Universitas humanística**, v. 78, n. 78, 2014.

_____. **Homofobia: identificar e prevenir**. Rio de Janeiro: Metanoia, 2019.

JONES, Emily. **Edmund Burke e a invenção do conservadorismo moderno, 1830-1914: uma história intelectual**. Imprensa da Universidade de Oxford, 2017.

JULIÃO, L. História, Museus e museologia: velhos e novos desafios. **Simpósio Nacional de História**, Simpósio Temático 78, Florianópolis, 2015.

COUTO JR, Dilton Ribeiro et al. Celebrando a normatização da vida:(re) pensando os corpos infantis arbitrariamente generificados em vídeos de “chás de revelação” do YouTube. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, v. 6, n. 2, p. 469-488, 2020.

KELLER, R; KELLER, S. ““Liberal na economia e conservador nos costumes”: um arranjo sincrético na política brasileira pósgolpe de 2016”. **Fronteras. [en línea]**, n. 13, pp. 44-52, 2019.

KOFFERMANN, Marcia; LOPES, Ivone Goulart. Inter-relação entre Teologia, Comunicação e Educação: uma análise comparada entre a Teologia da Libertação e a Teologia da Prosperidade. **Teocomunicação**, v. 53, n. 1, p. e44369-e44369, 2023.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

_____. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Revista Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 134-146, 1992.

LÊNIN, Vladímir I. **O Estado e a Revolução**. Boitempo Editorial, 2017.

LIMA, Cinthia Almeida. “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”: Considerações sobre o fundamentalismo cristão e o fascismo. **O Mangueral** – revista de filosofia, v.1, n.5, 2020.

LIMA, Rosenilde Alves; DE MENESES SILVA, Sônia Maria. A sedução negacionista na linguagem dos memes como problema para o ensino de história da ditadura militar. **Revista Aedos**, v. 15, n. 34, 2023.

LIPPARD, Lucy R. Cavalos de Tróia: arte e poder ativista. In: WALLIS, Brian et al. **Arte após o modernismo**: Repensando a representação. Nova York, 1984.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. Reflexões sobre a história do tempo presente: uma história do vivido. **Coleção história do tempo presente**, v. 1, p. 11-26, 2019.

LORDE, Audre. A transformação do silêncio em linguagem e ação. Associação de Línguas Modernas, painel Lésbicas e literatura, 1977. **GELEDES**, 2019. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/a-transformacao-do-silencio-em-linguagem-e-acao/>>. Acessado em 12/10/2023.

LOUREIRO, Felipe Pereira. **Empresários, trabalhadores e grupos de interesse**: a política econômica nos governos Jânio Quadros e João Goulart, 1961-1964. São Paulo: UNESP, 2017.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

_____. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Revista estudos feministas**, v. 9, p. 541-553, 2001.

LÖWY, Michael. **A extrema-direita**: um fenômeno global. 2019.

_____. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, p. 652-664, 2015.

LUCCHESI, Anita. Por um debate sobre História e Historiografia Digital. **Boletim Historiar**, n. 2, 2014.

LUGARINHO, Mário César. Como traduzir a teoria queer para a língua portuguesa. **Revista Gênero**, v. 1, n. 2, 2001.

LUKÁCS, Georg. História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MACHADO, Bernardo Novais da Mata. Os direitos culturais na Constituição brasileira: uma análise conceitual e política. In: CALABRE, Lia (org). **Políticas culturais**: teoria e práxis. São Paulo: Itaú Cultural, p. 104-118, 2011.

MACHADO, Jorge; MISKOLCI, Richard. Das jornadas de junho à cruzada moral: o papel das redes sociais na polarização política brasileira. **Sociologia & Antropologia**, v. 9, p. 945-970, 2019.

MACRAE, Edward. **A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da abertura**. Campinas: Unicamp, 1990.

MALERBA, Jurandir. **Ensaio**: teoria, história e ciências sociais. Londrina: EDUEL, 2011.

_____. Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital1. **Revista Brasileira de História**, v. 37, p. 135-154, 2017.

MARIANO, Ricardo. Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal. **Estudos avançados**, v. 18, p. 121-138, 2004.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Insular, 2017.

MARKOFF, J. Revolutions, Sociology of. **International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences**: Second Edition, v. 20, p. 642–649, 2015.

MAROEVIC, V. O papel da musealidade na preservação da memória. In: SCHEINER, T.C.M. **Cadernos de textos da disciplina Museologia 01 - bases teóricas da museologia**. 2006. Texto 15.

MARWICK, Alice; LEWIS, Rebecca. Media Manipulation and Disinformation Online. **Data and Society Research Institute**, 2017. 2022.

MASCARO, Alysson Leandro. **Crítica do fascismo**. Boitempo Editorial, 2022.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Governo Bolsonaro**: Neofascismo e autocracia burguesa no Brasil. São Paulo: Usina Editorial, 2020.

MELLO, Luiz. Familismo (anti) homossexual e regulação da cidadania no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 14, p. 497-508, 2006.

MELO, Demian Bezerra de. **As reflexões de Gramsci sobre o fascismo e o estudo da direita contemporânea**: notas de pesquisa. 2017.

_____. Bolsonaro, fascismo e neofascismo. **Anais do Colóquio Internacional Marx e o Marxismo**, 2019.

_____. O bolsonarismo como fascismo do século XXI. in: REBUÁ, Eduardo et al. **(Neo)fascismos e educação**: reflexões críticas sobre o avanço conservador no Brasil. Rio de Janeiro: Morula, 2020.

_____. Revisão e revisionismo historiográfico: os embates sobre o passado e as disputas políticas contemporâneas. **Marx e o Marxismo**-Revista do NIEP-Marx, v. 1, n. 1, p. 49-74, 2013.

MENESES, U.B. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. **Anais do Museu Paulista**, v.2, p.09-42, 1994.

MICELI, Sérgio (org).Estado e cultura no Brasil. São Paulo, Difel, 1984.

_____.; GOUVEIA, Maria Alice. Política cultural comparada. Rio de Janeiro/São Paulo, FUNARTE/FINEP/IDESP, 1985.

MIGUEL, Laila Natal. Restrição à liberdade cultural no Brasil pelos Poderes Constituídos: primeiras impressões sobre os indícios de mudanças estruturais no período 2017-2020. In: GUIMARÃES, André Grandis. **Cidadania, epistemologia e interdisciplinaridade**: direito em diálogo. Rio de Janeiro, PUC-Rio, 2022. p.40-70,

MIGUEL, Luis Felipe. O mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema direita brasileira. **Cadernos Pagu**, 2021.

MILL, John Stuart. **On Liberty**. Oxford World Classics, 1859

MIRANDA, Beatriz Castro. A conspiração como pilar político das novas direitas: reflexões sobre o bolsolavismo. **Revista de História da UEG**, v. 10, n. 02, p. e022102-e022102, 2021.

MISKOLCI, Richard. A gramática do armário: notas sobre segredos e mentiras em relações homoeróticas masculinas mediadas digitalmente. **Olhares plurais para o cotidiano**: gênero, sexualidade e mídia, v. 1, p. 35-55, 2012.

_____. A Teoria Queer e a Questão das Diferenças: por uma analítica da normalização. In: **Congresso de leitura do Brasil**, 2007. p. 10-12.

_____. Não somos, queremos: reflexões queer sobre a política sexual brasileira contemporânea. in: COLLING, Leandro. **Stonewall 40 + o que no Brasil?** Salvador: EDUFBA, 2011.

_____. Novas conexões: notas teórico-metodológicas para pesquisas sobre o uso de mídias digitais. **CRONOS**, v. 12, n. 2, p. 09-22, 2011.

_____. CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Sociedade e Estado**, v. 32, p. 725-748, 2017.

MORAES, J.. **Queermuseu: arte, liberdade e censura**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

MORAIS, A.R.A. A estética da intolerância: extremismo político e arte no Brasil atual. **Revista Rua**. Campinas, v.24, n02, nov, p. 499-524, 2018.

MOURA, F.P.; SALLES, D.C. O Escola Sem Partido e o ódio aos professores que formam crianças (des)viadas. **Periodicus**. Salvador, v.01, n.09, mai-out, p.136-160, 2018.

MOUTINHO, M.C. Evolving definition of sociomuseology: proposal for reflection. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 28, n. 28, p.39-44, 2007.

MUNSLOW, A. (2006). *Deconstructing History*. Routledge.

NAPOLITANO, Marcos. A arte engajada e seus públicos (1955/1968). **Revista estudos históricos**, v. 2, n. 28, p. 103-124, 2001.

NASCIMENTO, Abdias do. African culture in Brazilian art. **Journal of Black Studies**, v. 8, n. 4, p. 389-422, 1978.

_____. Teatro experimental do negro: trajetória e reflexões. **Estudos avançados**, v. 18, p. 209-224, 2004.

NAVARRO, C.B.; TORRES, M.T.M. **Quince miradas sobre los museos**. Murcia: Servicio de Publicaciones de la Univerdade de Murcia, 2002.

NAYYAR, Deepak. BRICS, developing countries and global governance. In: *Rising Powers and South-South Cooperation*. Routledge, 2018. p. 19-35.

NEIS, F.P.; CERQUEIRA, F.V. Parada gay de Pelotas nas páginas do Nuances: imprensa, visibilidade e política. **Métis: história & cultura**, v. 13, n. 26, p.101-119, 2015.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista estudos feministas**, v. 8, n. 02, p. 09-41, 2000.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 10, p.07-28, 1993.

_____. Between Memory and History: Les Lieux de Mémoire. **Representations**, 26, 7–24, 1989.

NORONHA, Danielle Parfentieff; VIVIANI, Maria Cristina Simões. Conservadorismo, discursos antigênero e disputas narrativas em torno das artes no Brasil. **Revista TOMO**, v. 42, p.01-20, 2023.

NOZAKI, William. A militarização da administração pública no Brasil: projeto de nação ou projeto de poder? **Caderno da Reforma Administrativa**, n. 20, 2021.

NUÑEZ, S.D.C. **A luta pela diversidade sexual e de gênero: os arquivos resultantes do movimento LGBTQ em Porto Alegre**. 95fls. Monografia (Bacharelado em Arquivologia) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2017.

OLIVEIRA, Juliana Proença de. Contextos de censura às artes visuais no Brasil: duas aproximações. **Arte & Ensaios**, v. 26, n. 40, p. 201-215, 2020.

OLIVEIRA, Maria da Glória. Fazer história, escrever história: sobre as figurações do historiador no Brasil oitocentista. **Revista Brasileira de História**, vol. 30, nº 59, p.37-52, 2010.

ORO, Ari Pedro. Algumas interpelações do Pentecostalismo no Brasil (Some questionings of Pentecostalism in Brazil). **HORIZONTE-Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, p. 383-395, 2011.

_____. Organização eclesial e eficácia política O caso da Igreja Universal do Reino de Deus. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 3, n. 1, p. 97-109, 2003.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PADRÓS, Enrique Serra. História do tempo presente, ditaduras de segurança nacional e arquivos repressivos. **Revista Tempo e Argumento**, 1(1), 30-45, 2009.

_____. Os desafios na produção do conhecimento histórico sob a perspectiva do Tempo Presente. **Anos 90**, vol. 11, n. 19/20, p. 199-223, 2004.

PAINE, Thomas. **Senso comum**. Porto Alegre: L&PM, 2009.

PARKER, R. **Corpos, prazeres e paixões: cultura sexual no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Best Seller, 1992.

PARKER, Ricardo; AGGLETON, Peter. **Estigma, discriminação e aids**. Rio de Janeiro: ABIA, 2021.

PAXTON, Robert. **A anatomia do fascismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

_____. The five stages of fascism. **The Journal of Modern History**, v. 70, n. 1, p. 1-23, 1998.

PEDRO, Joana Maria. Arquivos LGBT: preservação e memória nas disputas por visibilidade. **Revista de História**, São Paulo, n. 176, p. 205-220, 2017.

PELÚCIO, Larissa; MISKOLCI, Richard. A prevenção do desvio: o dispositivo da aids ea repatologização das sexualidades dissidentes. *Sexualidad, Salud y Sociedad-Revista Latinoamericana*, n. 1, p. 125-157, 2009.

PENA, Anderson dos Anjos Pereira; ZIENTARSKI, Clarice. Cristianismo de libertação, teologia da prosperidade e as perspectivas da luta de classes no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 27, 2022.

PEREIRA, P. P. G. Queer decolonial: quando as teorias viajam. **Contemporânea**, v. 5, n. 2, p. 411-437, 2015.

_____. Queer nos trópicos. **Contemporânea**, v. 2, n. 2, p. 371-394, 2012.

PILAO, Antonio Cerdeira; GOLDENBERG, Mirian. Poliamor e monogamia: construindo diferenças e hierarquias. **Revista Ártemis**, v. 13, n. 1, 2012.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. Novos combates pela história: **Desafios-Ensino**. Editora Contexto, 2023.

PINTO, Joana Plaza. Performatividade radical: ato de fala ou ato de corpo. **Revista Gênero**, v. 3, n. 1, p.101-110, 2002.

PINTO, Renato. Museus e diversidade sexual: reflexões sobre mostras LGBT e QUEER. **Revista Arqueologia Pública**, v. 5, n. 1 (5), p. 44-55, 2012.

POGGI, Tatiana. Alt-Right e a classe trabalhadora branca nos EUA: a face moderna do conservadorismo contemporâneo. **Marx e o Marxismo-Revista do NIEP-Marx**, v. 6, n. 11, p. 326-354, 2018.

POLLACK, M. **Os homossexuais e a AIDS: Sociologia de uma epidemia**. São Paulo: Estação Liberdade, 1990.

POSTEMA, Gerald J. **Bentham and the common law tradition**. Oxford University Press, 2019.

POULANTZAS, N. **Classes sociais no capitalismo de hoje**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

PRADO, Marco Aurélio Maximo; CORREA, Sonia. Retratos transnacionais e nacionais das cruzadas antigênero. **Revista Psicologia Política**, v. 18, n. 43, p. 444-448, 2018.

PRIORE, Mary Del. Biografia: quando o indivíduo encontra a história. **Topoi** (Rio de Janeiro), v. 10, p. 7-16, 2009.

PY, Fábio. Cristofascismo à brasileira na eleição de 2018. **Novos Diálogos**, v. 21, 2018.

_____. Padre Paulo Ricardo: trajetória política digital recente do agente ultracatólico do cristofascismo brasileiro. **Revista Tempo e Argumento**, v.13, n. 34, 2021.

RAPOSO, Paulo. Arte e política: o ativismo como linguagem e ação transformadora do mundo?. **GIS-Gesto, Imagem e Som**-Revista de Antropologia, v. 8, n. 1, 2023.

REBUCINI, Giafranco. Marxismo queer: abordagens materialistas das identidades sexuais. **Crítica Marxista**, n. 48, p. 109-125, 2019;

RECUERO, R. Cascatas de fake news políticas: um estudo de caso no Twitter. **Galáxia (São Paulo)**, n.41, maio-agosto, pp.31-47, 2019.

REICH, Wilhelm. **La familia autoritaria como aparato de educación**. La revolución sexual, 1985.

REIS, D.A. A vida política. In: REIS, D.A. **Modernização, ditadura e democracia: 1964-2010, volume 5**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

RENTON, David. **The New Authoritarians: Convergence On The Right**. Londres: Pluto, 2018.

RIAL, S. Apresentação. In: FIDELIS, G. **Queermuseu: cartografias da diferença na arte brasileira**. Porto Alegre: Santander Cultural, 2017.

RIBEIRO, Darcy. **As Américas e a Civilização: Processo de Formação e Cassas do Desenvolvimento Desigual dos Povos Americanos**. Global Editora, 2021.

RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

_____. **The Course of Recognition**. Harvard University Press, 2005.

RIVERA, S. Sylvia Rivera'S talk at LGMNY, June 2001, Lesbian and Gay Community Services Center, New York City. In: Ramos-Zayas, A. & Rúa, M. **Critical Dialogues in Latinx Studies: A Reader**. New York, USA: New York University Press, 2007. P.241-253.

RODRIGUES, Carla. **Coreografias do Feminino**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2009.

ROSA, Hartmut. **Social Acceleration: A New Theory of Modernity**. Columbia University Press, 2013.

ROSA, Pablo Ornelas; DE ÂNGELO, Vitor Amorim; BRAGA, Tatiane. Novíssimas direitas e a política na era da pós-verdade: uma análise da guerra cultural. **Simbiótica**. Revista Eletrônica, v. 8, n. 2, p. 187-216, 2021.

ROSADO-NUNES, Maria José. Gênero e religião. **Revista Estudos Feministas**, v. 13, p. 363-365, 2005.

ROUSSO, Henry. **The Vichy Syndrome: History and Memory in France since 1944**. Harvard University Press, 2002.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais do governo Lula/Gil: desafios e enfrentamentos. **Intercom** – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, São Paulo, v.31, n.1, p. 183-203, 2008.

_____. Políticas culturais do governo Lula. **Revista Lusófona de Estudos Culturais**, p. 243-261, 2013.

_____. Políticas culturais entre o possível e o impossível. **O público e o privado**, v. 5, n. 9, p. 33-47, 2007.

_____. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre (orgs.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 11-36.

RUBIN, Gayle. “Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality”. In: VANCE, Carole (Ed.). **Pleasure and Danger**. Boston: Routledge, 1984. p. 267-319.

_____. Pensando o sexo. In: _____. **Políticas do sexo**. São Paulo: Editora Ubu, 2018.

RÜSEN, Jörn. **História viva: teoria da história III: formas e funções do conhecimento histórico**. Brasília: UnB, 2007.

_____. **Reconstrução do Passado: Teoria da História II: Os Princípios da Pesquisa Histórica**. Editora da Universidade Estadual da Paraíba, 2007.

SAES, Décio. Classe média e política no Brasil (1930-1964). In: FAUSTO, Boris (Dir.). **História geral da civilização brasileira**. Tomo III: O Brasil republicano, 3º volume: Sociedade e política (1930-1964). São Paulo: Difel, 1981.

SALES, Jean Rodrigues; ARAUJO, Rafael. Forças Armadas e participação política entre a redemocratização e o fenômeno do bolsonarismo (1985-2021). In: SILVA, Carlos Teixeira da; SCHURSTER, Carlos. **A República sitiada: militares e bolsonarismo no Brasil**. Recife: EDUPE, 2023.

SANTOS, B.S. **Fórum Social Mundial: manual de uso**. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, F.R.C. O que se entende por Retórica da Guerra Cultural. **Domínios de Lingu@gem**, v.15, n.01, p.180-227, 2021.

SANTOS, G.G.C. Movimento LGBT e partidos políticos no Brasil. **Contemporânea**, V.6, n.1, p.179-212, 2016.

SANTOS, Márcio Tavares dos. **A arte como inimiga: as redes reacionárias e a guerra cultural (2013-2021)**. 2021. 396f. Tese (Doutorado em Artes) – Instituto de Artes, Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2021.

SANTOS, Matheus Araújo dos. As impotências de uma arte queer. **Site do Grupo de pesquisa em Cultura e Sexualidade (CUS) da Universidade Federal da Bahia**, 2016.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. Companhia das Letras, 2010.

_____. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SARMENTO, Daniel. Crise democrática e cultura constitucional: o absurdo da tese de que não há crise 'porque as instituições estão funcionando'. In: MELLO, Patrícia Perrone Campos; BUSTAMENTE, Thomas da Rosa de. **Democracia e Resiliência no Brasil**: a disputa em torno da Constituição de 1988. Brasília: Bosch, 2022.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. Autores Associados, 2003.

SCHEINER, T.C. O museu como processo. **Cadernos de diretrizes museológicas**, Belo Horizonte, v.2, p.34-47, 2008.

SCHMIDT, Benito Bisso. História e biografia. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier: Campus, p. 187-205, 2011.

_____. SANTOS, Hélio dos. A História do Tempo Presente, relações de gênero, homossexualidades e a escrita da História: entrevista com Benito Bisso Schmidt. **Revista Tempo e Argumento**, v. 13, n. 33.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. Editora Companhia das Letras, 2019.

SCRUTON, Roger. **Conservadorismo**: um convite à grande tradição. Rio de Janeiro: Record, 2019.

_____. **Desejo sexual**: uma investigação filosófica. A&C Preto, 2006.

_____. The meaning of conservatism. In: Democracy: A Reader. Columbia University Press, 2016. p. 239-242.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. Performatividade queer the art of the novel de Henry James. **Nômadias** (Col), n. 10, p. 198-214, 1999.

SEFFNER, Fernando. Guerras de trincheira e guerras permanentes na resposta à aids. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, v. 17, n. 1, p. 225-230, 2023.

SELISTRE, J.R.; DUARTE, M. Arte contemporânea e o retorno da censura: caso da Queermuseu e suas adjacências. **Contemporânea**, v.1, n.2, p.01-06, 2018.

SEPÚLVEDA, José Antônio et al. Neofascismo e educação em um contexto de fundamentalismo religioso cristão. in: REBUÁ, Eduardo et al. **(Neo)fascismos e educação: reflexões críticas sobre o avanço conservador no Brasil**. Rio de Janeiro: Morula, 2020.

SILVA DE OLIVEIRA, Nucia Alexandra. **História e internet: conexões possíveis**. Revista Tempo e Argumento, v. 6, n. 12, p. 23-53, 2014.

SILVA, A.S. Memória, Consciência e Políticas Públicas: as Paradas do Orgulho LGBT e a construção de políticas públicas inclusivas. **Revista Electrónica de Psicología Política**, v. 9, n. 27, p. 127-158, 2011.

SILVA, F.P. Da onda rosa à era progressista: a hora do balanço. **Revista Sures**, v. 1, n. 5, 2015.

SILVA, Lucivânio Cesário da; OLIVEIRA, Ricardo Severino de; CARVALHO, Adriana Pereira Dantas. Os avanços e desafios na contemporaneidade quanto ao processo de garantia dos direitos humanos para a população LGBT no Brasil. **Rev Jur Luso-Bras**, v. 4, p. 1893-1917, 2020.

SILVA, Mariana Furtado. **Trajetórias trans: apoio social e relações afetivo-sexuais de transexuais**. 2018. Dissertação (Mestrado em Psicologia na Saúde e Desenvolvimento) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SILVA, Michel Goulart da. Reflexões sobre o “marxismo cultural”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 1, n. 3, p. 77-82, 2020.

SILVA, Segislane Moésia Pereira da; MACIEL, Valnise Verás; FRANÇA, Marlene Helena de Oliveira. Conservadorismo como instrumento capitalista em tempos de barbárie. **Revista Katálisis**, v. 23, p. 256-265, 2020.

SILVA, Sonia Maria de Meneses; Giassi, Reginaldo. História pública e o negacionismo no tempo presente: uma entrevista com Sônia Maria de Meneses Silva. **Revista Aedos**, Porto Alegre, v. 15, n. 34, 2023.

SILVEIRA, Sergio Amadeu da; ROVAI JÚNIOR, Renato. O velho fascismo e o fascismo digital. **Dossiê: Ascensão da extrema-direita: Utopia reacionária?** - Volume II, v. 12 n. 1, 19-29, 2022.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. **Novos estudos CEBRAP**, p. 23-40, 2013.

_____. Regime autocrático e viés fascista: um roteiro exploratório. Lua Nova: **Revista de Cultura e Política**, p. 53-82, 2022.

SOARES, Douglas Verbicaro. OLIVEIRA, Carla Renata Milhomem de. Influências Religiosas da Bíblia na formação de ideários sobre a orientação homossexual na sociedade brasileira. **Revista Pensamento Jurídico**, v. 24, n. 3, 2021.

SODRÉ, Muniz. **O fascismo da cor**: uma radiografia do racismo nacional. Editora Vozes, 2023.

SOULET, Jean-François. L'histoire immédiate en Europe occidentale. **Cahiers d'histoire immédiate**, v. 16, p. 45-57, 1999.

SOUZA, J. **A radiografia do golpe**. São Paulo: Leya, 2016.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. Edmund Burke e a gênese conservadorismo. **Serviço Social & Sociedade**, p. 360-377, 2016.

SOUZA, Terezinha Martins dos Santos. Patriarcado e capitalismo: uma relação simbiótica. **Temporalis**, v. 15, n. 30, p. 475-494, 2015.

STEINHAUER, Jason. Of fake news and fake history. **The American Review of Books, Blogs, and Bull**. Foreign Policy Research Institute, Center for the Study of America and the West, 2017. Disponível em: <<https://www.fpri.org/article/2017/06/fake-news-fake-history/>>; acessado em 27/10/2023.

SUTHERLAND, Juan Pablo. Os efeitos político-culturais da tradução do queer na América Latina. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 1, p. 5-20, 2014.

TAVARES, Márcio. **A arte como inimiga**: as redes reacionárias, o retorno da censura e a guerra cultural no Brasil (2013-2021). Brasília, 2021. Tese (Programa de Pós-Graduação em Arte) – Instituto de Artes, Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOITIO, Rafael. “Ideologia de gênero” e “marxismo cultural” nas taras presidenciais: Marxismo e feminismo na “cena” política brasileira. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 3, n. 10, p. 80-108, 2020.

TRAVERSO, Enzo. Do fascismo ao pós-fascismo. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 2, pág. 12-44, 2019.

_____. Espectros del fascismo: Metamorfosis de las derechas radicales en el siglo xxi. **Pasajes**, n. 50, p. 4-20, 2016.

TREVISAN, J.S. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

TRINDADE, R. O mito da multidão: uma breve história da Parada Gay de São Paulo. **Gênero**, Niterói, v.11, n.2, p. 73-97, 2011.

TURINO, Célio. Lei Aldir Blanc: modos de usar. **P2P e Inovação**, v. 7, p. 184-191, 2020.

TURIN, Rodrigo. Uma nobre, difícil e útil empresa: o ethos do historiador oitocentista. **História da Historiografia**. nº 2, p.12-28, 2009.

VARINE, H. **As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local**. Porto Alegre: Medianiz, 2013.

VERAS, E.F. & PEDRO, J.M. Os silêncios de Clio: escrita da história e (in)visibilidade das homossexualidades no Brasil. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 6, n.13, p. 90 - 109, set./dez. 2014.

VIANNA, Cláudia; BORTOLINI, Alexandre. Discurso antigênero e agendas feministas e LGBT nos planos estaduais de educação: tensões e disputas. **Educação e Pesquisa**, v. 46, 2020.

VITAL DA CUNHA, Christina. Irmãos contra o império: evangélicos de esquerda nas eleições 2020 no Brasil. **Debates do NER**, v. 21, n. 39, 2021.

VOSS, B.L. Feminisms, queer theories, and the archaeological study of past sexualities. **World Archaeology**, Vol. 32(2), p.180-192, 2000.

VOVELLE, Michel. **A revolução francesa, 1789-1799**. Editora Unesp, 2020.

WHITE, Hayden. **O Conteúdo da Forma: Narrativa, Discurso e Representação Histórica**. Editora da Universidade Estadual da Paraíba, 2014.

WITTIG, Monique. **O pensamento hétero**. Ensaio, 1980.

WOOLLEY, S., & HOWARD, P... **Computational Propaganda: Political Parties, Politicians, and Political Manipulation on Social Media**. Oxford University Press, 1980.

ZICMAN, R.B. História através da imprensa – algumas considerações metodológicas. **Projeto História**, n.4, p.89-102, 1985.

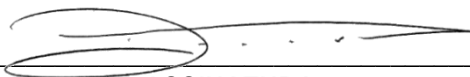
ZILLER, J... **O Brasil e seus dias de independência: política, cultura e comemoração cívica**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018.

ZUBOFF, Shoshana. **The age of surveillance capitalism: The fight for a human future at the new frontier of power: Barack Obama's books of 2019**. Profile books, 2019.

TERMO DE RESPONSABILIDADE DE PLÁGIO

Eu, Daniel Barbier Leal, matrícula nº19103719, declaro para todos os fins que o texto em forma de ()
Dissertação de mestrado ou (X) Tese de Doutorado, intitulado “O cancelamento da Queermuseu: Porto
Alegre/RS, 10 de setembro de 2017”, é resultado da pesquisa realizada e de minha integral autoria.
Assumo inteira e total responsabilidade, sujeitando-me às penas do Código Penal (“Art. 184. Violar
direitos de autor e os que lhe são conexos”).

Pelotas, 06 de março de 2024.



ASSINATURA